



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE LETRAS – IL

DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS – LIP

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA – PPGL

Jaqueline Marinho Pinheiro de Almeida

**(Mais) Uma história das orações relativas do Português do Brasil em perspectiva
paramétrica**

Brasília

2025

Jaqueline Marinho Pinheiro de Almeida

**(Mais) Uma história das orações relativas do Português do Brasil em perspectiva
paramétrica**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em
Linguística da Universidade de Brasília como requisito
para obtenção do título de Doutorado em Linguística na
área Gramática: Teoria e Análise

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Heloisa Lima-Salles

Co-orientador: Prof. Dr. Aroldo Leal de Andrade

Brasília

2025

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M(Marinho Pinheiro de Almeida, Jaqueline
(Mais) Uma história das orações relativas do Português do
Brasil em perspectiva paramétrica / Jaqueline Marinho
Pinheiro de Almeida; orientador Heloisa Maria Moreira Lima
de Almeida Salles; co-orientador Aroldo Leal de Andrade.
Brasília, 2025.
215 p.

Tese(Doutorado em Linguística) Universidade de Brasília,
2025.

1. Orações relativas. 2. Mudança Linguística. 3.
Português Brasileiro. 4. Sintaxe gerativa. I. Maria Moreira
Lima de Almeida Salles, Heloisa, orient. II. Leal de
Andrade, Aroldo, co-orient. III. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

JAQUELINE MARINHO PINHEIRO DE ALMEIDA

**(Mais) Uma história das orações relativas do Português do Brasil em perspectiva
paramétrica**

Banca examinadora:

Presidente/Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Heloisa Moreira Lima Salles (LIP/UnB)

Co-orientador: Prof. Dr. Aroldo Leal de Andrade (FALE/UFGM)

Membro externo: Prof.^a. Dr.^a Charlotte Galves (IEL/Unicamp)

Membro externo: Prof.^a. Dr.^a Cristiane Namiuti (DELL/UESB)

Membro interno: Prof. Dr. Paulo Medeiros Júnior (LIP/UnB)

Membro suplente: Prof. Dr. Marcus Vinicius da Silva Lunguinho (LIP/UnB)

RESUMO

Muitas pesquisas têm se debruçado sobre a estrutura das orações relativas do Português do Brasil. Em geral, há o reconhecimento de uma mudança linguística em direção à perda do *pied-piping* da preposição com o pronome relativo nessas estruturas. Não há consenso, no entanto, acerca dos passos envolvidos e do estatuto categorial do relativizador na estrutura resultante dessa mudança. Este trabalho revisita a discussão buscando identificar a trajetória gramatical que possa explicar o curso diacrônico das orações relativas do português brasileiro (PB), tendo em vista a tipologia da relativização proposta no estudo seminal de Vries (2002). Para isso, fazemos uma análise quantitativa de dados linguísticos a partir do que consideramos a formação do português brasileiro até a atualidade: séculos XIX, XX e XXI, levando em conta variáveis estruturais como tipo de pronome, função relativizada, preposição envolvida e tipo semântico da oração relativa. Os *corpora* que compõem a base de dados representam dois gêneros textuais que refletem os usos de falantes do português brasileiro culto: cartas pessoais escritas por pessoas escolarizadas dos séculos XIX e XX e discursos parlamentares espontâneos do século XXI. A investigação é feita dentro do quadro da teoria gerativa, em sua versão Minimalista (cf. Chomsky 1995, 2001), com a utilização dos conceitos da sintaxe diacrônica (cf. Roberts, 2007, 2019). Constatou-se, em consonância com os estudos prévios, um aumento significativo no uso de relativas com *que* sem preposição (referidas como cortadoras), e consequente desaparecimento da relativa com a preposição (*pied-piping*), a partir da segunda metade do século XX, incluindo a sincronia, notadamente na relativização da posição de adjunto, com implicações para o aumento no uso da forma *que*, e declínio das formas *cujo*, *o qual* e *quem*. Além disso, verificou-se o aumento das chamadas relativas estruturais, que relativizam a posição de sujeito e objeto, o que relacionamos à perda do OI em monotransitivas, entre outras mudanças na transativização de predicados no PB. Partindo da observação de que já havia relativas cortadoras no Português Clássico, que desembarcou no Brasil em 1500, especialmente relativas de NP adverbial (Andrade, 2025), nossa hipótese é que, numa primeira etapa, mudanças no PB, possivelmente derivadas por uma questão de contato, como a ativação da posição de tópico e o surgimento do tópico-sujeito, impactaram as orações relativas, provocando um aumento do uso da estratégia cortadora. Numa segunda etapa, a ambiguidade estrutural ocasionada pela presença de sentenças relativas cortadoras geradas a partir da posição de tópico (Kato, 1993; Kato e Nunes 2009)) e de tópico-sujeito (Almeida

e Salles, 2023), em adição às estruturas já presentes em posição de adjunto, em que o uso da preposição introdutora do pronome relativo não ocorre, tenha gerado um ambiente linguístico favorável à reanálise da estrutura relativa no português brasileiro. Dessa forma, por hipótese, os falantes nativos reinterpretaram a relativização de constituintes gerados em posições sintáticas que dispensam a atribuição de caso oblíquo por preposição como uma relativização sem movimento do pronome relativo, mas com um complementador em C, também encontrada na tipologia das línguas, assim definido por sua realização articulada com um D nulo (D_{rel}) marcado pelo traço relativo na estrutura interna da oração relativa (Vries, 2002). O resultado dessa reanálise é a coexistência de relativas cortadoras com o complementador *que* (em C, com D+rel nulo na relativa) e relativas com alçamento do núcleo D realizado por pronomes relativos (*que*, *o qual*, *quem*), marcados pelo traço *wh*, e o *pied-piping* da preposição (ou por correlatos morfossintáticos, como *onde*, *cujo*), estas últimas ativadas nos contextos específicos das relativas apositivas e das restritivas na gramática do letrado. Diferentemente de Kato e Nunes (2009) e Lessa-de-Oliveira (2009), consideramos que nem todas as relativas cortadoras do PB são geradas por um pronome relativo alçado a partir de posições de tópico, mas que esta estrutura, além de outras com atribuição de caso semelhante, consiste em um dos passos da mudança, os quais não foram descritos desta forma pelos estudos que já consideram o *que* da oração relativa cortadora do português brasileiro como complementador, tais como Tarallo (1983) e Kenedy (2023 [2003]).

Palavras-chave: mudança paramétrica; diacronia; orações relativas; contato; sintaxe gerativa.

ABSTRACT

A substantial body of research has examined the structure of relative clauses in Brazilian Portuguese language. In general, there is broad recognition of an ongoing linguistic change toward the loss of pied-piping with the relative pronoun in these constructions. There is no consensus, however, regarding the steps involved in this change or the categorial status of the relativizer in the structure resulting from it. This study revisits the debate in order to identify the grammatical trajectory that may explain the diachronic development of relative clauses in Brazilian Portuguese (BP), in light of the typology of relativization proposed in the seminal work of Vries (2002). For that purpose, we conduct a quantitative analysis of linguistic data spanning what we consider the formation of Brazilian Portuguese up to the present day—the nineteenth, twentieth, and twenty-first centuries—regarding structural variables such as pronoun type, relativized function, preposition involved, and the semantic type of the relative clause. The corpora comprising the database represent two textual genres reflecting the usage of educated speakers of Brazilian Portuguese: personal letters written by educated individuals in the nineteenth and twentieth centuries and spontaneous parliamentary speeches from the twenty-first century. The investigation is carried out within the framework of Generative Theory, in its Minimalist version (cf. Chomsky 1995, 2001), drawing on concepts from diachronic syntax (cf. Roberts 2007, 2019). In line with previous studies, we find a significant increase in the use of prepositionless *que* relative pronoun (referred to as *chopping* relatives'), alongside the consequent decline of pied-piping relatives, from the second half of the twentieth century onward, including the synchronic stage. This trend is especially evident in the relativization of adjunct positions and has implications for the increased use of the form *que* and the decline of the forms *cujos*, *o qual*, and *quem*. In addition, we observe an increase in so-called structural relatives, which

relativize subject and object positions. We relate this development to the loss of indirect objects in monotransitive constructions, among other changes in predicate transitivity in BP. Starting from the observation that *chopping* relatives were already present in Classical Portuguese—which arrived in Brazil in 1500—especially in adverbial NP (Noun Phrase) relatives (cf. Andrade 2025), we hypothesize that, in an initial stage, changes in BP, possibly driven by language contact—such as the activation of the topic position and the emergence of topic–subject constructions—affected relative clauses, leading to an increase in the use of the *chopping* strategy. In a second stage, we argue that the structural ambiguity created by the presence of *chopping* relatives generated from topic positions (cf. Kato 1993; Kato & Nunes 2009) and from topic–subject constructions (cf. Almeida & Salles 2023), in addition to structures already available in adjunct positions where the preposition introducing the relative pronoun is absent, created a linguistic environment conducive to the reanalysis of relative clause structure in Brazilian Portuguese. Under this hypothesis, native speakers reinterpreted the relativization of constituents generated in syntactic positions that do not require the assignment of oblique case by a preposition as relativization without movement of the relative pronoun, but rather with a complementizer in C—also observed cross-linguistically—defined by its realization in conjunction with a null D (D_{rel}) marked with a relative feature within the internal structure of the relative clause (Vries, 2002). The result of this reanalysis is the coexistence of *chopping* relatives with the complementizer *que* (in C, with null $D+rel$ in the relative clause) and relatives involving raising of the D-head realized by relative pronouns (*que*, *o qual*, *quem*), marked with a *wh*-feature, along with pied-piping (or morphosyntactic correlates such as *onde* and *cujo*). The latter are restricted to the specific contexts of appositive relatives and restrictive relatives in the grammar of educated speakers. Unlike Kato & Nunes (2009) and Lessa-de-Oliveira

(2009), we argue that not all *chopping* relatives in BP are derived via movement of a relative pronoun from topic positions. Rather, this structure—along with others involving similar case assignment—constitutes one of the steps in the change, which has not been described in these terms by studies that already analyze *que* in BP *chopping* relatives as a complementizer, such as Tarallo (1983) and Kenedy (2023 [2003]).

Keywords: parametric change; diachrony; relative clauses; contact; generative syntax

SUMÁRIO

1	Introdução.....	13
2	Pressupostos teórico-metodológicos: a perspectiva paramétrica.....	21
2.1	Pontos centrais da teoria gerativa e aquisição de linguagem	22
2.2	A Teoria de Princípios e Parâmetros e seus desenvolvimentos recentes	27
2.3	A mudança linguística na visão gerativista	37
2.4	Periodização do Português do Brasil.....	46
2.5	O papel do contato na conformação do PB	51
2.6	Conclusões parciais.....	59
3	A oração relativa: visões teóricas	61
3.1	A análise tradicional: a oração relativa como adjunção	62
3.2	A oração relativa como complemento da matriz.....	64
3.3	Tipologia das orações relativas e seus efeitos para a teoria da gramática: Vries (2002)	67
3.4	Conclusões parciais.....	78
4	A oração relativa no Português Brasileiro	79
4.1	O relativizador como complementador: Kenedy (2023 [2003])	79
4.2	O relativizador como pronome relativo	86
4.3	A oração relativa no PB em perspectiva diacrônica.....	95
4.4	Conclusões parciais.....	101
5	Metodologia e resultados.....	104
5.1	Descrição da base de dados.....	104
5.2	Seleção, classificação e quantificação dos dados	113
5.3	Resultados	121
5.4	Discussão dos resultados.....	163
6	Uma história das relativas do PB.....	169
6.1	O português clássico e as relativas não padrão	169
6.2	O português no Brasil e as relativas adverbiais.....	170
6.3	A situação de contato linguístico e as relativas de tópico-sujeito e de Tópico	172
6.4	o Século XX e a Sincronia	176
6.5	A mudança Linguística	178
6.6	A sincronia: relativas restritivas estruturais e cortadoras <i>versus</i> relativas padrão e relativas apositivas.....	198
6.7	Conclusões parciais.....	202
7	Considerações finais	205
8	REFERÊNCIAS	209

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Heloisa Maria Moreira Lima de Almeida Salles (LIP/UnB), parceira de vinte anos, sempre tão humana sem perder o altíssimo nível das intervenções, por ter me encorajado a fazer a seleção para o doutorado motivada por curiosidade científica, por ter tão bem compreendido os percalços do caminho e por não ter me deixado abandonar a tarefa diante deles. Agradeço ao meu coorientador, Prof. Dr. Aroldo Leal de Andrade (FALE/UFGM), por ter aceitado – sem desistir – ser colaborador numa tarefa que estaria pronto para assumir sozinho e para a qual prestou uma contribuição valiosíssima, com sua experiência em *corpora* e na teoria e seu olhar sempre atento e minucioso.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília pelas discussões frutíferas no âmbito das disciplinas e fora dele: Prof. Dr. Paulo Medeiros Júnior; Prof. Dr. Marcus Vinícius da Silva Lunguinho; Prof.^a Dr.^a Eloisa Pilati; Prof.^a Dr.^a Marina Magalhães; Prof. Dr. Thiago Chacón; e Sua Magnificência, Prof.^a Dr.^a Rozana Reigota Naves, atual reitora da universidade. Agradeço também à Prof.^a Dr.^a Helena Guerra Vicente a acolhida e a companhia na Orquestra Sinfônica da Universidade de Brasília, que tanto me ajudou a aliviar a pressão do trabalho.

Agradeço também aos membros da banca examinadora a gentileza de aceitar o convite e a honra de me oferecerem uma leitura tão qualificada do meu trabalho a partir da inestimável bagagem de suas trajetórias acadêmicas: Prof.^a Dr.^a Charlotte Galves (IEL/Unicamp); Prof.^a Dr.^a Cristiane Namiuti (DELL/UESB); Prof. Dr. Paulo Medeiros Junior (LIP/UnB); Prof. Dr. Marcus Vinicius da Silva Lunguinho (LIP/UnB).

Agradeço a meu órgão empregador, Câmara Legislativa do Distrito Federal por ter me concedido a licença que, na prática, financiou esta pesquisa, e o faço na pessoa de seus colaboradores: a Mesa Diretora do biênio de 2025-2026, presidida pelo Deputado Wellington Luiz; minha chefe visionária, Miriam de Jesus Lopes Amaral (Serel), por ter comprado a ideia de ter uma doutora em Linguística no setor e comprometido sua gestão neste objetivo; aos meus colegas da supervisão, na pessoa da minha amiga querida Tatiana de Amorim Pacheco (Serel), por terem assumido minhas tarefas enquanto estive dedicada à pesquisa; muito especialmente, agradeço à minha amiga Gabriela Santiago Mancin (Serel), mestre em Linguística, por ter me incentivado a começar, compartilhado comigo alguma disciplina, me emprestado livros, me prestado valiosa ajuda na formatação final da tese e pelas visitas que tanto amenizaram a solidão da jornada. Agradeço ainda a Antonio Lima (Fascal) por ter me iluminado uma saída quando eu quis desistir, e a Ana Luísa Miranda (SAS) por ter me acompanhado no difícil processo de redação e finalização do trabalho.

Agradeço à minha grande amiga, irmã do coração e de fé, Grazielle Macedo, bacharel em tradução, pela companhia de uma vida inteira de sucessos e fracassos e pela revisão do meu *abstract*. Agradeço à minha família: meu marido, Hélió de Almeida pelo amor que me dedica e pela ajuda com as tabelas do Excel; a meus filhos, meu maior tesouro e meu verdadeiro legado, José, Rosa, Benjamin, Raquel e Tiago, pela vivência amorosa; a meus pais, Juvenil e Isabel, e meus irmãos, Janaina e Leandro, pela educação responsável, pela alegria da convivência harmoniosa e pelo apoio que me prestam.

Agradeço a Deus por todos os seus dons.

1 INTRODUÇÃO

Diversos estudos linguísticos das mais variadas linhas de pesquisa têm demonstrado que o Português do Brasil apresenta uma série de inovações lexicais, fonéticas, morfológicas e sintáticas em relação ao português europeu e também no contexto das demais línguas românicas, seja por razões sócio-históricas que promoveram o contato do português com línguas de outras raízes no nosso território (Lucchesi; Baxter; Ribeiro, 2009), seja pela própria deriva que pode ocorrer nas línguas em geral (Naro; Scherre, 2007; Noll, 2008).

No que diz respeito às orações relativas, poucos estudos têm se dedicado a investigar a dinâmica da mudança sintática sob uma perspectiva formalista (Tarallo, 1983; Lessa-de-Oliveira, 2009). Em geral, há o reconhecimento de uma mudança linguística em direção à perda do *pied-piping* da preposição com o pronome relativo, mas não há consenso acerca dos passos envolvidos na mudança e da estrutura resultante desse processo: Tarallo (1983) considera o *que* introdutor das relativas como complementador, enquanto Lessa-de-Oliveira (2009) o considera pronome relativo.

O objetivo deste trabalho é compreender a evolução da estrutura da relativização, com enfoque na possibilidade da ocorrência de mudança sintática do PB em relação ao PE. Buscamos verificar se seu percurso segue um caminho tipológico semelhante ao de outras línguas do mundo e formalizar os passos e o resultado dessa mudança com base na pesquisa empírica sobre as condições gramaticais que favorecem o uso de uma ou outra forma ao longo do tempo.

Em Almeida (2011), investigamos algumas questões pertinentes às estruturas de relativização do Português do Brasil. Foram analisados na investigação dados coletados durante o processo de produção das notas taquigráficas de eventos da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Nos dados, além das relativas não padrão descritas na literatura – as

resumptivas (1) e as cortadoras (2) (Tarallo, 1983) –, constatamos características estruturais que não estavam contempladas nas análises acerca do tema a que tivemos acesso. Essas questões são retomadas em Almeida e Salles (2021), com a ampliação da base de dados e argumentos adicionais, que serão detalhados no capítulo 2 deste trabalho.

(1) Trata-se de uma emenda dos trabalhadores da Defensoria Pública [que portanto vamos assiná-la também].

(2) Os problemas [Ø que nos referimos], que a gente tem tantos (...)

(Almeida, 2011: 12-13)

Algumas questões, porém, ficaram pendentes, o que ensejou nova investigação, cujos resultados são apresentados neste texto. A primeira dessas questões é o estatuto da categoria *que* nas orações relativas, como pronome relativo ou complementador. Esse ponto diz respeito a possibilidades teóricas do ponto de vista sincrônico.

Para além desses, coloca-se a possibilidade de uma investigação diacrônica, que entra como elemento central para a presente tese. A compreensão de como o fenômeno em tela introduziu-se e difundiu-se pelo português brasileiro culto ao longo do tempo pode ajudar na escolha entre essas opções teóricas no nível sincrônico.

Com base na teoria de como a sintaxe das línguas muda e com apoio na coleta e análise de dados em pesquisa de *corpora* diacrônicos, investigamos como ocorreu a evolução da oração relativa não canônica do português brasileiro culto. A hipótese é que a variação encontrada nas estruturas de relativização do PB seja resultado de um processo de mudança sintática na língua, conforme definida em Roberts (2007), tenha ela sido motivada por fatores intralinguísticos ou por contato.

Num processo conhecido como *reanálise*, a ser descrito mais detalhadamente na seção 2.3, uma geração interpreta os dados que lhe são fornecidos como resultado de uma estrutura diferente daquela que é dada pela interpretação que a geração anterior fez, seja na

fonologia, seja na morfologia, seja na sintaxe. Assim, uma opção paramétrica é marcada de forma distinta, e uma nova gramática internalizada é formada pela nova geração.

Ainda segundo Roberts (2007), a mudança sintática ocorre por uma falha na transmissão da Gramática entre gerações de falantes e envolve alguns fatores, como a opacidade, a ambiguidade paramétrica e a preferência pela simplicidade. A opacidade está presente em uma Gramática quando um conjunto de mudanças ocorre ao mesmo tempo, com regras cada vez menos claras e excesso de irregularidades – o que descreve o conjunto de fenômenos que será apresentado na seção 2.5. A ambiguidade paramétrica ocorre quando uma cadeia superficial pode ser interpretada como incapaz de evidenciar uma marcação de parâmetro para a criança em aquisição de determinada gramática. Havendo essa ambiguidade, a geração 2 prefere a estrutura mais simples entre as marcações paramétricas disponíveis.

Nossa hipótese é que a ambiguidade estrutural ou a opacidade ocasionada pela presença robusta de sentenças relativas cortadoras geradas a partir da posição de tópico (3), de tópico-sujeito (4) e de NP nu adverbial (5) tenha gerado um ambiente linguístico favorável à reanálise da oração relativa padrão. Por serem contextos sintáticos que tornam opcional a preposição regente, a relativização de constituintes nessas posições permite a não ocorrência do *pied-piping*¹.

(3) [uma [CP [DP doença_i [DP que t_i]]_k [CP C [LD t_k [IP as pessoas ficam no limite]]]]]

(4) [um [CP [DP hospital_i [DP que t_i]]_k [CP C [IP t_k não funciona a maternidade]]]]]

(5) [vários [CP [DP dias_i [DP que t_i]]_k [CP C [IP t_k eu vim aqui]]]]]

¹ Os dados apresentados foram coletados em Almeida (2011: 63-64), e as estruturas a eles atribuídas adotam a proposta de Kayne (1994) da relativização baseada na oração relativa como complemento do determinante da matriz e realizada pelo alçamento do núcleo a partir da posição relativizada, reformulada em De Vries (2002). Ambas as propostas são detalhadas no capítulo 3 deste trabalho.

Dessa forma, os falantes nativos interpretaram a relativização com alçamento de pronomes relativos gerados em posições sintáticas que dispensam a atribuição de caso por preposição como uma relativização sem movimento de pronome relativo, mas com um complementador relativo, uma estrutura bastante comum na tipologia das línguas, conforme apresenta a Seção 3.3.

Diferentemente de Kato e Nunes (2009), consideramos que nem todas as relativas cortadoras do PB são geradas a partir de posições de tópico, mas esta estrutura, exemplificada em (3), além de outras com atribuição de caso oblíquo sem preposição, como (4) e (5), consiste em um dos passos da mudança.

O resultado dessa reanálise, a ser detalhada no capítulo 6, é a convivência, no português brasileiro culto, entre (i) relativas cortadoras (6) e resumptivas (7) com o complementador *que* expresso e pronome relativo nulo e (ii) relativas com *pied-piping* da preposição com pronomes relativos expressos e complementador nulo (8) e (9).

- (6) Os $[_{CP} [_{DPrel} \text{problemas}_i (P+D_{rel}) t_i]_k [_C \text{que} [_{IP} \text{nos referimos } t_k]]]$
- (7) Os $[_{CP} [_{DPrel} \text{problemas}_i (D_{rel}) t_i]_k [_C \text{que} [_{IP} \text{nos referimos } [a \text{ eles}_k]]]]$
- (8) Os $[_{CP} [_{P+DPrel} \text{problemas}_i [_{P+Drel} a \text{ que } t_i]_k [(C) [_{IP} \text{nos referimos } t_k]]]]$
- (9) Os $[_{CP} [_{P+DPrel} \text{problemas}_i [_{P+Drel} \text{aos quais } t_i]_k [(C) [_{IP} \text{nos referimos } t_k]]]]$

Também serão analisados como possíveis indícios de reanálise da estrutura relativa a preferência dos falantes pelo uso do *que* no lugar de outros pronomes relativos como *cujos*, *quem* e *o qual*, além do uso de *onde* e destes mesmos pronomes sem suas propriedades categoriais originais de caso, gênero e número, de forma semelhante a um complementador. Uma evidência disso é que, quando utilizados, frequentemente apresentam truncamentos sintáticos, conforme exemplificado a seguir.

Em (10), o pronome “onde” é ambíguo em relação à sua função: pode ocupar, na oração relativa, função objetiva direta, com o núcleo do antecedente *rubrica* ou sua típica função locativa, com o antecedente *um orçamento*.

- (10) É preciso, inclusive, um orçamento com uma rubrica específica para igualdade racial, onde o governo não se sinta à vontade para contingenciar.

O pronome relativo *o qual* em (11), convive com pronomes resumptivos dentro da oração relativa e aparece com *pied-piping* da preposição *de* em uma posição não regida por outro elemento do contexto:

- (11) Um jornalista do qual acreditamos não haver um morador de Brasília que não o conheça pessoalmente ou que não ouviu falar dele.

(*Correio Braziliense*, coluna social em 27/08/2019.)

Já em (12), o relativizador *cuja* aparece fora de uma estrutura relativa, onde nem sequer há um verbo que lhe possa fornecer posição na estrutura.

- (12) A proposta em análise consiste em possibilitar aos contribuintes o pagamento de tributos vencidos ou vincendos, inscritos ou não inscritos em dívida ativa, por meio de dação em pagamento, [cuja oferta de bens imóveis qualificados como hospitais e similares, construídos ou em construção, em locação de bens imóveis, equipamentos e o que for necessário para o funcionamento das UTIs para o tratamento da Covid-19 e de doenças decorrentes].

(Parecer da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Legislativa do Distrito

Federal ao Projeto de Lei nº 1.839/2020.)

Ressaltamos que os dados apresentados até aqui foram coletados em textos formais escritos e eventos reais de fala altamente monitorada, a partir de uma tribuna, com uso de microfone, gravação de áudio e vídeo e transmissão simultânea pela *TV Legislativa*, com diversos oradores escolarizados de origem variada, o que corrobora a impressão de que esses

fenômenos linguísticos estão bastante difundidos e estabelecidos na língua culta e não representam realizações de uso marginal entre os falantes do português brasileiro. Ao contrário, as relativas não padrão constituem usos bastantes difundidos nas realizações espontâneas da língua.

A presente discussão será formulada no quadro teórico da gramática gerativa, em sua versão minimalista (cf. Chomsky, 1995 e estudos subsequentes e correlatos). Essa abordagem observa que a língua natural se desenvolve a partir de um *input* linguístico limitado diante do resultado obtido na gramática estável, que corresponde à capacidade de usar um sistema complexo de signos de forma eficiente, o que ocorre consistentemente nas diversas comunidades linguísticas do mundo.

A partir disso, infere-se que toda língua natural consiste em um sistema finito de elementos que se combinam para formar um número infinito de sentenças. Em sua natureza complexa, recursiva e independente de estímulo, a linguagem é exclusiva e inerente à espécie humana, ou seja, todos os seres humanos e somente eles nascem com a capacidade de aprender uma língua, desde que expostos a dados dessa língua durante os primeiros anos de vida.

Diante dessa constatação, Noam Chomsky postula a existência de uma estrutura mental inata – a Faculdade de Linguagem – que manifesta um estado mental inicial, designado Gramática Universal (GU) que se combina com a exposição aos Dados Linguísticos Primários e com a atuação de ferramentas cognitivas extralinguísticas – o terceiro fator – para fixar valores de um conjunto de parâmetros binários dispostos hierarquicamente (cf. Roberts, 2019), dando origem à gramática particular de uma dada língua.

Tendo em conta as diferenças e semelhanças entre as diversas línguas do mundo, também a mudança linguística pode ser explicada em termos da fixação das opções paramétricas no processo de aquisição de língua. Nesse sentido, as línguas mudam dentro das possibilidades oferecidas pelos parâmetros da Gramática Universal. Esses pressupostos serão detalhados nas Seções 2.1 a 2.3.

Considerando os objetivos deste estudo, a pesquisa envolveu a elaboração de uma base de dados diacrônica composta pelos seguintes *corpora*: Cartas Brasileiras e Cartas da Coleção documental Dantas Jr., ambos disponíveis no Projeto CE-DOHS – Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão; Fundo documental FB, disponível no Projeto Histling – Laboratório de História da Língua da UFRJ; discursos parlamentares espontâneos em sessões ordinárias da Câmara Legislativa do Distrito Federal, coletados durante o processo de produção das notas taquigráficas.

Tais *corpora* representam dois gêneros textuais que refletem o português brasileiro culto: cartas pessoais escritas por pessoas escolarizadas dos séculos XIX e XX e discursos parlamentares espontâneos do século XXI. Os dados coletados serão tratados estatisticamente para extração das conclusões relevantes utilizando o *software* Goldvarb X e eventualmente outros testes estatísticos. O objetivo desta etapa do trabalho é observar as características da mudança em tela para iluminar e embasar as propostas de descrição formal que serão feitas posteriormente.

Dessa forma, o trabalho contribui para a investigação das propriedades da Gramática Universal (GU), bem como da teoria gramatical acerca do funcionamento e dinâmica da mudança das línguas em geral e especificamente do PB. Entender o funcionamento das orações relativas no panorama sincrônico da língua falada no Brasil e na sua evolução diacrônica, desvendando os aspectos estruturais envolvidos nessas inovações, pode trazer

luz para o entendimento do funcionamento do mecanismo da linguagem humana e para a compreensão das dificuldades dos falantes do PB em lidar com o próprio idioma na sua modalidade escrita formal, que preserva a sintaxe dos falantes europeus como padrão.

O texto organiza-se da seguinte maneira: no segundo capítulo, são apresentados os pressupostos da teoria da mudança linguística que norteiam a análise. O terceiro capítulo apresenta estudos prévios formalistas sobre a sintaxe da oração relativa nas línguas em geral. O quarto capítulo apresenta uma revisão da bibliografia sobre a oração relativa no Português brasileiro, em perspectiva sincrônica e diacrônica. O capítulo 5 apresenta a pesquisa quantitativa realizada no âmbito deste trabalho, com análise e discussão dos resultados empíricos obtidos. O capítulo 6 traduz os resultados em uma análise formal da mudança linguística das orações relativas do PB. Finalmente, o capítulo 7 conclui a discussão.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: A PERSPECTIVA PARAMÉTRICA

Partindo de uma abordagem diacrônica para o estudo das orações relativas, este trabalho busca a compreensão de seu estatuto no português brasileiro atual. Este primeiro capítulo aborda a noção de "parâmetro", que traz um grande potencial de adequação explicativa para as mudanças sintáticas.

O recorte sintático teve pequena participação nos estudos sobre a história das línguas, só apresentando avanço a partir do interesse diacrônico que teorias centradas na perspectiva formal passaram a ter, visto que tomam esse nível analítico como seu interesse central

Este capítulo se organiza da seguinte maneira: na primeira seção, são apresentados alguns pontos centrais da teoria gerativa juntamente com questões de aquisição da linguagem que corroboram a opção por essa teoria; na Seção 2.2, são descritos os desenvolvimentos da Teoria de Princípios e Parâmetros, na sua forma clássica e na reformulação proposta na teoria da Hierarquia Paramétrica; a Seção 2.3 apresenta os conceitos que definem a maneira como a teoria sintática se dirige à questão da mudança linguística. A Seção 2.4 se dedica a descrever uma periodização do PB que ajude a explicar os fenômenos. A Seção 2.5 localiza a mudança da oração relativa no cenário de diversas mudanças ocorridas no PB. Finalmente, a Seção 2.6 conclui o capítulo.

2.1 PONTOS CENTRAIS DA TEORIA GERATIVA E AQUISIÇÃO DE LINGUAGEM

Os estudos sobre a sintaxe das línguas naturais ganharam um desenvolvimento surpreendente a partir das análises de Noam Chomsky. Desde os primeiros textos da Teoria Gerativa (Chomsky, 1965, cap. 1), Chomsky pressupõe a existência de uma estrutura mental inata e exclusiva da espécie humana, capaz de desenvolver uma língua particular a partir da exposição a ela nos primeiros anos de vida, chamada de Gramática Universal (GU).

Muitas evidências para a existência da GU foram formuladas nos estudos linguísticos desde então, apresentando-a como resposta plausível para várias questões: a capacidade das crianças de, a partir da exposição a um número limitado e pouco variado de dados linguísticos, em uma faixa etária em que a cognição está tão pouco desenvolvida, adquirirem um idioma como sistema complexo, capaz de produzir um número virtualmente infinito de sentenças a partir de um número finito de elementos lexicais, de maneira semelhante em todas as culturas e com um resultado qualitativamente próximo entre os adultos.

Apesar de ter sido apresentada desde Platão – que, no seu diálogo *Meno*, sugere que os seres nada aprendem, mas somente relembram conhecimentos prévios –, o pressuposto dessa estrutura inata, chamada de *Faculdade da Linguagem*, nunca esteve livre de controvérsias. Já na concepção do gerativismo, foi necessário confrontar uma teoria determinista para o comportamento humano, propugnada por Skinner: o comportamentalismo. Mais tarde, a *pedagogia* de Piaget era também avessa ao inatismo, por razões semelhantes. Até a atualidade as pesquisas linguísticas se desenvolvem em meio a esse debate, que se confunde com a divisão entre formalismo e funcionalismo.

Teorias linguísticas modernas funcionalistas consideram as ferramentas cognitivas da memória, do raciocínio, da capacidade de simbolizar suficientes para a tarefa humana de aprender e utilizar uma língua natural. Nesse sentido, têm buscado refutar a hipótese da existência da GU, argumentando não ser necessária a postulação de uma estrutura mental inata específica para a linguagem, a qual seria uma capacidade humana derivada da cognição e fruto de um inatismo racional geral.

Um exemplo de estudo recente que está de acordo com a visão funcionalista é Dabrowska (2015). Nesse trabalho se arrolam estudos que questionam a limitação dos dados a que uma criança é exposta ao adquirir uma língua, a relativa equivalência qualitativa entre a capacidade linguística de falantes adultos, bem como o caráter geográfico da estrutura cerebral que dá suporte à capacidade de falar do ser humano. O estudo argumenta ainda que as crianças constroem a língua utilizando-se de ferramentas cognitivas gerais, na interação com o ambiente. A investigação das línguas, nessa concepção, baseia-se na análise dos dados com foco na finalidade comunicativa e discursiva da língua, pelo método empírico de coleta e análise de dados.

Para Lightfoot (1991, 1999), as teorias que criticam o inatismo falham em responder à questão da pobreza de estímulo: como pode uma criança adquirir um sistema tão complexo em tão tenra idade sem nenhuma instrução formal, de maneira sistemática em todas as culturas humanas, na mesma faixa etária e com um resultado qualitativamente semelhante? Não se trata de mera imitação da fala dos adultos, pois toda criança é capaz de produzir uma infinidade de sentenças nunca ouvidas, inclusive com erros típicos de generalizações sistemáticas, como em *Eu já fazi o bolo*. E as poucas correções que costumam receber dos adultos não seriam suficientes para servir como evidência negativa para que o falante capture restrições como, por exemplo, a exigência de anáfora **Jay_i hurt himself/*him_i*.

Duas questões importantes se colocam nesse debate: uma é a investigação do período crítico para aquisição de linguagem, e a outra é o conceito de pobreza de estímulo.

O período crítico é a fase da infância, de 0 a 5 anos de idade, em que, por hipótese, a língua materna é adquirida de maneira otimizada, apenas por exposição aos dados linguísticos primários, com uma eficiência decrescente em relação à idade de exposição. A hipótese é suportada empiricamente por casos de crianças privadas do contato com a linguagem nesse período, que jamais conseguem adquirir uma gramática plena. O caso mais conhecido pelos linguistas é o de Genie², criança privada de contato social e resgatada aos treze anos, que nunca dominou completamente a sintaxe de uma língua humana, apesar de ter conseguido dominar algumas palavras associando som e significado. Outro exemplo que corrobora a hipótese é a formação do Idioma de Sinais Nicaraguense, estruturado com uma gramática mais complexa por um grupo de crianças menores a partir da Linguagem de Sinais Nicaraguense, usada por crianças maiores e com estruturas sintáticas mais elementares.³

De acordo com as evidências, a tarefa de adquirir a língua materna parece tornar-se menos frutífera à medida que esse período vai passando. Ora, se a aquisição da linguagem fosse derivada da cognição, o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem linguística deveria acompanhar o desenvolvimento das outras formas de aprendizado do ser humano, crescendo com o desenvolvimento cognitivo, e não diminuindo, como acontece com a linguagem. O período crítico diferencia, portanto, a aquisição de uma língua dos demais processos cognitivos que um ser humano percorre ao longo de sua vida, o que corrobora com a hipótese da GU.

² O caso é descrito em Pinker (2002, p. 372)

³ O processo foi descrito em Kegl; Senghas; Coppola (1999)

Quanto à pobreza de estímulo, não se trata de escassez de dados, confusão comum entre linguistas de outras tradições teóricas, mas de ausência de sistematização desses dados e explicitação das regras que subjazem à sua formação, referindo-se à tarefa da criança em fase de aquisição da linguagem de fazer o melhor possível por si mesma, apenas com os dados linguísticos a que é exposta, sem instrução ou correção, para adquirir a Gramática e o léxico de sua língua materna.

Guasti (2002) descreve a complexidade do processo de aquisição da linguagem por parte da criança com o termo inglês *bootstrapping*⁴ (“autoalavancagem”, em tradução livre), que será detalhado a seguir para ilustrar o conceito de pobreza de estímulo e tornar mais evidente a complexidade da tarefa da aquisição da linguagem por uma criança diante dos dados que lhe são apresentados.

A primeira etapa de aquisição envolve a relação entre léxico e fonologia. Nela as crianças têm de delimitar as fronteiras das palavras, tarefa que envolve muitas dificuldades. Na fala fluente não há os espaços em branco que a escrita oferece, e muitas pausas são eliminadas. Além disso, as palavras não são apreendidas isoladamente, mas sempre num contexto sintático, e a criança não nasce com um léxico de uma língua particular, que é o que baseia a percepção dos adultos de quando uma palavra falada termina, e outra começa. A criança precisa, então, observar as sequências fonológicas que estatisticamente mais aparecem no meio ou no final das sílabas e as tendências prosódicas de sua língua materna para elaborar hipóteses sobre quais são as palavras que a ela pertencem.

A segunda etapa da aquisição é a associação entre essas palavras delimitadas e o seu significado no mundo (aquisição semântica do léxico). No que diz respeito aos nomes, essa

⁴ O termo inglês descreve a tentativa de se erguer utilizando-se das alças das próprias botas como alavanca, o que é considerado uma tarefa impossível.

associação se dá da palavra para o mundo, pela presença do objeto mencionado ou de identificação por um gesto no momento da fala.

Quando se trata de verbos, a situação é diferente. A flexão modo-temporal permite que a ação expressa não seja simultânea ao enunciado. Então, a associação entre a sentença e o mundo passa pela suposição da estrutura argumental a partir dos nomes já conhecidos nela presentes. Assim, nessa fase, pode-se afirmar que o *bootstrapping* fonológico desencadeia o *bootstrapping* sintático, pois a criança utiliza as informações obtidas no processo de aquisição dos nomes para inferir o significado e a estrutura argumental dos verbos – que são seus traços lexicais básicos – a partir dos elementos envolvidos na sentença e sua possível relação com um evento no mundo.

A perspectiva da teoria gerativa não só aborda questões instigantes como a complexidade da tarefa da aquisição da linguagem, mas também fornece ferramentas para descrever formalmente e comparar as línguas e suas variações sincrônicas e diacrônicas, principalmente no que diz respeito aos seus aspectos sintáticos. Por isso, essa foi a opção que fizemos para buscar respostas às questões levantadas neste trabalho em detrimento de teorias funcionalistas da linguagem.

De qualquer maneira, para benefício do desenvolvimento científico, faz-se necessário que essas duas tendências sejam consideradas não antagônicas, mais complementares, uma vez que cada uma coloca seu foco de investigação em um de dois aspectos definitivamente presentes nas línguas naturais: a estruturação mental e a finalidade comunicativa.

2.2 A TEORIA DE PRINCÍPIOS E PARÂMETROS E SEUS DESENVOLVIMENTOS RECENTES

2.2.1 A teoria paramétrica clássica

Os linguistas de tradição gerativista têm trabalhado nas diversas estruturas das línguas do mundo para encontrar um modelo de GU suficientemente forte ao ponto de poder explicar as questões apontadas na seção anterior mas, ao mesmo tempo, suficientemente flexível para abranger a variação entre as línguas e a mudança linguística. O mecanismo dessa investigação é lógico-dedutivo: os dados são observados na busca de evidências teóricas que possam ser vinculadas aos pressupostos da teoria para chegar à forma da GU. Como ciência, essa teoria está sujeita a controvérsias e reformulações constantes.

Nessa esteira, um dos primeiros desenvolvimentos da Teoria Gerativa é a Teoria dos Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981). Segundo essa abordagem, a Gramática Universal (GU) se compõe de um conjunto de princípios, dados inatos compartilhados por todas as línguas, e de um conjunto de parâmetros binários, cujos valores são fixados na aquisição, dando origem ao estado mental estável que corresponde à gramática particular de uma dada língua. A Teoria dos Princípios e Parâmetros é a resposta gerativista ao paradoxo entre a questão da pobreza de estímulo e a variação linguística sincrônica e diacrônica:

A Teoria da GU deve atender a duas condições. Por um lado, deve ser compatível com a diversidade de gramáticas existentes (na verdade, possíveis). Ao mesmo tempo, a GU deve ser suficientemente restrita e restritiva nas opções que permite, de modo a explicar o fato de que cada uma dessas gramáticas se desenvolve na mente com base em evidências bastante limitadas.⁵ (Chomsky, 1981, p. 3. Tradução da autora.)

⁵ No original: The theory of UG must meet two conditions. On the one hand, it must be compatible with the diversity of existing (indeed, possible) grammars. At the same time, UG must be sufficiently constrained and restrictive in the options it permits so as to account for the fact that each of these grammars develops in the mind on the basis of quite limited evidence. (Chomsky, 1981, p.: 3.)

A Teoria dos Princípios e Parâmetros ofereceu, pela primeira vez, uma ferramenta formal para descrever as semelhanças e diferenças entre as línguas porque estabeleceu limites para a variação. Também oferece uma estrutura para o estudo da mudança sintática, que, nesse primeiro momento, consistiria na própria mudança no valor de um parâmetro, com consequente espalhamento da nova estrutura para outros membros de uma dada comunidade linguística: as línguas não variam entre si nem mudam ao longo do tempo indefinidamente, mas dentro das possibilidades oferecidas pela Gramática Universal. Ao mesmo tempo, a teoria ofereceu uma explicação mais adequada para a questão da pobreza de estímulo, já que reduz a tarefa da aquisição ao estabelecimento de valores para os parâmetros a partir dos Dados Linguísticos Primários.

Um exemplo bastante utilizado para evidenciar a caracterização dos princípios e parâmetros da GU é o parâmetro do sujeito nulo, baseado num feixe de propriedades que podem estar presentes ou ausentes nas línguas (Roberts, 2019, p.19), originalmente proposto em Chomsky, 1981, p. 240ss):

- a. possibilidade de um sujeito referencial e definido não expresso em orações finitas;
- b. inversão livre de sujeito;
- c. aparente ausência do efeito complementador-vestígio (*that-trace*)⁶;
- d. flexão de concordância pessoal rica nos verbos finitos.

O italiano, o espanhol e o grego apresentam todas essas cinco propriedades, enquanto o inglês e o francês não apresentam nenhuma delas. Dessa forma, acreditava-se que o

⁶ Restrição, apresentada por algumas línguas, da presença de um vestígio após um complementador. O contraste entre línguas que apresentam e línguas que não apresentam esse efeito é exemplificada a seguir (Roberts, 2019, p. 19-20):

(1)*Who did you say that – wrote this book?

(2) Who did you say – wrote this book?

(3) Chi ha detto che – ha scritto questo libro? [Italian]

Who have-3Sg say.ppt that–have.3Sg.Pres write.ppt this book

‘Quem você disse que escreveu esse livro?’

primeiro grupo de línguas marca o valor do parâmetro do sujeito nulo positivamente, enquanto o segundo o marca negativamente.

Apesar de seu valor explanatório, a Teoria dos Princípios e Parâmetros passou a sofrer críticas de diversos tipos. Do ponto de vista empírico, constata-se que, desde que a teoria foi lançada, não foi possível estabelecer um conjunto de parâmetros capazes de descrever um número considerável de línguas. Conforme demonstrado por Newmeyer (2005), o próprio parâmetro do sujeito nulo, binário como apresentado, aplica-se adequadamente a um número muito limitado de línguas, enquanto boa parte delas apresenta algumas das cinco propriedades, mas não todas, o que enfraquece o argumento, lançado na origem da teoria, segundo o qual um dado valor paramétrico implica automaticamente um feixe de propriedades.

Além disso, no aspecto teórico, os próprios desenvolvimentos mais recentes da Teoria Gerativa (Chomsky, 1995), que buscam reduzir ao mínimo o tamanho da Gramática Universal, trazem problemas ao modelo clássico da Teoria de Princípios e Parâmetros. Ao lado disso, a retomada de interesse pela biolinguística, ao buscar situar a linguagem como parte da evolução da espécie humana, trouxe à tona a necessidade de considerar outros aspectos da cognição, que vieram a ser denominados como o "terceiro fator no *design* da linguagem" (Chomsky, 2005).

Por outro lado, a Teoria dos Princípios e Parâmetros se baseava originalmente numa visão simplista da cognição humana, que supunha serem as opções paramétricas parte da GU, como também se desenvolvia ao lado da Teoria de Regência e Ligação, que era composta de um complexo aparato de pressupostos que tornava pouco factível a tarefa de aquisição de linguagem.

Dessa forma, fez-se necessário desenvolver uma teoria da linguagem que atribuísse o seu desenvolvimento a um passo simples, passível de ser selecionado evolutivamente. A operação *merge* (concatenar) passou a representar esse passo, já que não é realizada por outras espécies e permite a recursividade característica da linguagem humana.

2.2.2 A teoria da hierarquia de parâmetros

Roberts (2019) considera que várias das críticas à Teoria dos Princípios e Parâmetros são pertinentes, mas falham em oferecer alternativas às vantagens trazidas por ela. Outras teorias não se dedicam a oferecer uma ferramenta formal para descrever sintaticamente as diversas línguas humanas, com possibilidade de se dirigir a questões de aquisição da linguagem, como a pobreza de estímulo e o período crítico, considerando também a tipologia ordenada das línguas, com as semelhanças e diferenças existentes entre elas, e para a mudança linguística. Por isso propõe torná-la compatível com a abordagem minimalista por meio de uma reformulação, chamada de Hierarquia de Parâmetros, que passamos a apresentar resumidamente.

Para melhor descrever as línguas e suas variações e mudanças, os parâmetros continuam sendo opções binárias, mas precisam estar ordenados. As evidências da existência de quatro categorias de parâmetros dispostas hierarquicamente são apresentadas em Roberts (2019) a partir da contraposição da família das línguas românicas com o japonês, uma língua geneticamente não relacionada e tipologicamente muito diversa. A escolha por elas não se baseia em nada de especial; elas apenas estão mais estudadas e bem descritas do ponto de vista formal. Do ponto de vista diacrônico, as línguas românicas apresentam a vantagem de ter um ancestral comum muito bem documentado.

Quando olhamos para essa família de línguas, podemos observar uma ampla variação no que diz respeito a vários aspectos, que são descritos com o objetivo de ilustrar os pontos de variação que a teoria precisa abordar para dar conta do fenômeno. Na discussão, Roberts (2019) identifica entre as línguas românicas: 26 tipos de clíticos sujeito, 3 (três) tipos de negação, 5 (cinco) tipos de posicionamento de clíticos, 7 (sete) tipos de concordância de particípio, 16 (dezesseis) tipos de seleção de auxiliar em perífrases verbais. Contabilizando todas as possibilidades, seriam 57 opções, que, se consideradas completamente independentes entre si, poderiam gerar, em relação apenas a esses aspectos e apenas às línguas românicas, 87.560 sistemas gramaticais distintos, o que ainda está subestimado, se levarmos em conta que as possibilidades se limitam a um pequeno grupo de fenômenos. Por isso, faz-se necessário restringir a maneira como os parâmetros se combinam para formar as gramáticas das línguas em geral. Essa restrição é apresentada a partir da comparação entre a família românica e o japonês.

Não obstante toda a variação presente entre as línguas da família românica, as línguas que pertencem a ela apresentam similaridades marcantes:

1. São SVO e preposicionais (núcleo inicial);
2. não são ergativas;
3. Apresentam fusão morfológica, principalmente nos verbos;
4. não apresentam o valor chinês para o parâmetro em Chierchia (1998)⁷;
5. possuem artigos definidos e indefinidos;
6. têm sistemas de concordância moderadamente ricos;
7. possuem clíticos de complemento;

⁷ Chierchia define o Nominal Mapping Parameter, que distingue línguas que apresentam a possibilidade de um nome no referencial em posição argumental, como o chinês, de línguas que não permitem essa estrutura, como o italiano: *Ho visto gatto (lit. 'Vi gato').

8. não apresentam um sistema de caso morfológico.

Em confronto com as línguas românicas, o japonês, uma língua bem descrita e geneticamente remota, apresenta as seguintes características:

1. SOV e posposicional (núcleo final);
2. não ergativa;
3. possui sistema morfológico aglutinante;
4. apresenta o valor chinês de Chierchia (1998);
5. não possui artigos;
6. não possui qualquer tipo de sistema de concordância;
7. não possui clíticos;
8. possui um sistema morfológico de caso completo.

Dessa comparação, surgem algumas questões para a Teoria dos Princípios e Parâmetros: como abordar as 57 opções encontrados nas línguas românicas em uma língua como o japonês, que não possui clíticos, perífrases nem concordância? Como falar em colocação de clíticos, seleção de auxiliares, concordância de participio em uma língua como essa? Será que as crianças em fase de aquisição da língua japonesa testam todos os parâmetros relevantes para as línguas românicas face aos dados linguísticos primários que recebem para marcá-los como negativos? Por que a partícula de negação é uma constante nos dois grupos de línguas?

Como solução para essas questões, Roberts (2019: 52) propõe que a negação não é opcional na GU, é uma categoria inata, mas também apresenta variação paramétrica quanto à colocação. Já os traços *phi* de concordância são opcionais. É possível agrupar os 57 parâmetros que variam entre as línguas românicas em um feixe que pode ser chamado de parâmetro dos traços *phi*, que engloba as concordâncias de gênero, número e pessoa,

ausentes no japonês, mas presentes e variáveis nas línguas românicas. A variação românica a respeito dos clíticos sujeitos, próclise/ênclise e concordância do particípio é uma consequência do fato de que o parâmetro *phi* é estabelecido como positivo nas línguas românicas, e as variações consistem em sub-opções relativas a esta opção mais abrangente. O parâmetro *phi* é sub-especificado, ou seja, fica negativo até a criança extrair do PLD evidências para estabelecê-lo como positivo e, a partir daí, marcar as sub-opções paramétricas.

Pode-se chamar o parâmetro dos traços *phi* de macroparâmetro, porque envolve um número grande de núcleos funcionais. Um macroparâmetro define propriedades que, ao mesmo tempo, são salientes nos dados linguísticos primários, facilitando a tarefa da aquisição da linguagem, e – talvez por isso – são diacronicamente estáveis, i.e. seus valores são dificilmente alterados no curso da história de uma língua. Os macroparâmetros afetam todos os núcleos funcionais de um tipo relevante de um grande grupo de línguas, distinguindo-as de outras línguas geneticamente remotas.

Dentro desse feixe de propriedades agrupadas sob o rótulo de macroparâmetro, observam-se variações menos abrangentes que afetam uma classe natural de núcleos funcionais em uma família linguística, distinguindo-a de outras famílias, como, por exemplo, o parâmetro do sujeito nulo, característico das línguas românicas, ou o parâmetro V2, presente na maioria das línguas germânicas. Ambos podem ser caracterizados como mesoparâmetros.

Mais abaixo na hierarquia, podemos observar características sujeitas à variação entre línguas de uma mesma família, que não estão evidentes nos dados linguísticos primários, afetam poucos núcleos funcionais e acabam sendo diacronicamente instáveis, como a

escolha dos auxiliares das perífrases (*ter* ou *haver*, por exemplo) e a colocação dos clíticos nas línguas românicas. Essas propriedades recebem o rótulo de microparâmetros.

Por último, observamos a existência de anomalias lexicalmente localizadas em uma língua, como, por exemplo, o fato de que *combien* é a única palavra *qu-* do francês que pode ser extraída de dentro de um DP⁸. Essas irregularidades lexicais são as últimas propriedades de uma língua a serem adquiridas por aparecerem muito raramente nos dados linguísticos e, portanto, são altamente instáveis diacronicamente. Tais propriedades afetam núcleos funcionais de itens lexicais específicos e são chamadas de nanoparâmetros.

Dessa forma, a comparação entre as propriedades do japonês com as línguas românicas e delas entre si fornece evidência empírica para a formulação desses quatro níveis de parâmetros dispostos hierarquicamente. Sua adequação explanatória fica evidente pelo fornecimento de uma ferramenta capaz de descrever formalmente os fenômenos da aquisição da linguagem, da variação tipológica e da mudança linguística.

Resta-nos falar sobre como as opções paramétricas são estabelecidas na aquisição de cada língua. Pela abordagem emergentista (Biberauer, 2016), os parâmetros não estão diretamente predeterminados pela Gramática Universal, o que a tornaria muito mais complexa do que o desejável. Os parâmetros, ao contrário, emergem como resultado da interação dos três fatores envolvidos no fenômeno da linguagem humana: (i) a dotação genética, (ii) a exposição aos Dados Linguísticos Primários (PLD) e (iii) um conjunto de ferramentas cognitivas extralinguísticas mais gerais, chamadas de “terceiro fator” (Chomsky, 2005).

⁸ Confira:

(i) Combien as-tu lu [(combien) de livres]? [Francês]
 Quantos ter.2Sg.Pres-você ler.part de livros?
 ‘Quantos livros você leu?’

No que diz respeito à dotação genética, desenvolvimentos recentes da teoria gerativa (Chomsky; Gallego; Ott, 2019) têm buscado atribuir o surgimento da linguagem humana a um pequeno passo evolutivo que nos distinguiu dos outros mamíferos e foi selecionado, expandindo-se na espécie. Assim, a GU passa a ser considerada como essa própria distinção na capacidade dos humanos.

Esse pequeno passo precisa explicar duas propriedades principais da linguagem humana: (i) a recursividade infinita, ou seja, a capacidade ilimitada de unir elementos para formar sentenças; (ii) a possibilidade de interpretar um mesmo elemento em mais de uma posição da sentença, como o caso das próprias orações relativas, em que o núcleo relativizado recebe uma interpretação tanto dentro da oração subordinada quanto na oração matriz (13):

(13) O livro que escrevi (o livro).

A operação *Merge* (“concatenação”, em português) reúne as condições para representar esse pequeno passo evolutivo, pois os animais são capazes de receber comandos e aprender sinais, mas não concatenam elementos para formar os objetos sintáticos que constituem o caráter recursivo da linguagem: um elemento X se concatena com Y, formando K, como um verbo seleciona um objeto formando um predicado. Essa operação realiza a primeira propriedade da linguagem e é chamada de Merge Externo exemplificada em (14):

(14) {escrevi {o livro}}

A segunda propriedade pode ser realizada com uma operação chamada de Merge Interno: Y se concatena com um elemento que já possui Y, formando uma cadeia em que o elemento aparece em mais de uma posição, mas é efetivamente pronunciado em apenas uma delas (15):

(15) {O livro {escrevi ~~o~~ livro}}

A operação Merge se aplica livremente, sem a necessidade de traços indutores de movimento. A ordem que a concatenação desses elementos apresenta na superfície não está definida na GU, e as línguas diferem em como linearizam esses elementos. Da mesma forma, a operação Agree (concordância) varia em como se aplica em cada língua e se trata de uma representação morfofonológica parametricamente variável, refletindo propriedades computacionais e não necessariamente parte da GU (Chomsky; Gallego; Ott, 2019).

Os PLD fornecem, como descrevemos na Seção 2.1, as informações do léxico com suas associações entre significados no mundo e sequências fonológicas representativas, além dos traços formais que cada elemento carrega para a formação das sentenças. Também trazem evidências com os gatilhos para a marcação dos parâmetros.

O terceiro fator agrupa ferramentas cognitivas de aprendizagem mais gerais que orientam a marcação de parâmetros em uma direção definida hierarquicamente a partir da exposição aos PLD. Exemplos dessas ferramentas são resumidos no Princípio MMM – Maximize Minimal Means (Biberauer, 2016). Segundo este princípio, a ferramenta computacional cognitiva orienta a criança em fase de aquisição a não atribuir um determinado traço formal a um núcleo até que esse traço seja detectado nos PLD. Uma vez detectado, o princípio o orienta a generalizá-lo para todos os núcleos semelhantes, até que seja detectada uma classe desses núcleos que não possuem o traço. Assim, a criança em aquisição conclui que alguns elementos possuem aquele traço e faz a distinção entre os dois conjuntos de classes. É um procedimento cognitivo de aprendizagem do tipo Nenhum>Todos>Alguns.

A combinação dos três fatores possibilita a transmissão de uma língua de uma geração para outra sucessivamente com o mesmo mecanismo de simples exposição aos

dados. Entretanto, transmissão pode se dar de maneira imperfeita, o que causa a mudança linguística. Esse tema será explorado na próxima seção.

2.3 A MUDANÇA LINGUÍSTICA NA VISÃO GERATIVISTA

2.3.1 A relação entre mudança sintática e aquisição de linguagem

A Teoria de Princípios de Parâmetros, reformulada na Teoria da Hierarquia de Parâmetros, além de trazer possibilidades de discussão para questões de aquisição da linguagem, como a pobreza de estímulo e o período crítico, e para a tipologia, fornece uma estrutura de investigação para a pesquisa em mudança sintática, em que uma mudança de parâmetro pode se espalhar pelo sistema linguístico.

Além da mudança paramétrica *per se*, colocam-se as questões da motivação da mudança sintática, que torna complexo o estudo a ela relacionado, estas resumidas em Roberts (2007). A discussão é fundamentada na perspectiva de que a mudança sintática está claramente dependente do processo de aquisição da linguagem. É a transmissão da gramática de uma geração para outra o grande fator da mudança linguística (cf. Lightfoot, 1991), pois, ao contrário do esperado, pode ocorrer de forma imperfeita, gerando diferenças entre a gramática vigente na língua e a gramática da geração seguinte.

Essa questão é definida como *o problema lógico da mudança linguística*, que pode ser expresso da seguinte forma: como uma geração pode interpretar uma gramática distinta a partir dos dados produzidos pela gramática da geração anterior, supondo-se que a transmissão da língua de uma geração para outra seja sempre bem-sucedida? Mais precisamente, os parâmetros fixados por uma geração com base na experiência com os Dados Linguísticos Primários (PLD) podem não convergir exatamente à gramática da

geração anterior, mas é possível que haja um gatilho que torne os dados incapazes de prevenir essa interpretação distinta. O autor formula a questão da seguinte maneira:

Suponhamos que o objetivo da aquisição seja *se aproximar* da gramática dos adultos, não *replicá-la*. Fazer esse movimento permite que pk [determinado parâmetro] receba um valor diferente do encontrado no *input*, dando, assim, espaço para a mudança linguística.⁹ Roberts (2007, p. 231. Tradução da autora.)

Essa imperfeição da transmissão de gramáticas se dá graças às características do processo de aquisição, em que a criança precisa extrair a gramática de sua língua dos PLD, um conjunto de sentenças e fragmentos linguísticos que servem como base para a aquisição da linguagem e a construção da gramática da língua materna, que consiste apenas de evidências positivas. A evidência negativa, um dado linguístico que demonstre a impossibilidade de uso de uma estrutura, geralmente não está presente no uso espontâneo da língua e, por isso, não exerce papel na aquisição da linguagem.

A partir dos PLD, a criança precisa inferir a gramática de sua língua por abdução. Diferentemente da dedução e da indução, a abdução é um processo falível de inferência lógica, pois consiste na abstração de um caso a partir de uma regra geral e dos dados. Um exemplo é o erro presente no seguinte raciocínio: se x é mortal e todo homem é mortal, x é um homem. É o caso da criança em processo de aquisição da linguagem: ela precisa chegar à gramática de sua língua particular a partir da Gramática Universal e dos Dados Linguísticos Primários. Como esse processo é sujeito a falhas, a aprendizagem abdutiva consiste num fator importante para a mudança linguística, uma vez que a gramática formada por uma geração pode não ser idêntica à da geração anterior se os dados linguísticos forem ambíguos em relação à marcação de determinado parâmetro.

⁹ No original: “(...) let us suppose that the goal of acquisition is to *approximate* the parental grammar, not to *replicate* it. Making this move allows for pk in (15) to receive a diferente value from that found in the input , therefore making space for language change” (grifo do autor)

A noção de marcação está relacionada ao BCC (Borer-Chomsky Conjecture), segundo o qual os parâmetros constituem-se somente a partir de traços formais. Para os autores:

Todos os parâmetros de variação podem ser atribuídos a diferenças nos traços dos núcleos funcionais do léxico. Mais precisamente, os traços relevantes são os traços formais (FFs) no sentido de Chomsky (1995: 6, 231). Esses incluem traços de Caso, traços de Pessoa, Número e Gênero (coletivamente ϕ), traços de Tempo/Modo/Aspecto e traços categoriais como N e V. Traços associados de diferentes maneiras com a estrutura quantificacional ou informacional são frequentemente pensados como parte dessa classe: Wh, Neg, Definitude, Quantificação, Tópico, Foco etc. Ainda há traços de tipagem de orações, como Q, Ir(realis), Imperativo, Exclamativo. Finalmente, traços cuja única função é provocar movimento, conhecidos como traços EPP, traços Edge, ou simplesmente diacríticos, como o $\wedge$ usado por Biberauer, Holmberg, & Roberts (2014), estão incluídos nesta classe. FFs são definidos como aqueles relevantes para as operações sintáticas, podem ou não ter correspondentes semânticos e fonológicos.¹⁰ (Roberts, 2019: 58. Tradução da autora.)

Isso significa que a mudança paramétrica pode ser definida como alteração de valores em traços formais (FF). A criança marca um parâmetro a partir do momento em que encontra um gatilho nos dados. Um gatilho (*trigger*) é uma sentença ou fragmento de sentença capaz de exprimir um parâmetro específico a ser marcado por um indivíduo em fase de aquisição da linguagem. Por exemplo, a sentença *Te quiero*, em espanhol, serve como gatilho para a marcação do parâmetro do sujeito nulo como positivo nessa língua pelas crianças que estão em fase de aquisição em comunidades de fala espanhola.

¹⁰ No original: All parameters of variation are attributable to differences in the features of the functional heads in the Lexicon. More precisely, the relevant features are formal features (FFs) in the sense of Chomsky (1995: 6, 231). These include Case features, Person, Number, and Gender (collectively ϕ) features, Tense/Aspect/Mood features, and categorial Features such as N and V. Features which are associated in different ways with quantificational or information structure are also often thought of as part of this class: Wh, Neg, Definiteness, Quantification, Topic, Focus, etc. Further, there are clause-typing features such as Q/Interrogative, (Ir)realis, Imperative, Exclamative. Finally, features whose sole role is to trigger movement, variously known as EPP features, Edge Features, or simply diacritic such as the $\wedge$ used by Biberauer, Holmberg, & Roberts (2014), are included in this class. FFs are defined as those which are relevant for syntactic operations; they may or may not have semantic and phonological correlates

Quando um gatilho para a marcação de um parâmetro é incapaz de prevenir que uma opção paramétrica mais simples em relação à gramática da geração 1 seja marcada pela geração 2, tem-se a ambiguidade paramétrica, que pode ser fraca ou forte:

Ambiguidade-P: Uma subcadeia de uma sentença do *input* S é fortemente P-ambígua no que diz respeito ao parâmetro p_i apenas se uma gramática pode ter o parâmetro p_i marcado com qualquer dos dois valores e atribuir uma representação bem formada de S .

Uma cadeia fortemente ambígua pode expressar qualquer dos dois valores de p_i e, portanto, desencadear a marcação de qualquer valor para p_i .

Uma cadeia fracamente P-ambígua não expressa nenhum valor para p_i e portanto não desencadeia a marcação de nenhum valor para p_i .¹¹ (Roberts, 2007, p. 233. Tradução da autora.)

Caso haja ambiguidade paramétrica, a tendência é que o aprendiz prefira a mais simples, graças ao caráter conservador do mecanismo de aquisição da linguagem.

O dispositivo de aprendizagem é computacionalmente conservador na medida que tem uma preferência interna por representações relativamente simples. Em outras palavras, se o gatilho é ambíguo, o aprendiz escolherá a opção que gera a interpretação mais simples.¹² (Roberts e Roussou, 2003, p. 15. Tradução da autora.)

Essa preferência pela simplicidade envolve o conceito formal de marcação (*markedness*). Dada uma oposição binária, as duas opções podem ser simétricas ou assimétricas. Sendo assimétricas, uma delas é marcada, e a outra é *default*. Nesse sentido, a opção marcada necessita de uma especificação. Na ausência de especificação, a opção *default* é escolhida. Um exemplo seria flexão de gênero em português, em que o masculino é considerado não marcado, opção *default*, enquanto a marca morfológica de feminino *-a* aparece apenas em concordância com substantivos exclusivamente femininos.

¹¹ No original: P-ambiguity: A substring of the input text S is strongly P-ambiguous with respect to a parameter p_i just in case a grammar can have p_i set to either value and assign a well-formed representation to S .

a. A strongly P-ambiguous string may express either value of p_i and therefore trigger either value of p_i .

b. A weakly P-ambiguous string expresses neither value of p_i and therefore triggers neither value of p_i (Tradução da autora.)

¹² No original: The learning device is computationally conservative in that it has a built-in preference for relatively simple representations. In other words, if the trigger is ambiguous, the learner will choose the option that yields the simpler representation.”

Esse conceito pode ser aplicado aos parâmetros quando consideramos, em consonância com Roberts e Roussou (2003, capítulo 5), que as operações que envolvem mais traços são mais marcadas. As opções paramétricas que envolvem *Move* são mais marcadas do que aquelas que envolvem a operação *Agree*, e estas mais marcadas do que as que envolvem apenas *Merge*. Portanto, apesar de não serem as únicas, as mudanças mais comuns nas línguas são aquelas que alteram estruturas mais marcadas para menos marcadas, como de *Move* para *Agree*, de *Move* para *Merge* e de *Agree* para *Merge*.

2.3.2 Processos de mudança e suas motivações

A mudança sintática em contexto de aquisição da linguagem por aprendizagem abdutiva pode ser descrita pelo processo de **reanálise**. A reanálise consiste na atribuição de diferentes estruturas à mesma sentença. Ocorre quando uma sentença do Corpus 1 (PLD) é parametricamente ambígua, e a geração 2 a interpreta como portadora de uma estrutura distinta daquela interpretada pela Geração 1. Além da ambiguidade estrutural, a reanálise também pode ocorrer por uma questão de opacidade, um conjunto de irregularidades, incongruências e exceções que tornam um *corpus* incapaz de provocar a marcação de um parâmetro.

Dois tipos de mudança no sentido da opção menos marcada são descritos em Roberts e Roussou (2003). A primeira é a **gramaticalização**, fenômeno diacrônico que consiste na formação de novos elementos funcionais. Envolve a perda de traços fonológicos e semânticos por parte de um item lexical ou uma pequena classe de palavras. Formalmente, é uma reanálise em direção ascendente, o que significa que um item de categoria lexical passa a ocupar uma posição funcional hierarquicamente superior na estrutura da sentença, passando a ser gerada *in situ* e perdendo assim também uma operação *Move*. Um exemplo

é a formação de verbos auxiliares como *will* e *should* no inglês, que, em determinado momento histórico, perderam valor semântico e estrutura argumental e passaram a ter valor modal, sendo gerados em I em vez de V. O processo afetou apenas alguns itens lexicais ou uma subclasse natural, com algumas propriedades em comum.

Outro processo de mudança sintática é a **perda de movimento**, uma reanálise descendente em que o item lexical passa a ocupar uma posição mais baixa na estrutura da sentença. Roberts e Roussou (2003) a exemplificam com a perda do movimento de V para T no inglês. Em contraste com a gramaticalização dos auxiliares modais na mesma língua, essa mudança não cria uma nova realização de *Merge*, afeta toda a classe dos verbos lexicais e não envolve perda fonológica ou semântica.

A mudança paramétrica, definida como alteração de valores de traços formais em contexto de aquisição da linguagem, por definição, precisa ser abrupta, ocorrer em apenas uma geração, uma vez que os valores dos traços formais são discretos, e não há possibilidade de estabelecer um *continuum* para a mudança. Diante disso, surge a questão de como conciliar a proposta com a gradualidade, o caráter lento e gradual da mudança linguística, que começa com pequenas alterações de elementos que vão se espalhando pelo léxico e pela gramática ao longo do tempo até se consolidarem. Para Roberts (2007, p. 399-400), essa gradualidade é aparente:

Nesta seção, vimos várias razões para pensar que a gradualidade observada no curso do tempo da mudança sintática é ilusória. É assim porque as gramáticas se compõem de entidades discretas, sendo a relevante para nossos objetivos os valores paramétricos, e porque os que adquirem a linguagem não podem ter informação sobre ‘mudanças em andamento’ nos PLD a que são expostos. A ilusão da mudança gradual pode ser atribuída a uma variedade de fatores, tanto gramaticais quanto sociolinguísticos. Aqui eu me concentrei nos fatores gramaticais: difusão lexical, variação microparamétrica e opcionalidade verdadeira¹³. (Roberts, 2007, p. 399-400. Tradução da autora.)

¹³ . No original: In this section we have seen several reasons to think that the observed gradualness in the time course of syntactic change is illusory. This is so since grammars rely on discrete entities, the relevant one for

Dentre as razões descritas para a aparente gradualidade da mudança, estão a difusão lexical e a opcionalidade formal. A difusão lexical é o processo de espalhamento da mudança de um traço de uma palavra para outras palavras da mesma categoria. Para Roberts (2007):

Se sustentarmos que não há diferença, em princípio, entre a entrada lexical de categorias lexicais e aquelas das categorias funcionais, além do fato de que as últimas tendem a ser relativamente empobrecidas, então a mudança paramétrica é simplesmente definida como mudança nos traços formais de categorias funcionais, e mudança lexical — e, portanto, possivelmente difusão lexical — como a mesma coisa acontecendo a entradas lexicais de categorias lexicais. Isso abre a possibilidade da difusão lexical pelo sistema funcional: uma série de mudanças discretas nos traços formais de um conjunto de categorias funcionais acontecendo por um longo período e dando a impressão de uma única grande mudança lenta e gradual.¹⁴ Roberts:, (2007, p. 300. Tradução da autora.)

A Opcionalidade Formal corresponde a flutuações de uso entre duas opções estruturais disponibilizadas pela gramática sem alteração semântica. Aparece uma mudança gradual na língua, mas não provoca de fato a substituição de uma estrutura pela outra. As duas opções permanecem na língua. Pode ser o caso das orações relativas do Português brasileiro, se pensarmos que, mesmo com o avanço no uso das relativas cortadoras, a opção com *pied-piping* permanece disponível e é de fato acionada em contextos formais e principalmente na modalidade escrita da língua.

O autor apresenta ainda duas questões que descrevem o problema lógico da mudança em relação aos gatilhos que podem provocar uma reinterpretação paramétrica dos dados disponíveis: o Problema da Regressão e o Problema do Ovo e da Galinha.

our purposes being parameter values, and because language acquirers can have no information as to ‘ongoing changes’ in the PLD to which they are exposed. The illusion of gradual change can be traced to a variety of factors, both grammatical and sociolinguistic. Here I have concentrated on the grammatical factors: lexical diffusion, microparametric variation, and true optionality (Tradução da autora.)

14 If we maintain that there is no difference in principle between the lexical entries of lexical categories and those of functional categories beyond the fact that the latter tend to be relatively impoverished, then parametric change is just defined as change in formal features of functional categories, and lexical change – therefore possibly lexical diffusion – as the same thing happening to the lexical entries of lexical categories. This opens up the possibility of ‘lexical diffusion’ through the functional system: a series of discrete changes to the formal features of a set of functional categories taking place over a long period and giving the impression of a single, large, gradual change (Tradução da autora.)

O Problema da Regressão questiona como uma geração 2 pode usar um elemento presente no Corpus 1 para provocar uma mudança na língua sem que a geração 1 tenha feito isso. Dessa forma, uma mudança no corpus 2 precisa ser motivada por alguma mudança menor no Corpus 1 ou na geração 2. Para resolver essa questão, uma mudança paramétrica precisa ser motivada, seja por fatores intralinguísticos, como mudanças fonológicas ou morfológicas, seja por fatores extralinguísticos, como o contato. Para Kroch (2001):

Uma vez que, num exemplo de mudança sintática, o traço que os aprendizes deixam de adquirir é adquirível em princípio, já que fez parte da gramática da língua no passado imediato, a causa da mudança deve residir ou em alguma mudança, talvez sutil, no caráter da evidência disponível ao aprendiz ou em alguma diferença no aprendiz, por exemplo, na idade do aprendiz, como no caso da mudança induzida por aquisição de segunda língua por adultos em situação de contato linguístico. (Kroch, 2001, p. 699-700)¹⁵

Em uma mudança motivada por fatores intralinguísticos, surge ainda o Problema do Ovo e da Galinha: qual das duas mudanças ocorreu primeiro, uma vez que as duas aparecerão como inovações no Corpus 2?

No caso de uma mudança linguística motivada por contato, é necessário descrevê-la formalmente, levando em conta os efeitos que as línguas envolvidas podem apresentar no processo. Quando duas ou mais línguas entram em contato, seja por comércio, migração, invasão ou deslocamento forçado, é comum o aparecimento de *pidgins*. O *pidgin* é um sistema de comunicação que pode não ser uma língua natural, já que não é a língua materna de ninguém. Geralmente é criado como uso emergencial em situações de contato linguístico em que nenhuma das duas partes aprende a língua materna da outra.

¹⁵ Since, in an instance of syntactic change, the feature that learners fail to acquire is learnable in principle, having been part of the grammar of the language in the immediate past, the cause of the change must lie either in some change, perhaps subtle, in the character of the evidence available to the learner or in some difference in the learner, for example in the learner's age at acquisition, as in the case of change induced through second-language acquisition by adults in situations of language contact

Prolongando-se a situação de contato, o *pidgin* pode se difundir em uma comunidade linguística e formar o conjunto de PLD para a aquisição da linguagem de uma segunda geração. Nessa situação, forma-se uma língua crioula. O crioulo é normalmente considerado uma língua formada e adquirida em situação de quebra de transmissão linguística devido a um ambiente de contato linguístico, e mais especialmente de um *pidgin* na comunidade de fala.

As características formais comuns aos crioulos ao redor do mundo, como ausência de flexões e de sujeito referencial nulo, demonstram o uso de um conjunto mais restrito das possibilidades oferecidas às línguas pela GU. Uma possibilidade é que o conjunto dos dados linguísticos primários que servem de base à aquisição das línguas crioulas seja mais ambíguo e provoque a marcação de opções paramétricas menos marcadas.

Ainda que a criouliização não chegue a se completar e a Gramática da língua dominante seja aprendida pela população dominada com certo nível de sucesso, podem ocorrer efeitos de substrato. O substrato é descrito como a língua ancestral de povos deslocados ou invadidos expostos a uma língua dominante – o superestrato –, a qual eles acabam sendo obrigados a aprender na fase adulta, como segunda língua, de forma imperfeita. A língua resultante geralmente toma predominantemente o léxico do superestrato e sofre influências gramaticais do substrato. Podemos dizer que o gaulês consistiu num substrato para o francês e que as línguas africanas ocidentais foram substrato para a formação dos crioulos caboverdiano e haitiano, que têm como superestrato o português e o francês, respectivamente.

2.4 PERIODIZAÇÃO DO PORTUGUÊS DO BRASIL

A mudança linguística, especialmente a mudança sintática, não se estabelece imediatamente. Segundo a perspectiva adotada aqui, é necessária uma geração para que a mudança se consolide. Quando falamos de um conjunto de mudanças que caracterizam a língua em um determinado período, então, as fronteiras entre cada fase de uma determinada língua num determinado território tornam-se difíceis de estabelecer.

Essa dificuldade é comum aos estudos das humanidades e a todas as ciências que analisam processos históricos e buscam descrevê-los, como é objetivo deste trabalho. Ainda assim é útil estabelecer períodos que possam guiar a observação dos fenômenos e a formulação de generalizações com base no contexto em que ocorreram.

2.4.1 O português das caravelas

Galves (2007) propõe uma nova periodização do português europeu, com base em estudos empíricos sobre os padrões de colocação dos clíticos ao longo do tempo. Aplica à sua descrição os conceitos gerativistas de língua-I e língua-E, afirmando que o foco da periodização deve ser a gramática internalizada, ou seja, a língua-I, e não a externa. Divide, então, o português europeu em três períodos: período arcaico, português médio¹⁶ e português europeu moderno.

O português arcaico é anterior a 1350, quando ainda se fundia com o galego e se representava na prosa trovadoresca. Por volta desse período, consolida-se a centralização do poder político na capital Lisboa, deslocando-se o eixo do reino independente de Portugal para o sul. Há a separação política e linguística entre o português e o galego. No que diz

¹⁶ Em trabalhos mais recentes, a autora voltou a usar o termo *português clássico*, devido ao uso corrente mais restrito de *português médio* em Portugal.

respeito à colocação dos clíticos, esse período se caracteriza por uma grande preferência pela ênclise em relação à próclise.

Na segunda metade do século XIV, a autora observa o início de uma alternância nos textos entre a preferência pela próclise e pela ênclise e atribui essa alternância a uma competição de gramáticas nos termos de Kroch (2001), reinterpretando o conceito de fase de transição: em vez de estabelecer o período como fase pré-clássica, considera o surgimento de uma nova gramática, que compete nos textos com a anterior e acaba vencendo e se estabelecendo.

Esse período que compreende o tempo de competição entre as gramáticas e o momento em que a nova gramática, com preferência pela próclise, se estabelece. Inclui marcos como a publicação de *Os Lusíadas* (1572), de Luís de Camões, e a *Gramática da Lingoagem Portuguesa* (1536), de Fernão Dias. É nomeado pela autora como português médio, vigente entre 1350 e 1700 e por ela considerado como a gramática que chegou ao Brasil pelas caravelas. Devido ao uso mais corrente, não utilizaremos o termo “português médio”, e sim “português clássico”.

Os estudos em peças de teatro demonstram que houve uma retomada da preferência pela ênclise a partir do início do século XVIII, o que caracteriza uma nova competição de gramáticas e o fim do período considerado “português médio” em Galves (2007). É neste momento que temos a diferenciação entre o português brasileiro e o português europeu moderno, o primeiro mais proclítico, e o segundo mais enclítico.

2.4.2 O português do Brasil

É comum pensarmos na história linguística do Brasil a partir de 1500, quando chegaram a este território as caravelas portuguesas. Lucchesi (2017) destaca que esse marco

desconsidera processos que contribuíram para a atual configuração da língua portuguesa no Brasil, como a origem tupi e tupinambá de uma grande quantidade de nomes da fauna, da flora e topônimos. Línguas indígenas de outras famílias – como jê, karib, aruak – que são faladas até hoje no Brasil não tiveram tanta influência no léxico do português. A explicação para isso seria a tupinização da costa do Brasil, ainda antes do período da colonização.

Dessa forma, o autor estabelece sua periodização a partir do ano 1000. A primeira fase de sua periodização caracteriza-se pela expansão tupi pelo litoral brasileiro e segue até a chegada dos portugueses em 1532. Os povos tupis, devido a disputas territoriais com outros povos de costumes próprios, se expandiram de sua origem, na região amazônica, a todo o litoral brasileiro. Por esse motivo, foram o tupi e o tupinambá que constituíram a base para a formação das línguas gerais faladas nos contextos de catequização pelos jesuítas, da miscigenação entre o branco e o indígena e da expansão territorial bandeirante pelo interior do país desde o século XVII até o século XIX.

A segunda fase proposta começa em 1532 e vai até 1695. Compreende o contexto da produção açucareira escravocrata do Nordeste e é caracterizada pelo plurilinguismo. O minoritário português europeu convivia com as línguas gerais de base tupi faladas em São Paulo, no Sul da Bahia, no Maranhão e no Amazonas, centenas de outras línguas indígenas faladas no interior do Brasil, línguas francas africanas provavelmente usadas nos quilombos, que já se formavam, e no interior das senzalas e um português que vinha sendo aprendido como segunda língua por uma grande parcela da população, de forma precária, sem educação formal, em contexto de violência e repleto de marcas de pidginização e assim transmitido para gerações seguintes de escravos.

A terceira fase começa em 1695, adotando como marco o início do ciclo do ouro, e vai até a revolução de 1930. Caracteriza-se pela uniformização linguística do Brasil, em

direção à hegemonia do português como língua materna da maioria da população. O autor propõe uma subdivisão desse período em três partes: de 1695 a 1808; de 1808 a 1850; 1850 a 1930, que constituiriam progressivas “vagas” ou ondas de aportuguesamento.

A primeira vaga de aportuguesamento compreende o ciclo do ouro, com uma grande migração de escravos, falantes de um português aprendido irregularmente, do nordeste para Minas Gerais e um enorme novo afluxo de portugueses que vieram explorar as riquezas minerais das terras brasileiras. Esses novos colonos demandaram multidões de novos escravos que continuaram sendo trazidos pelo tráfico negreiro. Mais tarde, os mesmos trabalhadores migraram para as fazendas cafeeiras de São Paulo e Rio de Janeiro, ampliando o uso da língua portuguesa para essas regiões.

Ao mesmo tempo¹⁷, com a expansão da pecuária pelo interior, foram desalojados colonos falantes de línguas gerais, quilombos foram desbaratados, muitas línguas indígenas foram exterminadas juntamente com os povos que as falavam e outras ficaram restritas a regiões remotas até os dias de hoje. As línguas africanas não sobreviveram à violência física e cultural do processo de escravidão.

Um primeiro ímpeto de urbanização ocorreu nessa fase no país, com a formação das cidades mineiras, mas principalmente com a ativação do Rio de Janeiro como grande centro importador de escravos, o que lhe trouxe grandes lucros e permitiu a formação de sua infraestrutura. Esse processo culminou na transferência da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763.

A segunda vaga de aportuguesamento se iniciou com a vinda da corte portuguesa para o Brasil em 1808. Tiveram lugar nesse período uma série de acontecimentos que

¹⁷ Um marco desse período no sentido da uniformização do português como língua do Brasil foi o Diretório de 1757, que proibia o uso da língua geral com o objetivo de impor o ensino do português aos indígenas e interromper a influência dos jesuítas, que usavam a língua geral nas aldeias e foram eventualmente expulsos em 1759.

favoreceram a adoção de um padrão europeizante da língua portuguesa falada pelas camadas mais cultas da sociedade brasileira. Não se pode ignorar a presença de 15 mil pessoas da corte portuguesa exercendo influência cultural sobre os habitantes da cidade do Rio de Janeiro.

Nesse período se localizam o surgimento da atividade tipográfica oficial, do primeiro jornal, da Biblioteca Nacional, das primeiras faculdades e a independência política em 1822. Esse processo culminou no fim do tráfico negreiro, em 1850, que interrompeu a entrada de falantes de línguas africanas no Brasil.

A terceira vaga de aportuguesamento compreende o período entre 1850 e 1930 e é marcada por uma nova onda de imigrações, dessa vez, de europeus e asiáticos – inclusive novos portugueses – que vieram substituir a mão de obra escrava principalmente nas lavouras. As condições de trabalho desses imigrantes eram muito melhores do que aquelas encontradas pelos escravos, o que proporcionou uma rápida ascensão social.

Nas cidades, houve um crescimento da normatização com a mentalidade purista de uma língua modelo baseada no português europeu, com a difusão das gramáticas e a criação da Academia Brasileira de Letras em 1897. Portugal exercia enorme influência cultural sobre as elites brasileiras, e as variedades faladas pelos descendentes de africanos e índios passaram a ser fortemente estigmatizadas. Ainda assim, podemos dizer que dois terços da população haviam abandonado a língua de seus ancestrais e adotado a língua portuguesa, com mais ou menos marcas de contato, concluindo-se assim o processo de hegemonização do português como língua do Brasil.

A quarta (e última) grande etapa se inicia, para Lucchesi, em 1930 e vai até hoje, sendo denominada fase de nivelamento linguístico. A Revolução de 1930, simultânea às consequências do movimento modernista de 1922, deu início a um grande processo de

industrialização, crescimento econômico e urbanização no país. Nas cidades, a população constituía um mercado consumidor com acesso aos meios de comunicação em massa e ao letramento pela expansão da rede de ensino.

Esse nivelamento linguístico se dá, em primeiro lugar, pela difusão da norma culta urbana, que se sobrepõe aos falares marcados pela história do contato linguístico, mas também por um afastamento de padrões lusitanizantes conservadores, que torna arcaicas estruturas linguísticas características do português europeu. É nesse contexto que se consolidam as estruturas inovadoras de relativização na língua.

2.5 O PAPEL DO CONTATO NA CONFORMAÇÃO DO PB

Muito se questiona sobre os efeitos que as características sócio-históricas brasileiras possam ter provocado na formação do português brasileiro e sua diferenciação em relação ao português europeu. Territórios que também sofreram colonização europeia e imigração forçada de escravos – como Haiti e Cabo Verde – sofreram modificações tão profundas em suas línguas e se afastaram tanto da língua de seus dominadores que acabaram desenvolvendo línguas crioulas como consequência de sua história. O português sofreu modificações, mas permaneceu como língua oficial e materna da imensa maioria da população brasileira.

Estudos linguísticos divergem sobre a ligação entre as modificações sofridas pelo português e o nível de contato com outras línguas que ocorreu no território brasileiro. Alguns, como Serafim da Silva Neto (1992 [1957]) e mais atualmente Volker Noll (2008), atribuem as modificações a uma deriva natural das línguas, possivelmente acelerada pela presença de aloglotos no território, como atestam os trechos a seguir:

Como se sabe desde há muito, há uma deriva indo-europeia que caminhava no sentido da simplificação das flexões. Apenas, no caso do aloglota, a simplificação é brusca e extrema, é uma dinâmica que realiza de chofre o que se daria no curso de várias gerações. (Silva Neto, 1992, p. 594)

Todas as características do português brasileiro, com exceção do léxico – ao qual se conferem influências indígenas e africanas –, podem ser explicadas com relação ao seu desenvolvimento, como simplesmente portuguesas ou românicas. Apesar disso, uma influência externa concorrente não se exclui, por fim, em casos particulares, desde que possa ser fundamentada em testemunhos substanciais. Com frequência, porém, a afiliação africana restringe-se somente a explicações não específicas. (Noll, 2008, p. 217)

Outros estudos, já desde o final do século XIX, como Coelho (1880), consideram o PB um crioulo de base portuguesa. Guy (1981) afirma que o português popular brasileiro foi uma língua crioula, mas depois se descrioulizou, aproximando-se, cada vez mais, da língua europeia. Tarallo (1993a) admite a possibilidade de o PB ter se crioualizado, porém discorda da afirmação de que estaria se descrioulizando, já que demonstra que o PB, na verdade, continua se afastando do PE, e não se reaproximando dele, concluindo o seguinte:

Como argumentamos em todo o texto, o PB pode ter se crioualizado a qualquer momento de sua história. Sua feição sintática moderna tem muitos aspectos paralelos à gramática de crioulos legítimos. Meu interesse, mais uma vez, não é negar a possível história crioula do PB. Isso poderia ser feito se conhecêssemos mais tanto da história interna quanto externa do dialeto usado no Brasil. Considerando, todavia, o estágio contemporâneo da gramática do PB, poderíamos defender a hipótese crioula da origem do PB, supondo que, tendo sido crioulo, como argumenta Guy (1981a e 1981b), esse dialeto estaria agora se descrioulizando em direção ao seu alvo original: o PE? A próxima seção vai demonstrar que esse não é o processo. Os dois dialetos encontram-se na verdade a tal distância sintática que seria muito incomum se seus caminhos tornassem a se cruzar. (Tarallo, 1993a: 50)

As críticas em torno da atribuição de características do PB ao contato linguístico se referem às dificuldades próprias da análise linguística diacrônica. Como coletar evidências de um fenômeno que ocorre dentro da mente de falantes que já não estão vivos e nunca puderam ser gravados? As análises históricas precisam se restringir a dados escritos, sujeitos a efeitos da reflexão padronizadora e da monitoração estilística. Portanto, é muito difícil mensurar e provar a influência de outras línguas na conformação do PB.

Entre os dois extremos de considerar sem efeito a situação de contato linguístico que ocorreu na nossa história e definir o português falado aqui como língua crioula, a linguística brasileira tem se debruçado na descrição de diversos aspectos sintáticos que diferenciam a gramática brasileira da gramática europeia. Atribuir ou não essas distinções a questões históricas é, como já dissemos, uma tarefa árdua, mas que tem sido levada a cabo considerando o comportamento dos mesmos aspectos sintáticos nas línguas bantu trazidas para o Brasil pelos escravos e no português africano moderno, sujeito a influências semelhantes.

Em um desses trabalhos que buscam discutir as questões do contato na conformação do PB, Duarte (2024) analisa peças de teatro populares brasileiras e portuguesas dos séculos XIX e XX em busca de uma caracterização do uso dos clíticos de terceira pessoa. A autora conclui que o português europeu mantém um sistema estável dessas estruturas enquanto seu uso no PB é fruto do esforço da educação formal em mantê-los na linguagem escrita. Para ela:

A análise comparativa de peças teatrais portuguesas e brasileiras interpretadas à luz da história social da colonização, com seus fluxos contínuos de imigrantes portugueses e africanos escravizados, sustenta a hipótese de que os clíticos acusativos e dativos de terceira pessoa nunca fizeram parte da gramática das populações que adquiriram o português como L2 no Brasil. A semelhança atestada entre o PE e o PB em relação às peças teatrais escritas ao longo do século XIX e da primeira metade do século XX só pode ser atribuída à adoção da gramática do PE – que sofreu importantes mudanças na virada do século XVIII – por um número restrito de pessoas com acesso à educação formal em um país de analfabetos. Portanto, a mudança observada no PB, incluindo a perda dos clíticos de terceira pessoa, o uso inovador dos pronomes nominativos em função acusativa e a expansão dos complementos nulos (presentes no PE desde o século XVI), particularmente em função acusativa, deve ter ocorrido desde os primeiros contatos entre africanos e portugueses, que começaram no século XVI e continuaram por cerca de 350 anos, com os afrodescendentes e mestiços nunca representando menos de 50% da população do Brasil.¹⁸ (Duarte, 202, p 24. Tradução da autora.)

¹⁸ No original: The comparative analysis of Portuguese and Brazilian plays interpreted against the background of the social history of the colonization, with its continuous fluxes of Portuguese immigrants and slaved Africans, support the hypothesis that 3rd person accusative and dative clitics were never part of the grammar of the populations who acquired Portuguese as L2 in Brazil. The similarity attested between EP and BP

Em outro desses estudos, Galves (2019) atribui ao contato características inovadoras da gramática do PB em relação ao PE, argumentando que estão presentes em línguas bantu nígero-congolesas e em crioulos afroportugueses e ausentes das línguas românicas. São modificações na morfossintaxe dos sujeitos e dos pronomes.

O PB apresenta redução na morfologia verbal de concordância de número-pessoa na relação do verbo com o sujeito, uma característica das línguas crioulas, exemplificado em (16).

- (16) Tu/ele/a gente/você foi para a escola ontem.

Outro fenômeno comumente atribuído ao contato é a concordância verbal com elementos locativos e genitivos em posição pré-verbal, o chamado *tópico-sujeito* (cf. Andrade e Galves, 2014; Andrade, 2017; Pilati; Naves e Salles, 2017), exemplificado em (17) e (18):

- (17) Os hospitais não funcionam a maternidade.
(18) Os celulares acabaram a bateria.

Galves (2019) ainda argumenta que línguas nígero-congolesas apresentam esse tipo de concordância, ausente das línguas românicas e germânicas, e traz os seguintes exemplos:

- (19) Omo- mulongo mw-a-hik- a (?o-) mu- kali. [kinande]
LOC18-vila 18s-T-chegar-FV (AUG)-CL1-mulher.I
'Chegou uma mulher na vila.'

regarding the plays written along the 19th century and the first half of the 20th century can only be attributed to the adoption of EP grammar— which underwent some important changes in the turn of the 18th century— by a restricted number of people with access to formal education in a country of illiterates. Therefore, the change observed in BP, including the evanescence of 3rd person clitics, the innovative use of the nominative pronouns in accusative function, and the expansion of the null complements (which were presente in EP since the 16th century), particularly in accusative function, must have occurred since the first contacts between Africans and Portuguese, which started in the 16th century and continued for about 350 years, with the Afro-descendants and mestizos never representing less than 50% of the population in Brazil

- (20) Mavuto a- na- f- a maso. [chichewa]
 Mavuto SM-PST-morrer-FV olhos.
 ‘Mavuto ficou cego.’ (‘Os olhos de Mavuto morreram.’)”
 (Galves, 2019, p. 195)

Curiosamente, essa estrutura também aparece no português moçambicano (21), assim como no Português angolano (22):

- (21) Os olhos saíram lágrimas
 (22) A Maria nasceu uma menina

(Galves, 2019, p. 194)

No que diz respeito aos pronomes, a autora nota redução na morfologia de marcação de caso: os clíticos acusativos *o/a(s)* se tornam obsoletos e são substituídos pelos pronomes tônicos *ele/ela(s)*, enquanto o dativo *lhe* passa a poder também ocupar a posição do acusativo de segunda pessoa, em variação com o clítico *te* e o pronome tônico *você*. Também há uma alteração na posição dos clíticos, que no PB permanece junto ao verbo principal em perífrases, enquanto é alçado ao verbo auxiliar no PE. Segundo a autora, a mesma posição é encontrada em línguas nígero-congolesas, assim como a ausência de marcação de caso nos pronomes.

Avelar (2019) acrescenta a simplificação do paradigma verbo-flexional e a modificação do parâmetro *pro-drop* com o uso de categorias vazias em posições acusativas e oblíquas como mais duas características do PB atribuíveis ao contato, além do hiperalçamento do sujeito e do uso do *ter* existencial no PB.

O hiperalçamento do sujeito ocorre em sentenças como: *Algumas pessoas parecem que a gordura voltou depois da cirurgia*. O autor argumenta que esse tipo de estrutura também está presente em línguas bantu e em variedades do português angolano e moçambicano, mas tem julgamento de gramaticalidade duvidoso em PE.

Já o uso de *ter* como verbo existencial canônico ocorre em sentenças como: *Tem comida na geladeira*. Para ele:

A emergência de *ter* como verbo existencial canônico no PB e no Pan [português angolano] poderia ser analisada como o resultado da confluência de dois tipos de mudança por contato: a inovação no sistema *pro-drop*, desencadeada pela simplificação do paradigma flexional, e a possibilidade de inserção de constituintes inerentemente locativos em posição de sujeito, provavelmente produzida pela transferência de uma propriedade gramatical generalizada entre línguas Bantu. Se essa visão estiver correta, o estatuto existencial de *ter* pode ser analisado como resultante de uma nova deriva linguística (ou seja, diferente da portuguesa ou da românica), promovida por mudanças desencadeadas por contato. (Avelar, 2019, p. 76)

Em seguida, o autor propõe que a situação de contato da história do PB provocou na língua uma série de mudanças que acabaram derivando outras. Todas elas, juntas, compõem uma nova caracterização da língua falada no Brasil, que a afasta das outras línguas românicas.

Este capítulo apresentou argumentos para a hipótese de que as propriedades da posição de sujeito do português brasileiro tiveram origem em mudanças desencadeadas por contato, mais precisamente por inovações produzidas pela aquisição do português como L2 pelos milhões de africanos introduzidos como escravos no Brasil. A identificação desses mesmos traços em variedades do português hoje emergentes na África, em particular entre falantes nativos de línguas Bantu, corrobora a hipótese de estarmos diante de alterações provocadas por contato interlinguístico, e não por uma deriva de base românica ou portuguesa. (Avelar, 2019, p. 79)

Esse conjunto de modificações é descrito e formalizado por Roberts (2019b) nos termos da sua teoria da Hierarquia de Parâmetros. O autor agrupa as mudanças descritas em uma série de trabalhos empíricos em uma grande mudança macroparamétrica e lista características sintáticas do PB que podem ter sido ocasionadas por efeito de substratos bantu (ou nigero-congolês de uma forma mais ampla):

- h) Pronomes formalmente nominativos como complemento de V e P
A Maria viu você na escola/ele fez isso para eu ficar feliz.
- i) Concordância com tópicos, não sujeito, possessivos e locativos;
As ruas do centro não tão passando carro.
As crianças tão nascendo o dente.
- j) Ambiguidade entre hiperalçamento e construções-tough:

Esses carros tão parecendo que o pneu não foi trocado.
 O lan é difícil de agradar
 k) Sujeitos preposicionados:
 Na minha escola aceita cartão de crédito.
 l) Concordância variável entre sujeito e verbo:
 As criança(s) brincava na varanda. (Roberts, 2019b: 44-45)

A hipótese de Roberts (2019b) é a de que o português brasileiro tenha sofrido uma mudança macroparamétrica relacionada à concordância, causada por um efeito de substrato, tornando-se uma língua “marginal” em relação às demais da família românica, uma vez que a variação dentro de uma mesma família linguística normalmente se dá em nível microparamétrico.

Lucchesi (2001) defende a divisão do PB em duas vertentes, com base no desenvolvimento distinto que a língua teve no litoral e no interior do país. De um lado, há um português popular, muito marcado pela aprendizagem irregular de seus falantes, negros e mestiços em sua maioria. De outro, o português prestigiado, fortemente influenciado pelo modelo europeu e pelas forças padronizadoras da imprensa e da educação formal.

As duas normas apresentaram, ao longo do século XX, e apresentam ainda hoje tendências específicas de mudança. Enquanto a norma urbana culta se afasta do padrão europeu e passa a apresentar marcas próprias do falar brasileiro, a língua popular, pela integração de seus falantes às cidades, com acesso à mídia e à educação formal, começa a perder características do falar criouloizado. Assim, há uma certa aproximação ou nivelamento entre as vertentes.

O resultado seria o uso variável na língua, a depender da modalidade utilizada, das características agrupadas pelo autor abaixo:

- (i) redução dos processos sintáticos de concordância verbal e nominal, decorrente da drástica redução dos mecanismos de flexão verbal e nominal, que podem levar à eliminação gramatical de certos tempos verbais;
- (ii) redução da flexão de caso dos pronomes;
- (iii) redução/eliminação do movimento em construções interrogativas;

- (iv) substituição dos processos de relativização com movimento por processos com um nexos tipo complementizador acompanhado por uma cópia pronominal (com a possibilidade de apagamento desta);
 - (v) redução, ou eliminação, de mecanismos sintáticos de subordinação e da voz passiva;
 - (vi) reforço do processo de negação, com construções de dupla negação;
 - (vii) redução do uso do artigo definido, com o incremento de estruturas dêiticas (com o uso de demonstrativos e advérbios locativos) para marcar definitude;
 - (viii) redução do elenco e do uso de preposições;
 - (ix) o uso variável do verbo copulativo
- (Lucchesi, 2001: 124).

Uma forma de investigar a formação dessas duas variantes é o estudo do chamado *português afrobrasileiro*, a língua de comunidades rurais isoladas remanescentes de antigos quilombos, que, afastadas das forças padronizadoras que agiram ao longo do século XX, mantiveram marcas crioulistas. Vários pesquisadores se debruçaram sobre a língua falada nessas comunidades e tiveram seus estudos reunidos em Lucchesi; Baxter; Ribeiro (2009).

Essas marcas crioulistas caracterizam uma variante popular vigente na língua portuguesa na virada do século XIX para o século XX, mas não correspondem à formação de uma língua crioula no Brasil. Lucchesi (2009: 70) lista alguns fatores que impediram esse acontecimento:

Portanto, os fatores que impediram a ocorrência, na história linguística do Brasil, de um processo de crioulistização do português, em níveis socialmente representativos e com uma duração significativa, podem ser sumarizados da seguinte maneira:

1. a proporção entre a população de origem africana e branca, que proporcionou um maior acesso à língua-alvo do que o observado nas situações típicas de crioulistização;
2. a ausência de vida social e familiar entre as populações de escravos, provocada pelas condições sub-humanas de sua exploração, pela alta taxa de mortalidade e pelos sucessivos deslocamentos;
3. o uso de línguas francas africanas como instrumento de interação dos escravos segregados e foragidos;
4. o incentivo à proficiência em português;
5. a maior integração social dos escravos urbanos, domésticos e das zonas mineradoras;
6. a miscigenação racial.

A respeito das relativas, Ribeiro (2009), colhe dados de falantes das comunidades de Cinzento, Helvécia, Rio de Contas e Sapé, todas no estado da Bahia, e não encontra relativas de *pied-piping*. A autora conclui que os falantes dessas populações reanalisaram o pronome relativo *que* como um complementador introdutor de qualquer oração subordinada. Assim, torna-se incapaz de ser regido por preposição, tornando a cortadora a principal alternativa no caso da relativização de funções preposicionadas, com raríssimas ocorrências resumptivas.

No contexto de tal diversidade de estudos empíricos que descrevem marcas do histórico de contato no português do Brasil, este trabalho considerará, de forma auxiliar, em que medida as mudanças linguísticas da oração relativa do português brasileiro podem ser inseridas no bojo do papel do contato na conformação do PB.

2.6 CONCLUSÕES PARCIAIS

Neste capítulo apresentamos sucintamente os pressupostos teóricos que nortearão a análise que se propõe fazer nesta pesquisa, relacionados a questões da Teoria da Gramática e da história da língua portuguesa.

Ressaltamos que a teoria de princípios e parâmetros na abordagem minimalista fornece um aparato teórico robusto para descrever e formalizar tanto os processos sintáticos de relativização das diversas línguas quanto as mudanças paramétricas que podem ocorrer. Os fenômenos serão aqui descritos em termos dos conceitos minimalistas de traços formais, operações sintáticas e suas alterações ao longo do tempo. Em relação à reformulação da teoria da hierarquia paramétrica, como esta ainda não contempla as diversas possibilidades da estrutura de relativização na tipologia das línguas, não será abordada a não ser como pano de fundo teórico e possibilidade de investigação futura acerca dos fenômenos investigados

aqui, principalmente no que diz respeito à definição da hierarquia envolvida no recorte que cada língua, especialmente o PB, em cada período histórico, fez e faz do fenômeno.

Essas alterações poderão ser localizadas no contexto dos fatores que as provocaram, sejam eles mudanças nos dados ou mudanças nos falantes. Ambas as situações têm relação com a história da língua portuguesa no Brasil, que é marcada pelo plurilinguismo, pelo contato linguístico e aquisição de língua como L2 por adultos e pela posterior normatização baseada em modelo europeu.

Por último, os recentes estudos em perspectiva paramétrica sobre as modificações sofridas pelo PB possivelmente provocadas por fatores externos permitem a avaliação sobre como as mudanças das orações relativas podem ser agrupadas entre esses mesmos fenômenos ou como estes podem tê-las influenciado.

No próximo capítulo, serão explorados os aspectos teóricos da estrutura da oração relativa e sua evolução dentro da perspectiva adotada até aqui.

3 A ORAÇÃO RELATIVA: VISÕES TEÓRICAS

Este capítulo reúne parte dos estudos linguísticos já realizados sobre a estrutura da oração relativa. O objetivo principal é apresentar a discussão existente na literatura sobre as possibilidades de descrição formal dessas estruturas. Dessa forma, torna-se possível a fundamentação das opções teóricas que serão feitas ao longo deste trabalho.

Basicamente, a oração relativa foi descrita como resultado de um dos três processos seguintes:

(i) Adjunção (Chomsky, 1977): a oração relativa é um adjunto da oração matriz, encaixada numa projeção dupla do NP relativizado, de acordo com a seguinte estrutura:

$$(23) \quad [\text{DP o } [\text{NP } [\text{NP livro}] [\text{CP que eu comprei }]]]$$

(ii) Alçamento (Kayne, 1994): o antecedente é gerado dentro da oração relativa e então movido pelo traço *wh* do pronome relativo para o especificador do CP relativo. Depois, o NP se move novamente para checar os traços do determinante da matriz, gerando a ordem na superfície:

$$(24) \quad [\text{DP o } [\text{CP } [\text{DP livro}_k [\text{DP que } t_k]]_i [\text{CP C } [\text{IP eu comprei } t_i]]]]$$

(iii) Matching (Rinke; Asmann, 2017): há duas realizações coindexadas do antecedente, uma dentro da relativa e outra na matriz. A interna à relativa é apagada em PF por identidade com a externa.

$$(25) \quad [\text{DP o } [\text{livro}]_i [\text{CP } [\text{que book}_i]_1 \text{ eu comprei } t_1]]$$

Para efeitos do que será adotado nesta pesquisa, serão descritos os trabalhos que representam a evolução do modelo de alçamento e suas evidências, que corroboram a adoção desta estrutura para a aplicação dos fenômenos abordados aqui.

O capítulo organiza-se da seguinte maneira: a Seção 3.1 traz a visão tradicional da oração relativa como adjunto do nome relativizado, representado por Smith (1964); a Seção 3.2 já apresenta os estudos de Kayne (1994) e Bianchi (1999), que consideram a oração relativa como complemento do determinante a matriz, com alçamento do antecedente. A Seção 3.3 apresenta o estudo tipológico de Vries (2002) e sua teoria resultante para a sintaxe da relativização. A Seção 3.4 conclui o capítulo.

3.1 A ANÁLISE TRADICIONAL: A ORAÇÃO RELATIVA COMO ADJUNÇÃO

Além da gramática tradicional, estudos gerativistas consideraram a oração relativa como adjunto da matriz. Destacam-se os trabalhos de Chomsky (1977) sobre o movimento *wh*, com uma análise detalhada da oração relativa como adjunto do nome da matriz, e Vergnaud (1974), que retoma as ideias de Smith (1964) sobre a relação entre o determinante da matriz e as relativas. Como a estrutura de adjunção não será adotada neste trabalho, apresentamos aqui apenas os argumentos relevantes para a verificação da relação entre o determinante da matriz e a oração relativa, apresentados por Smith (1964).

3.1.1 Smith (1964)

O trabalho é realizado dentro do quadro teórico da gramática transformacional, a primeira versão da teoria chomskyana. Portanto, descreve as transformações realizadas para a derivação de uma oração relativa. Para a autora, tanto relativas apositivas quanto

relativas restritivas são geradas por adjunção da sentença ao nome da matriz, dado sua semântica semelhante aos adjetivos. A diferença entre as duas se dá na entonação.

A grande contribuição desta pesquisa é que, pioneiramente, apresenta a relação entre a oração relativa e o determinante da matriz. Os exemplos de (23) a (25) ilustram a dependência do determinante para cada interpretação.

Uma oração apositiva (26a) pode modificar um nome próprio, *John*, enquanto a oração relativa restritiva (26b) não apresenta essa possibilidade:

(26)

- a. John, who knows the way, has offered to guide us.
- b. *John who is from the South hates cold weather.

(Smith, 1964, p. 38)

Já um antecedente com determinante indefinido como *a dog* pode ser modificado tanto por uma oração apositiva (27a) quanto por uma oração restritiva (27b):

(27)

- a. They pointed to a dog, who was looking at him hopefully.
- b. They pointed to a dog who was looking at him hopefully.

(Smith, 1964, p. 38)

Em (28), demonstra-se que, num grau de indefinitude ainda maior do antecedente, com o determinante *any*, não é possível atribuir-lhe uma relativa apositiva (28a), mas uma restritiva, sim (28c). Já num grau de definitude menor que o do nome próprio, com o determinante *the* (28b) a relativa apositiva é possível:

(28)

- a. *Any book, which is about linguistics, is interesting.
- b. The book, which is about linguistics, is interesting.
- c. Any book which is about linguistics is interesting.

(Smith, 1964, p. 38)

A restritiva também é possível com determinante indefinido (29) ou definido (30):

- (29) He lives in a skyscraper that is twenty stories high.
- (30) The man who fixed the radio left this note.

(Smith, 1964, p. 38)

A variação no comportamento dos tipos semânticos das relativas em relação à escolha do determinante demonstra que há restrições seletivas entre determinantes e orações relativas. Essa informação será retomada em estudos posteriores para defender que a oração relativa está encaixada no determinante da matriz.

3.2 A ORAÇÃO RELATIVA COMO COMPLEMENTO DA MATRIZ

3.2.1 Kayne (1994)

Para explicar como estruturas sintáticas são linearizadas, Kayne (1994) propõe o Linear Correspondence Axiom (LCA) (Axioma da Correspondência Linear, em português). A ideia fundamental é que a hierarquia estrutural determina a ordem linear, numa relação assimétrica de c-comando que implica diretamente na ordem dos constituintes: se A c-comanda B, então A precede B. Assim, não há relações de simetria, com nós XP e YP convivendo sob o mesmo nó sem que haja hierarquia entre eles.

A ordem linear especificador – núcleo – complemento é tomada como universal, assim como a ordem SVO. Outras linearizações, como SOV e VSO, surgem por movimento, o que é demonstrado com exemplos de línguas de ordem aparentemente livre que sofrem restrições para movimentos. Dessa forma, é vedada a adjunção à direita. O axioma da correspondência linear (LCA) foi amplamente aceito na teoria a partir de então, devido ao

conjunto robusto de evidências apresentadas a partir de estruturas e restrições universais nos padrões de ordem relativa de complementos e adjuntos.

No que diz respeito à oração relativa, predominantemente localizada à direita do nome relativizado, a partir do LCA, não se pode mais considerá-la como um adjunto do nome da matriz. O autor propõe então que a oração relativa é um complemento do D da matriz, com o núcleo alçado a partir de sua posição interna à relativa.

Além disso, o autor descreve dois tipos de relativa. A relativa com *that* (complementador), apresenta apenas o movimento do nome, o antecedente, para o SpecCP da relativa, deixando uma categoria vazia em seu lugar original, como em (31):

(31) the [_{NP} picture] [that [Bill saw [e]]]

(Kayne, 1994, p. 87)

O outro tipo de relativa é a que possui um pronome relativo, que carrega um traço *wh-* e se origina como determinante do núcleo relativizado, movendo todo o DP/PP para Spec,CP. Finalmente, o núcleo (antecedente) se move mais uma vez, para Spec,D_{rel} separando-se do determinante e gerando a ordem linear esperada.

(32) (19) the [C° [he broke it with which hammer]]

(33) the [with which hammer [C° [he broke it [e]]]

(34) the [_{CP} [_{PP} hammer₁ [with which [e]₁]] [C° [he broke it [e]]].

(Kayne, 1994, p. 89)

O contraste semântico entre orações relativas restritivas e apositivas deixa de ser atribuído a uma adjunção ao DP ou NP porque, na proposta do autor, não existe adjunção à direita. É proposto então um movimento em LF que tiraria a oração relativa apositiva do escopo do complementador, captando o contraste:

Podemos pensar nesse movimento de LF como sendo acionado, no caso das não restritivas, por uma característica sintática presente na sintaxe visível. Podemos então considerar que a pausa entoacional associada às não restritivas em inglês é determinada em PF pela mesma característica. Suponha que essa característica seja deletada imediatamente após o movimento de IP. Em uma língua como o inglês, essa deleção ocorrerá em LF e não poderá afetar a presença da característica em PF. Consequentemente, a característica estará presente em PF para desencadear a pausa entoacional¹⁹. (Kayne, 1994, p. 112. Tradução da autora.)

A proposta do autor para a derivação das orações relativas acabou sendo adotada por muitos teóricos que o seguiram com algumas modificações e refinamentos importantes.

3.2.2 Bianchi (1999)

Bianchi (1999) aprofundou a análise dos efeitos da teoria da antissimetria de Kayne (1994), aplicando-a às orações relativas e discutindo evidências tipológicas e morfossintáticas. A autora argumenta que esse desenvolvimento teórico força o abandono da adjunção à direita como possibilidade para a estrutura da oração relativa, o que confirma a proposta de Kayne (1994). Dessa forma, a análise de alçamento se torna mais adequada para explicar os fenômenos. Segundo a autora:

Também é correto apontar que a análise de alçamento permite uma abordagem unificada de várias estruturas relativas: incluindo relativas com antecedente, relativas com antecedente interno, correlativas, relativas de grau com “núcleos” adjetivais, e talvez também relativas resumptivas. Além disso, permite uma abordagem original para vários problemas tradicionais, como a diferença sintática entre relativas apositivas e restritivas, os fenômenos de apagamento que afetam o COMP de orações relativas e fenômenos intrigantes como *Case attraction* e *inverse attraction*.²⁰ (Bianchi, 1999, p 271. Tradução da autora.)

¹⁹ No original: We can think of this LF movement as being triggered for nonrestrictives by a syntactic feature present in the overt syntax. We can then take the intonation break associated with English nonrestrictives to be determined in PF by the same feature. Assume that this feature is deleted immediately subsequent to IP-movement. In a language like English that deletion will take place in LF and will not be able to affect the presence of the feature in PF. Consequently, the feature will be present in PF to trigger the intonation break. (Kayne, 1994: 112)

²⁰ No original: “(...) it is also fair to point out that the raising analysis allows for a unified approach to various relative structures: these include headed relatives, internally headed relatives, correlatives, degree relatives with adjectival “heads”, and perhaps also resumptive relatives. Moreover, it allows an original approach to various traditional problems, such as the syntactic difference between appositive and restrictive relatives, the

No que diz respeito às orações relativas apositivas, a autora faz uma discussão detalhada sobre as possibilidades de derivação que gerariam a interpretação apositiva e outros aspectos que a diferem da relativa restritiva, concluindo que a primeira deve estar fora do escopo do determinante da matriz, diferindo minimamente em estrutura das apositivas. Entre essas opções, estão a coordenação²¹ e a adjunção à direita. Seguindo Kayne (1994), atribui as diferenças semânticas entre apositivas e restritivas à ausência de comando entre o determinante da matriz e a oração apositiva, adotando um movimento em LF do IP relativo para uma posição acima do determinante da matriz, acionado por um traço que também gera a entonação específica em PF.

A inovação que a autora apresenta em relação a Kayne (1994) se refere a um determinante relativo sempre presente, ainda que nulo, que domina o núcleo relativizado e se incorpora ao determinante externo quando nulo. Por outro lado, Kayne (1994) descrevia a estrutura das relativas *that* com apenas o movimento de NP.

3.3 TIPOLOGIA DAS ORAÇÕES RELATIVAS E SEUS EFEITOS PARA A TEORIA DA GRAMÁTICA: VRIES (2002)

Vries (2002) faz uma extensiva análise da sintaxe da oração relativa na tipologia das línguas com o objetivo de fornecer, no contexto dos pressupostos da teoria gerativa, uma estrutura capaz de abranger os fenômenos encontrados nas 172 línguas analisadas.

deletion phenomena affecting the Comp of relative clauses, and such puzzling phenomena as Case attraction and "inverse attraction".

²¹ Agradeço o comentário do Prof. Dr. Paulo Medeiros Junior (c. p.) acerca das possibilidades de aplicação de uma teoria das apositivas baseada em coordenação para os fenômenos observados adiante nesta pesquisa em relação ao contraste encontrado entre estratégias nas relativas restritivas e apositivas. De fato, sendo a oração relativa apositiva uma coordenada, não deve ser introduzida por complementador. Essa possibilidade será considerada em pesquisa futura.

Para isso, assume o LCA de Kayne (1994), segundo o qual a ordem especificador-núcleo-complemento é fixa, e os constituintes sintáticos são dispostos numa ordem linear, o que impõe restrições na hierarquia sintática. Em sua análise das relativas, Vries (2002) parte da posição de que projeções funcionais não podem ser utilizadas sem motivação extensiva e adota apenas as funções CP, IP, AgrOP e DP (junto às projeções lexicais NP, AP, VP e PP) descritas pelo Programa Minimalista (cf. Hornstein, Nunes, & Geohmann, 2005). O movimento sintático é motivado pela necessidade de verificação de traços sintáticos, seja em uma configuração de especificador-núcleo, seja por meio de um movimento por incorporação de núcleo. Nessa visão da teoria, as línguas se distinguem em relação a traços fortes, que impulsionam movimento aberto, e traços fracos, que impulsionam movimento encoberto. Esses traços são associados a núcleos.

Dentro desse quadro teórico, o autor define a oração relativa como uma oração subordinada conectada à matriz por um constituinte pivô, ou seja, semanticamente compartilhado entre as duas orações. Chega-se a 223 estratégias de relativização nas 172 línguas, combinando-se variáveis sintáticas, tais como a presença e posição de categorias como núcleo antecedente (pivô), pronome relativo, determinante, complementador, pronome resumptivo, marcador de caso, lacuna. No que diz respeito à relação semântica expressa, são descritos três tipos: restrição (35), aposição (36) e maximização (37) (traduzidos pela autora do inglês, citadas pelo autor).

- (35) (Jill falou com) os alunos que foram reprovados no teste. [restrição]
- (36) (Jill falou com) os alunos, que foram reprovados no teste. [aposição]
- (37) (Jill derramou) o leite que havia na caneca. [maximização]

O tipo sintático mais comum é a relativa (RC) pós-nominal (38a), ou seja, posicionada após o pivô (N) na sentença (S-matriz), mas também existem as pré-nominais (38b), as circumnominais (38c) e as correlativas (38d).

(38)

- a. [S-matriz ... [N RC] ...]
- b. [S-matriz ... [RC N] ...]
- c. [S-matriz ... [[RC ... N ...]] ...]
- d. [S-matriz [RC (...) N ...] [S-matriz ... (Dem) ...]

(Vries, 2002, p.20)

Há uma hierarquia dos constituintes que podem ser relativizados nas línguas em geral: de cima para baixo de acordo com a figura 1, retirada de Lehmann (1984, p. 219) e citada em Vries (2002, p. 33). Isso significa que as línguas usam apenas um subconjunto dessa hierarquia, e, se uma língua pode relativizar um constituinte que está mais abaixo, pode relativizar todos os constituintes que estão acima deste:

Figure 7. *Syntactic function hierarchy, from Lehmann (1984:219).*

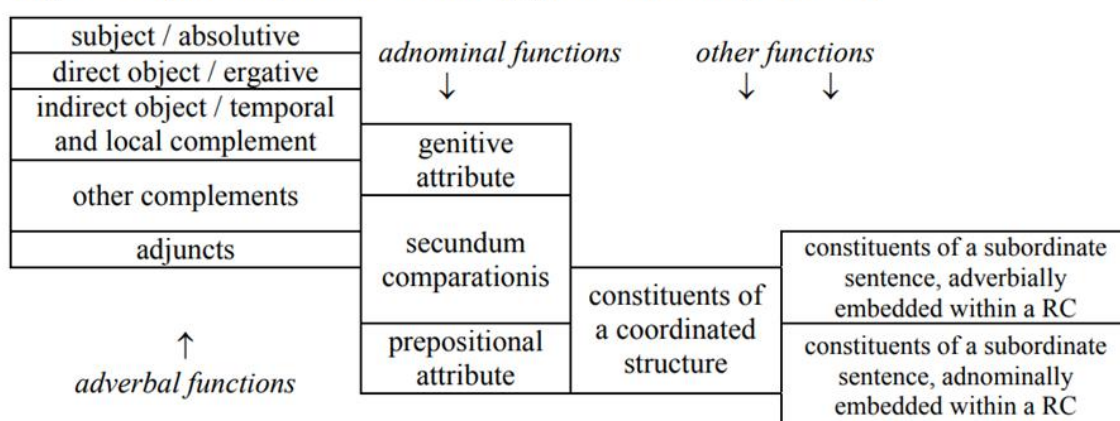


Figura 1. Hierarquia de funções relativizadas.

Fonte: Vries (2002: 33)

Da análise, extraem-se alguns universais linguísticos, dos quais destacamos aqueles dois que se relacionam aos pronomes relativos: todos eles envolvem movimento *wh*- para o início da sentença; o pronome relativo, como variável a ter sua referência preenchida, exclui a ocorrência tanto de um pronome resumptivo quanto de um clítico resumptivo.

Vries (2002) descreve ainda a relativa adverbial: o núcleo tem uma função adverbial dentro da relativa. Pode ser realizada com pronome relativo (i), uma conjunção especializada (ii), ou um antecedente que determina esse valor adverbial (iii):

(i) the time on which

(ii) the time when

(iii) the time that ... it happened

As línguas em geral utilizam um elemento relativo que pode ser:

(i) um pronome relativo, com movimento *wh*-;

(ii) um pronome resumptivo: pronome pessoal ou demonstrativo que ocupa a lacuna e não sofre movimento *wh*-;

(iii) um complementador relativo;

(iv) um marcador relativo, isto é, uma partícula no início da sentença que não pode ser chamada de complementador porque possui traços *phi*, nem de pronome relativo porque não é interpretada na posição da lacuna e, portanto, não sofre movimento *wh*-.

Essas são as bases para a formulação de uma teoria sintática translinguística para a relativização. A proposta é que há uma base sintática comum a todos os tipos de relativa e mecanismos adicionais que causam as diferenças. Vries (2002) demonstra a seguir as afirmações de que, sumariamente, a relativa é um complemento de D, sempre há um movimento *wh*- envolvido (ainda que encoberto), e o antecedente é alçado para a matriz.

Com base nessas questões, são confrontadas detalhadamente as teorias disponíveis no desenvolvimento histórico do estudo da relativização, sumarizados dentro das opções lógicas a seguir. O conjunto I diz respeito à relação da oração relativa com a matriz; o conjunto II descreve as opções de local de geração do núcleo:

(I) a. A hipótese da adjunção: uma oração relativa está ligada a uma projeção de N, como adjunto;

b. A hipótese de complemento do nome: uma oração relativa é um complemento de N;

c. A hipótese de complemento do determinante: uma oração relativa é um complemento de D;

(II) a. A hipótese do núcleo gerado na base: o antecedente de uma oração relativa é gerado na base fora desta oração;

b. A hipótese de alçamento: um sintagma nominal é alçado de dentro da oração relativa em direção à matriz e se torna o núcleo nominal.

O autor aponta três motivos para não considerar relativas como adjuntos: (i) elas trazem informações essenciais (*I hate man who drive cars* difere essencialmente de *I hate men.*); (ii) complementos nominais também podem ser retirados, ao contrário dos verbais, como em *the construction (of a building)*; (iii) mesmo adjetivos não são analisados como adjuntos. Para o autor:

Outros modificadores de NP como adjetivos não são normalmente analisados como adjuntos. Podem estar no especificador do NP ou numa projeção estendida do NP, ou constituem sua própria *shell*²². (Vries (2002, p. 72. Tradução da autora.)

Pelas evidências da relação entre determinante e oração relativa, já apresentadas em Smith (1964) nas seções anteriores, o autor escolhe a opção Ic.

Quanto ao conjunto II, o autor opta por IIb, com base na argumentação a seguir. Em primeiro lugar, a análise de alçamento pode explicar não só as relativas pós-nominais (mais comuns), mas também as relativas prenominais e circumnominais, porque a posição do

²² No original: “other NP-modifiers such as adjectives are usually not analysed as adjuncts. They could be in the specifier of NP or an extended projection of NP, or they constitute a shell of their own;”

nome passa a depender, nessa estrutura, do momento em que o alçamento é realizado (PF ou LF), e as línguas variam nesse aspecto. Os dados a seguir demonstram essa diferença entre uma teoria de alçamento (39a), em que a posição do núcleo *sprouts* depende do momento da derivação, e a hipótese de que o núcleo é gerado na base (39b), a qual não apresenta esse contraste (exemplos de Vries, 2002, p 76) :

- (39)
- a. I only like [my granny has cooked sprouts].
 - b. I only like [sprouts_i my granny has cooked t_i].
- (40) I only like [sprouts [OP_i my granny has cooked t_i]].

Outra evidência para a hipótese de alçamento é que é possível relativizar o complemento de uma expressão idiomática²³, como em: *O mico que eu paguei*, em que *mico* precisa ser selecionado como complemento de *paguei*, e só então movido para a posição anterior à relativa. Ao contrário, numa estrutura de adjunção, *mico* pertence à matriz, enquanto *paguei* pertence à subordinada. Dessa forma, esses elementos não estariam concatenados em nenhum momento da derivação, o que fere seu caráter de expressão idiomática.

Também há evidências relacionadas à teoria da ligação²⁴ que demonstram que o antecedente precisa ser gerado dentro da oração relativa: em (41), *si mesma* precisa estar sob o c-comando de *Joana* em algum momento da derivação:

- (41) A foto de si mesma que Joana tirou.

Essas são as bases que o autor lança para construir sua teoria sintática da oração relativa. Passa-se então a descrever o que chama de *Teoria da Promoção*, baseada no

²³ Argumento presente em Bianchi (1999: 43-45)

²⁴ Essa argumentação já está presente em Kayne (1994: 87)

alçamento do núcleo e na complementação do D da matriz, mas com diferenças em relação à teoria de alçamento de Kayne (1994). Por exemplo, tanto Kayne (1994) quanto Bianchi (1999) analisam relativas *that* e *wh*- com diferentes estruturas, o que fere os objetivos de Vries (2002).

A partir desses pressupostos, chega-se à derivação da relativa, que se dá inicialmente com um determinante relativo, que seleciona o nome relativizado (a.). O nome relativizado se move para o SpecDP para checar seus traços *phi* (b.). Neste ponto todo o DP é selecionado como argumento do predicado da oração subordinada (c.). Adicionam-se então os níveis IP (d.) e CP (e.), como usualmente. Como o pronome relativo carrega um traço *wh*+, todo o DP relativo se move para SpecCP para checar esse traço. Então todo o CP é concatenado como complemento do D da matriz (f.), checando o traço de Caso do nome relativizado, que pode ser assim diferente do Caso do pronome relativo, já que o nome precisa checá-lo na oração matriz, e o pronome relativo na subordinada. O DP relativizado pode então checar o traço de Caso do determinante da matriz (g.) e do XP que o seleciona (h.).

- (42) Ich fürchte den Herrn der eine Pistole trägt.
 ‘Eu temo o senhor que carrega uma arma.’
- a. [DP-rel der [NP Herrn]]
 - b. [DP-rel [NP Herrn]_h der t_h]
 - c. [VP [DP-rel Herrn_h der t_h] [V' eine Pistole trägt]]
 - d. [IP [DP-rel Herrn_h der t_h]_i [I' I [VP t_i eine Pistole trägt]]]
 - e. [CP [DP-rel Herrn_h der t_h]_i [C' C [IP t_i' I [VP t_i eine Pistole trägt]]]]
 - f. [DP den [CP [DP-rel Herrn_h der t_h]_i C [IP t_i' I [VP t_i eine Pistole trägt]]]]]
 - g. [DP FFh+den [CP [DP-rel Herrn_h der t_h]_i C [IP t_i' I [VP t_i eine Pistole trägt]]]]]
 - h. [CP Ich fürchte [DP FFh+den [CP Herrn_h der eine Pistole trägt]]]]]

(Idem, p. 123)

Um resumo da derivação está descrito abaixo:

$NP \rightarrow \text{SpecDP}_{\text{rel}} (D_{\text{rel}} \text{ checa } \varphi \text{ (fraco) com } NP)$

$DP_{rel} \rightarrow$ Case position in CP_{rel} (algun X checa Caso da subordinada com DP_{rel})

$DP_{rel} \rightarrow$ Spec CP_{rel} (CP C_{rel} checa wh (forte) com DP_{rel})

$FF(N) \rightarrow D_{ext}$ (D_{ext} checa ϕ (fraco) e Caso da matriz com N)

$DP_{ext} \rightarrow$ Posição de caso no CP_{matr} (algun X checa Caso da matriz com o DP_{ext})

$[DP_{ext} [D \text{ FF(N)+D}] [CP [DP_{rel} [NP \text{ N}] (D_{rel}) t_{np}]_{dp-r} (C) [IP \dots t_{dp-r} \dots]]]$

(Idem, p. 152)

No caso de relativas *that*, a ausência do pronome relativo e as variações no nível C são considerados efeitos de superfície. Pronomes relativos e complementadores estão presentes em todas as relativas, a diferença é qual deles é pronunciado. Para Chomsky (1977), relativas *that* envolvem um operador relativo equivalente ao pronome (D_{rel} , aqui).

Vries (2002) conclui sua análise argumentando que todos os movimentos necessários a uma teoria da promoção podem ser derivados diretamente em um contexto baseado na checagem de traços, sem a necessidade de projeções ou traços adicionais, além de Caso, número, gênero. Todas as orações relativas restritivas cabem na mesma análise, ressalvada a configuração particular da área COMP: com complementador e/ou pronome relativo expresso.

O autor segue aplicando a teoria às relativas pré-nominais e circumnominais, demonstrando que a variação translinguística encontrada em relação à ordem de palavras também é abrangida pela estrutura descrita.

Igualmente relevante para este trabalho é a análise que o autor faz dos elementos relativos: pronomes, complementadores, afixos ou marcadores, que exercem uma ou mais das três funções fundamentais presentes numa oração relativa:

- a. **Subordinação:** a oração relativa é uma oração subordinada. Envolve um traço (+sub) e um traço de ocupação da fronteira da oração (+i/f)

- b. **Atribuição:** a oração relativa é atribuída a um núcleo da matriz, isto é, deve mostrar concordância com ele. Envolve um traço $+\varphi$ e o mesmo $+i/f$.
- c. **Construção da lacuna:** a realização do núcleo dentro da oração relativa, com atribuição de Caso. Envolve o traço $+\text{subCase}$.

Exemplos dos marcadores são os pronomes relativos típicos, que exercem as funções b e c, e complementadores, que exercem apenas a função de subordinação.

Da análise das línguas, Vries (2002) chega às seguintes conclusões:

Teorema I

As três funções – Subordinação, Atribuição e Construção de Lacuna – devem estar representadas em uma oração relativa.

Teorema II

Em uma oração relativa, há uma divisão de trabalho entre o complementador C e o sintagma determinante com núcleo D_{rel} em SpecCP:

- C, e somente C, expressa subordinação;
- D_{rel} , e somente D_{rel} , expressa atribuição, e possivelmente Construção de Lacuna.

Teorema III

- a. Em uma oração relativa, D_{rel} e C estão sempre presentes.
- b. D_{rel} e C podem ser cada um explícito ou implícito, dependendo da língua (ou variante dentro de uma língua).

Teorema IV

- a. C não possui traços de Caso nem traços φ do antecedente.
- b. D possui tanto traços de Caso (abstratos) quanto traços φ (pessoa, número, gênero).

As funções do Teorema 1 (Atribuição, lacuna e subordinação) nem sempre estão evidentes. Por isso é preciso que um elemento vazie as carregue (o operador de Chomsky,

1977), um pronome relativo vazio. Seria uma divisão de trabalho entre um elemento D em SpecCP e uma partícula em C (subordinação).

Essa é a conclusão lógica que Vries faz com base na exclusão das impossibilidades sintáticas derivadas das possibilidades lógicas e da verificação empírica da tipologia das línguas examinadas. As funções descritas são as necessárias para a relativização acontecer, e o que não é realizado foneticamente precisa de algum elemento vazio para ser realizado. Dessa forma, as estratégias das línguas variam na maneira como o domínio COMP da oração relativa é realizado: com o preenchimento de SpecC, C, ambos ou nenhum, de acordo com a seguinte tabela e os exemplos descritos a seguir:

Tabela 1. O domínio C em relativas. Fonte: Vries (2002), p. 163

Drel (em SpecCP)	C	Traços de Drel	Traços de C	Exemplo
(a) pronome relativo lexical	complementador relativo lexical	ϕ : caso da subordinada : wh	sub	who that
(b) pronome relativo lexical	complementador relativo lexical	ϕ : caso da subordinada: wh	sub	who $\emptyset$
(c) pronome relativo vazio	complementador relativo vazio	ϕ : caso da subordinada: wh	sub	$\emptyset$ that
(d) pronome relativo vazio	complementador relativo vazio	ϕ : caso da subordinada: wh	sub	$\emptyset \emptyset$

Os exemplos ilustrativos de (a) a (d) são apresentados em (43)

(43)

- a. I know [DP the [CP [DP-rel man_k [D-rel whom] t_k]_i [C that] [IP you saw t_i]]]
- b. I know [DP the [CP [DP-rel man_k [D-rel whom] t_k]_i [C $\emptyset$] [IP you saw t_i]]]
- c. I know [DP the [CP [DP-rel man_k [D-rel $\emptyset$] t_k]_i [C that] [IP you saw t_i]]]
- d. I know [DP the [CP [DP-rel man_k [D-rel $\emptyset$] t_k]_i [C $\emptyset$] [IP you saw t_i]]]

Sobre a estratégia resumptiva, o autor define os pronomes resumptivos como pronomes pessoais ou demonstrativos que ocupam a lacuna, mas não a cabeça da oração,

3.4 CONCLUSÕES PARCIAIS

Este capítulo trouxe um apanhado da evolução da análise gerativista sobre a estrutura da relativização nas línguas naturais. Destacam-se, pelas evidências apresentadas pelos autores e pela capacidade de aplicação às diversas línguas, as teorias baseadas na oração relativa como complemento do determinante da matriz e alçamento do antecedente.

Em consonância com a teoria paramétrica descrita no capítulo anterior, consideramos de grande valia a análise tipológica feita por Vries (2002) e sua proposta de derivação da oração relativa, com uma adequação explanatória tão abrangente: as características do constituinte pivô são realizadas por alçamento, e as orações relativas precisam de um elemento que exerça a função subordinativa e um elemento que provoque esse alçamento. As estratégias das diversas línguas variam entre o caráter nulo ou expreso de cada um desses elementos. A presença do resumptivo e a posição da preposição que rege o núcleo da subordinada, quando necessária, também variam de uma língua para outra.

Este trabalho adota essa proposta considerando que a imensa diversidade tipológica a esse respeito pode auxiliar na compreensão da variedade de possibilidades de representação apresentadas pelo PB para o processo de relativização e orientar a investigação das diversas fases da mudança pesquisada neste trabalho. O próximo capítulo trata dessa língua.

4 A ORAÇÃO RELATIVA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Este capítulo apresenta estudos de abordagem puramente gerativista sobre o fenômeno da relativização no PB e suas peculiaridades. Na Seção 4.1, o trabalho de Kenedy (2023 [2003]) representa aqueles que consideram o *que* introdutor das relativas como complementador. A Seção 4.2 traz o trabalho pioneiro de Kato (1993) e várias contribuições posteriores que o consideram pronome relativo. A Seção 4.3 faz um apanhado dos estudos diacrônicos disponíveis dentro dessa abordagem. A Seção 4.4 conclui o capítulo.

4.1 O RELATIVIZADOR COMO COMPLEMENTADOR: KENEDY (2023 [2003])

Kenedy (2023 [2003])²⁵ inova ao propor a análise das construções relativas padrão e não padrão do português do Brasil baseada no modelo de alçamento e na hipótese de que as relativas padrão se estruturam conforme descrito por Kayne (1994), isto é, considerando que há relativas com pronome e relativas com complementador.

As relativas padrão de DP são derivadas por movimento do nome relativizado, portador de um traço [+ predicacional], para Spec,CP. Esse traço é responsável pela força ilocucionária da relativa. Depois a cópia mais baixa da cadeia formada é apagada. O *que* introdutor da relativa é um complementador. A Figura 2 descreve a derivação.

²⁵ Trata-se de uma edição em livro comemorativa dos 20 anos de publicação da Dissertação de mestrado de mesmo nome. Segundo a apresentação: “Não obstante, o seu conteúdo é o mesmo da dissertação original de 2003. Ou seja, o leitor tem em mãos uma celebração editorial de fato – e não de uma atualização teórica, nem uma revisão da literatura sobre o tema produzida nas duas últimas décadas.” (Kenedy, 2023, p. 5)

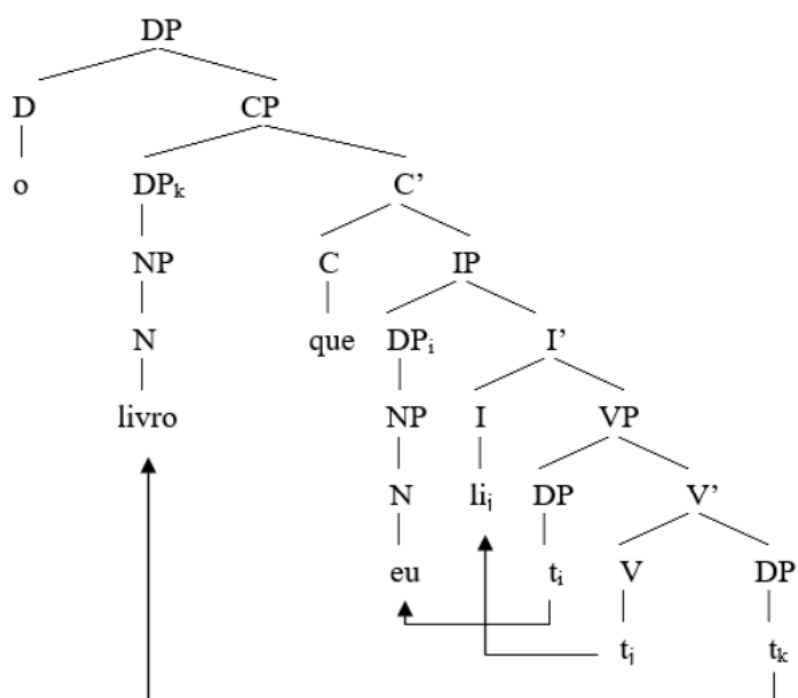


Figura 2. Relativa Padrão DP.

Fonte: Kenedy (2023, p. 74)

Quanto às relativas padrão de PP, o autor considera que há pronome relativo quando este manifesta traços de gênero, número, animacidade e caso morfológico, mas mantém, por uniformidade descritiva, o *que* como complementador. As duas estruturas estão descritas nas Figuras 3 e 4.

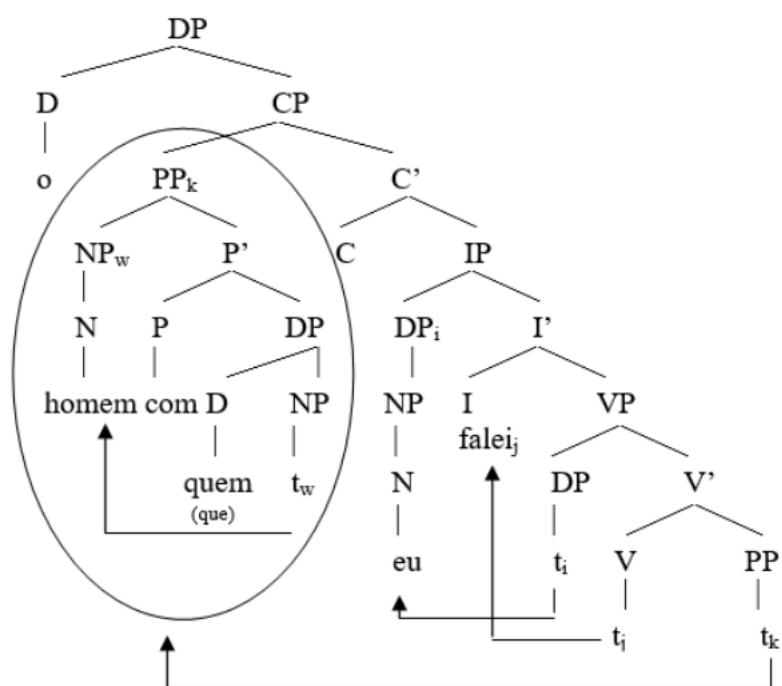


Figura 3. Derivação da relativa padrão PP com pronome.

Fonte: Kenedy (2023, p. 83)

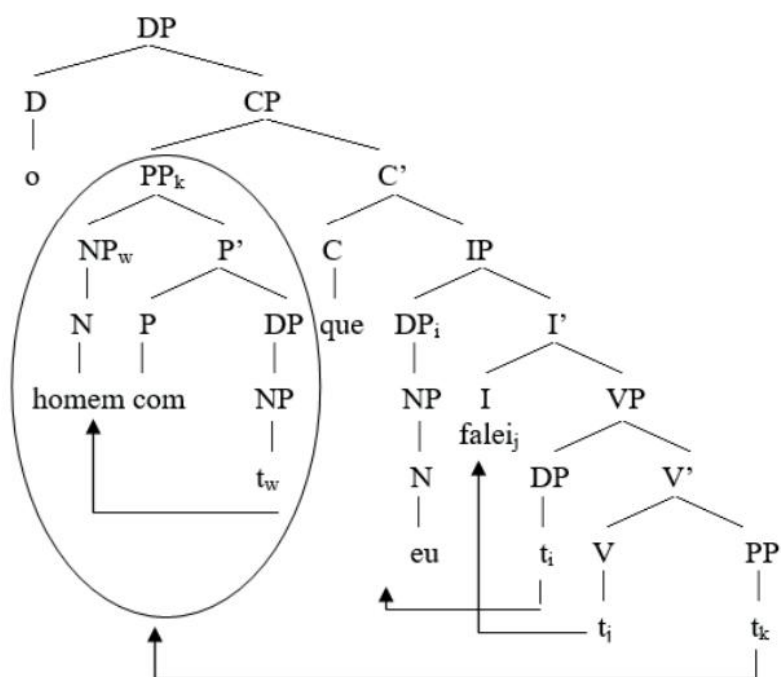


Figura 4. Pied-piping: que como complementador.

Fonte: Kenedy (2023, p. 84)

Na proposta do autor, as relativas resumptivas de DP do português do Brasil podem ser explicadas pela preservação, na forma fonética (*Phonological Form*/PF), dos traços *phi* após o apagamento das cópias deixadas pelo movimento do DP relativizado para a cabeça da relativa. O pronome resumptivo seria, portanto, a realização em PF desses traços *phi*. A derivação do trecho “o homem que eu vi ele” conforme a visão do autor está ilustrada na Figura 5.

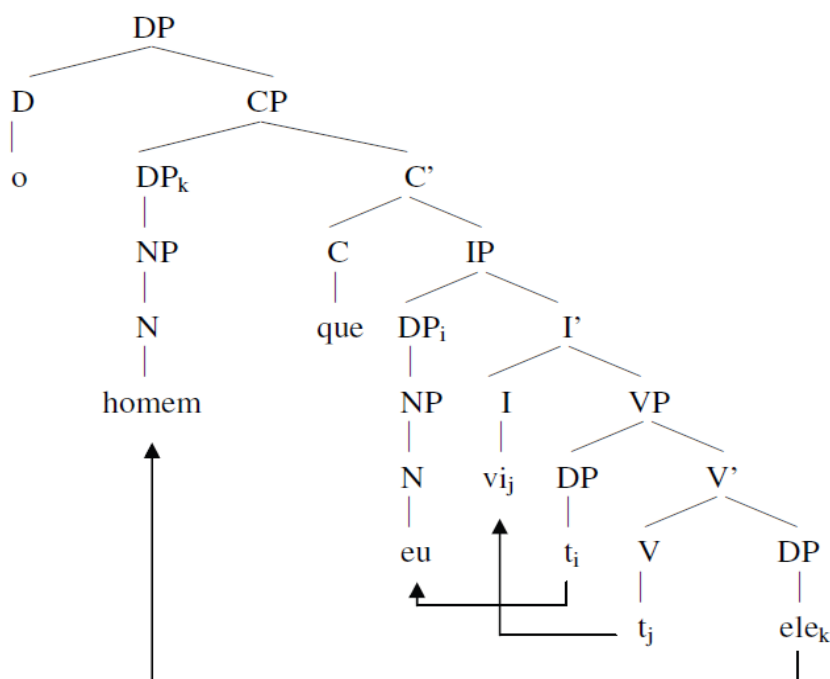


Figura 5. Relativa DP resumptiva

Fonte: Kenedy (2023, p. 104)

De acordo com essa visão, as relativas de PP não padrão seriam, como o fenômeno designado como *preposition stranding* de outras línguas – segundo o autor, impossível em português – uma alternativa ao alto custo derivacional do *pied-piping*. O autor adota, com adaptações, a análise de Salles (1997) para línguas como o PB, segundo a qual a preposição (P) e o determinante (D) formam um amálgama – comparável a uma preposição flexionada

–, que impede a separação de P e D nas estruturas de movimento *wh*. Essa proposta prevê a ausência do fenômeno *preposition stranding* na língua em que essa composição é formada.

Kenedy (2023 [2003]) propõe que existe a possibilidade de ocorrer o movimento do DP interno a um PP sem a preposição que o encabeça, mesmo nas línguas em que um núcleo complexo se forma, como alternativa à estratégia de *pied-piping*, graças ao traço *[+predicational]* desse nome em orações relativas. Assim, nas relativas PP não-padrão, seja de tipo resumptivo ou cortador, o DP relativizado se move para a cabeça da relativa sem a preposição que o encabeça. Esse movimento está ilustrado pelo índice *k*, na estrutura das relativas PP não padrão explicitadas a seguir.

De acordo com essa análise, na relativa resumptiva de PP, assim como na de DP, ocorre o apagamento parcial da cópia do DP que ocupa a posição mais baixa da cadeia formada; assim, na Figura 6 abaixo, os traços *phi* do DP [ela] são preservados, e realizados juntamente com a preposição (*com ela*), mediante a formação do núcleo [P+D]:

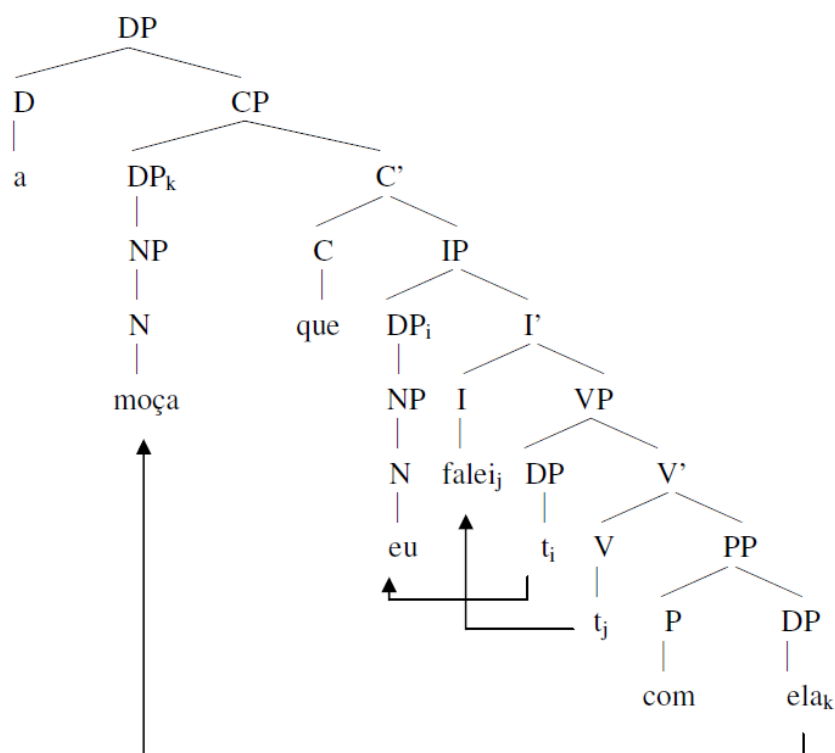


Figura 6. Relativa PP resumptiva

Fonte: (Kenedy, 2023, p. 129)

Na relativa cortadora, o apagamento da cópia do DP que ocupa a posição mais baixa da cadeia formada após o movimento de DP na relativização sem *pied-piping* implica o apagamento da preposição que o encabeça. A estruturação de uma relativa cortadora é semelhante à de uma configuração de *preposition stranding*; apenas, naquele caso, o apagamento de P é uma exigência da unificação de traços na formação do núcleo [P+D] (*Agree*): o apagamento da cópia de DP torna também obrigatório o apagamento da preposição em PF. Vide a derivação na Figura 7.

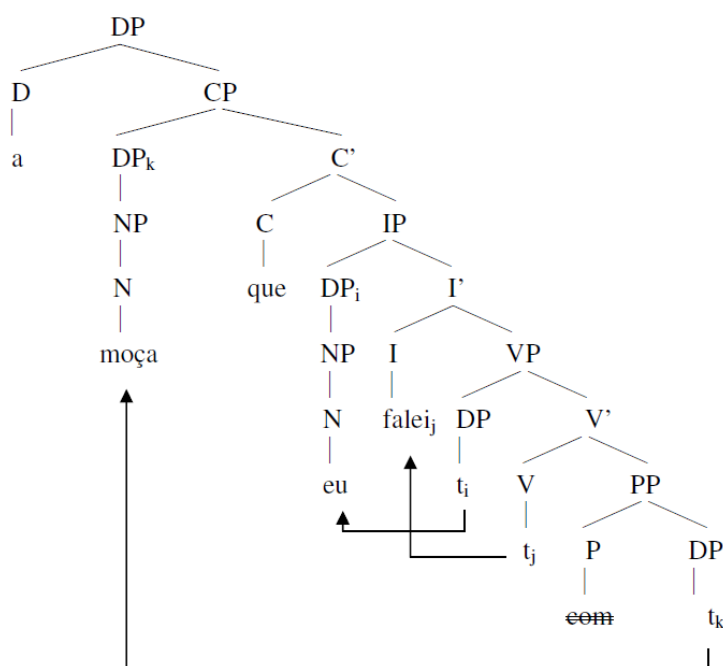


Figura 7. Relativa PP cortadora

Fonte: (Kenedy, 2023, p. 131)

O principal argumento do autor para considerar o *que* introdutor de relativas como complementador é o seu comportamento distinto do pronome interrogativo *que* em dados como:

- (46) Que livro que você leu?
 (47) * Esse é o livro que que você leu?

(Idem, p. 138)

Duplos *quês* só podem ocorrer se o primeiro é pronome e o segundo complementador. Ao contrário pronome interrogativo, o relativizador não pode ser duplicado. Isso significa, de acordo com o autor, que o *que* presente nas relativas já é um complementador.

4.2 O RELATIVIZADOR COMO PRONOME RELATIVO

4.2.1 Kato (1993)

Em estudo anterior à proposta de alçamento para a derivação da relativa, a autora propõe que o que autoriza as relativas cortadoras e resumptivas no PB é a ativação, na língua, do uso da posição de tópico em competição com a de sujeito e de categorias vazias em posições oblíquas. Afirma que a estratégia de relativização do PB, mesmo nesses casos, consiste no uso de um pronome relativo com movimento wh.

O que diferencia a relativização padrão da relativização não padrão na língua, segundo sua visão, é a posição de origem do movimento desse pronome: em vez da posição argumental, interna ao IP, o pronome relativo seria movido a partir de uma posição de tópico (LD/*left dislocation*). Essa posição, por conter uma preposição nula do tipo *sobre*, possui uma atribuição de caso diferenciada, que dispensa a preposição.

Assim, o pronome relativo gerado ali pode ocorrer sem *pied-piping*, originando a relativa cortadora, e a posição da lacuna é ocupada por um *pro* correferente a este pronome. A mesma posição pode também ser ocupada por um pronome pessoal correferente ao pronome relativo em LD. Assim é descrita a relativa resumptiva.

Como possibilidade de reanálise para a estrutura, a autora apresenta a ambiguidade presente em estruturas com prossintagmas genitivos nulos, que podem ter sido reinterpretados como expressões-R apagadas em PF tanto em orações relativas quanto em outras orações. Em (48) Há um exemplo de como funcionam os prossintagmas nulos genitivos:

(48)

- a. João_i disse que seu_i pai anda doente.
- b. João_i disse que o pai dele_i anda doente.
- c. João_i disse que o [*e*]_i pai anda doente.

(Kato, 1993, p. 246)

Em (49), está a ambiguidade das possibilidades de interpretação da estrutura da relativa cortadora de genitivo: um prossintagma genitivo nulo pode ter sido reanalisado como uma expressão-R resumptiva apagada, gerando a relativa cortadora como resultado do apagamento do resumptivo.

(49) O menino *que* o pai

- a. O menino *que* [*e* = *seu*] o pai
- b. O menino *que* o pai [$\emptyset$ = *do menino*]

(Idem, p. 252)

No caso dos outros contextos sintáticos, segundo a autora:

A relativa cortadora nos casos de complementos de verbos é resultado de elipse do VP (VP-deletion), após a subida do verbo e, eventualmente, de clíticos; a relativa cortadora, nos casos de complementos de nomes é resultado da elipse de NP após a subida de N para AGR; a condição para ambas as elipses é que o núcleo seja foneticamente nulo. (Kato, 1993, p. 253)

A proposta da autora foi reformulada em Kato e Nunes (2009), detalhado a seguir.

4.2.2 Kato e Nunes (2009)

Kato e Nunes (2009) retomam a análise de Kato (1993) para as orações relativas do português brasileiro, baseada em uma adjunção da relativa ao CP da oração principal a partir de uma posição de deslocamento à esquerda na estrutura da oração relativa como origem do movimento do constituinte relativizado. Reformula a proposta anterior com a aplicação da estrutura definida por Kayne (1994), segundo a qual a relativização é formada por alçamento

do NP relativizado, na versão em que o item *que* é um determinante relativo, gerado dentro do DP relativizado.

Os autores resgatam também a proposta de Tarallo (1983) de que as orações relativas padrão do PB envolvem o movimento de um pronome *wh*, que deixa um vestígio na posição relativizada, enquanto as relativas vernaculares são realizadas com um *que* complementador e um pronome resumptivo, que pode ser nulo, no caso das relativas cortadoras (com apagamento da preposição), ou realizado foneticamente, no caso das relativas resumptivas.

O estudo de Kato e Nunes (2009) menciona a análise de Kenedy (2023 [2003]) como uma opção que considera o *que* como complementador, mas contrariamente a essa proposta considera que, no PB, o item *que*, de fato, constitui um pronome relativo realizado como determinante, com traço *wh*²⁶.

Segundo os autores, tanto as relativas padrão quanto as relativas vernaculares envolvem o alçamento de um determinante com traço *wh*. A diferença entre as relativas vernaculares e a relativa padrão do PB seria relacionada ao lugar de origem desse movimento.

Conforme demonstram as estruturas apresentadas a seguir, nas relativas padrão, o constituinte relativizado é gerado em posição argumental, dentro do IP, selecionado por um CP, que, por sua vez, ocorre como complemento de um núcleo D (cf. 50 a 52). Conforme a estrutura proposta por Kayne (1994), *que* é gerado como determinante do NP relativizado (*que livro/ de que livro*), realizado na posição de sujeito, objeto direto e objeto

²⁶ Evidências para essa proposta são demonstradas dentro do sistema pronominal do PB, a partir da comparação com o comportamento do pronome homófono interrogativo *que*, da análise da inversão obrigatória do demonstrativo *este* na estrutura do DP antecedente (*comprei um livro, livro este/ *este livro que eu adoro*) e das restrições à ocorrência do pronome relativo *quem*, este último, em termos translinguísticos, a partir do fenômeno da alternância *que-qui* em francês

preposicionado, em (50), (51) e (52), respectivamente, deslocando-se para Spec,DP selecionado pelo núcleo D. A partir dessa posição, o NP é deslocado para SpecCP:

- (50) [aquela [CP [DP pessoa_i [DP que t_i]]_k [CP C [IP t_k comprou o livro]]]]
 (51) [o [CP [DP livro_i [DP que t_i]]_k [CP C [IP aquela pessoa comprou t_k]]]]
 (52) . [o [CP [PP livro_i [PP de [DP t_i [DP que t_i]]]]_k [CP C [IP você precisa t_k]]]]

(Kato e Nunes, 2009, p. 93)

Essa estrutura está associada à derivação das relativas padrão do PB, seja com DP ou com *pied-piping*. Os autores propõem outra derivação para as relativas cortadoras e resumptivas.

Nas relativas vernaculares, o constituinte relativizado é gerado na posição de tópico (manifesto como um deslocado à esquerda) interna à oração relativa, processo vinculado ao aumento da produtividade de estruturas de deslocamento à esquerda na língua, com um pronome resumptivo nulo ou foneticamente realizado na posição argumental correspondente, conforme ilustrado nos dados (53) e (54) transcritos a seguir:

- (53)
 a. [esse livro]_i, ele_i é muito bom
 b. [esse livro]_i, eu comprei ele_i ontem
 c. [esse livro]_i, eu estava precisando dele_i ontem
 (54)
 a. [esse livro]_i, eu entrevistei a pessoa que escreveu pro_i
 b. [esse livro]_i, eu falei com um aluno que estava precisando pro_i ontem

(Kato e Nunes, 2009, p. 89)

Os autores apresentam ainda o seguinte contraste, que revela que nem todas as preposições podem ser substituídas por um *pro* juntamente com o termo regido, seja no contexto da topicalização, seja no contexto da relativização. Propõem, então, seguindo Kato (2008), que as preposições que podem ser apagadas na relativização são aquelas que atribuem Caso inerente, o que se confirma pelo fato de que são obrigatoriamente inseridas

na estrutura oracional caso o NP seja pronunciado na posição interna ao VP, em oposição às estruturas de deslocamento à esquerda, conforme ilustrado em (55) a (58).

- (55)
- a. Um aluno estava precisando desse livro ontem
 - b. *Um aluno estava precisando esse livro ontem
- (56)
- a. A Maria riu do João
 - b. *A Maria riu o João
- (57)
- a. *O João, a Maria riu
 - b. O João, a Maria riu dele.
- (58)
- a. Este é o livro que eu estava precisando (dele)
 - b. *Esta é a pessoa que a Maria riu
 - c. Esta é a pessoa que a Maria riu dela

(Kato e Nunes, 2009, p. 90)

Os autores propõem que, na relativa cortadora, uma categoria pronominal nula *pro*, que faz parte do sistema de clíticos, é usada para retomar posições preposicionadas ou não, conforme ilustrado em (60) e (61):

- (59) Este é [o [CP [DP livro_i [DP que t_i]]]_k [CP C [LD t_k [IP eu entrevistei a pessoa que escreveu *pro*_k]]]]]
- (60) Este é [o [CP [DP livro_i [DP que t_i]]]_k [CP C [LD t_k [IP você estava precisando *pro*_k]]]]

(Kato e Nunes, 2009, p. 93)

Na oração relativa resumptiva, um pronome resumptivo foneticamente realizado ocupa a posição interna ao IP que retoma anaforicamente o termo em posição deslocada à esquerda (*Left Dislocated/LD*):

- (61) Eu tenho [uma [CP [DP amiga_i [DP que t_i]]_k [CP C [LD t_k [IP ela_i é muito engraçada]]]]]
 (62) Este é [o [CP [DP livro_i [DP que t_i]]_k [CP C [LD t_k [IP o João sempre cita ele_k]]]]]
 (63) Este é [o [CP [DP livro_i [DP que t_i]]_k [CP C [LD t_k [IP você vai precisar dele_k amanhã]]]]]

(Kato e Nunes, 2009, p. 94)

4.2.3 Almeida (2011)

O trabalho realizado em âmbito de dissertação de mestrado analisa dados exemplificativos de orações relativas não canônicas coletados em discursos proferidos na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Além das relativas não padrão descritas na literatura – as resumptivas (64) e as cortadoras (65) –, constatamos características estruturais que não estavam contempladas nas análises acerca do tema a que tivemos acesso.

- (64) Trata-se de uma emenda dos trabalhadores da Defensoria Pública e [que portanto vamos assiná-la também].
 (65) Os problemas [Ø que nos referimos], que a gente tem tantos (...)

Entre as realizações não padrão observadas nos discursos proferidos nesses eventos, destacaram-se as orações relativas com as seguintes características: (i) ocorrência de anáfora lexical na posição sintática relativizada (66); (ii) aparente violação de restrições de ilha (67); (iii) mapeamento de constituintes não argumentais na estrutura da relativa cortadora (68):

- (66) Várias escolas públicas adotam na entrada uma carteirinha eletrônica [que, ao entrar, a criança passa **essa carteirinha** em um leitor].
- (67) Numa lista de projetos_i [que recebi a incumbência do governador de buscar encaminhamento], ainda como Chefe da Casa Civil (...).
- (68) Fui diretora da escola [que eu estudei em Ceilândia].

(Almeida, 2011: 63-64)

Em (66), diferentemente da descrição presente na literatura sobre as relativas resumptivas, a posição relativizada é ocupada por um sintagma nominal pleno, [essa carteirinha], e não por um pronome resumptivo.

Na relativa cortadora apresentada em (67), sem a preposição que rege o complemento nominal relativizado, as restrições de ilha por NP complexo impedem que a estrutura da oração seja interpretada como resultante de movimento da primeira posição para a segunda. Esse movimento violaria as restrições de ilha, que também se aplicam à língua portuguesa, por ultrapassar mais de uma categoria bloqueadora (IP dominado por DP). Por isso a posição relativizada deve ser preenchida por uma categoria vazia diferente de *t*, como um *pro* coindexado ao sintagma relativizado.

Já em (68), há relativização da posição de adjunto adverbial pelo pronome relativo *que*, sem o uso da preposição *em*, regente dessa função sintática. Diferentemente do que propõe Kato (2008), a preposição ausente na estrutura da relativa cortadora não é atribuidora de caso inerente, mas introduz um sintagma adverbial não previsto na estrutura argumental do verbo.

Os achados em (66) a (68) foram analisados em Almeida (2011), e buscamos com base na bibliografia utilizada como referencial teórico, uma proposta para a estrutura sintática capaz de gerar os diversos tipos de configurações não padrão encontrados na coleta.

Nos estudos prévios, deparamo-nos com a hipótese de que o que permite a realização desses fenômenos no português do Brasil é a presença de uma posição de tópico interna à oração relativa, à qual está vinculada a função sintática relativizada (cf. Kato, 1993). Outra proposta, pela qual o *que* da oração relativa é considerado complementador, e não pronome relativo, e apenas o NP relativizado é alçado (Kenedy, 2003), também foi confrontada com os dados. Finalmente, a proposta de Kato e Nunes (2009), baseada em alçamento do DP relativizado a partir de uma posição de tópico interna à oração relativa, apresentou-se como a mais adequada entre as pesquisadas e apresentadas porque foi a que melhor explicou a estrutura dos dados encontrados na pesquisa, inclusive daqueles que não se encaixam nas descrições sistematizadas em pesquisas anteriores.

4.2.4 Almeida e Salles (2021)

Partindo dos resultados obtidos em Almeida (2011), esse estudo apresenta novos dados como evidência adicional para a adoção da estrutura proposta em Kato e Nunes (2009) em oposição à proposta de Kenedy (2003), quando esta última envolve o resumptivo como realização de traços *phi* da estrutura relativizada.

O trabalho ressalta que resumptivos em estruturas de relativização de genitivos e de sintagmas adverbiais (temporais e locativos) envolvem não só pronomes pessoais, mas também outros tipos de pronome (possessivo), dêiticos locativos e sintagmas nominais plenos.

Em (69), o resumptivo ‘seu’ apresenta caso genitivo (além dos traços *phi*).

- (69) “Mas eu queria fazer um elogio especial ao Presidente do Iges, o Sr. Paulo, o qual nós fizemos a aprovação do seu nome para presidente”

Em (70), a posição resumptiva é preenchida com pronome com traço dêitico:

- (70) “Trata-se de uma questão técnica que eu não vou com isso colocar nenhum óbice à aprovação do projeto.”

Em (71), é um sintagma nominal pleno que ocupa a posição de resumptivo:

- (71) “Várias escolas públicas adotam uma carteirinha eletrônica que, ao entrar, a criança passa essa carteirinha em um leitor.”

Dados com características parecidas são encontrados tanto na diacronia – cf. (72 e 73) – quanto no uso contemporâneo (74):

- (72) “Primeiro, qualquer Irmao seja quem for que por sua causa urzurpar qualquer [= qualquer irmão por cuja culpa for usurpada qualquer] alfaia da confraria <sendo justificado> fica notado por ladrao e extinto para nunca mais servir e menos ser valido pala Caixa ou interrado (16/12/1832. Figueiredo Silva, 2019, p. 300).₂
- (73) “[...]pois teve o atrevimento de dar uma umbigada em sua mulher, na encruzilhada do Pau-Grande, que quase a fez abortar, da qual umbigada fez cair a dita sua mulher de pernas para o ar. (Czena IX, 1ª fala do ESCRIVÃO lendo um requerimento. (PENA, Martins. *Juiz de paz na roça*, 1883. Figueiredo Silva, 2019, p. 300).₂
- (74) Eu tô numa fase da minha vida que eu não posso morrer agora.

Esses dados apontam para a adequação da relativização a partir da estrutura de LD conforme Kato (1993), uma vez que o resumptivo traz outros elementos gramaticais além dos traços *phi*, compatíveis com a correferência com a posição de tópico interna à relativa, mas incompatíveis com a proposta de Kenedy (2023 [2003]), que atribui a presença do resumptivo à realização de traços *phi* da cópia do movimento.

4.3 A ORAÇÃO RELATIVA NO PB EM PERSPECTIVA DIACRÔNICA

4.3.1 Tarallo (1983)

O autor aborda as orações relativas do PB com uma perspectiva que concilia a análise sociolinguística com a descrição formal gerativista dos fenômenos. Parte da definição das estratégias padrão, cortadora e copiadora (resumptiva). Num contexto teórico anterior ao LCA, assume que as relativas do PB possuem um *que* complementador gerado na base, com a lacuna preenchida por um pronome resumptivo, pronunciado ou apagado. Esse apagamento se torna possível a partir da mudança da língua no que diz respeito à possibilidade de objetos nulos (Cyrino, 1993).

Para proceder à análise sincrônica, o autor reuniu 4.329 orações relativas coletadas em programas de televisão e entrevistas com paulistas divididos em classes sociais; além disso, seu trabalho diacrônico reuniu dados de cartas e peças de teatro dos séculos XVIII e XIX.

Os resultados demonstram a preferência pela relativa cortadora nos contextos em que se aplica a preposição e um leve favorecimento da estratégia resumptiva pela semântica genitiva. Há uma correlação entre relativas cortadoras e o uso de clíticos nulos em objetos diretos e indiretos e posições oblíquas nas orações matrizes e outros tipos de subordinadas em geral, observada em coleta paralela de dados desse tipo. Para o autor, isso corrobora a hipótese de que a estrutura da cortadora é derivada por uma regra de apagamento do pronome resumptivo juntamente com sua preposição regente.

Já os dados diacrônicos demonstram os resultados transcritos na Tabela 2:

Tabela 2. Frequência de uso de três estratégias de relativização ao longo dos períodos de tempo (Tarallo, 1983: 206)

Estratégia	1700-1750	1751-1800	1801-1850	1851-1900	TOTAL
Padrão	383 (95,7%)	384 (96,0%)	385 (96,9%)	254 (67,1%)	1406
Resumptiva	16 (4,0%)	12 (3,0%)	9 (2,6%)	19 (5,0%)	56
Cortadora	1 (0,3%)	4 (1,0%)	6 (1,5%)	106 (27,9%)	117
TOTAL	400	400	400	379	1579

Eliminando as orações relativas de sujeito e objeto direto, temos a Tabela 3:

Tabela 3. Frequência de uso de três estratégias de relativização em posições de objeto indireto, oblíquo e genitivo, ao longo dos períodos de tempo (Tarallo, 1983: 207)

Estratégia	1700-1750	1751-1800	1801-1850	1851-1900	TOTAL
Padrão	99	89	73	63	224
abaixo (%)	89,2%	88,1%	91,3%	35,4%	
através (%)	30,6%	27,7%	22,5%	19,2%	
Resumptiva	11	8	1	9	29
abaixo (%)	9,9%	7,9%	1,3%	5,1%	
através (%)	37,9%	27,6%	3,4%	31,0%	
Cortadora	1	4	6	106	117
abaixo (%)	0,9%	4,0%	7,5%	59,6%	
através (%)	0,9%	3,4%	5,1%	90,6%	
Total	111	101	80	178	470

Observa-se o crescimento a estratégia cortadora em substituição ao *pied-piping* já a partir do século XIX, o que também corresponde a uma queda na retenção dos pronomes em posições sintáticas preposicionadas em orações principais.

Tarallo conclui seu trabalho com uma reflexão sobre a hipótese da crioulização prévia do PB e argumenta que os dados podem ser sugestivos, mas não comprovam a hipótese. Afirma:

Para demonstrar que tais processos de crioulização realmente ocorreram na formação da língua falada no Brasil, expliquei como a estratégia do pronome resumptivo é uma estratégia de relativização preferida em sistemas que ainda não

se tornaram “estáveis”. Dados de línguas crioulas, da linguagem infantil e da aquisição de segunda língua foram apresentados para fundamentar padrões de relativização semelhantes. A influência africana no PB, no entanto, só pode ser atestada no léxico. Pesquisas futuras sobre problemas fonológicos, bem como morfossintáticos, em várias variedades de fala usadas no Brasil podem finalmente resolver a questão. Qualquer que seja a resposta final, parece claro que a abordagem mais produtiva será considerar se e como os desenvolvimentos gramaticais se encaixam em processos gerais de pidginização, conforme discutido acima²⁷. (p. 247)

Para ele, o uso de resumptivos é universal, e sua frequência no PB não é capaz de caracterizá-lo como derivado de um crioulo.

4.3.2 Lessa-de-Oliveira (2009)

O texto de Lessa-de-Oliveira (2009) consiste num estudo diacrônico das orações relativas resumptivas, apresentadas em contraste com as relativas padrão e cortadoras. A metodologia consiste na comparação entre os dados encontrados na pesquisa de Tarallo (1983), dos séculos XVIII, XIX e XX, com dados de cartas de mercadores do século XVIII.

Adotando a proposta de Kato e Nunes (2009), Lessa-de-Oliveira (2009) propõe que a estrutura da oração relativa resumptiva do português brasileiro do século XX é realizada pelo movimento *wh* de um pronome relativo gerado em uma posição de tópico interna à relativa (LD) como resultado da reanálise da oração relativa resumptiva *wh* ocorrida em meados do século XIX. A figura 8 representa o gráfico elaborado pela autora a partir dos dados apresentados em tabela por Tarallo (1983):

²⁷ No original: “In order to demonstrate that such creolization processes did take place in the formation of the language spoken in Brazil, I explained how the resumptive pronoun strategy is a more preferred relativization strategy in systems which have not become “stable”. Data from creole languages, child language, and second language acquisition were presented in order to substantiate similar relativization patterns. The African influence on BP, however, can only be attested in the lexicon. Future research on phonological as well as morphosyntactic problems across various speech varieties used in Brazil might finally solve the issue. Whatever the final answer may be, it seems clear that the most productive approach will be to consider whether and how grammatical developments fit into general processes of pidginization as discussed above.” (p. 247)

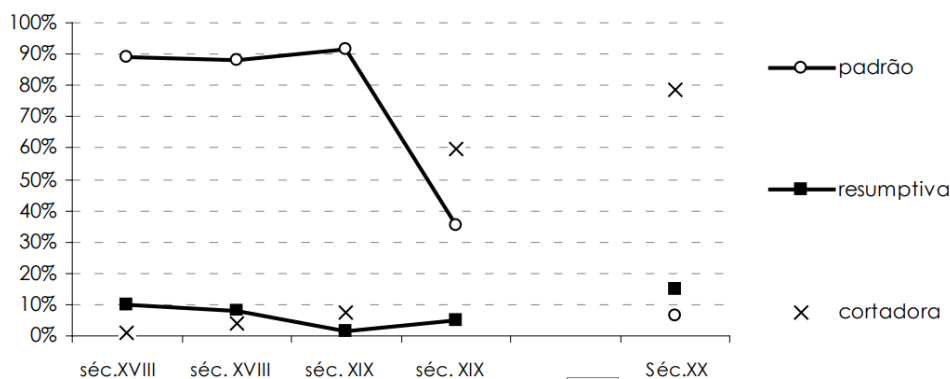


Figura 8. Gráfico 1. Frequências das estratégias de relativização em PB nas funções de OI, Obl e G, do século XVIII ao século XX. Fonte: Lessa-de-Oliveira (2009, p. 67)

A queda no uso da resumptiva na primeira metade do século XIX é tomada pela autora como evidência de uma “crise” dessa estratégia provocada por uma reanálise da posição de origem do sintagma relativizado em resumptivas: de dentro do IP para a posição de tópico:

Ou seja, a estratégia resumptiva parece ter passado por uma crise na primeira metade do século XIX. Talvez, esse tenha sido o período em que uma mudança tenha ocorrido também com essa estratégia. A hipótese suscitada neste estudo é que a relativa resumptiva passou da estratégia sem LD para a estratégia com LD, a partir desse período. (Lessa-de-Oliveira, 2009, p. 67)

Os dados de Tarallo (1983) são então aditados com dados recolhidos pela autora de outro *corpus*: 93 cartas de mercadores, provavelmente de baixa escolaridade, do século XVIII. A figura 6, a seguir, traz o Gráfico 3 da autora, feito em função logarítmica: quanto mais os resultados se afastam do eixo 1, maior o favorecimento ou desfavorecimento da estratégia resumptiva naquela função e naquele período:

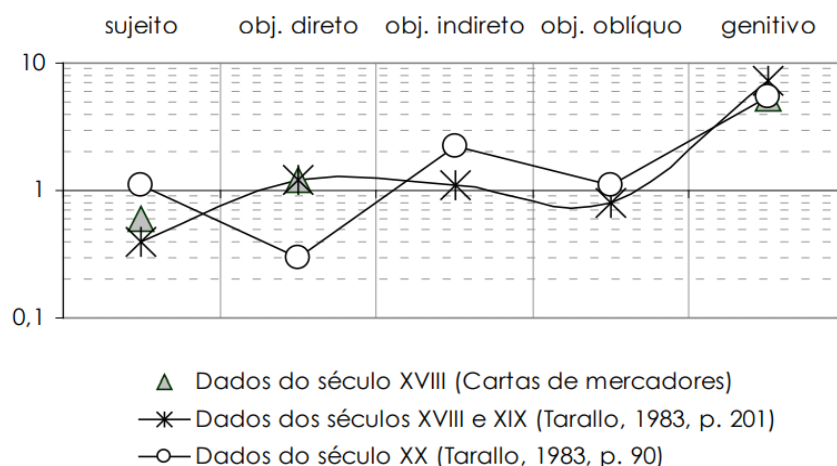


Figura 9. Gráfico 3. Frequência proporcional de relativas resumptivas de acordo com a função sintática do termo relativizado. Fonte: Lessa-de-Oliveira (2009, p. 71)

A Figura 9 serve de base para a conclusão de que, entre as funções sintáticas preposicionadas relativizadas, aquela que mais favorece o aparecimento da estratégia resumptiva é a genitiva. Também se pode observar uma inversão entre as funções de sujeito e objeto direto: enquanto o sujeito era desfavorecido em estratégia resumptiva nos séculos anteriores, o objeto direto passa a ser desfavorecido nessa estratégia no século XX. A autora relaciona essa mudança à alteração no panorama pronominal do PB: sujeitos nulos passam a ser menos frequentes enquanto aumenta a frequência de objetos nulos. Além disso, o resumptivo de objeto direto passa a ser representado por um pronome tônico no século XX, enquanto se realizava como clítico nos séculos anteriores.

Da análise dos dados, a autora conclui que houve um aumento do uso da estratégia resumptiva no século XX. Dessa maneira, considera que, entre as propostas presentes na literatura para a estrutura da oração relativa não padrão do PB, aquelas que apresentam a posição de tópico como origem da relativização com apagamento da preposição regente do pronome relativo, no caso da estratégia resumptiva, descrevem melhor o fenômeno em relação àquelas que consideram que a possibilidade de apagamento do pronome resumptivo é que gera a relativa cortadora. Afirma:

Pela proposta de Tarallo (1983), a mudança da relativização em PB circunscreve-se a uma mudança que ocorre na estrutura da relativa resumptiva, na qual os resumptivos passam a ser opcionalmente apagados, juntamente com a preposição no caso das relativas preposicionais. Também pela proposta de Kenedy (2002), a relativa cortadora se constitui a partir de uma estrutura como a da relativa resumptiva, apagando-se a cópia mais baixa. A previsão que se pode fazer a partir dessas propostas seria de diminuição da frequência de relativas resumptivas, uma vez que passa a existir a possibilidade de apagamento desse resumptivo, mantendo-se a mesma estrutura. Entretanto, tal previsão contraria o que observamos nos corpora. Assim, por essas duas propostas fica difícil explicar o aumento, de modo geral, da frequência de relativas resumptivas observado nos dados. (Idem, p. 75)

Ainda analisando o gráfico, a autora propõe uma explicação para, em relação aos dados do século XX, um grande desfavorecimento da estratégia resumptiva na posição de objeto direto e um certo favorecimento da mesma estratégia na posição de sujeito. Para a autora:

Assim, uma explicação possível para a inversão entre as funções de OD e S no favorecimento da relativa resumptiva seria, não coincidentemente, a modificação no sistema pronominal do PB que teria resultado num crescente preenchimento fonético do sujeito (reflexo da perda da flexão de concordância) e um crescente não preenchimento fonético do objeto (aparecimento do objeto nulo referencial), desembocando num quadro inverso ao que ocorria no PB dos séculos XVIII e XIX. Ou seja, assim como o aparecimento da relativa cortadora pode estar associado ao fenômeno de surgimento de objetos nulos em PB, conforme propõe Tarallo (1983), avalio que o aumento do favorecimento da relativa resumptiva de sujeito pode estar associado ao crescente preenchimento do sujeito. (Idem, p. 73)

Com base nessas conclusões, a autora propõe uma descrição formal para a reanálise da oração relativa resumptiva do PB a partir da oração relativa cortadora com LD. A possibilidade de omissão do pronome possessivo da oração relativa no caso de a função relativizada ser a genitiva gera ambiguidade estrutural desse tipo de oração, que pode ser analisada como portadora de uma relativização a partir de uma posição argumental ou da posição de LD.

Isso significa que a oração relativa cortadora (75), que já havia sofrido reanálise da posição relativizada – de dentro do IP para a posição de tópico – serviu de *input* para a reanálise da relativa resumptiva a partir do preenchimento da lacuna por um pronome. Essa estrutura substituiu a relativa resumptiva com relativização a partir da posição interna ao IP.

- (75) [DP o [CP [DP menino_k [DP que t_k]]_i [CP C [LD t_i [IP o pai pro_i anda doente]]]]]]...
 (76) [DP o [CP [DP menino_k [DP que t_k]]_i [CP C [LD t_i [IP o pai dele_i anda doente]]]]]]...
 (77) [DP o [CP [DP menino_k [DP que t_k]]_i [CP C [IP seu_i pai anda doente]]]]]]...

4.4 CONCLUSÕES PARCIAIS

Este capítulo trouxe um panorama dos estudos sobre a relativização do português brasileiro em perspectiva sincrônica e diacrônica. Dos estudos apresentados, é importante reter algumas questões que farão parte da discussão levada adiante neste trabalho.

A pesquisa pioneira de Tarallo (1983) atesta a mudança da oração relativa no PB com a substituição da relativa padrão pela cortadora ainda no final do século XIX, derivada da possibilidade de resumptivos nulos a partir das mudanças pronominais do PB. O autor analisa a estrutura cortadora e a resumptiva como introduzidas por um complementador. Assim, o antecedente pertence à matriz e seleciona um CP, como em qualquer subordinada, mas portador de um *pro* na posição da lacuna. Essa análise – anterior ao LCA de Kayne (1994) – não é compatível com a estrutura adotada neste trabalho, em que assumimos a estrutura de alçamento de Kayne (1994), em que a posição de complementador C está disponível, nos termos de Vries (2006) (como será demonstrado adiante).

Da mesma forma, a análise de Kato (1993) não considera a estrutura de alçamento de Kayne (1994), que lhe é posterior, mas diverge de Tarallo (1983), ao considerar que o *que* introdutor das relativas cortadoras e resumptivas é de fato um pronome. O que licencia o corte da preposição do pronome é a posição de origem do movimento *wh* que gera a relativização: uma posição argumental, interna ao IP, para as relativas padrão, e uma posição não argumental, em LD (*left dislocation*), onde a preposição é dispensada, para as relativas cortadoras e resumptivas.

Kato e Nunes (2009) adaptam essa proposta à estrutura de alçamento, considerando que o pronome relativo é gerado como determinante do nome alçado a partir da posição de tópico, o que dispensa o uso da preposição e autoriza resumptivos na posição da lacuna interna ao IP. Esta é coindexada ao constituinte relativizado em LD.

Lessa-de-Oliveira (2009) adota essa proposta em sua análise diacrônica das resumptivas do PB, considerando que as resumptivas atuais são resultado do preenchimento da lacuna das relativas cortadoras, que sofreram anteriormente a reanálise da posição relativizada: de dentro do IP para uma posição não argumental em LD.

Kenedy (2023 [2003]) adota a proposta de Tarallo (1983) de que as relativas não padrão do PB são introduzidas por um complementador, mas a concilia com o LCA de Kayne (1994) e a relativização por alçamento. Para o autor, o nome alçado é portador de um traço [+ *predicational*] forte que precisa ser checado e por isso pode ser movido sem um pronome relativo expresso ou nulo. A preposição é apagada em cortadoras como alternativa à configuração de *preposition stranding*, impossibilitada em PB pela formação de um núcleo [P+D] (Salles, 1997), que impede que a preposição seja separada do determinante por movimento. Os resumptivos, com as preposições que os selecionam, são realizações dos traços *phi* do núcleo movido.

Em trabalhos anteriores, Almeida (2011) e Almeida e Salles (2021), confrontamos essas propostas com dados coletados em discursos da Câmara Legislativa do Distrito Federal, em que o termo resumptivo é realizado não só por pronomes pessoais, mas também por demonstrativos e DP plenos, o que inviabiliza uma análise baseada na realização morfofonológica dos traços *phi* da cópia do movimento, conforme propõe Kenedy (2023 [2003]). Diante disso, adotamos a estrutura de Kato e Nunes (2009) para sua derivação, tendo em vista as diversas possibilidades de realização de resumptivos, compatíveis com as

estruturas de tópico. Além disso, verificamos que outras posições, além de LD, podem ser origem de alçamento de núcleos não preposicionados, gerando relativas cortadoras na superfície: a posição de tópico-sujeito e a posição de advérbio nu.

Neste trabalho, uma pesquisa de *corpus* mais robusta servirá de apoio para as escolhas que serão feitas dentro dos pressupostos da teoria paramétrica e das possibilidades estruturais aqui apresentadas, considerando a tipologia das línguas no que diz respeito à oração relativa.

5 METODOLOGIA E RESULTADOS

Este capítulo detalha o estudo empírico realizado nesta pesquisa, em que se busca reunir evidência para identificar os passos da mudança linguística, a serem discutidas no contexto da abordagem teórica proposta pela observação da maneira como as estruturas inovadoras se expandem no uso da língua. Primeiramente, são descritos os *corpora* de onde foram extraídos os dados coletados e analisados; a seguir, é exposta a maneira como foram selecionados, classificados e tratados. Na terceira seção, os resultados desse processo são apresentados com breves considerações acerca das observações relevantes.

5.1 DESCRIÇÃO DA BASE DE DADOS

Para este estudo, foi constituída uma base de dados composta de 1991 orações relativas extraídas de uma seleção de *Corpora* de documentos produzidos entre 1800 e 2025. Esse intervalo foi escolhido por representar o período em que, segundo estudos sobre a formação do PB, se realiza a diferenciação do português brasileiro, ou seja, de consolidação da maior parte de suas mudanças em relação ao português europeu até a atualidade²⁸. O intervalo foi dividido em cinco períodos: um deles corresponde à sincronia, e os demais, a uma metade de século cada um:

- período 1, de 1800 a 1850;
- período 2, de 1851 a 1900;
- período 3, de 1901 a 1950;
- período 4, de 1951 a 2000;

²⁸ Tarallo (1993b) descreve quatro características presentes no PB em diferenciação ao PE desde o final do século XIX, intensificadas no século XX: a reorganização do sistema pronominal, o enrijecimento da ordem SVO, a mudança nas estratégias de relativização e os padrões sentenciais em perguntas.

- período 5, 2025.

O período da sincronia é representado por amostras de fala espontânea em situação de uso formal da língua, no caso, por parlamentares participantes de eventos na Câmara Legislativa do DF (ver descrição a seguir, ainda nesta seção), enquanto os demais períodos são representados por manuscritos de cartas pessoais. Este gênero de escrita foi escolhido por ter uma relação próxima com a fala. Não foi possível manter o gênero textual em todos os períodos porque, evidentemente, não estão disponíveis amostras de fala espontânea do século XIX, e as cartas pessoais foram substituídas em 2025 por mensagens eletrônicas sigilosas corrigidas por ferramentas automatizadas.

O balanceamento de dados por período foi feito com base no número de orações relativas que envolviam uma das seguintes estratégias:

- (i) padrão com *pied-piping* ou pronomes *cujo* e *onde* (padrão);
- (ii) cortadora e
- (iii) resumptiva.

A coleta foi levada adiante até completar um número total próximo a cem dessas estruturas para cada período. Esse é o *corpus* principal do trabalho, porque expressa a variação em estudo: o uso ou não da preposição regente no pronome relativo.

Entretanto, também foram adicionadas à base de dados todas as demais orações relativas dos documentos, as relativas estruturais, ou seja, aquelas que envolvem a relativização de funções não preposicionadas (sujeito, objeto direto, predicativo²⁹). Esse *corpus*, secundário, não expressa a variação em tela, mas reflete o fenômeno geral da relativização e suas mudanças.

²⁹ Relativas estruturais de predicativo incluem casos que não envolvem preposição, como: A professora que Maria é ____

Dados do século XIX e primeira metade do século XX foram manualmente coletados de cartas pessoais transcritas em formato *xml* disponíveis no CE-DOHS – Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (<http://www5.uefs.br/cedohs/>) (. O CE-DOHS é uma realização pioneira da Universidade Estadual de Feira de Santana, levada adiante pela Prof.^a Dr^a Zenaide Carneiro e seus colaboradores. Reúne uma extensa e variada base de documentos escritos dos séculos XVII a XX e amostras de fala da década de 1990 em diferentes acervos cujas características filológicas apresentam o objetivo de servir ao estudo da história do português brasileiro, num total de 5 mil documentos, disponíveis para acesso livre e gratuito *on-line*. Desses acervos, selecionamos os dois que reúnem manuscritos de correspondências de um conjunto de remetentes pertencentes a classes altas letradas e nascidos em diversas regiões do Brasil: autoridades políticas, sociais e militares, médicos, advogados, deputados e coronéis:

- *Cartas para vários destinatários;*
- *Coleção Documental Dantas Jr.*

Considerando as informações sobre os remetentes dessas cartas, pode-se considerar que são representativas do português brasileiro culto.

O acervo *Cartas para vários destinatários* é composto da edição fac-similar e transcrita em *xml* de 208 cartas enviadas, em sua maioria, a parentes, amigos e correligionários do coronel Exupério Canguçu, depositadas no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHBA), no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEBA) e no Centro de Estudos Feirenses (CENEF), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Para fins de equilíbrio de quantidade dos dados entre os períodos, foram analisadas as primeiras 80 cartas deste acervo, que resultaram em 312 dados de orações relativas, dos quais 100

representam as estratégias sob estudo neste trabalho. A figura 10 exemplifica a apresentação de uma carta desse acervo em *fac-símile*.

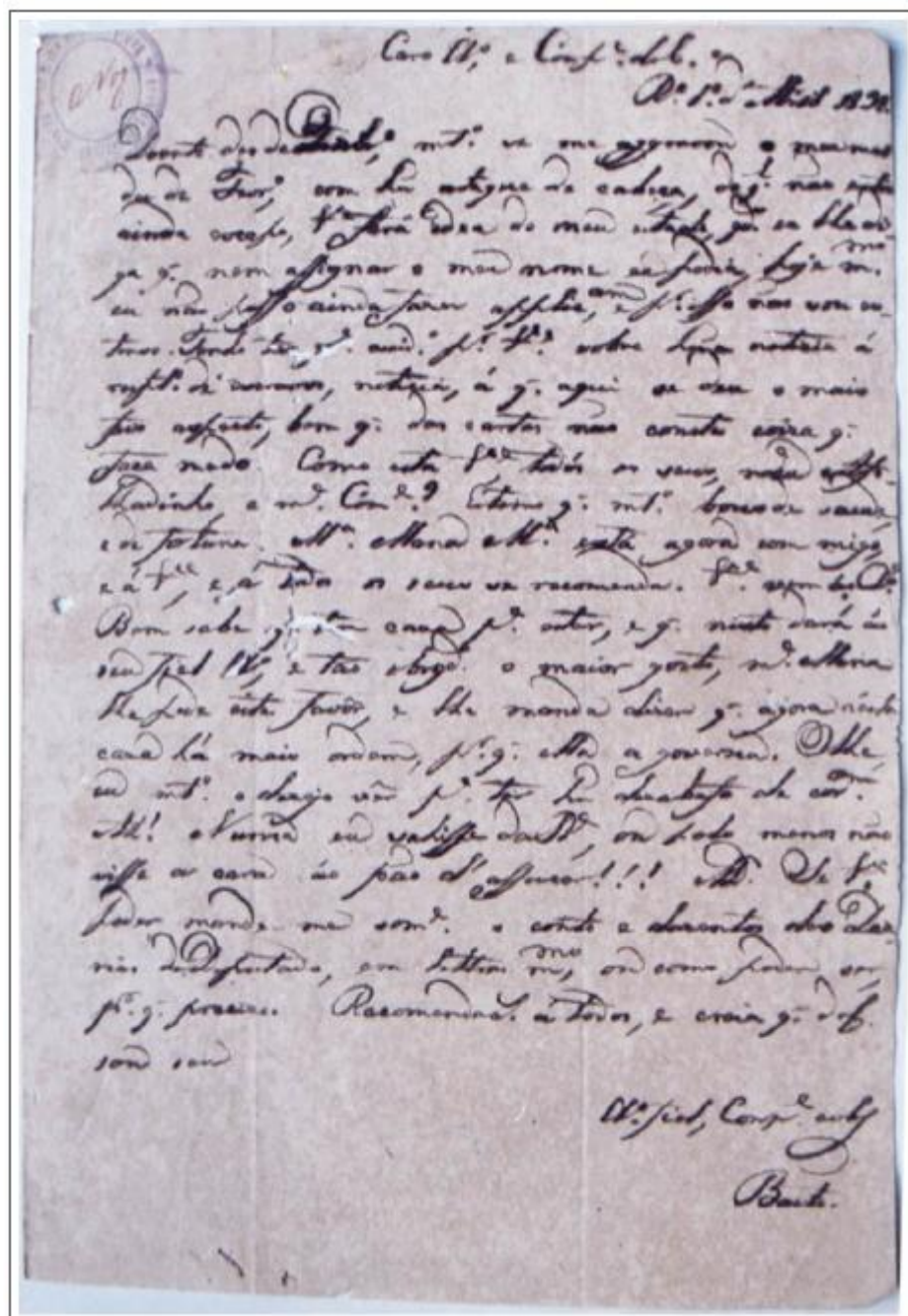


Figura 10. Página da Carta 08-1AB-01-04-1828 (CE-DOHS, Cartas para vários destinatários).

O segundo acervo é a Coleção Documental Dantas Jr., composta da edição fac-similar transcrita em *xml* de 242 cartas dirigidas a João da Costa Pinto Dantas Jr.,

Língua Portuguesa do Laboratório de História da Língua Portuguesa da UFRJ (CHLP-HistLing). São fac-símiles transcritos em formato *txt* de 128 cartas trocadas, de 1956 e 1994, entre membros brasileiros e de alta escolaridade de uma mesma família do Rio de Janeiro. Desse acervo, foram coletados 257 dados de orações relativas em pouco mais de cem cartas. Destes, 78 pertencem ao *corpus* principal. A Figura 12 representa um desses documentos a título ilustrativo.



Figura 12. Carta 06-FB-30-01-1964 (HistLing, Fundo Documental FB)

Esgotados os documentos relevantes desses dois *corpora* quanto aos critérios elencados e para obter a quantidade desejada de dados por período, foram coletadas ainda 309 orações relativas de cartas particulares dos quatro períodos e de diversas regiões do Brasil – Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro – disponibilizadas pelo Corpus Mínimo do projeto PHPB³⁰ – Para a História do Português Brasileiro, no âmbito do qual foram

³⁰ Este *corpus*, excepcionalmente em relação aos demais, não é necessariamente representativo do português culto, mas, sim, representa um espectro mais amplo de variedades sociais do PB. Agradeço à Prof.^a Dr.^a Charlotte Galves (c. p.) a relevante ressalva a este respeito.

reunidos documentos disponibilizados por diversas equipes regionais. Os documentos para consulta *on-line* estão disponíveis no site <https://sites.google.com/site/corporaphpb/home>, organizado pelo Prof. Dr. Afrânio Gonçalves Barbosa (UFRJ). A figura 13 exemplifica um dos documentos obtidos.

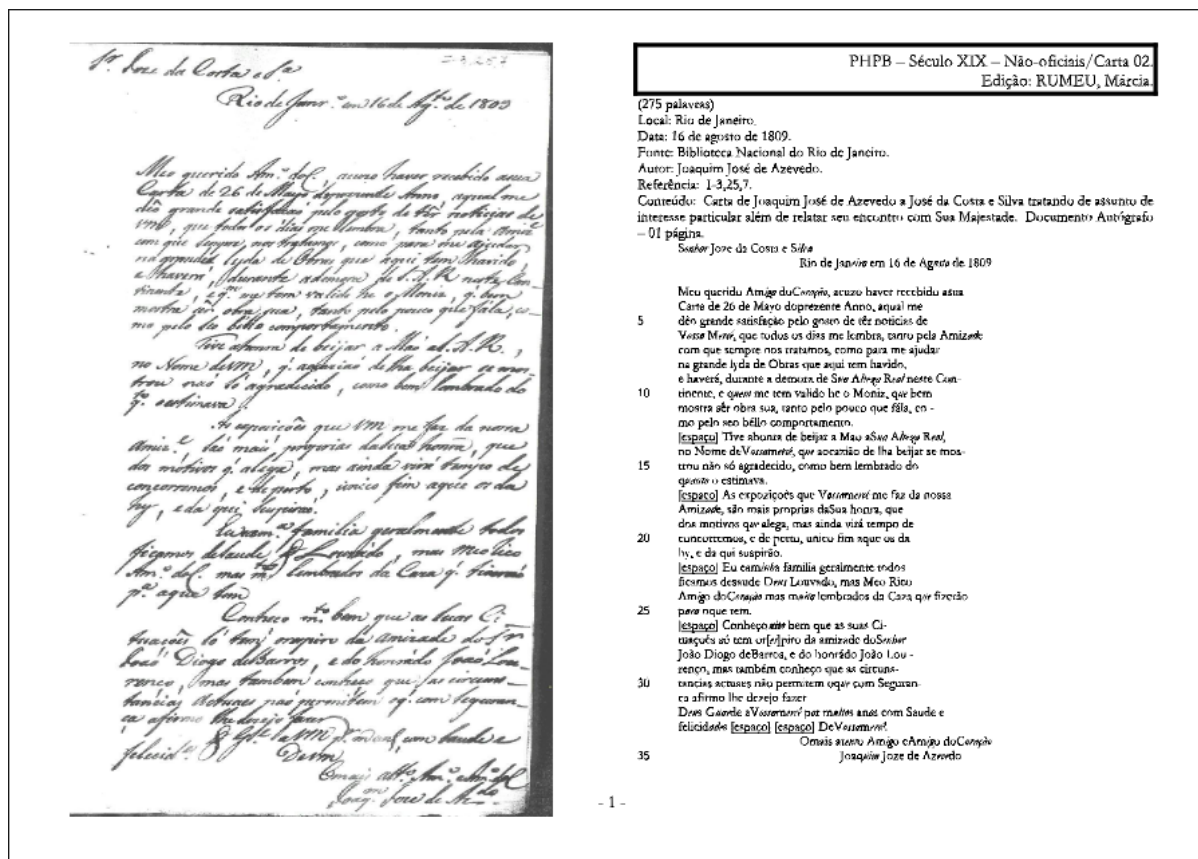


Figura 13. 1CARparticular XIX 1 Rumeu.doc, (PHPB, Cartas Particulares XIX 1, Rio de Janeiro)

Finalmente, os 804 dados da sincronia foram coletados da transcrição de oito sessões ordinárias realizadas na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) nos meses de fevereiro e março de 2025. O avanço da tecnologia³¹ e o caráter sigiloso das mensagens

³¹ Para Marcuschi (2002, p. 2): “A tecnologia favorece o surgimento de formas inovadoras, mas não absolutamente novas. Veja-se o caso do telefonema, que apresenta similaridade com a conversação que lhe pré-existe, mas que, pelo canal telefônico, realiza-se com características próprias. Daí a diferença entre uma conversação face a face e um telefonema, com as estratégias que lhe são peculiares. O e-mail (correio eletrônico) gera mensagens eletrônicas que têm nas cartas (pessoais, comerciais etc.) e nos bilhetes os seus

eletrônicas tornou dificultosa a continuidade da coleta em documentos do mesmo gênero textual dos outros períodos, ou seja, a carta pessoal.

Consideramos que a oralidade espontânea formal dos discursos parlamentares se aproxima, em termos de nível de monitoramento da linguagem, da escrita informal das cartas pessoais, o que permite a comparação entre os dois gêneros. Seu caráter público de ampla divulgação facilitou a transposição de obstáculos éticos e práticos.

Foram analisados apenas os comunicados de líderes e comunicados de parlamentares, uma vez que a Ordem do Dia, quando se dão as votações, constitui-se principalmente de leitura de documentos e fórmulas regimentais prontas. Trata-se de discursos parlamentares espontâneos, não lidos, realizados de uma tribuna, diante de uma galeria de espectadores, televisionados e transmitidos ao vivo, sendo, portanto, públicos. Por uma questão de padronização dos oradores, foram eliminados aqueles parlamentares que não possuem nível superior de escolaridade. A naturalidade e a idade deles, entretanto, são variadas.

Os documentos foram acessados no âmbito do processo de produção das notas taquigráficas, com autorização da chefia do Setor de Registro e Redação Parlamentar da CLDF³². A Figura 14 exemplifica as transcrições.

antecessores. Contudo, as cartas eletrônicas são gêneros novos com identidades próprias, como se verá no estudo sobre gêneros emergentes na mídia virtual”

³² O conhecimento sobre tais procedimentos foi possível por ser a autora desta tese servidora no referido local.

O-031925 15h24 - 07.txt

O-031925 15h24 - 07.txt

1 A casa de Plano Altina continua sem um local para produzir a arte. Algumas pessoas que vivem da arte que eles produzem. Portanto, eu apelo ao governo do Distrito Federal para que possa fazer a recuperação daquela casa, que devolva aquele espaço que é o espaço dos artesãos.

2

3 É muito importante que seja feito isso, para que os artesãos de Plano Altina não continuem da maneira que eles estão ali, desamparados, com a casa que é um monumento desabando, caindo, os cupins comendo. Portanto, é realmente inaceitável o que está acontecendo ali. Espero que, nesse dia do artesão, que o governo do Distrito Federal cuide efetivamente dos artesãos do Distrito Federal.

4

5 Quero abordar um outro ponto no dia de hoje, que é com relação à minha querida cidade de Ceilândia, que vai completar 54 anos. Agora, segunda-feira, nós teremos uma sessão solene de homenagem à Ceilândia, que será realizada lá no Sesc, no Teatro Milton Ross, no Sesc da minha cidade de Ceilândia. Ceilândia que precisa de tanto cuidado.

6

7 E nós temos um setor lá na Ceilândia, continuo a lei AQNR e o próprio setor de indústria da nossa cidade. Tem, inclusive, empresas que exportam produtos para outros países, pelo menos para oito países, que são exportados da lei. Tem um setor para ampliação do nosso setor de indústria.

8

9 O governo estava querendo, durante a campanha eleitoral, foi feita uma campanha muito grande, para transformar aquele setor num setor habitacional. Eu me posicionei contra, porque eu acho que tem outros locais que pode ser construído habitação na Ceilândia, inclusive a cidade pode ser adensada. E aquele setor que está ali, que seja imediatamente criado os lotes industriais, aonde a gente possa trazer empresas do Distrito Federal e de fora do Distrito Federal, para gerar emprego para a nossa cidade.

10

11 Inclusive, nesse projeto de expansão, nós tínhamos acertado, ainda no tempo do governo da Presidenta Dilma, de construir um Instituto Federal de Educação naquela área. Já que nós temos o IFB na parte sul, nós iríamos colocar um Instituto Federal na parte norte da Ceilândia. Eu estou empenhado nessa luta para que a gente construa mais um Instituto Federal naquela área destinada a indústrias.

12

13 Estou empenhado para que a gente efetivamente faça isso. Espero que o governo do Distrito Federal libere o terreno para construção do IFB, e que providencie o loteamento industrial dessa área, que fica entre o setor de indústrias, às margens da BR-070. Obrigado, Presidente.

14

15 Obrigado, Deputado Chico Vigilante. Com a palavra, Deputado Gabriel Magno. Com a palavra, Deputado Max Maciel.

16

17 Max Magno, o homem do chapéu, não, do boné.

Figura 14. Transcrição em txt. de discurso parlamentar do documento O-031925 15h24 - 07.txt, obtido no âmbito do processo de produção de notas taquigráficas.

Foram coletados mais dados da sincronia do que dos outros períodos para chegar a um número significativo de orações que apresentassem o contraste entre o uso e o apagamento da preposição na relativização, mais raras na sincronia. Foi preciso avançar na coleta até a chegar a 718 orações relativas estruturais, o que corresponde ao *corpus* secundário, para chegar a 86 orações relativas das outras estratégias, ou seja, um número próximo a cem dados do *corpus* primário.

A soma das três estratégias mais relevantes – padrão, resumptiva, cortadora – dá 96 no período 1; 103 no período 2; 98 no período 3; 93 no período 4 e 86 no período 5. Reunidos todos os dados, passamos a classificá-los pelas variáveis que consideramos relevantes para a investigação da mudança nas orações relativas do português brasileiro.

5.2 SELEÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DOS DADOS

Dos documentos selecionados, foram coletadas manualmente 1991 orações relativas. Como o nosso objetivo é observar a evolução e expansão das orações relativas não padrão no português brasileiro, a variável dependente estabelecida foram as estratégias³³ utilizadas pelo autor, identificadas e ilustradas a partir da seguinte numeração:

- (i) padrão, que inclui relativas com *pied-piping* da preposição ou com uso dos pronomes *cujo* e *onde*;
- (ii) resumptiva, que inclui um pronome ou expressão lexical que ocupa a posição sintática relativizada dentro da relativa;
- (iii) cortadora, aquela que não apresenta a preposição que o contexto sintático da relativização sugere, e
- (iv) estrutural, cuja posição sintática relativizada é predicativo não preposicionado ou o sujeito ou o objeto direto, nos quais o traço de caso é licenciado pela operação Agree (no domínio da categoria funcional ‘v’ ou ‘T’), portanto, sem a necessidade da preposição.

Portanto, o primeiro grupo de fatores classificado corresponde à estratégia de relativização e apresenta quatro fatores, exemplificados a seguir:

01. Grupo 1: Estratégia

i. Padrão

- (78) “(...) desde que chegamos á epoca **em que** antes das vagas existem os candidatos (...)” (CE-DOHS, *Fundo Documental Dantas Jr.* Carta 11-ALCF-09-07-1944)

³³ Agradeço a reflexão da Prof.^a Dr.^a Charlotte Galves sobre o uso do termo “estratégia”, cujo significado pragmático é considerado inadequado diante da presente abordagem baseada na GU, para descrever a escolha do falante sobre uma ou outra variante de expressão sintática da relativização. O termo *strategy*, cunhado por Tarallo (1983) e amplamente utilizado pela teoria das relativas desde então, de fato, merece uma reformulação que reflita mais adequadamente o caráter da escolha do falante entre as alternativas.

(79) “(...) oposição da facha radical, a Actualidade, **cujo** director, Flavio Famise, não entrou na chapa organizada pelos chefes.” (CE-DOHS. *Cartas para vários destinatários* Carta 19-1ARB-25-06-1883)

(80) “(...) que o inimigo venha bater se do lado de cá; **onde**³⁴ temos um exercito de 50 mil homens (CE-DOHS. *Cartas para vários destinatários*. Carta 57-DFB-16-11-1942)

ii. Resumptiva

(81) “(...) existe mil outras coisas **que** devemos aprender e adquiri-**las** com fator de experiência (...)” (Histling, *Fundo Documental FB*. Carta 20-FB-16-09-1971.)

(82) “(...) para mostrar a verdade **que** a esquerda insiste querer ser dona **dessa verdade**.” (CLDF, O-031925)

iii. Cortadora

(83) “Mas eu quero dizer aqui, porque eu tenho muito orgulho de ter me formado na Universidade de Brasília [...], de ter vivido intensamente a vida universitária participando do centro acadêmico, do Diretório Central dos Estudantes, das lutas sociais, ____ **que** a Universidade de Brasília sempre foi uma grande referência. (CLDF, O-031925)”

iv. Estrutural

(84) O Senhor Callado, que Vossa Excelência tão justamente protege, (...) (CE-DHOS. *Cartas para vários destinatários*. Carta 34-1CSVL-28-10-1866)

A razão da distinção entre a relativa padrão e a relativa estrutural – ambas consideradas padrão – é que a esta não se aplica o contraste com a cortadora, uma vez que não há preposição a ser apagada ou carregada com o pronome.

A variável dependente será quantificada em relação a outros cinco grupos de fatores para investigar aqueles que contribuem ou não para a realização de cada uma das estratégias.

³⁴ Medeiros Junior (2022) investiga a possibilidade de relativas desse tipo, em que o antecedente pode ser omitido, o que implicaria serem, de fato, relativas livres.

Como os objetivos deste trabalho não contemplam uma análise sociolinguística, não foram codificadas variáveis como sexo, idade e naturalidade do remetente/orador. Em relação à escolaridade, foram selecionados apenas *corpora* representativos de remetentes escolarizados, e foram eliminados os oradores da sincronia que não possuíam nível superior de escolaridade. A base de dados apresenta assim o recorte de uma vertente urbana e culta do PB de acordo com Lucchesi (2017), com exceção dos dados provenientes de acervos do projeto PHPB.

Portanto, das variáveis independentes escolhidas para a quantificação dos dados, apenas uma é extralinguística: o período de produção do documento. Essa variável constitui o segundo grupo de fatores, que são 1, 2, 3, 4 ou 5 de acordo com a divisão já apresentada aqui e repetida abaixo:

02. Grupo 2: Período de produção dos dados

- i. 1: 1800-1850
- ii. 2: 1851-1900
- iii. 3: 1901-1950
- iv. 4: 1951-2000
- v. 5: 2025 (sincronia)

Outra maneira interessante para demarcar o tempo seria a data de nascimento do autor, usado em muitos trabalhos gerativistas, mas esta não estava disponível em todos os documentos, o que inviabilizou seu uso.

O terceiro grupo de fatores, já inserido entre as variáveis linguísticas independentes, foi o tipo semântico da oração relativa. Este grupo está definido por dois fatores: apositiva (explicativa, na definição tradicional) ou restritiva.

03. Grupo 3: Tipo semântico

i. Apositiva

- (85) “basta dizer-lhe que está ligado a Padre Pinto, junto de quem leva a conversar tal vez contra noz” (PHPB, 11 CARparticular XIX 1 Rumeu)

ii. Restritiva

- (86) “quem vier deve trazer poderes para liquidar commigo negocio que fizemos” (PHPB, CARparticular XIX 1 MG)

Consideramos relevante estabelecer o contraste entre os dois tipos de oração para verificar se algum deles favorece ou desfavorece o uso de alguma das estratégias e posteriormente investigar se esse fator pode ser explicado pelas diferenças estruturais descritas na literatura como definidoras da semântica de cada um dos tipos de oração.

O quarto grupo de fatores é a preposição usada na estratégia padrão ou recuperada a partir do contexto sintático de seu apagamento nas estratégias não padrão. Isso quer dizer que a cada relativa cortadora ou resumptiva com corte de preposição foi atribuído um valor referente à dedução, a partir da posição relativizada, da preposição que foi apagada.

As preposições encontradas ou recuperadas do contexto de apagamento foram: *a, de, com, em, para* e *por/per*, além de algumas que agrupamos sob o rótulo de preposições lexicais, tais como: *sob, sobre, sem, dentre, segundo* etc. O fator “zero” foi atribuído às orações relativas estruturais e também às orações relativas padrão com uso de pronomes relativos que dispensam preposição, tais como *cujo* e *onde*.

04. Grupo 4: Preposição

i. a

- (87) “uma bem triste recompensa dos perigos **a que** me expuz” (CE-DOHS. Cartas para vários destinatários. Carta 34-1CSVL-28-10-1866)

ii. de

- (88) “para mostrar a verdade ____ **que** a esquerda insiste querer ser dona dessa verdade..” (CLDF, O-031925)

iii. com

- (89) “Em tempo aviso que o actual prefeito deste termo, João Carregosa de Trindade, aliás **com quem** tenho relações, embora falsas (...)” (CE-DOHS, Fundo Documental Dantas Jr. Carta 100-HRS-14-05-1931)

iv. em

- (90) “A defesa de uma universidade ____ **que** eu tive a honra, presidente, de estudar, como estudante de serviço social, (...)” (CLDF, O-032525)

v. para

- (91) “porque lhe restão muitas outras [p]osseções, como Cabo verde [etc] **para onde** precisa transportar Gente para novos estabelecimentos” (PHPB, 9 CARparticular XIX 1 Rumeu)

vi. por/per

- (92) “O Rios e o José das Virgens, serão seus guardas avançados em Paripiranga, **por cujas** condutas eu me responsabiliso.” (PHPB, CARparticular XIX 2 MG)

vii. lexicais³⁵

- (93) “e ao lêr a agradável noticia que me dá, **segundo a qual** acha-se favoravelmente resolvido o assunto de importação de máquinas e implementos agrícolas para o nosso Estado.” (CE-DOHS, Fundo Documental Dantas Jr. Carta 190-MCSD-29-08-1961.)

viii. zero

³⁵ Agradeço o comentário da Prof.^a Dr^a Heloisa Salles (c. p.) sobre a relação, já demonstrada em Salles (1997), entre as preposições lexicais e as chamadas “acidentais” pela Gramática Tradicional.

- (94) “Beijo, abraço e abençôa, a mãe **que** muito te quer Mundica.” (Histling, Fundo Documental FB, Carta 05-FB-13-09-1962)
- (95) “Conheci há poucos dias a cidade de Santa Branca, **onde** visitamos o açude do mesmo nome.” (Histling, Fundo Documental FB, Carta 09-FB-30-10-1965)

O objetivo do uso dessa variável é verificar a hipótese apresentada em Kato (2008), de que algumas preposições não são apagadas na relativização, enquanto outras favorecem o apagamento. Segundo a autora, preposições que atribuem caso inerente, como as que introduzem objeto indireto e complemento nominal, na oração relativa e em outros contextos, têm seu apagamento favorecido em relação a preposições que trazem uma maior carga semântica, como aquelas que chamamos de lexicais.

O quinto grupo diz respeito à função sintática do constituinte relativizado. As funções encontradas foram: adjunto adverbial, adjunto adnominal, complemento nominal, objeto indireto, sujeito, objeto direto, e predicativo. A função de agente da passiva foi amalgamada também à função de adjunto adverbial, pela raridade das ocorrências;

05. Grupo 5: Função sintática

i. Adjunto adverbial

- (96) “(...) porque ora parte para a Bahia, **onde** espero que VossaSenhoria o remunere como merece.” (CE-DHOS, *Cartas de vários destinatários*. Carta 06-1JSL-16-03-1812.)

ii. Adjunto adnominal

- (97) “Assim sendo, se de fato vagar-se Santa Luz e o amigo não tiver compromisso, pediria que para ali fosse o Geraldo, **cujas** razões preferenciais já foram acima aludidas.” (CE-DHOS, *Fundo Documental Dantas Jr.* Carta 29-AFOB-07-05-1940)

iii. Complemento Nominal

(98) “Confirmo a minha carta de 2 do corrente **de que** foi portadôra minha neta Zail.” (CE-DOHS, *Fundo Documental Dantas Jr.* Carta 187-MEF-08-12-1943)

iv. Objeto indireto

(99) “E com nossa admiração deve brotar de nosso coração um sentimento, um gesto de louvor e gratidão Àquele **de quem** procedem todos os dons.” (Histling, *Fundo Documental FB*, Carta 89-FB-18-07-1978)

v. Sujeito

(100) “Morreo de Tuberculos nos bofes, findando ao hũ aneurisma **que** estravasouce para dentro.” (PHPB, *CARparticular XIX 1 MG*)

vi. Objeto direto

(101) “Dizer que te acompanho na tua dor profunda pela imensa perda **que** acabas de sofrer, (...)” (PHPB, 2 *CARparticular XIX 2 RJ*)

vii. Predicativo

(102) “(...) mas como operador de direito, **que** somos, a gente tem a obrigação de acreditar na Justiça” (CLDF, O-031925)

Esse grupo de fatores foi escolhido porque pode lançar luz sobre o favorecimento que alguma dessas funções seja capaz de exercer sobre as estratégias. Já foi observado que a função adnominal genitiva favorece a estratégia resumptiva, por exemplo (Lessa-de-Oliveira, 2009).

Finalmente, também consideramos como variável independente o pronome relativo utilizado na relativização. Este quinto grupo é composto de seis fatores: *que*, *cujo*, *o(a)(s)* *qual(s)*, *quem*, *quanto*, *onde*.

06. Grupo 6: Pronome

i. que

(103) “Amanhã às 8 horas tem Missa na Piedade, por alma de tia Marianna, **que** mando celebrar.” (CE-DHOS. *Fundo Documental Dantas Jr.* Carta 02-AFCD-15-09-1927)

ii. cujo

(104) “Conclusão, nenhum propósito seria alcançado e eu me tornaria um desagradável, **cuja** palavra fraterna, como diz a Sra, nunca mais seria[rasurado] ouvida...” (Histling, *Fundo Documental FB.* Carta 72-FB-17-11-1976)

iii. o(a)(s) qual(s)

(105) “mostrou-me Jozé Egidio huã carta tua, **na qual** lhe agradecias huã porção de dinheiro” (PHPB, 2 *CARparticular XIX I Rumeu*)

iv. quem

(106) “O líder passou a ser o deputado F., **a quem** eu passo a palavra.” (CLDF, 0020525)

v. quanto

(107) “Já te mandei pelo S. Francisco tudo **quanto** julguei importante” (CE-DHOS, *Cartas de Vários Destinatários.* Carta 44-1FOAR-14-08-1865)

vi. onde

(108) “pois penso ter encontrado finalmente um lugar **onde** calmamente posso me dedicar a leitura.” (Histling, *Fundo Documental FB.* Carta 17-FB-02-06-1970)

A pesquisa com os pronomes relativos deve evidenciar a hipótese de que há um aumento do uso do pronome *que* em detrimento dos demais ao longo dos séculos e de que as estratégias não padrão são favorecidas pelo uso deste pronome³⁶.

Os 1991 dados foram transcritos em planilha e então classificados individualmente para cada um dos seis fatores, cada variável³⁷ em uma coluna distinta. Em seguida, foi atribuído um caractere mnemônico para cada uma das 32 variáveis, formando, para cada dado, uma sequência de caracteres definidores, denominada célula. Nesse formato, os dados com suas respectivas células puderam então ser inseridos no *software* de análise estatística *GoldVarb X*³⁸ para Windows, apenas com o objetivo de obter os percentuais que interessam a esta discussão, sem a pretensão de fazer uma análise multivariada dos dados. O *software* determinou as variáveis, contabilizou os valores de cada uma em relação à variável dependente, ou seja, à estratégia, e apresentou os resultados de seu processamento, os quais passamos a discutir.

5.3 RESULTADOS

Passamos a apresentar os resultados quantitativos da pesquisa de *corpus*. Primeiramente, os dados serão tratados de forma geral, com o *corpus* primário e o *corpus* secundário incluídos nas tabelas, analisados por variável em relação à estratégia, para verificar a relação entre a variável dependente e cada uma das outras. Sempre que

³⁶ Medeiros Junior (c. p.) chama atenção para a possibilidade de que esse fenômeno indique que o PB já não possui relativas com movimento *wh*, apenas com complementador, conforme previu Tarallo (1983).

³⁷ Agradeço a valiosa contribuição da Prof.^a Dr^a Cristiane Namiuti (c. p.) sobre a relevância de uma variável adicional: a função sintática do antecedente na matriz, que não foi considerada nesta pesquisa, mas seria importante para testar a hipótese da estrutura de *matching* para a relativização, a qual não foi adotada neste trabalho.

³⁸ SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. GoldVarb X – a multivariate analysis application. 2005. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics. Disponível em: <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.html>. Acesso em: 21 out. 2025.

considerarmos necessário, serão apresentados gráficos com o recorte do *corpus* primário para melhor verificação dos fenômenos. Nas seções seguintes, as variáveis serão cruzadas com o período para que seja possível traçar uma linha diacrônica e verificar o *status* do fenômeno na sincronia.

5.3.1 Resultados gerais

5.3.1.1 Período

Iniciamos a apresentação dos resultados com a análise da variável dependente (estratégia) em relação ao período, para verificar o seu comportamento em relação ao tempo, como mostrado na Tabela 4.

Tabela 4. Estratégia x Período

Períodos		Padrão	Estrutural	Resumptiva	Cortadora	Total
1	N	93	159	1	2	255
	%	36.5%	62.4%	0.4%	0.8%	12.8%
2	N	95	259	3	5	362
	%	26.2%	71.5%	0.8%	1.4%	18.2%
3	N	93	177	1	4	275
	%	33.8%	64.4%	0.4%	1.5%	13.8%
4	N	66	202	6	21	295
	%	22.4%	68.5%	2.0%	7.1%	14.8%
5	N	27	718	9	50	804
	%	3.4%	89.3%	1.1%	6.2%	40.4%
Total	N	374	1515	20	82	1991
	%	18.8%	76.1%	1.0%	4.1%	100%

Em primeiro lugar, observamos um aumento significativo na porcentagem de relativas de caso estrutural na sincronia. Enquanto, nos períodos 1 a 4, esse tipo de relativa representou entre 60 e 70% da totalidade, no quinto período, se aproxima dos 90%. Trata-

se de orações cuja função relativizada tem seu caso atribuído estruturalmente pelo verbo, sem o auxílio de preposição – sujeito, objeto direto, predicativo, – como no exemplo (109):

- (109) “(...) o seo passeio ao Reconcavo fô-ra a causa da falta **que** senti de cartas suas.” (CE-DOHS, *Cartas para vários destinatários*. Carta 16-1CDPA-16-03-1853)

Também foram encontradas 10 resumptivas com essas funções, incluídas no *corpus* primário, como demonstra o exemplo (110):

- (110) “(...) couro de Onça, **que** por acha-lo muito perfeito, e obte-lo com muita dificuldade para vir com a cabeça, todos os dentes, e todas as unhas, em| fim completo, e lindo para encher-se, entendi que devia tomar a liberdade de offerece-lo a VossaExcelência.” (CE-DHOS, *Cartas para vários destinatários*, Carta 65-1HAPC-13-10-1866.)

Os pronomes *que* e *lo* destacados realizam a mesma posição sintática de objeto direto do verbo *oferecer*, presente no interior da oração relativa, caracterizando assim uma relativa resumptiva em que a função relativizada está em uma relação de caso estrutural com o verbo, sem a necessidade de intermediação da preposição. Portanto, a presença das relativas de caso estrutural no estudo é importante para a análise das resumptivas e para a análise da proporção entre cortadoras e estruturais, ainda que não seja relevante para o contraste entre relativas padrão e cortadoras. Reiteramos assim a necessidade de distinguir os dois tipos de estratégia padrão: a preposicionada e a de caso estrutural.

A segunda observação evidente nessa primeira tabela é o caráter estável que a relativa resumptiva apresenta em todos os períodos, nunca passando de 2% do número total, e sem uma variação relevante ao longo do tempo. Esse fato é sugestivo de que sua realização é independente das demais estratégias. Discutiremos a seguir, no entanto, outros fatores que podem influenciar sua realização.

Por último, a tabela evidencia a queda drástica na porcentagem da produção de relativas padrão no período sincrônico. Enquanto, nos períodos diacrônicos, a ocorrência desse tipo de relativa flutuou em torno dos 30%, , na sincronia, reduziu para 3,4%. Pela tabela, esse decréscimo foi distribuído entre as relativas de caso estrutural e a consolidação da relativa cortadora, cuja frequência passa a ser significativa ainda no período 4.

Outro aspecto relevante no plano diacrônico é que a relativa cortadora não estava completamente ausente da língua portuguesa nos primeiros três períodos. Observando as primeiras onze ocorrências de relativas cortadoras (2 no período 1, 4 no período 2 e 5 no período 3), verificamos que oito delas relativizam funções adverbiais, cinco das quais podem ser consideradas como relativizações de DPs do tipo “advérbio nu”. Designamos assim essas estruturas, como advérbios, apesar de serem DPs, porque possuem valor adverbial – locativo, modal, temporal – funcionando como expressões adverbiais que dispensam o uso de preposição, como exemplificadas a seguir:

- (111) “(...) e ser paga des **do dia que Bachou o decreto** que foi a 16 de Janeiro de 1821 que já fes treze mezes” (PHPB, 15 CARparticular XIX 1 pág Rio, 1822)
- (112) “Faça-nos ofavor mandar a conta das redias e dos buçães por que não temos assento nenhum delles desde **occação que lhe entregamos para vender**” (PHPB, CARparticular XIX 2 MG, 1882)
- (113) “Não posso marcar **o dia que ahi chegarei.**” (PHPB, CARparticular XIX 2 MG, 1894)

Para uma melhor visualização da evolução do uso da relativa cortadora, excluímos as relativas estruturais, às quais não se aplica o contraste quanto ao uso da preposição, e apresentamos o gráfico 1, apenas com o *corpus* primário:

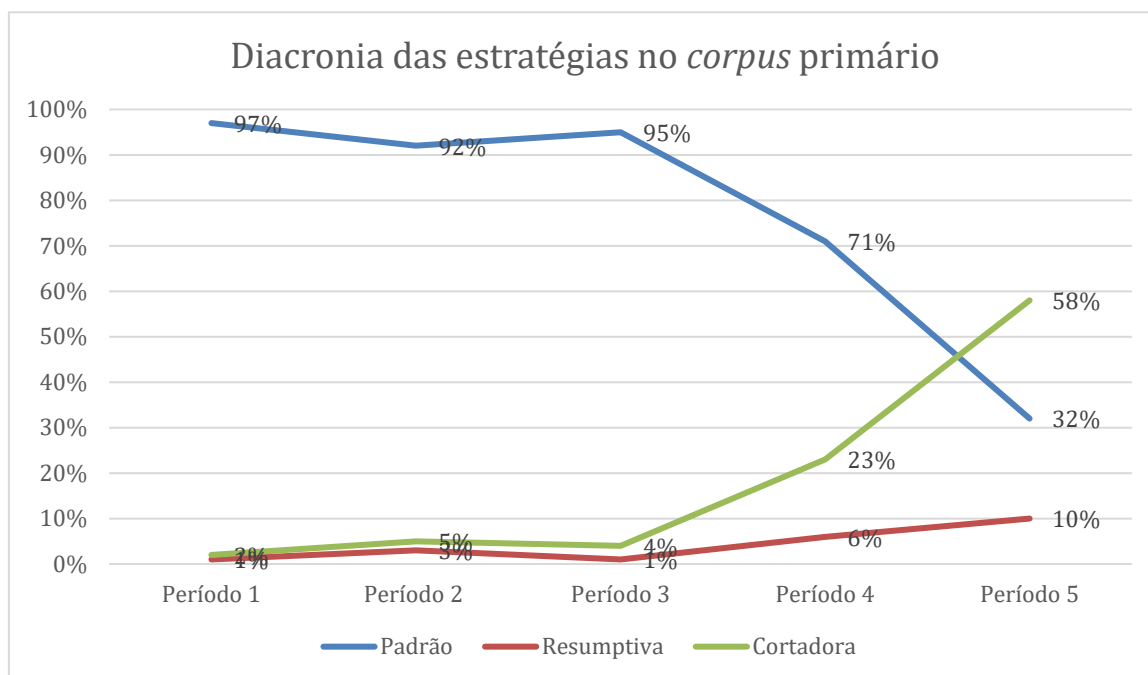


Gráfico 1. Diacronia das estratégias no corpus primário

Ainda que presente no português clássico, a estratégia cortadora apresenta uma tendência de aumento, a partir do período 3 (primeira metade do século XX), mostrando-se ainda mais forte a partir da segunda metade do século XX, o que conduz ao seu predomínio em relação à relativa padrão, no século XXI (aproximadamente 60% contra 30%), nos casos em que uma função preposicionada está envolvida na relativização.

A grande mudança que se verifica é tanto o aumento da estratégia cortadora, quanto o desuso da estratégia padrão com caso oblíquo. O português brasileiro falado culto parece substituir a capacidade de relativizar funções preposicionadas por meio do *pied-piping* pela relativização de funções não preposicionadas e pela estratégia cortadora.

Fica então demonstrada a mudança linguística ocorrida na relativização desse tipo de função no português brasileiro. Essa mudança, de acordo com a recolha de dados feita nesta pesquisa, ao menos no que podemos chamar de português brasileiro culto, tem início em meados do século XX e se consolida no século XXI.

Na seção a seguir, verificamos os resultados à variável tipo semântico.

5.3.1.2 Tipo Semântico

A próxima variável investigada na relação com a variável dependente é o tipo semântico da oração relativa: apositiva ou restritiva.

Na coleta, desconsideramos as relativas livres, ou seja, sem antecedente, e consideramos restritivas as relativas maximizadoras descritas em Vries (2002), tais como *derramei o leite que estava na caneca*.

Tabela 5. Tipo semântico x estratégia utilizada.

Tipo semântico		Padrão	Estrutural	Resumptiva	Cortadora	Total
Apositiva	N	179,0	372,0	4,0	7,0	562,0
	%	31.9%	66.2%	0.7%	1.2%	28.2%
Restritiva	N	195,0	1143,0	16,0	75,0	1429
	%	13.6%	80.0%	1.1%	5.2%	71.8%
Total	N	374,0	1515,0	20,0	82,0	1991
	%	18.8%	76.1%	1.0%	4.1%	100%

A primeira observação a ser feita sobre a tabela 2 é que a relativa restritiva ocorre em 71,8% dos dados, enquanto a explicativa ocorre em 28,2% dos dados. Entre as restritivas, 80% são estruturais. As resumptivas permanecem marginais nos dois tipos semânticos, sempre em torno de 1%.

É quando contrastamos a relativa padrão de caso oblíquo/preposicionada e a relativa cortadora que encontramos uma diferença significativa entre os tipos.

A tabela 2 deixa evidente que a relativa restritiva favorece o uso da estratégia cortadora quando consideramos todos os períodos e apenas as orações em que o contraste se aplica, ou seja, excluindo as relativas de caso estrutural. As apositivas apresentam 1,2% de

cortadoras contra 31,9% de padrão, enquanto as restritivas se realizam como cortadoras em 5,2% dos casos contra apenas 13,6% de realização padrão.

A distinção pode ser mais bem visualizada quando calculamos porcentagens relacionadas apenas ao *corpus* primário. O Gráfico 2 traz a visualização das porcentagens quando excluímos as relativas de sujeito, objeto direto e predicativo:

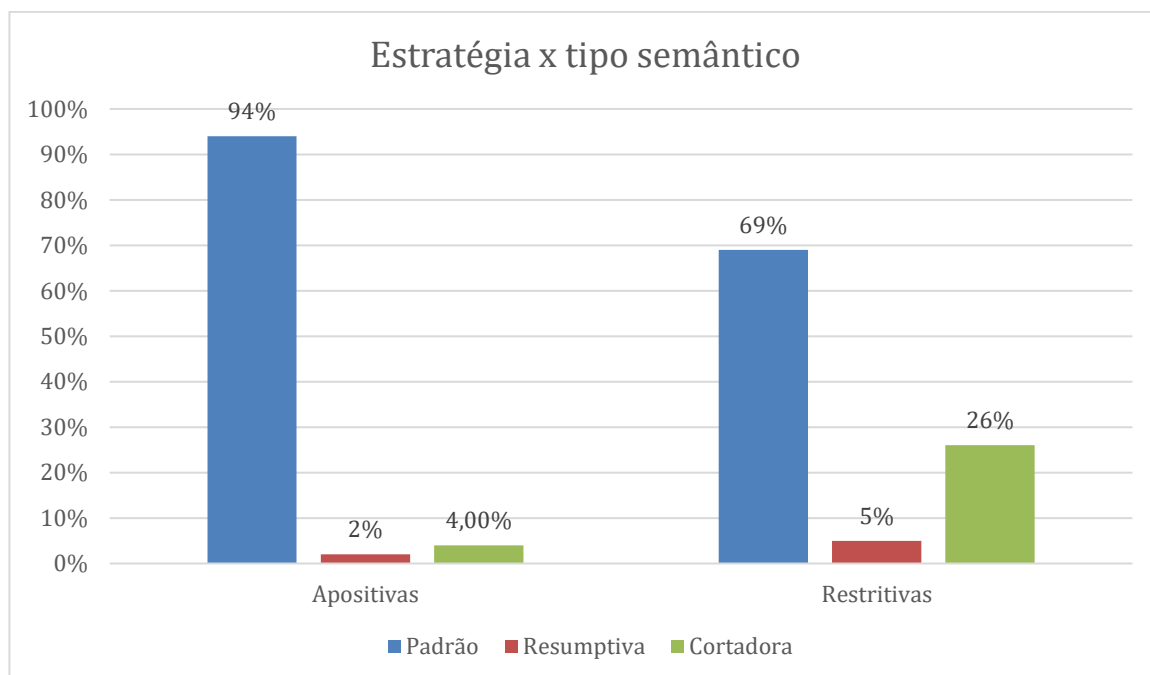


Gráfico 2. Estratégia por tipo semântico.

Pode-se dizer, então, que a relativa restritiva aparentemente favorece a estratégia cortadora, e levemente a resumptiva. A seguir trazemos exemplos que ilustram a distinção: o dado (114) é uma apositiva padrão, enquanto o dado (115) é uma restritiva cortadora.

- (114) “Aqui está o Jo Gualberto, **com quem** estive no bonde e, ontem, na rua Chile.” (CE-DOHS, Fundo Documental Dantas Jr. Carta 117-JCPDJ-31-12-1939)
- (115) “Um dos momentos __ **que** a gente tem falado é a questão do próprio contrato de gestão estratégica.” (CLDF, O-031325)

Trata-se de uma observação interessante porque a literatura propõe que existe diferença estrutural na codificação da distinção semântica entre os dois tipos de relativa. Essa discussão se torna, assim, relevante para os objetivos desta pesquisa .

Na seção a seguir, apresentamos os resultados em relação à variável tipo de preposição na estrutura da função relativizada.

5.3.1.3 Preposição

A seguir investigamos as preposições utilizadas ou cortadas em cada estratégia. Os dados, que incluem o *corpus* primário e o *corpus* secundário, estão sumarizados na Tabela 6.

Tabela 6. Estratégia x preposição.

Preposição		Padrão	Estrutural	Resumptiva	Cortadora	Total
zero	N	117	1514	14	0	1645
	%	7,1%	92,0%	0,9%	0,0%	82,6%
a	N	58	0	1	5	64
	%	90,6%	0,0%	1,6%	7,8%	3,2%
em	N	68	0	3	49	121
	%	57%	0,0%	2,5%	40,5%	6,1%
de	N	63	0	2	15	80
	%	78,8%	0,0%	2,5%	18,8%	4%
para	N	11	0	0	4	15
	%	73,3%	0,0	0,0	26,7%	0,8%
Per/por	N	17	0	0	5	22
	%	77,3%	0,0	0,0	22,7%	1,1%
com	N	28,0	0	0	3	31
	%	90,3%	0,0	0,0	9,7%	1,6%
lexicais	N	12,0	0,0	0,0	1,0	13
	%	92,3%	0,0	0,0	7,7%	0,7%
Total	N	374	1515	20	82	1991
	%	18,8%	76,1%	1,0%	4,1%	100%

Conforme descrevemos na Seção 5.1, as preposições presentes na coluna Cortadoras foram por nós recuperadas a partir do uso mais típico no contexto de seleção dentro da oração relativa. Por exemplo, em (116), a preposição *a* é utilizada; em (117), ela é aquela a que atribuímos o apagamento no contexto sintático:

- (116) “(...) [p]or huma immensidade de Gente desconhecida **a quem** se incum|bira a numeração” (PHPB, 16 CARparticular XIX 1 pág Rio, 1836)
- (117) “(...) e sendo assim não posso exigir o salário **[a] que** penso fazer juz.” (Histling, *Fundo Documental FB*, carta 17-FB-02-06-1970)

A linha Zero, também conforme explicado na metodologia, indica, na coluna Padrão, a relativização com uso de pronomes relativos que retomam funções oblíquas, mas sem o uso da preposição, tais como *cujo* e *onde*: enquanto *cujo* retoma a função genitiva sem o uso de *de* (118), *onde* retoma funções locativas sem uso de *em*, *de*, *a* (119). Assim, são consideradas relativas padrão, mas sem o uso de preposição, conforme exemplificado a seguir:

- (118) “Em homenagem á memoria do meo pranteado sôgro, Conselheiro José Luiz d’Almeida Couto, **cuja** primeira mensagem ao Conselho Municipal, quando assumio o cargo de Intendente, foi propondo a criação d’esta Bibliotheca (CE-DHOS, *Cartas para Vários Destinatários*, Carta 185-1ACB-06-03-1900.)
- (119) “que são projetos que no Norte e no Nordeste funcionam muito, **onde** a pessoa idosa é o ápice da melhor memória territorial nas escolas, na saúde” (CLDF, O-031925)

Na coluna Resumptivas, chama atenção o fato de que a grande maioria das orações resumptivas da base de dados (14 entre 20) está contida na linha Zero, ou seja, a grande maioria dessas orações relativiza funções que não envolvem o uso da preposição (sujeito, objeto direto e predicativo) ou envolvem pronomes que a dispensam, como ‘cujo’ e ‘onde’. Portanto, não se pode afirmar que a estratégia resumptiva seja um recurso para evitar o *pied-piping*, pelo menos não na grande maioria dos casos, representados pelos exemplos em (120) e (121):

- (120) “(...) uma outra parte da população **que**, devido ao empobrecimento e ao grande lapso temporal da informalidade, **ela** não consegue se aposentar”, (CLDF, O-031925)
- (121) “Estou a fazer um tratamento de amébas **que** aí ainda não **o** faz e espero que assim porei ordem no meu aparelho digestivo”. (CE-DHOS, *Fundo Documental Dantas Jr.* Carta 06-APF-06-12-1949)

Dados com resumptivas que também envolvem o apagamento de preposições, são mais raros na nossa base de dados, apresentando apenas seis casos, exemplificados em (122):

- (122) “(...) pois íamos a lugares **[a/em]** **que** realmente não existia turistas que ousassem ir **lá**.” (Histling, *Fundo Documental FB*, Carta 42-FB-09-10-1973).

Quanto à coluna Cortadoras, a característica “zero” não se aplica, já que a estratégia cortadora sempre envolve alguma preposição: aquela que foi cortada no uso e que recuperamos a partir do contexto sintático. Por isso, o campo aparece zerado.

Sob o rótulo “lexicais” estão agrupadas preposições de conteúdo semântico significativo, introdutoras de funções não argumentais, tais como: *sem, sob, sobre, segundo, diante, dentre, contra* etc. Esse é o tipo de preposição que menos favorece a estratégia cortadora: há apenas um caso em toda a base de dados, 7,7% do total de ocorrências, com corte da preposição *sobre*, transcrito a seguir:

- (123) “Eu queria começar falando de um tema **[sobre]** **que** eu recebi uma série de mensagens nos últimos dias com muita preocupação da comunidade universitária” (CLDF, O-031825)

Merece destaque também o comportamento da preposição *a*, que serve a variadas funções com uma carga semântica reduzida, mas parece não favorecer a estratégia cortadora, presente em 7,8% das ocorrências. Atribuímos esse fato à redução da frequência do uso dessa preposição na atualidade³⁹, período em que a estratégia cortadora é mais utilizada. De fato, das 58 realizações de relativas com essa preposição, apenas 4 pertencem à sincronia.

³⁹ Como observado amplamente na literatura, a preposição 'a' é substituída por 'para' (Torres Morais; Berlinck 2006; Torres Morais; Salles 2010), em predicados ditransitivos. Em predicados monotransitivos que selecionam argumentos internos interpretados como alvos, os argumentos internos deixam de ser marcados pela preposição dativa 'a' e passam a ser realizados como objetos diretos (cf. Salles; Torres Morais, 2020), ou seja, sem preposição, com implicações para a perda da pronominalização pelo clítico dativo 'lhe', também identificada em muitos estudos sobre a sintaxe pronominal (cf. Freire, 2005). A discussão do processo diacrônico foi abordada em Calindro (2025).

Mais três delas foram recuperadas de relativas cortadoras em contextos de complemento nominal ou verbos de movimento (*ir, chegar, voltar*), que também podem selecionar a preposição *em*⁴⁰, como no exemplo (124):

- (124) “e depois eu fui em um espetáculo, dois espetáculos __**que** eu tive oportunidade de **ir**”, (CLDF, O-032625)

A preposição *com* também não favorece a estratégia cortadora. Seu caráter tônico e sua carga semântica de companhia ou instrumento nos permitiria inclusive agrupá-la com as preposições lexicais. Não optamos por essa alternativa devido a casos em que sua seleção é realizada pelo verbo, com introdução de elementos argumentais, como na expressão *sonhar com*. Este é exatamente o caso de uma das três ocorrências com estratégia cortadora – o que representa 9,7% dos casos com esta preposição –, transcrita em (125):

- (125) “Enfim tem tudo __**que** uma estrangeira, estudante pode ‘sonhar’”.
(Histling, *Fundo Documental FB*, Carta 34-FB-21-08-1972)

Podemos dizer então que as preposições que favorecem a estratégia cortadora, ou seja, as que sofrem corte mais frequentemente nas relativas, são: *em* (40,5% de corte), *de* (18,8% de corte), *para* (26,7% de corte) e *per/por* (22,7% de corte), com destaque para a primeira.

Avaliamos que a frequência aumentada de corte da preposição *em* esteja relacionada a sua recuperação em estruturas de relativização de NPs nus adverbiais⁴¹, exemplificada em (126).

⁴⁰ O uso da preposição 'em' na estrutura de predicados de movimento, como 'ir', em variação com a preposição 'a', é também amplamente atestada e discutida na literatura (cf. Mollica, M. C. de M. (1996). A regência variável do verbo 'ir' de movimento também foi abordada. (Cf. Souto, 2016)

⁴¹ Larson (1985) descreve como NPs com valores adverbiais podem ser inseridos na sintaxe sem uma preposição que lhes atribua caso. Esse tema será retomado no próximo capítulo.

- (126) “Na hora **[em]** **que** o senhor falou do nome, deu aquela dor aqui na espinha.”
(CLDF, O-031325)

Nesses casos, consideramos que a preposição *em* foi cortada, mas a análise da estrutura que propomos aqui considera que ela já está ausente na origem do sintagma relativizado, uma vez que a atribuição de caso peculiar de um nome no adverbial dispensa o uso de qualquer preposição. Essa discussão será retomada a seguir, na análise da variável “função relativizada”.

As preposições mais frequentemente apagadas – *em*, *de*, *por/per* e *para* – configuram, com exceção dos casos adverbiais da preposição *em* detalhados nos parágrafos anteriores, contextos de atribuição de caso inerente⁴², ou seja, introduzem funções selecionadas pelo verbo ou outro elemento predicator e apenas cumprem a função de realizar o caso atribuído por ele, sem trazer conteúdo semântico significativo. Além disso, têm em comum o fato de que se contraem com o determinante formando amálgamas como: *na(s)*, *no(s)*, *pra(s)*, *pro(s)*, *da(s)*, *do(s)*, *pelo(s)*, *pela(s)* etc. Nesse grupo, também podemos incluir a preposição *a*, cujo comportamento foi detalhado anteriormente.

Excluindo-se os casos “zero”, o Gráfico 3 opõe 44 ocorrências com preposições lexicais e a preposição *com*, que não se contraem com o determinante, e as 302 ocorrências com as preposições *em*, *de*, *por/per*, *a* e *para*, que fazem essa contração, além de ocorrerem usualmente como categoria mais funcional. As colunas comparam a porcentagem de uso de cada uma das estratégias em cada um dos dois grupos.

⁴² Chomsky (1986) diferencia atribuição e realização do Caso com base na distinção entre Estrutura-D e Estrutura-S. Dentro do Programa Minimalista, essa distinção deixa de existir, mas pode ser traduzida em termos da seleção argumental pelo verbo ou pela preposição. Esse tema será explorado na discussão dos resultados.

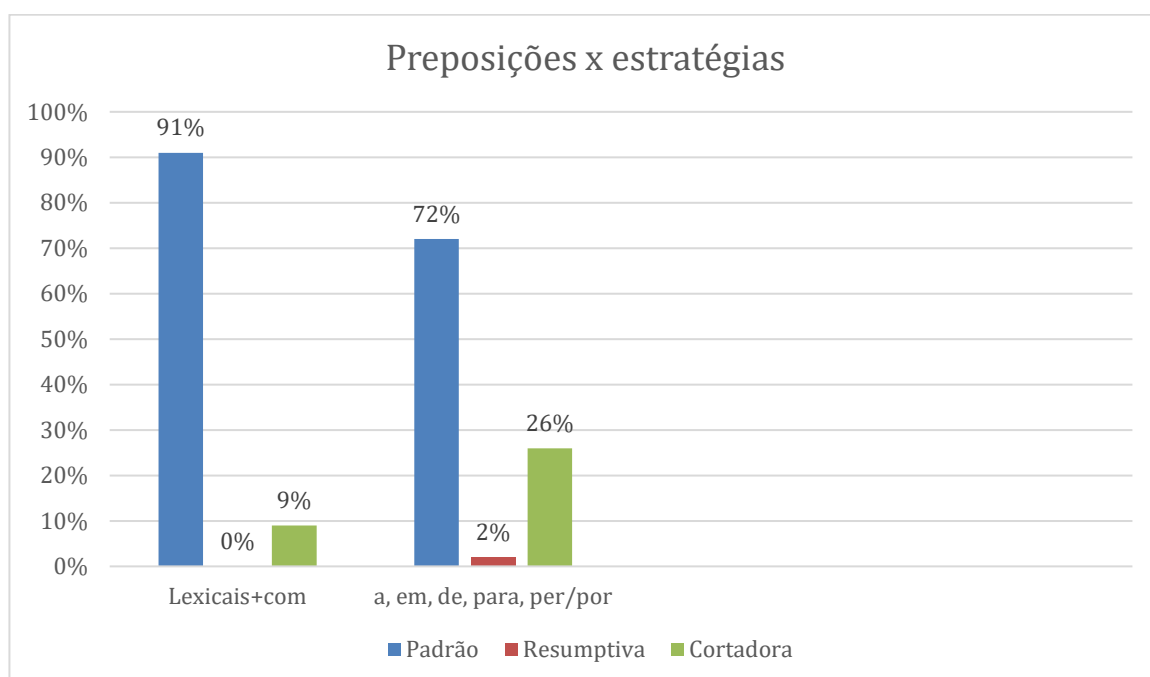


Gráfico 3. Grupos de preposições e estratégias.

Verifica-se que as preposições lexicais parecem favorecer a estratégia padrão em relação ao grupo de preposições funcionais.

Na seção a seguir, apresentamos os resultados em relação à variável função sintática.

5.3.2 Função gramatical relativizada

Investigamos também a ocorrência das estratégias de relativização considerando o tipo de função sintática relativizada. Observemos a Tabela 7.

Tabela 7. Função gramatical relativizada x Estratégia

Função gramatical		Padrão	Estrutural	Resumptiva	Cortadora	Total
Sujeito	N	0	1062	4	0	1067
	%	0,0	99,6%	0,4%	0	53,6%
Objeto Direto	N	6	446	6	0	458
	%	1,3%	97,4%	1,3%	0	23%
Predicativo	N	1	7	0	0	8
	%	12,5%	87,5%	0	0	0,4%
Adjunto Adverbial	N	217	0	5	51	273
	%	79,5%	0	1,8%	18,7%	13,7%
Adjunto adnominal	N	38	0	3	5	46
	%	82,6%	0	6,5%	10,9%	2,3%
Complemento Nominal	N	31	0	1	11	43
	%	72,1%	0	2,3%	25,6%	2,2%
Objeto Indireto	N	80	0	1	15	96
	%	83,3%	0	1%	15,6%	4,8%
Total	N	374	1515	20	82	1991
	%	18,8%	76,1%	1%	4,1%	100%

O primeiro resultado a observar é a presença de relativas padrão preposicionadas na função de objeto direto. Trata-se de dados de marcação diferencial de objeto, chamado na literatura de objeto direto preposicionado, exemplificado em (127):

- (127) “(...) nunca falei com Senhor Saldanha Marinho, **a quem** só conheço de vista, e de nome.” (CE-DHOS, *Cartas para vários destinatários*, Carta pessoal 24-BM-28-03-1860.)

A linha *objeto direto* para a coluna resumptivas representa as relativas resumptivas encontradas no *corpus* que envolvem o uso do pronome (128) ou de uma expressão lexical (129) na posição relativizada, mas não envolvem preposição:

- (128) “(...) todavia é uma sociedade saudável e **que** tenho que aceitá-la (Histling, Fundo Documental FB, carta 20-FB-16-09-1971)”

- (129) “(...) fazendo um discurso que ele mesmo fez **o discurso**, (CLDF, O-032525)

O predicativo aparece sem preposição na maioria dos casos. Como é uma função que seleciona argumento, não exige uma preposição para licenciar o Caso. Entretanto, foi encontrada uma relativização padrão preposicionada no *corpus*:

- (130) “(...) me achara pronto com a cordialidade e estima **com que** sou De Vossa Excelencia (CE-DHOS, *Cartas para vários destinatários*, carta 14-1AJPCA-20-01-1835)

Conforme a tabela e conforme o previsto, não é possível a relativa padrão preposicionada de sujeito, mas é possível a resumptiva com função de sujeito:

- (131) “(...) uma outra parte da população **que**, devido ao empobrecimento e ao grande lapso temporal da informalidade, **ela** não consegue se aposentar.” (CLDF, O-031925)

As demais funções são aquelas que precisam de uma preposição para licenciar seu caso e às quais de fato se aplica o contraste entre as estratégias padrão e cortadora, comparadas aqui: objeto indireto, adjunto adverbial, adjunto adnominal, complemento nominal.

A tabela demonstra que não há um favorecimento significativo de uma estratégia por qualquer função sintática específica. As porcentagens para a ocorrência da estratégia cortadora são semelhantes, variando gradualmente entre 10,6% para a função de adjunto adnominal e 25,6% para a função de complemento nominal, com 15,6% para objeto indireto e 18,7% para adjunto adverbial.

Isso pode significar que as estratégias estão igualmente difundidas na língua, ou seja, não se pode dizer que a mudança que descrevemos aqui seja um fenômeno localizado, aplicado a um conjunto limitado de estruturas. Pelo contrário, está distribuído de forma semelhante nos contextos a que se aplica.

A seguir, apresentamos os resultados da última variável.

5.3.2.1 Pronome

Por último, consideramos como se comporta a variável pronome relativo utilizado, observando a Tabela 8:

Tabela 8. Estratégia x Pronome relativo utilizado

Pronome		Padrão	Estrutural	Resumptiva	Cortadora	Total	
quem	N	47	0	0	0	48	
	%	100%	0,0	0	0	2,4%	
que	N	135	1488	18	78	1719	
	%	7,9%	86,6%	1%	4,5%	86,3%	
o qual	N	54	18	1	4	77	
	%	70,1%	23,4%	1,3%	5,2%	3,9%	
onde	N	97	0	1	0	98	
	%	99%	0	1%	0	4,9%	
cujo	N	41	0	0	0	41	
	%	100%	0	0	0	2,1%	
quanto	N	0	8	0	0	8	
	%	0	100%	0	0	0,4%	
Total		N	374	1515	20	82	1991
		%	18,8%	76,1%	1%	4,1%	100%

O primeiro ponto a notar é que o uso do pronome *que* é fortemente favorecido no contexto das relativas estruturais, com 1488 ocorrências, enquanto há apenas 18 com o pronome *o qual* e 8 com o pronome *quanto*. Qualitativamente, das 18 relativas estruturais com *o qual*, 6 foram classificadas como restritivas. No entanto, um olhar detalhado pode revelar uma interpretação ambígua entre apositiva e restritiva:

- (132) “[alguns] **os quaes** são um primôr de obra e de| barateza.” (CE-DHOS, *Cartas para vários destinatários*, carta 49-1FOAR-11-01-1866)

- (133) “trabalhei como figurante num filme publicitário **o qual** pela 1ª vez na França o mito Brigitte Bardot aceitou de fazer (Histling, *Fundo Documental FB*, Carta 57-FB-06-06-1975).
- (134) “Recebi pelo At. a carta e a minha mezada **a qual** já te agradei” (Histling, *Fundo Documental FB*, Carta 57-FB-06-06-1975).
- (135) “(...) he e das em justicias que lhefes o seu chefe sem motivos alguns **os quais** se a de ver a seu tempo” (PHPB, *15 CARparticular XIX 1 pág Rio*)
- (136) “Recebi asua carta **aqual** me deo a entender que avossa senhoria não me manda aimportancia da sua conta breve_ mente como esperava” (PHPB, *CARparticular XIX 2 MG*)

As oito ocorrências com o pronome *quanto* referem-se à expressão *tudo quanto*, presente em dados dos períodos de 1 a 4, conforme o exemplo (137), embora ausente nos dados da sincronia

- (137) Recebi com mto praser a sua carta e ficamos sciente de tudo **quanto** me mandou diser (CE-DHOS, *Fundo Documental Dantas Jr*, Carta 158-NNN)

Aos pronomes *onde* e *cuyo* não se aplica a estratégia cortadora porque eles já manifestam os traços morfossintáticos codificadores das funções locativa e genitiva, respectivamente, prescindindo de uma preposição que as atribua. Portanto, não há preposição a ser cortada quando esses pronomes são utilizados.

Já o pronome *quem* aparece sempre preposicionado, mesmo na relativização da função objeto direto, conforme exemplificado em (138) e (139).

- (138) “e é justamente nisto que está o principal defeito doCansansão **para** quem as pessoas valem mais do que os principios.” (CE-DHOS, *Cartas para vários destinatários*, carta 18-1ARB-08-12-1863)
- (139) “Meu Sobrinho e Amigo **aquem** amo.” (PHPB, *CARparticular XIX 1 MG*, 1841)

Enquanto todos os outros pronomes apresentam quase a totalidade de realização padrão, em apenas 7,9% de suas 1719 ocorrências o pronome *que* aparece em estratégia padrão com *pied-piping*, enquanto concentra 78 das 82 relativas cortadoras da base de dados,

levando em conta todos os períodos. Transcrevemos abaixo as únicas quatro realizações da estratégia cortadora com o pronome *o qual*:

- (140) “agora tem a passagem do comando, do subcomando geral do Corpo de Bombeiros, ____ **a qual** faço questão de participar.” (CLDF, O-031825)
- (141) “(...) o proprietário da Cia Aliança, ____ **a qual** vim de Cajueiro.” (Histling, *Fundo Documental FB*, carta 34-FB-21-08-1972)
- (142) “(...) teem um agradável chalé ____ **o qual** passamos 15 dias tranquilos na companhia de simpáticos amigos. (*Idem*, carta 47-FB-23-03-1974)
- (143) “Deveremos partir a Lyon na próxima semana onde participaremos de um grande almoço ____ **o qual** a família Mer. festejará os 90 anos da avó do D.” (*Idem*, carta 57-FB-06-06-1975)

Curiosamente, três dos quatro casos, (141) a (143), têm a mesma autoria, a remetente de boa parte das cartas do *Fundo Documental FB*. Portanto, é possível que se trate de uma característica estilística idiossincrática.

No caso da resumptiva, que teoricamente poderia ocorrer com qualquer dos pronomes, são 18 realizações com o pronome *que*, como (144), apenas 1 com o pronome *onde* (145), mais 1 com o pronome *o qual* (146):

- (144) “Divido-me também minhas horas de lazer, outrora gastas com praias (**que** aqui infelizmente não **as** tenho)” (Histling, *Fundo Documental FB*, carta 17-FB-02-06-1970)
- (145) “Resolveu ir a Salvador **onde lá** deixou uma petição” (CE-DOHS, *Fundo Documental Dantas Jr.*, Carta 191-MPA-28-09-1959)
- (146) “(...) para sepagar emdividas por minha Conta erisco, **as quais fazendas** emportarão em oito centos e quarenta mil e tantos reis⁴³.” (PHPB, CARparticular XIX 1 MG, 1811)

O contraste das estratégias se dá, portanto, entre os pronomes *que* e *o qual*, únicos possíveis em todas as estratégias. Quando eliminamos as relativas estruturais para comparar

⁴³ Apesar de ter sido classificada como resumptiva, essa oração não se alinha com os outros exemplos elencados aqui. Figueredo Silva (2019) considera o uso arcaizante de uma expressão lexical resumptiva após o pronome relativo como uma hipercorreção na fala de pessoas incultas da peça teatral que analisa. Já Aroldo de Andrade (c. p.) não considera essa uma relativa resumptiva, mas um uso arcaizante similar a “fazendas essas que...”. Charlotte Galves (c. p.) chama atenção para a possibilidade de que *quais* represente, nesse caso, um determinante de *fazendas*.

o uso dos dois pronomes em relação às estratégias em tela, os dados deixam evidente que, em termos relativos percentuais, o pronome *que* favorece as estratégias não padrão, tanto a resumptiva quanto a cortadora, em relação ao pronome *o qual*. O Gráfico 4 traz o recorte que permite visualizar essa distinção:

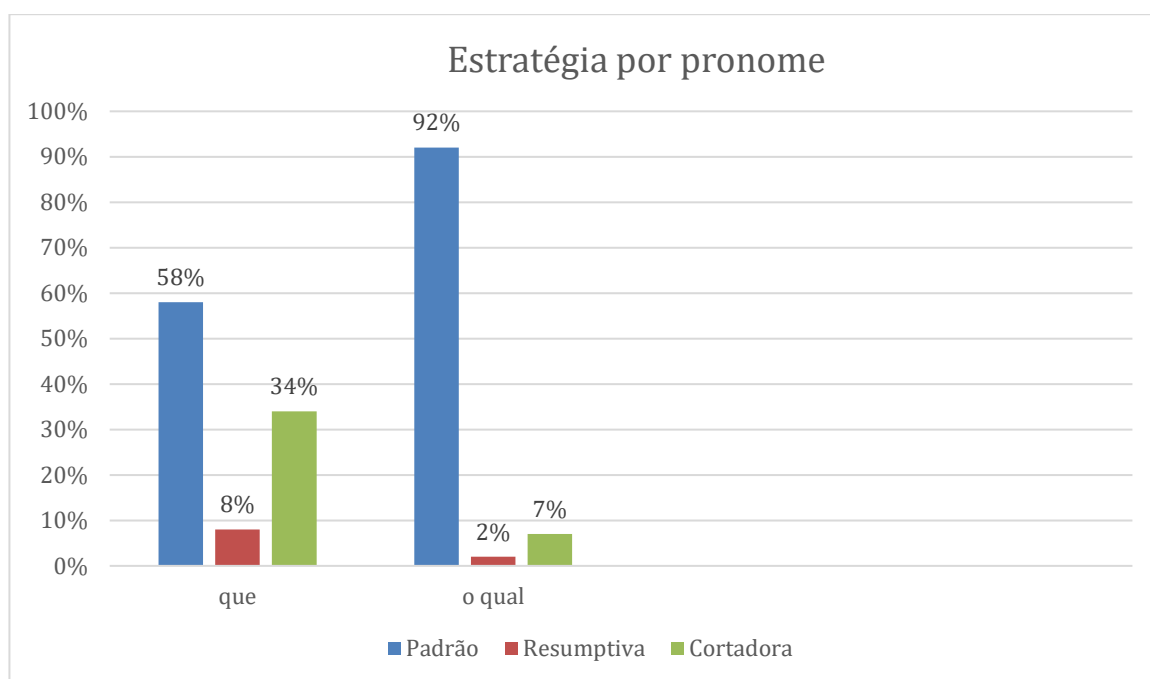


Gráfico 4. Estratégia por pronome.

Da análise do comportamento dos pronomes relativos em relação a cada estratégia, podemos concluir que o uso do pronome *que* é altamente privilegiado nas relativas estruturais e é categórico, ou seja, generalizado e praticamente unânime, nas estratégias não padrão, enquanto os outros pronomes se especializam na realização da estratégia padrão quando há funções preposicionadas envolvidas na relativização.

5.3.2.2 Conclusões preliminares

Nesta seção, observamos o comportamento dos tipos semânticos, preposições, funções relativizadas e pronomes relativos em relação às estratégias padrão, estrutural, resumptiva e cortadora.

Verificamos que (i) a semântica restritiva favorece o uso das estratégias não padrão em relação à semântica apositiva; (ii) as preposições funcionais e que apresentam amálgama com o determinante (*a, em, de, per/por, para*) são apagadas mais frequentemente do que as lexicais que não formam esse amálgama na relativização; (iii) o uso de estratégias não padrão ocorre de forma relativamente uniforme nas diferentes funções sintáticas; (iv) o uso de pronome *que* é categórico nas estratégias não padrão e altamente preferencial nas relativas estruturais, principalmente as restritivas.

Na próxima seção, as variáveis dependente (estratégia) e extralinguística (período) serão cruzadas simultaneamente com cada uma das variáveis linguísticas para obtermos dados sobre o seu comportamento ao longo do tempo e verificarmos em detalhes as mudanças ocorridas nas estruturas de relativização do português do Brasil.

5.3.3 Diacronia

5.3.3.1 Tipo semântico

Vimos na seção anterior que a semântica restritiva favorece, de maneira geral, o uso das estratégias não padrão. A tabela 9 detalha como esse favorecimento se expressa nos dados em relação aos períodos.

Tabela 9. Tipo semântico x Estratégia x Período

Período		1	2	3	4	5	Total
Apositiva	Padrão	40 (48%)	39 (39%)	57 (42%)	36 (46%)	7 (4%)	179 (32%)
	Estrutural	42 (51%)	60 (60%)	78 (57%)	39 (50%)	153 (93%)	372 (66%)
	Resumptiva	1 (1%)	1 (1%)	0 (0,0%)	2 (3%)	0 (0%)	4 (1%)
	Cortadora	0 (0%)	0 (0%)	1 (1%)	1 (1%)	5 (3%)	7 (1%)
	Total	83	100	136-	78	165	562

Restritiva	Padrão	53 (31%)	56 (21%)	36 (26%)	30 (14%)	20 (3%)	195 (14%)
	Estrutural	117 (68%)	199 (76%)	99 (71%)	163 (75%)	565 (88%)	1143 (80%)
	Resumptiva	0 (0%)	2 (1%)	1 (1%)	4 (2%)	9 (1%)	16 (1%)
	Cortadora	2 (1%)	5 (2%)	3 (2%)	20 (9%)	45 (7%)	75 (5%)
	Total	172	262	139	217	639	1429

Chama atenção que 93% das apositivas no quinto período são de caso estrutural, e apenas 4% são do tipo padrão. Nos demais períodos, há equilíbrio entre essas estratégias. Apresentamos o Gráfico 5 para facilitar a visualização desse contraste:

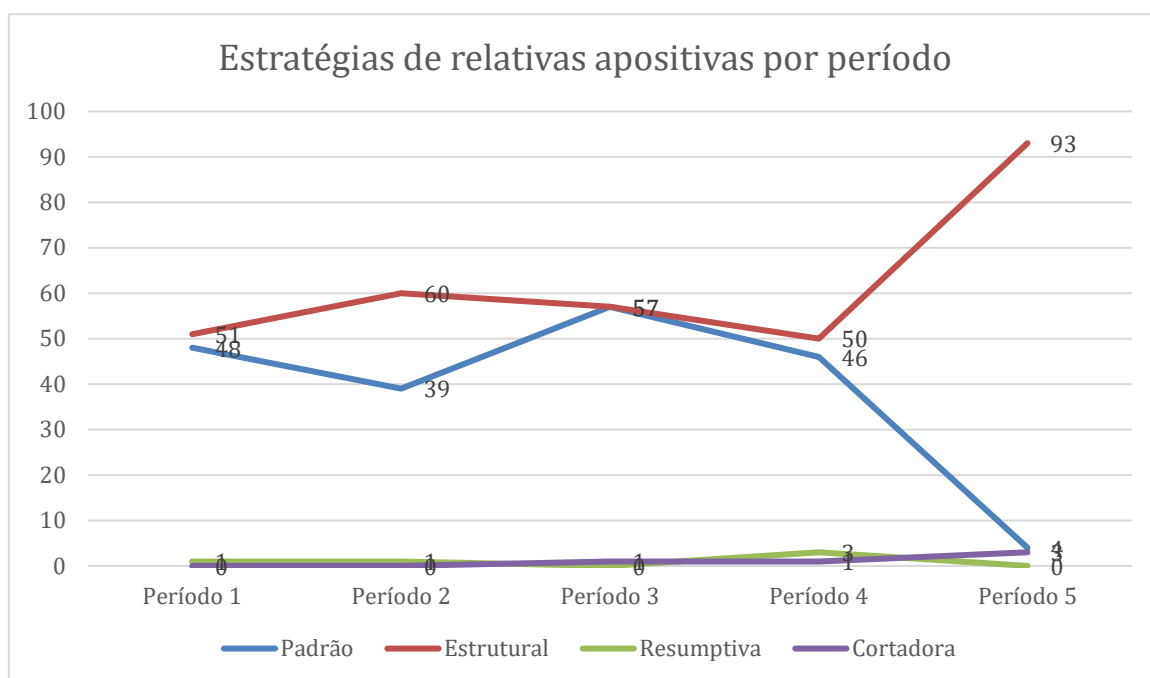


Gráfico 5. Estratégias de relativas apositivas por período

Aparentemente, as estratégias padrão e estrutural conviveram em equilíbrio nas relativas apositivas, em ausência total de relativas não padrão, até que, no período 5, a relativização padrão de funções preposicionadas tornou-se marginal. No entanto, a cortadora e a resumptiva parecem não ser uma alternativa no caso das apositivas. Então, simplesmente, há uma redução no uso da relativização das funções preposicionadas, que, quando ocorrem,

se dividem entre a relativização padrão (147), (148) e (149) e a estratégia cortadora (150).

Os dados da sincronia a seguir exemplificam esses usos:

- (147) “O líder passou a ser o deputado F., **a quem** eu passo a palavra.” (CLDF, O020525)
 (148) “Então agora os golpistas são os que eles chamam de extrema direita, **cujo** líder é o B.”. (CLDF, O-032625)
 (149) “(...) da saída norte ali, **onde** eu moro” (CLDF, O020525)
 (150) “Diferente dos processos ditatoriais, **que** quem sentava no banco dos réus não tinha direito à defesa” (CLDF, O-032525)

Passamos a analisar o comportamento das relativas restritivas e suas estratégias ao longo dos períodos. O Gráfico 6 traz essa representação.

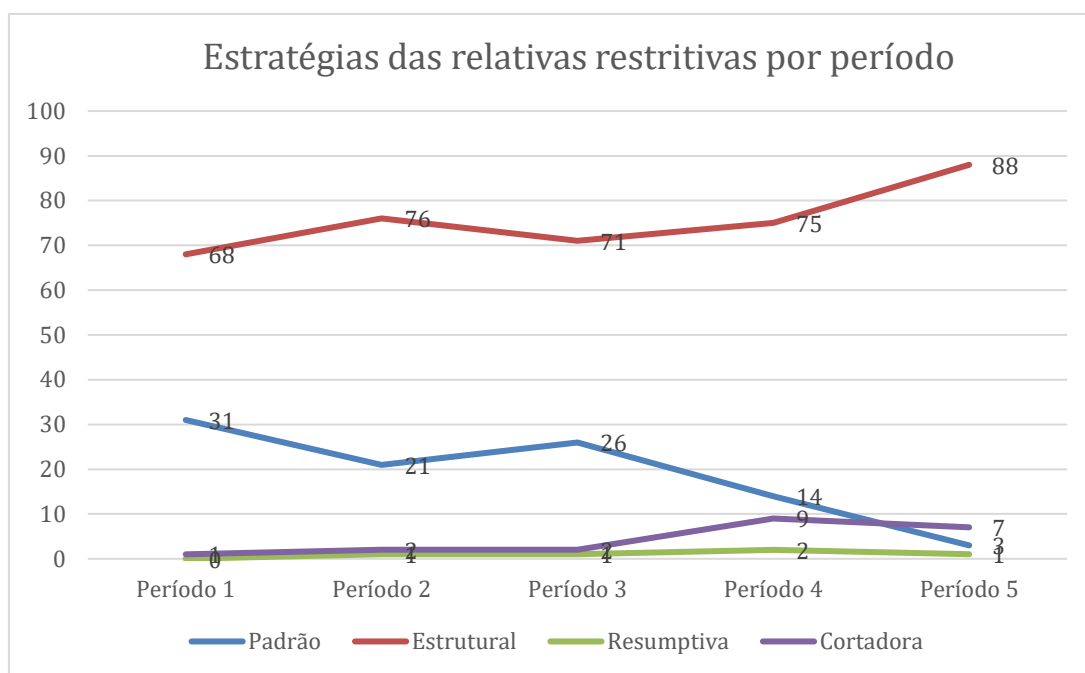


Gráfico 6. Estratégias das relativas restritivas por período

Em relação às restritivas, o uso de funções de caso estrutural sempre foi mais frequente, mas pode-se verificar um declínio da estratégia padrão já a partir do quarto período. Esse declínio se distribui entre o aumento das relativas estruturais e o das relativas cortadoras, que se tornam uma alternativa para a relativização de funções preposicionadas.

As cortadoras (151) passam a representar uma quantidade significativa já no quarto período e, no quinto, ultrapassam a estratégia padrão (152) chegando a mais que dobrá-la.

(151) “Virou balcão de negócio, tem gente ganhando muito dinheiro e a população, infelizmente, está sofrendo, morrendo e aguentando filas intermináveis, inclusive, sem atendimento, por conta do caos ____ **que** o governo I. transformou a saúde pública do DF.”(CLDF, O020525)

(152) “Eu informo aos parlamentares que agora a inscrição para fazer o uso da palavra no comunicado de parlamentares e não no comunicado de líderes é feita de maneira eletrônica pelo mesmo dispositivo **no qual** nós marcamos a nossa presença.” (CLDF, O020525)

Podemos dizer, portanto, que ambos os tipos semânticos passaram, ao longo do tempo, a evitar a estratégia padrão na relativização de funções preposicionadas. O contraste entre as relativas apositivas e as restritivas se dá pela alternativa cortadora, que parece ser possível apenas na relativa restritiva, enquanto as apositivas têm seu uso ampliado apenas na estratégia de caso estrutural.

Passamos a analisar as outras variáveis linguísticas, divididas em um número maior de fatores em relação aos tipos semânticos, que são apenas dois. Tendo observado que as relativas resumptivas pouco variam ao longo do tempo, vamos analisá-las separadamente.

Também eliminaremos da apresentação as relativas estruturais porque a elas não se aplica o contraste aqui investigado. Além disso, as variáveis ficam enviesadas ao considerarmos essa estratégia, já que: (i) não se aplica qualquer preposição às relativas estruturais; (ii) as funções sintáticas relativizadas, nesse caso, se limitam a sujeito, objeto direto e predicativo; (iii) e os pronomes a serem investigados só podem ser *que* e o *qual*, já que os demais relativizam funções oblíquas ou preposicionadas.

Dessa maneira, as tabelas mantêm todos os dados, para efeitos de apresentação de cálculos de porcentagem na totalidade, mas os gráficos apresentarão apenas o contraste entre as relativas padrão e as cortadoras em relação às variáveis e aos períodos. Uma vez que,

considerando apenas essas estratégias, os dados estão balanceados pelos períodos, optamos por abordar as questões em números absolutos para quantificar o real uso dos fatores em cada período. Verificar apenas a porcentagem de cada estratégia poderia mascarar a visualização do desuso de alguns fatores.

5.3.3.2 Preposição

A Tabela 10 traz o detalhamento completo do uso das preposições encontradas na base de dados em relação às estratégias de relativização ao longo do tempo. Para melhor visualização dos dados, conforme mencionado, os valores das relativas estruturais e resumptivas foram eliminados quando iguais a zero em todos os períodos. O recorte que será apresentado nos gráficos destaca o contraste entre o comportamento das preposições em relativas padrão e cortadoras.

Tabela 10. Preposições x Estratégia x Período

Período		1	2	3	4	5	Total
zero	Padrão	19 (11%)	15 (5%)	21 (11%)	44 (18%)	18 (2%)	117 (7%)
	Estrutural	159 (89%)	259 (94%)	177 (89%)	202 (80%)	717 (97%)	1514 (92%)
	Resumptiva	1 (1%)	3 (1%)	1 (1%)	5 (2%)	4 (1%)	14 (1%)
	Total	179 (100%)	277 (100%)	199 (100%)	251 (100%)	739 (100%)	1645 (100%)
em	Padrão	19 (95%)	24 (86%)	13 (87%)	8 (44%)	4 (11%)	68 (56%)
	Resumptiva	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (6%)	2 (6%)	3 (2%)
	Cortadora	1 (5%)	4 (14%)	2 (13%)	9 (50%)	33 (83%)	49 (40%)
	Total	20 (100%)	28 (100%)	15 (100%)	18 (100%)	40 (100%)	121 (100%)
de	Padrão	17 (94%)	23 (100%)	16 (94%)	7 (50%)	0 (0%)	63 (79%)
	Resumptiva	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (25%)	2 (2%)
	Cortadora	1 (6%)	0 (0%)	1 (6%)	7 (50%)	6 (75%)	15 (19%)
	Total	18 (100%)	23 (100%)	17 (100%)	14 (100%)	8 (100%)	80 (100%)
para	Padrão	5 (100%)	2 (100%)	3 (100%)	0 (0%)	1 (20%)	11 (73%)
	Cortadora	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	4 (80%)	4 (27%)
	Total	5 (100%)	2 (100%)	3 (100%)	0 (0%)	5 (100%)	15 (100%)
por/per	Padrão	2 (100%)	9 (90%)	6 (86%)	0 (0%)	0 (0%)	17 (77%)
	Cortadora	0 (0%)	1 (10%)	1 (14%)	0 (0%)	3 (100%)	5 (23%)
	Total	2 (100%)	10 (100%)	7 (100%)	0 (100%)	3 (100%)	22 (100 %)
com	Padrão	8 (100%)	9 (100%)	10 (100%)	1 (33%)	0 (0%)	28 (90%)
	Cortadora	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (67%)	1 (100%)	3 (10%)
	Total	8 (100%)	9 (100%)	10 (100%)	3 (100%)	1 (100%)	31 (100 %)
lexicais	Padrão	2 (100%)	2 (100%)	5 (100%)	3 (100%)	0 (0%)	12 (92%)
	Cortadora	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (100%)	1 (8%)
	Total	2 (100%)	2 (100%)	5 (100%)	3 (100%)	1 (100%)	13 (100%)

O Gráfico 7 apresenta o comportamento das preposições analisadas em relativas padrão ao longo dos períodos.

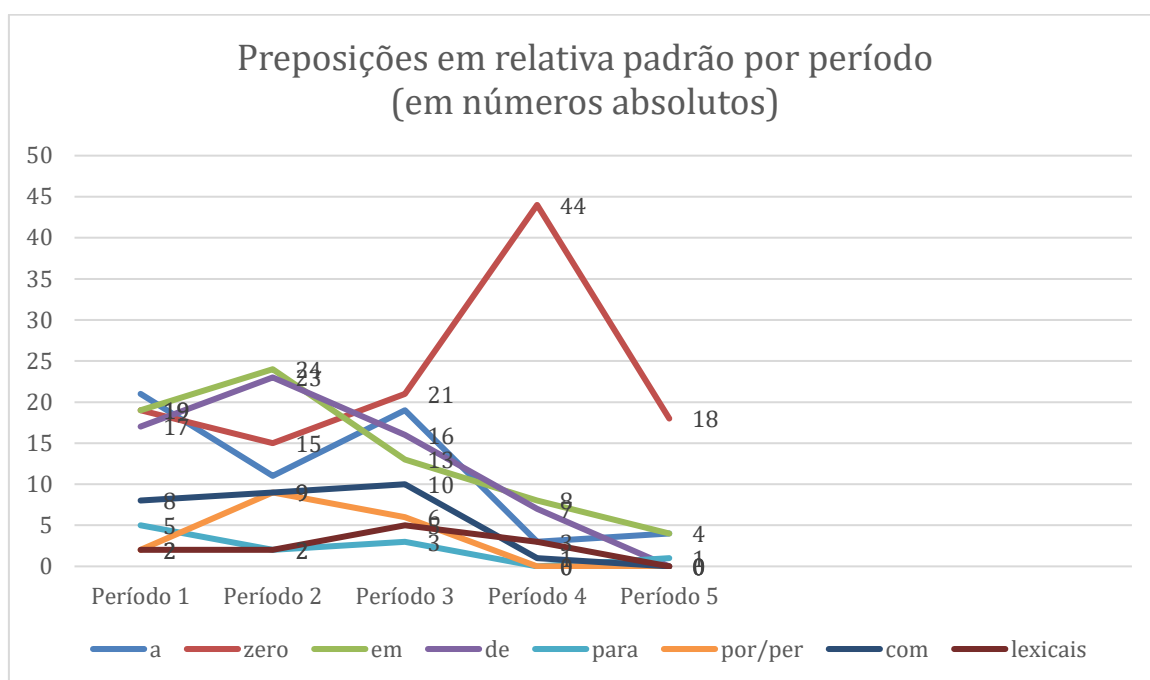


Gráfico 7 Preposições em estratégia padrão por período

Observamos primeiramente que o único fator que não sofreu uma queda acentuada entre o primeiro período e a sincronia é o que denominamos “preposição zero”, que, nesse gráfico, como relativa padrão, se refere à relativização de funções oblíquas com os pronomes *onde* e *cujo*, sem o envolvimento de preposições. Atribuímos o pico de casos desse tipo no quarto período às características do *corpus* mais representativo dessa etapa, constituído da correspondência entre familiares afastados por continentes (Fundo Documental FB), repletos de menções geográficas exemplificadas em (153), (154) e (155):

- (153) No apartamento **onde** estou tem bastante conforto (*Fundo Documental FB*, carta 03-FB-15-10-1960);
- (154) Depois eles voltarão para o Connecticut que é à 2 horas de N. York **onde** eles residem (*Idem*, carta 128-FB-24-08-1994).
- (155) D. partiu hoje por 3 dias a Budapeste **onde** eles estão em perspectivas de um novo seriado para TV (*Idem*, Carta 47-FB-23-03-1974).

Outra possibilidade é que haja de fato um aumento incidental da relativização de funções adverbiais locativas a partir do quarto período, o que poderá ser verificado nas seções seguintes com a análise de outras variáveis.

Todas as outras linhas representam *pied-piping* das preposições descritas e tiveram queda gradativa ao longo dos períodos. Conforme observado anteriormente, na sincronia, resistiram com algumas ocorrências apenas as preposições *a*, *para* e *em* dentro da nossa base de dados.

A seguir, apresentamos o Gráfico 8 com o comportamento das preposições eliminadas em estratégia cortadora ao longo do tempo.

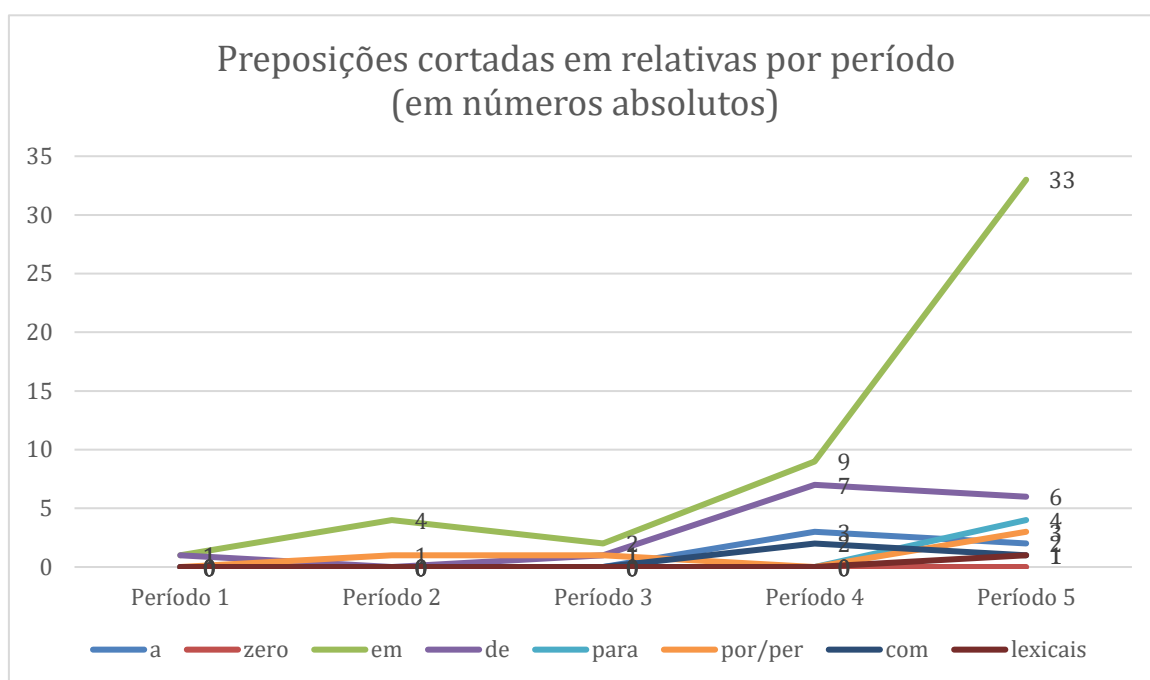


Gráfico 8. Preposições eliminadas em estratégia cortadora ao longo do tempo.

De forma geral, os números absolutos são pequenos, já que o contexto sintático de relativa cortadora é bastante restrito e ainda se divide por um número grande de fatores, as preposições aqui elencadas. Mesmo assim, é possível fazer algumas generalizações a partir do gráfico.

Em primeiro lugar, há um comportamento peculiar da preposição *em*, que já aparece cortada em número significativo nos primeiros três períodos. Isso corrobora nossa hipótese de que o Português Clássico já possuía relativas cortadoras em posição adverbial, já que a preposição *em* é aquela que recuperamos nos contextos de relativização de advérbios nus⁴⁴, como nos casos (156) e (157):

- (156) “(...) ser paga des do dia **em** que Bachou o decreto que foi a 16 de Janeiro de 1821 que já fes treze mezes” (PHPB, 15 CARparticular XIX 1 pág Rio, 1822)
 (157) “(...) não posso marcar o dia **em** que ahi chegarei.” (PHPB, CARparticular XIX 2 MG, 1894)

A preposição *em* continua sendo a que mais sofre apagamento em relativas no período quarto e principalmente na sincronia, concentrando mais da metade dos casos. A estrutura de advérbio nu parece, então, manter sua relevância como predominância da estratégia cortadora, apesar de que a preposição *em* também pode ser apagada em contextos argumentais, como nos casos a seguir:

- (158) “E é importante dizer e desmontar a farsa **em** que alguns ainda insistem de que não teve tentativa de golpe” (CLDF, O-031325)
 (159) “Portanto eu queria pedir ao sr. que mandasse uma solução, pois é a única pessoa **em** que Batista confia” (CE-DHOS, *Coleção Documental Dantas Jr.*, Carta 191-MPA-28-09-1959)

Esse resultado confirma, por meio da evolução histórica/ diacrônica, a relevância das estruturas envolvendo o chamado ‘advérbio nu’, na ocorrência da estratégia cortadora, já mencionada em estudo prévio, de minha autoria (Almeida 2011). Sua manifestação desde o período 1 constitui evidência para a disponibilidade da estrutura no *input*, sendo a ampliação dessa estratégia para outros contextos sintáticos uma questão a ser entendida.

⁴⁴ Cf. nota 42

Em segundo lugar, é interessante observar a evolução da variedade de preposições que podem ser apagadas na relativização. O período 3 já vê aumentar a variedade de preposições cortadas. O período 4 amplia o fenômeno, até que todas as sete preposições presentes na base de dados sejam apagadas na sincronia.

- (160) “São eventos esses ~~para~~ **que** nós estamos aí, já com tudo pronto” (CLDF, O-031225)
 (161) “(...) de contas ~~de~~ **que** ainda não foram resolvidos os questionamentos”, (*Idem*, O-031325)
 (162) “(...) a uma manifestação dos senador I., ~~por~~ **que** eu tenho muito carinho e respeito, (*Idem*, O-032625 16h24 - 23.txt)

Note-se também que as preposições recuperadas no contexto sintático da relativização, na verdade, são menos aceitáveis com o pronome *que*. Para transformar a relativa cortadora em relativa padrão com *pied-piping* nesses casos, seria mais usual substituir o *que* por algum outro pronome relativo:

- (163)
 a. ?São eventos **para que** nós estamos já com tudo pronto.
 b. São eventos **para os quais** nós já estamos com tudo pronto.
 (164)
 a. ?Contas **de que** ainda não foram resolvidos os questionamentos.
 b. Contas cujos questionamentos ainda não foram resolvidos
 (165)
 a. ?Uma manifestação dos senador I., **por que** eu tenho muito carinho e respeito.
 b. Uma manifestação dos senador I., **por quem** eu tenho muito carinho e respeito.

5.3.4 Função Sintática

Vejamos como a função relativizada afeta a escolha da estratégia de acordo com cada período. A Tabela 11 traz o cruzamento das variáveis mencionadas. Linhas inteiramente zeradas foram eliminadas para facilitar a visualização. Nota-se que o aumento na estratégia cortadora está implicado na diminuição da estratégia padrão, o que confirma a natureza do problema investigado. Apresentamos ambos os gráficos a fim de facilitar a visualização.

Tabela 11. Função x Estratégia x Período

Período		1	2	3	4	5	Total
Objeto Indireto	Padrão	26 (100%)	17 (100%)	29 (97%)	5 (38%)	3 (30%)	80 (83%)
	Resumptiva	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (8%)	0 (0%)	1 (1%)
	Cortadora	0 (0%)	0 (0%)	1 (3%)	7 (54%)	7 (70%)	15 (16%)
Sujeito	Estrutural	83 (99%)	151 (100%)	115 (100%)	138 (100%)	576 (99%)	1062 (100%)
	Resumptiva	1 (1%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	3 (1%)	4 (0%)
Objeto Direto	Padrão:	4 (5%)	1 (1%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (1%)	6 (1%)
	Estrutural	76 (95%)	108 (97%)	61 (98%)	64 (97%)	137 (99%)	446 (97%)
	Resumptiva	0 (0%)	2 (2%)	1 (2%)	2 (3%)	1 (1%)	6 (1%)
Adjunto adverbial	Padrão:	41 (98%)	56 (92%)	44 (96%)	55 (82%)	21 (37%)	217 (79%)
	Resumptiva	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	3 (4%)	2 (4%)	5 (2%)
	Cortadora	1 (2%)	5 (8%)	2 (4%)	9 (13%)	34 (60%)	51 (19%)
Complemento Nominal	Padrão:	10 (91%)	10 (100%)	8 (89%)	2 (50%)	1 (11%)	31 (72%)
	Resumptiva	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (11%)	1 (2%)
	Cortadora	1 (9%)	0 (0%)	1 (11%)	2 (50%)	7 (78%)	11 (26%)
Predicativo	Padrão:	1 (100%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (12%)
	Estrutural	0 (0%)	0 (0%)	2 (100%)	0 (0%)	5 (100%)	7 (88%)
Adjunto Adnominal	Padrão:	11 (100%)	11 (92%)	11 (100%)	4 (57%)	1 (20%)	38 (83%)
	Resumptiva	0 (0%)	1 (8%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (40%)	3 (7%)
	Cortadora	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	3 (43%)	2 (40%)	5 (11%)

O contraste entre as estratégias em tela fica demonstrado nos gráficos 9 e 10 a seguir:

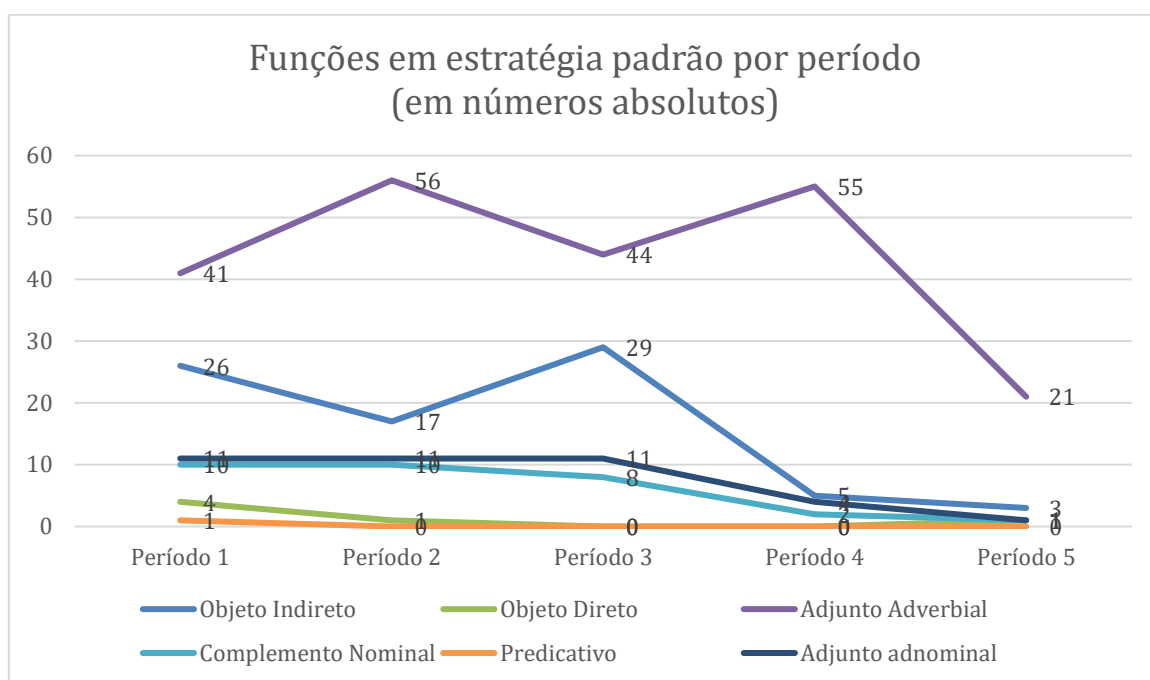


Gráfico 9. Funções em estratégia padrão por período

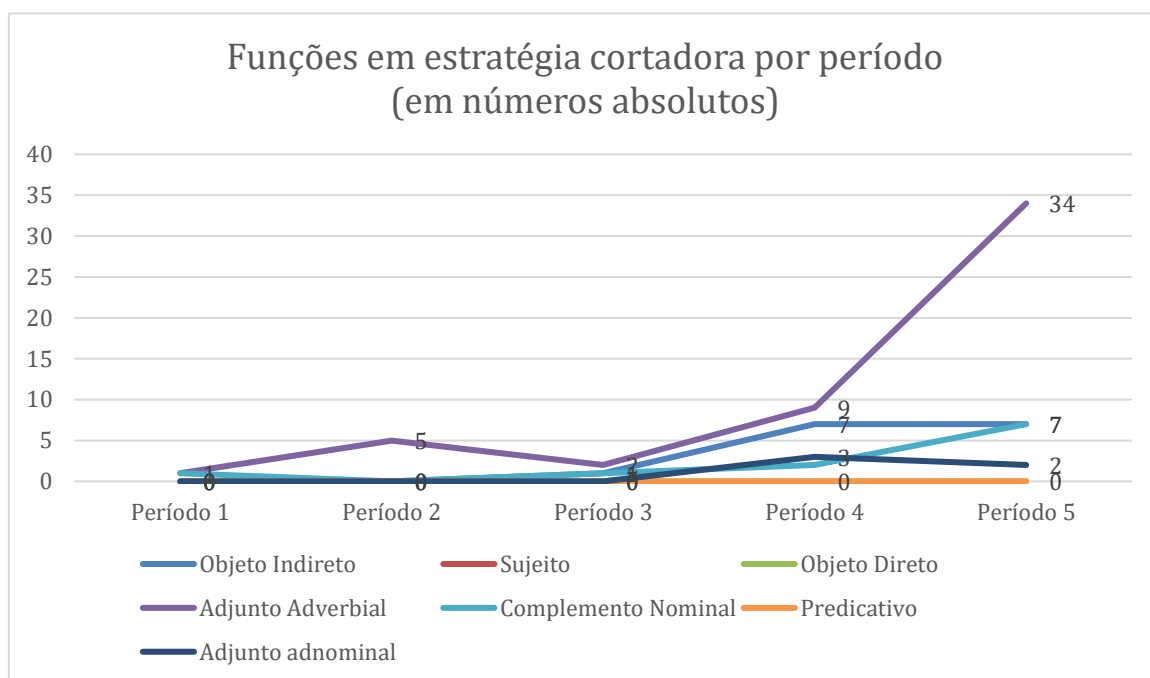


Gráfico 10. Funções em estratégia cortadora por período.

Observamos que as cortadoras adverbiais são as primeiras a aparecer na base de dados e ganham importância ao longo do tempo, numa curva semelhante à da preposição *em*

no Gráfico 8. Todas as outras funções relativizadas também vão substituindo o uso da estratégia padrão pela estratégia cortadora.

Isso significa que a mudança das orações relativas afetou a gramática do português do Brasil de maneira geral, mas especialmente, as relativas adverbiais com a preposição *em*.

5.3.4.1 Pronome

De grande relevância para esta pesquisa é o comportamento dos pronomes relativos ao longo dos períodos e em relação às estratégias. A tabela 12 apresenta os dados completos obtidos na pesquisa a esse respeito, eliminando linhas completamente zeradas.

Tabela 12. Pronome x Estratégia x Período

Período		1	2	3	4	5	Total
Quem	Padrão	12 (100%)	11 (100%)	18 (100%)	4 (80%)	2 (100%)	47 (98%)
	Estrutural	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (20%)	0 (0%)	1 (2%)
	Total	12 (100%)	11 (100%)	18 (100%)	5 (100%)	2 (100%)	48 (100%)
Que	Padrão	42 (21%)	48 (16%)	36 (17%)	5 (2%)	4 (1%)	135 (8%)
	Estrutural	152 (78%)	251 (82%)	169 (80%)	198 (88%)	718 (92%)	1488 (87%)
	Resumptiva	0 (0%)	3 (1%)	1 (0%)	5 (2%)	9 (1%)	18 (1%)
	Cortadora	2 (1%)	5 (2%)	4 (2%)	18 (8%)	49 (6%)	78 (5%)
	Total	196 (100%)	307 (100%)	210 (100%)	226 (100%)	780 (100%)	1719 (100%)
O qual	Padrão	12 (63%)	15 (79%)	13 (68%)	10 (67%)	4 (80%)	54 (70%)
	Estrutural	6 (32%)	4 (21%)	6 (32%)	2 (13%)	0 (0%)	18 (23%)
	Resumptiva	1 (5%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (1%)
	Cortadora	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	3 (20%)	1 (20%)	4 (5%)
	Total	19 (100%)	19 (100%)	19 (100%)	15 (100%)	5 (100%)	77 (100%)
Onde	Padrão	12 (100%)	12 (100%)	14 (100%)	43 (98%)	16 (100%)	97 (99%)
	Resumptiva	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (2%)	0 (0%)	1 (1%)
	Total	12 (100%)	12 (100%)	14 (100%)	44 (100%)	16 (100%)	98 (100%)
Cujo	Padrão	15 (100%)	9 (100%)	12 (100%)	4 (100%)	1 (100%)	41 (100%)
	Total	15 (100%)	9 (100%)	12 (100%)	4 (100%)	1 (100%)	41 (100%)
Quanto	Estrutural	1 (100%)	4 (100%)	2 (100%)	1 (100%)	0 (0%)	8 (100%)
	Total	1 (100%)	4 (100%)	2 (100%)	1 (100%)	0 (100%)	8 (100%)

Os Gráficos 11 e 12 iluminam o contraste relevante. O gráfico 11 não traz os dados dos pronomes *onde* e *cujo* porque seu uso dispensa a preposição.

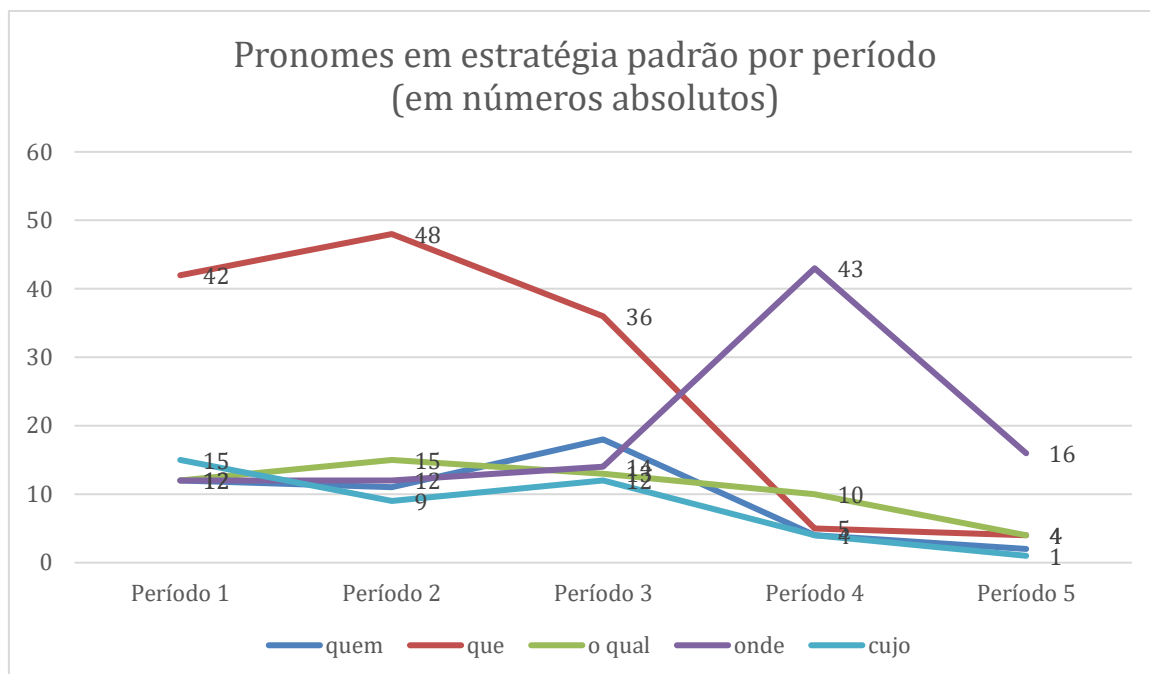


Gráfico 11. Pronomes em estratégia padrão por período.

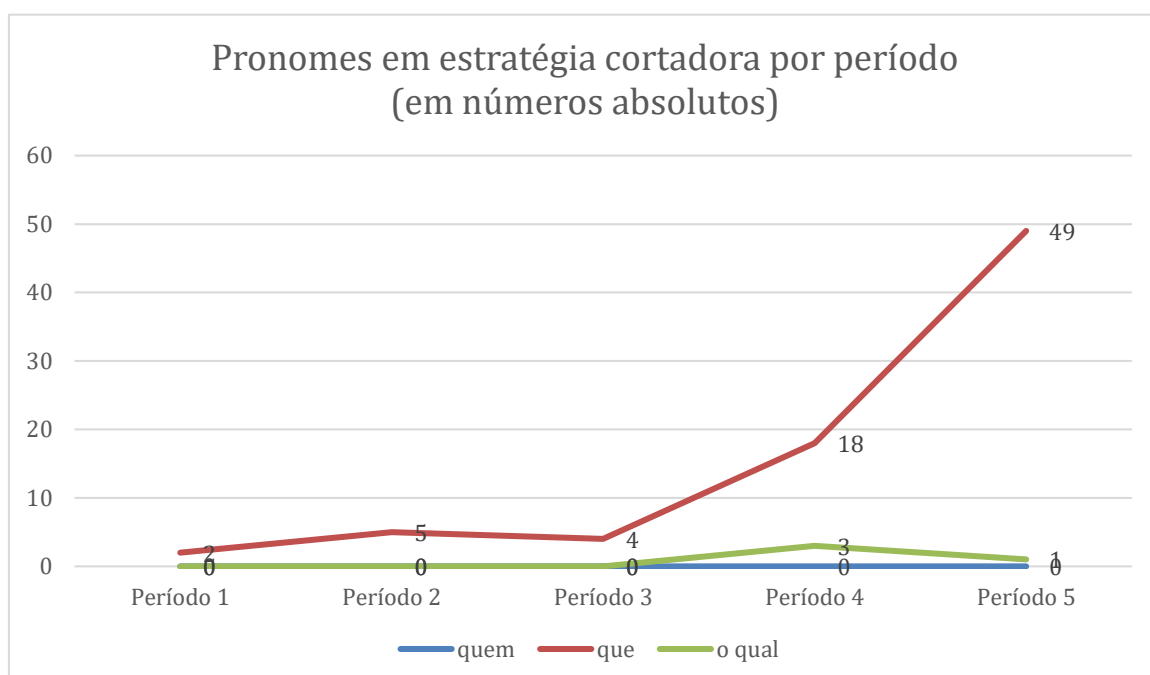


Gráfico 12. Pronomes em estratégia cortadora por período

Fica evidente, no Gráfico 11, a acentuada queda no uso do pronome *que* em *pied-piping* já a partir do quarto período e, no Gráfico 12, sua progressiva substituição pelo uso em relativas cortadoras. Sobre os outros pronomes, podemos observar que não são usados em relativas cortadoras e que sofrem uma diminuição na frequência de uso ao longo dos períodos.

Sobre o pico de uso do pronome *onde* no quarto período, já comentamos as características do *corpus* representativo na Seção 5.3.2.2. Entretanto, também é possível que esse aumento significativo represente de fato um aumento na relativização da função adverbial, dentre aquelas observadas, que, no período 4, era realizada principalmente pelo pronome *onde* e passou, no período 5, a manifestar o uso da estratégia cortadora com o pronome *que* e o corte da preposição *em*, o que explica também guinada ascendente das curvas cortadoras para o pronome *que*, a preposição *em* e a função adverbial apresentadas nas seções anteriores.

5.3.4.2 Conclusões parciais

Dos fatos observados na linha do tempo formada pelos dados da pesquisa e visualizada nos gráficos desta seção, podemos sintetizar as seguintes conclusões.

Nas relativas apositivas, ao longo do tempo, os falantes deixaram de usar *pied-piping* regularmente, mas não assumiram estratégias não padrão de forma produtiva. Passaram a relativizar mais funções estruturais do que funções preposicionadas. Nas relativas restritivas, os falantes também passaram a retomar mais funções estruturais, mas passaram a contar com a estratégia cortadora para relativizar funções preposicionadas.

Todas as preposições encontradas em relativização no *corpus* tiveram acentuada queda no uso em relativas padrão e tornaram-se passíveis de apagamento na sincronia. Esse

apagamento é levemente mais frequente em preposições funcionais que formam amálgama com o determinante, ou seja, que incorporam flexão de gênero e número. Destaca-se a preposição *em*, com acentuada preferência pelo apagamento em relação às demais.

De maneira semelhante, em todas as funções sintáticas preposicionadas, os falantes deixaram de usar o *pied-piping* e passaram a usar o corte da preposição. Destaca-se a função adverbial, frequente em relativas padrão, com a possibilidade de uso do pronome *onde*, e também frequente em cortadoras pelo apagamento da preposição *em*, a que se associam as chamadas estruturas relativizadoras de NP adverbial nu.

No que diz respeito aos pronomes, fica claro que as relativas de *que* com preposições em *pied-piping* diminuem consideravelmente, ocorrendo o aumento de relativas estruturais (de sujeito e de objeto) e cortadoras. Os pronomes relativos (o(s)/ a(s) qual(is) tiveram seu uso reduzido e restringido principalmente a contextos de uso preposicionado, com exceção do pronome *onde*, que mantém relevância na retomada de funções adverbiais.

5.3.5 A Sincronia

Tendo descrito o que esta pesquisa pôde revelar sobre a relativização ao longo do tempo, passamos a descrever os dados apenas no que diz respeito à sincronia com o intuito de verificar a amostra que corresponde à estrutura na língua atual.

Os Gráficos 13, 14, 15 e 16 apresentam o contraste entre relativas padrão e cortadoras na sincronia no que diz respeito às variáveis aqui apresentadas.

O Gráfico 13, a seguir, aponta certo equilíbrio entre as estratégias no que diz respeito à relativa apositiva, mas uma grande preferência pela estratégia cortadora na relativa restritiva. Investigaremos se diferenças estruturais podem explicar esse contraste.

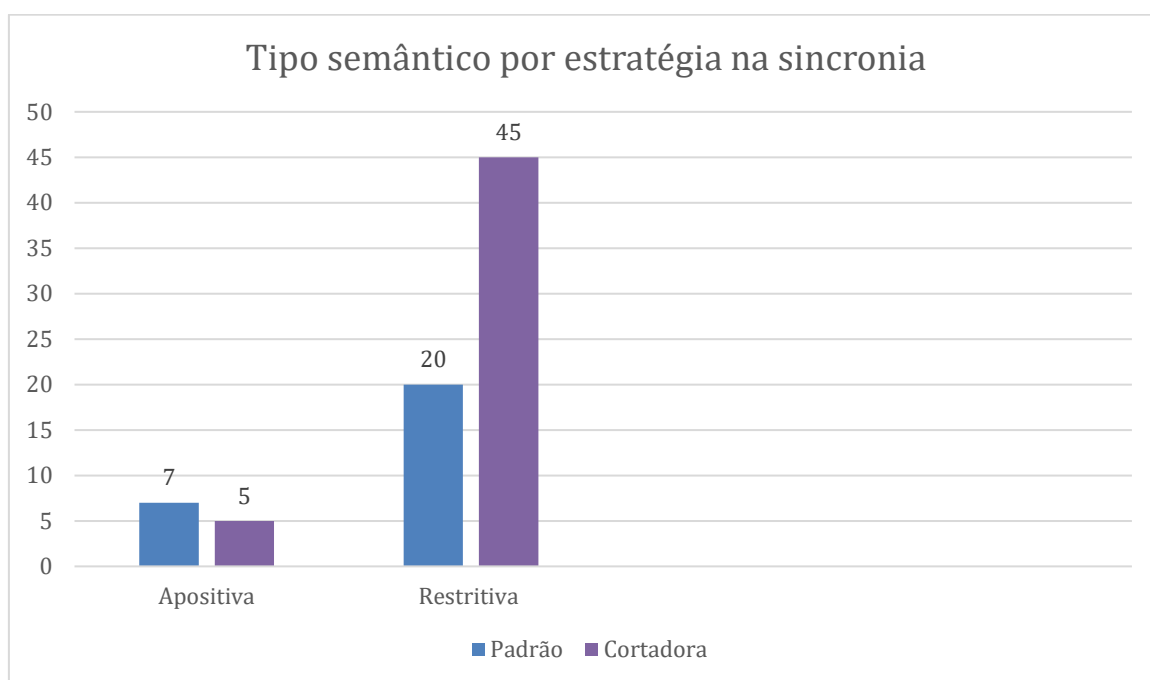


Gráfico 13. Tipo Semântico por estratégia na sincronia

Vemos, no Gráfico 14, que apenas três preposições aparecem em *pied-piping* na sincronia: *a*, *em* e *para*. As outras preposições só aparecem na base de dados como recuperadas no contexto do apagamento em relativizações. Destaca-se a predominância da preposição *em* nas relativas cortadoras e da estratégia padrão sem preposição, ou seja, com pronome *onde*, na sincronia.

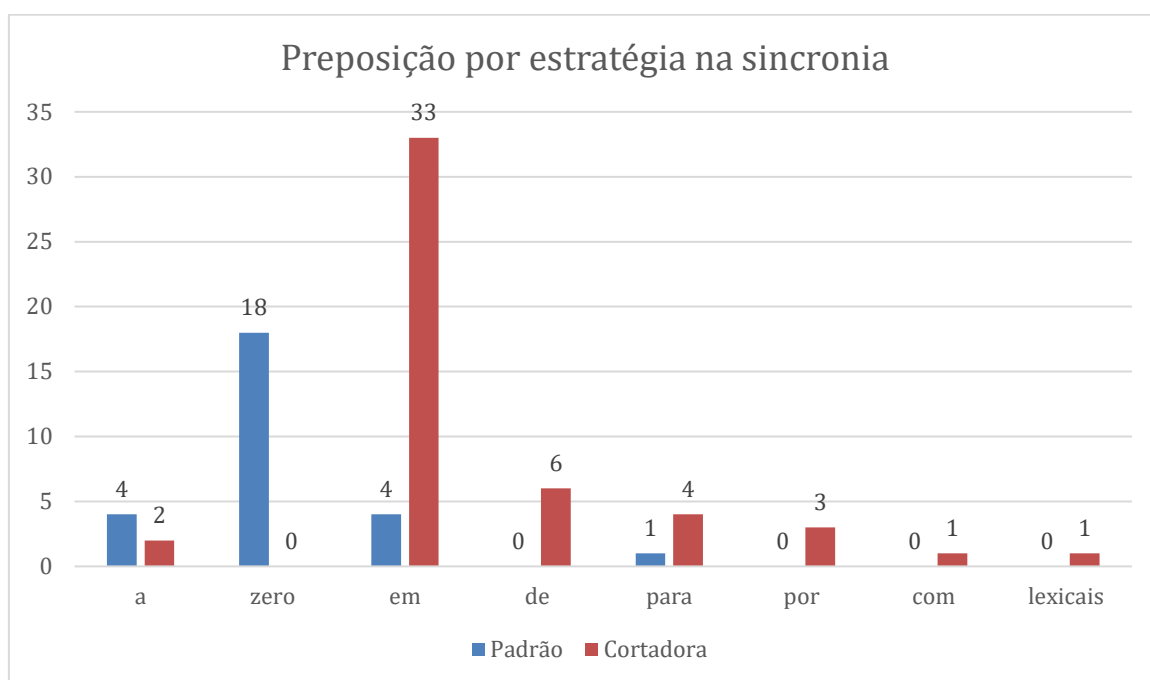


Gráfico 14. Preposição por estratégia na Sincronia

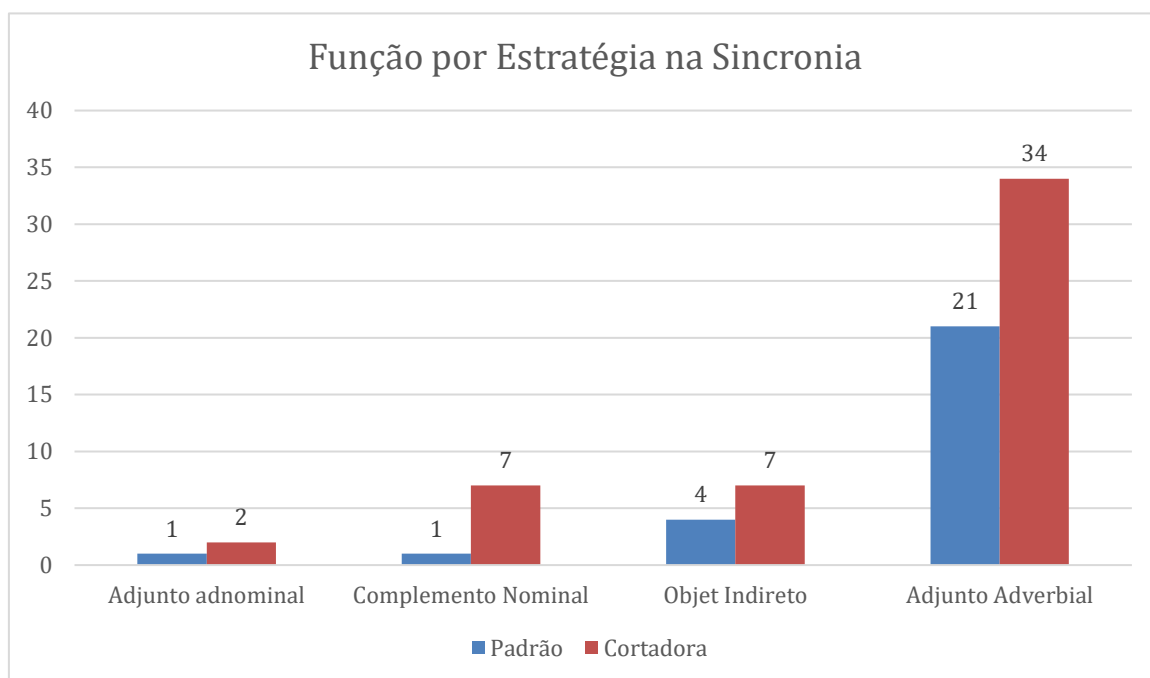


Gráfico 15 Função por estratégia na Sincronia

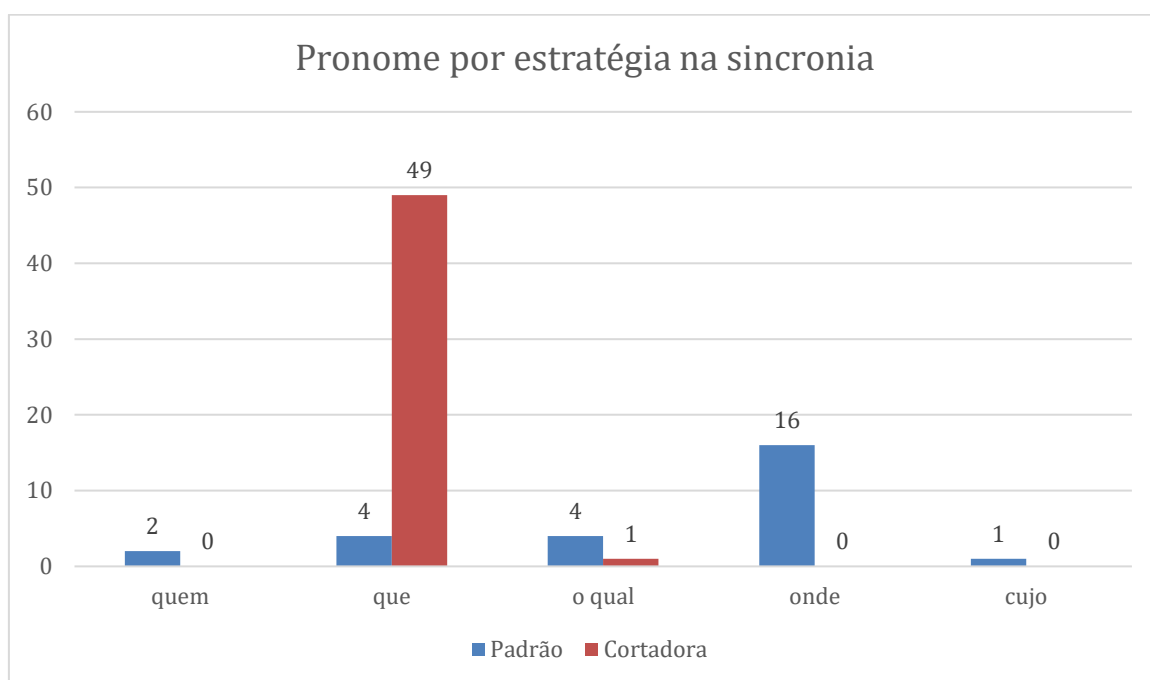


Gráfico 16. Pronome por estratégia na sincronia

No Gráfico 16, considerando apenas a sincronia, observamos que, das 27 relativas padrão coletadas – descartadas as relativas estruturais – são realizados: (i) 3 casos com pronome *que* e *pied-piping* (166); (ii) 1 caso com o pronome *cujo* (167); (iii) 16 casos com o pronome *onde* (168); (iv) 2 casos com pronome *quem* e *pied-piping* (169); (v) 4 casos com o pronome *o qual* (170) preposicionado. Transcrevemos os dados exemplificativos a seguir, a título ilustrativo:

- (166) “E talvez, deputado CV, fosse o momento de nós voltarmos ao padrão de normalidade, ao Estado de Direito, **em que** todos são iguais perante a lei.” (CLDF, O-032625)
- (167) “Então agora os golpistas são os que eles chamam de extrema-direita, **cujo** líder é o B.” (CLDF, O-032625)
- (168) “Ele esquece que ele governa a cidade **onde** funciona o governo federal, os três poderes.” (CLDF, O-031325)
- (169) “(...) também parabenizar o doutor HM, **a quem** eu conheço.” (CLDF, O-032625)
- (170) “E quero aqui, presidente, falar sobre os projetos e eventos católicos **para os quais** nós temos aportado emenda parlamentar no ano de 2025.” (CLDF, O-031225)

No que diz respeito às relativas cortadoras da sincronia, temos apenas uma com o pronome *o qual* (171) e cinquenta com o pronome *que* (172):

(171) “(...) agora tem a passagem do comando, do subcomando geral do Corpo de Bombeiros, ~~de~~ **a qual** faço questão de participar” (CLDF, O-031825)

(172) “Se tem que homologar o atestado, que seja profissional, pelo menos, da mesma especialidade __ ~~de~~ **que** o servidor recebeu o atestado no dia.” (CLDF, O-031225)

É interessante observar que todos os sete exemplos de uso da estratégia padrão em apositivas na sincronia envolvem os pronomes *onde*, *quem* e *cujo*. Das cinco cortadoras, quatro envolvem o pronome *que*, e uma envolve o pronome *o qual*.

5.3.5.1 Conclusões parciais

Chegamos assim a um padrão do comportamento das estratégias padrão e cortadora na sincronia: de forma geral, as relativas cortadoras são restritivas e ocorrem com o pronome *que*, enquanto as relativas padrão ocorrem com os outros pronomes – *onde*, *o qual* e, mais raramente, *cujo* e *quem*, este último sempre com *pied-piping* de alguma preposição. Há predominância de relativas estruturais, e, em segundo lugar, da relativização da função adverbial, seja na estratégia padrão com o pronome *onde*, seja na estratégia cortadora com o pronome *que* e apagamento da preposição *em*.

5.3.6 Um olhar sobre as resumptivas

Optamos por analisar separadamente as orações relativas resumptivas por dois motivos. O primeiro é seu caráter marginal na base de dados: dos 1991 dados, apenas 20 (1%) são de relativas resumptivas, e essa proporção se mantém próxima a esse valor ao

longo de todos os períodos, assim como também não varia significativamente em relação aos tipos semânticos. Sua análise conjunta às outras estratégias diluiria as características que podem ser observadas na pesquisa.

Em segundo lugar, conforme mencionado anteriormente, e mais importante, ao contrário das cortadoras, as resumptivas, além de contrastar com as relativas padrão, como (173), também contrastam com as orações relativas estruturais, porque há resumptivas de sujeito e objeto, como (174), em que, não sendo funções preposicionadas, não há como haver *pied piping* nem apagamento de preposição, conforme ilustramos nos dados a seguir:

(173) “pois íamos a lugares __ **que** realmente não existia turistas que ousassem ir lá.” (Histling, *Fundo Documental FB*, Carta 42-FB-09-10-1973)

(174) “(...) ao discurso do Dr. Marques, **que** não o ouvi.” (CE-DHOS, *Cartas para vários destinatários*, Carta 67-1JMMB-12-05-1866.)

A base de dados apresenta 6 resumptivas do tipo (173), com corte de preposição, e 14 resumptivas do tipo (174), com envolvimento de funções de caso estrutural ou o pronome *onde*. Dos seis casos com corte de preposição, temos 2 com envolvimento da preposição *em*, dois com a preposição *de* e dois com a preposição *a*.

Em Almeida (2011) e Almeida e Salles (2021), demonstramos a possibilidade de uso de expressões lexicais, em vez de pronomes, na posição relativizada. Nossa base de dados apresentou 4 realizações desse tipo, todas da sincronia.

(175) “A gente agora tem uma universidade pública distrital, assim como várias universidades estaduais no Brasil, e **que** eu não tenho dúvida que a **universidade** vai crescer, a **universidade** vai florescer.” (CLDF, O-031825)

(176) “um trabalho de excelência e **que** me sinto muito mais responsável para dar continuidade **a esse trabalho**” (CLDF, O-031825)

(177) “para mostrar a verdade **que** a esquerda insiste querer ser dona **dessa verdade**”. (CLDF, O-031925)

(178) “fazendo um discurso **que** ele mesmo fez o **discurso**”, (CLDF, O-032525)

Sobre as funções relativizadas em estratégia resumptiva, apresentamos o Gráfico 17 a seguir, em que se constata que a estratégia resumptiva pode ser utilizada em uma grande variedade de funções, e sua distribuição parece ser proporcional à presença destas na base de dados.

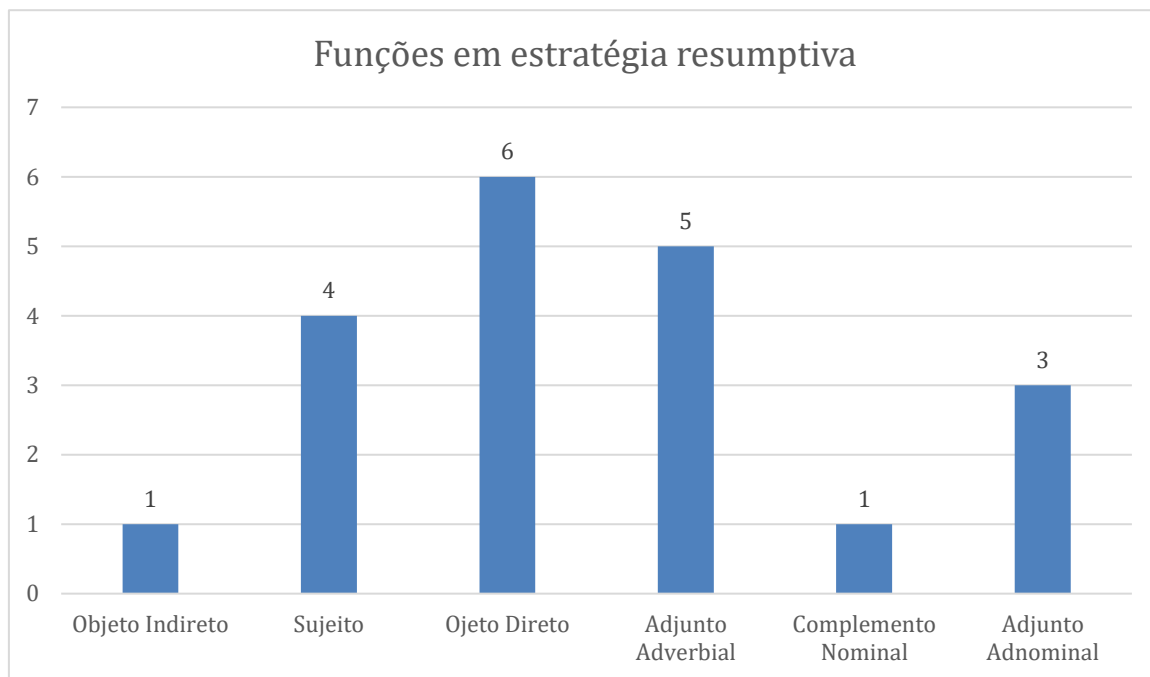


Gráfico 17. Funções em estratégia resumptiva

Conclui-se que temos mais resumptivas de sujeito, objeto direto e adjunto adverbial, o que se relaciona ao fato de serem essas as funções mais frequentemente relativizadas na nossa base de dados em relação às funções de objeto indireto, complemento nominal e predicativo – esta última completamente ausente.

No que diz respeito à função de adjunto adnominal, é necessário um olhar mais detalhado sobre a proporção de realização da resumptiva. De fato, ao observar todas as tabelas, verifica-se que é somente nesta função que a estratégia resumptiva ultrapassa os 3% de realização. Na Tabela 7, a estratégia resumptiva figura como responsável por 6,5% das relativizações de adjuntos adnominais em toda a base de dados. Considerando apenas a

sincronia, essa função é realizada em estratégia resumptiva em surpreendentes 40% dos casos: das cinco relativizações de adjunto adnominal da sincronia, uma é padrão com pronome *cujo* (179), duas são cortadoras, (180) e (181), e duas são resumptivas, (182) e (183). Transcrevemos os casos a seguir:

- (179) “(...) Então agora os golpistas são os que eles chamam de extrema direita, **cujo** líder é o B.” (CLDF, O-032625 15h40 - 11.txt)
- (180) “(...) de contas ____ **que** ainda não foram resolvidos os questionamentos” (CLDF, O-031325)
- (181) “(...) e a Procuradoria da Juventude, da Câmara Legislativa do Distrito Federal, ____ **que** eu sou procurador”. (CLDF, O-032525)
- (182) “(...) para mostrar a verdade **que** a esquerda insiste querer ser dona **dessa verdade.**” (O-031925)
- (183) “(...) esse trabalho voluntário que as protetoras de animais fazem, **que** inclusive eu queria aproveitar que eu estou na tribuna para homenagear e ressaltar a importância **do trabalho delas**” (CLDF, O-032525)

Apesar da exiguidade dos dados, por ser um contexto sintático tão específico e raro, a saber, a relativização de adjuntos adnominais em estratégia resumptiva, consideramos relevante a preferência daquela função por esta estratégia, principalmente na sincronia, o que pode estar relacionado ao desuso do pronome *cujo* – que realiza a mesma função na estratégia padrão – observado no Gráfico 11.

Das 20 relativas resumptivas, 18 são realizadas pelo pronome *que* (184), apenas uma com o pronome *onde* (185), e mais uma com o pronome *o qual* (186), o que ilustramos a seguir:

- (184) “todavia é uma sociedade saudável e **que** tenho que aceitá-la;” (Histling, Fundo Documental FB, carta 20-FB-16-09-1971)
- (185) “Resolveu ir a Salvador **onde lá** deixou uma petição” (CE-DOHS, *Fundo Documental Dantas Jr.*, Carta 191-MPA-28-09-1959)
- (186) “o que com efeito fes trazendo uns restos de fazenda que tinha, cujos restos mevendeo a sincoenta por cento para sepagar emdividas por minha Conta erisco,

as quais fazendas. emportarão em oito centos e quarenta mil e tantos reis.” (PHPB, CARparticular XIX 1 MG)⁴⁵

Em (185) é interessante observar também a possibilidade de a posição relativizada ser ocupada pelo advérbio *lá*. Esse elemento difere do que é reconhecido na literatura (Kenedy, 20233) como o pronome pessoal com traços *phi* ocupante da posição resumptiva, por apresentar traço dêitico e ser um advérbio.

5.3.6.1 Conclusões parciais

Portanto, quando se trata de resumptivas, podemos verificar como características: (i) preferência pelo pronome *que* (com apenas uma ocorrência dos pronomes *onde* e *o qual*) (ii) distribuição entre as funções sintáticas relativizadas, semelhante à do *corpus*, inclusive em relação à predominância de relativas estruturais, mas com algum privilégio da função de adjunto adnominal; (iii) possibilidade de uso de expressões lexicais e advérbios dêiticos na posição relativizada (o que exclui a possibilidade de uma análise baseada no apagamento/na pronúncia de traços *phi*).

5.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Retomamos a essa altura os fatos observados na seção 5.3 e os discutimos à luz das teorias disponíveis dentro do quadro explanado no capítulo 2. Trata-se de comentários qualitativos acerca dos resultados, ainda sem entrar no detalhamento formal da proposta que será feita no próximo capítulo.

⁴⁵ Cf. nota 44.

Sobre o predomínio de sentenças relativas estruturais na sincronia, acreditamos que esteja relacionado a fatores independentes da língua. Verifica-se, por exemplo, (Scher 1997; Salles 1997; Salles; Torres Morais 2020) a flutuação das características seletivas de verbos como “agradecer”, “avisar”, “comunicar”, em que, na atualidade, o argumento alvo/meta não é realizado ou é realizado sem preposição, seguido ou não do argumento tema realizado como acusativo, o que corresponde a uma estrutura de objeto duplo. Os dados a seguir exemplificam o fenômeno: o dado (187) pertence ao período 3, e o dado (188) pertence à sincronia:

- (187) “Agradeço-lhe **a faculdade** que me dá” (CE-DOHS, *Cartas para vários destinatários*, Carta 72-FAS-14-12-1928.)
 (188) “Convido a todos, agora, para em posição de respeito, acompanharmos a execução do hino nacional, que será apresentada pelo nosso músico, Silvio César, **que eu agradeço**” (CLDF, O020525.)

Ainda com o verbo agradecer, encontramos outros exemplos na nossa base de dados, porém fora do contexto da relativização, para explicar o fenômeno.

- (189) Venho **agradecer-lhe a delicada remessa** de sua excelente conferencia sobre o Barão de Geremoabo, durante cuja leitura respirei, com prazer e proveito, a sadia atmosfera de um passado. (CE-DOHS, *Fundo Documental Dantas Jr.* Carta 05-AMPJ-28-03-1939)
 (190) Agradeçamos **a Deus os benefícios** que nos concedeu, (CE-DOHS, *Fundo Documental Dantas Jr.* Carta 117-JCPDJ-31-12-1937)
 (191) “Então, eu quero **agradecer a solenidade** que nós tivemos” (CLDF, O-031825)

O uso ampliado de relativas de caso estrutural na sincronia também pode refletir a redução no uso da marcação diferencial do objeto, o chamado objeto direto preposicionado na gramática tradicional: um acusativo que recebe preposição, associada ao traço de animacidade, ou por questões de clareza, geralmente relacionada a inversões ou a fatores como distância, como demonstrado no estudo pioneiro de Ramos (1992). Das seis

ocorrências de relativização desse tipo na base de dados, quatro estão no período 1. Em (192) está um exemplo desse uso em relativa do século XIX:

- (192) “Nunca falei com Senhor Saldanha Marinho, **a quem** só conheço de vista, e de nome (...)” (CE-DHOS, *Cartas de vários destinatários*, Carta pessoal 24-BM-28-03-1860)

Sobre a presença de relativas cortadoras adverbiais já nos primeiros períodos da coleta, essa verificação corrobora nossa hipótese de que o português clássico, que foi a gramática que serviu de base para o português brasileiro, já apresentava relativas resumptivas e relativas cortadoras principalmente em função adverbial. A hipótese está baseada na pesquisa de Andrade (2025). A título de ilustração, apresentamos os exemplos (193) a (196), que não fazem parte da nossa base de dados, mas estão disponíveis no Corpus Eletrônico Tycho Brahe⁴⁶:

- (193) “(...)e, se o mundo a vê para si, alegre e espalhada, bem sabe que pouco é necessário para conquistá-la, porque está como fruta sem folhas, [**que** qualquer temporal **a** derriba e seca]. (B_003,146.2020)
- (194) “Daqui desta paragem nos fomos demandar a barra de Pão, onde chegamos quase à meia noite [**que** surgimos na boca da barra] defronte de uma povoação pequena que se dizia Campalarau”, (P_001_PSD,94.694)
- (195) “eles quando nos viram, pararam um pouco, com os olhos postos em nós, como espantados de nos verem da maneira [**que** estávamos em joelhos, e com as mãos levantadas], como quem fazia oração” (P_001_PSD,102.779)

No que diz respeito às preposições, a leve preferência das relativas cortadoras por preposições funcionais que se combinam com os determinantes que as seguem, observada nos resultados, dialoga com as observações de Kato (2008), segundo as quais as preposições que atribuem caso inerente são mais propensas ao corte. Conforme mencionado

⁴⁶ O *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe* é um corpus eletrônico anotado, composto de textos em português escritos por autores nascidos entre 1380 e 1978.

anteriormente, tais preposições ocorrem em estrutura de complementação, e se articulam com um núcleo lexical como a preposição *de* em *Construção da cidade*.

Esse tipo de preposição se opõe às preposições lexicais, que introduzem na oração elementos não selecionados por outros predicadores. No entanto, a abundância de relativas cortadoras adverbiais encontradas no nosso *corpus* vai de encontro a essas observações, uma vez que as preposições cortadas nesse contexto não são selecionadas pelo verbo, mas introduzem circunstâncias relacionadas a tempo e espaço (portanto, não argumentais). É o caso de (196).

- (196) "Essa casa só pode estabelecer um calendário de debate sobre o PDOT no dia ____**que** ele for protocolado." (CLDF, O020525)

Portanto, consideramos que o favorecimento da estratégia cortadora pelas preposições *em*, *de*, *por*, *per* e *para* esteja relacionado mais a sua capacidade de contração com o determinante que as segue do que a suas características de atribuição de caso inerente. Voltaremos a esta questão.

Em relação às resumptivas, observamos, nos nossos dados um comportamento diferente do que apresenta Kenedy (2023 [2003]), que descreve o pronome resumptivo como a realização fonética dos traços *phi* do NP alçado na relativização sem sua preposição regente, quando presente, como estratégia para evitar o *pied-piping*.

Entretanto, o que observamos na nossa base de dados é que a posição relativizada pode ser ocupada não apenas por categorias portadoras apenas de traços *phi*, mas também expressões referenciais e advérbios, em que se constata a presença de traços dêiticos, uma questão discutida em Almeida e Salles (2021).

Consideramos que não é possível avaliar a estratégia resumptiva como alternativa do falante para evitar o *pied-piping*, uma vez que o corte da preposição é minoritário nessa

estratégia, já que a maioria dos casos de resumptivas ocorre na relativização de funções de caso estrutural, um resultado desejável se considerarmos que a análise baseada na alternativa ao *pied-piping* sugere um tipo de ‘*look ahead*’, que o sistema computacional não poderia ativar. Conforme mencionado anteriormente, a ocorrência da estratégia resumptiva se mantém estável, em frequência sempre baixa, nos períodos investigados, o que sugere que sua manifestação é independente do fator citado.

A discussão sobre os resultados observados em relação aos tipos semânticos e aos pronomes entra em consonância com as observações de Rinke e Aßmann (2017). Em análise da relativização do Português Europeu (PE), as autoras alinham, de um lado, as relativas apositivas e as relativas restritivas com pronomes preposicionados (aqui chamadas de “padrão”), e, de outro, as relativas restritivas de sujeito e objeto.

Como argumento para a esse alinhamento, as autoras apresentam o contraste de gramaticalidade com a substituição do *que* por *o qual* nos dois grupos: restritivas preposicionadas em (197), (198) e (199) com apositivas em (200) e (201); restritivas não preposicionadas em (202) e (203). Para as autoras, o único pronome possível em relativas restritivas de sujeito e objeto no PE é o *que*:

- (197) O cão ao qual fizeste festas fugiu.
- (198) O país no qual eu vivi mais tempo foi o Japão.
- (199) A Ana, a qual está sempre a chatear-me, não me escreve.
- (200) Eu tenho o meu neto, um futuro advogado, o qual está na universidade.
- (201) A pessoa com quem / com que o professor conversou.
- (202) *Havia uma azenha a qual tinha duas rodas.
- (203) *A comida a qual se fazia antigamente,⁴⁷

(Rinke e Aßmann, 2017, p. 2)

⁴⁷ Em PB, (202) e (203) parecem ressoar um viés de hipercorreção.

Ainda que a análise das autoras para o fenômeno da relativização em PE não seja adotada neste trabalho⁴⁸, esse alinhamento reflete os nossos resultados quando adicionamos as relativas cortadoras ao grupo das relativas de sujeito e objeto direto, já que também não admitem outros pronomes além do *que*. Esse alinhamento será explorado no próximo capítulo.

A análise quantitativa e qualitativa dos dados nos permite afirmar que houve mudança linguística nas relativas do português do Brasil nos casos em que uma função possivelmente preposicionada é relativizada. Partimos do uso generalizado da estratégia padrão com uma grande variedade de pronomes nos períodos diacrônicos em direção ao uso preponderante da estratégia cortadora com pronome *que*. O *locus* dessa mudança também fica evidente: trata-se das relativas restritivas com pronome *que*, com envolvimento generalizado das mais variadas preposições e funções sintáticas. Passamos a discutir as implicações teóricas dessas conclusões no próximo capítulo.

⁴⁸ Em sua análise, as autoras argumentam que o *que*, em cada caso, representa não um pronome nem um complementador, mas um tipo específico de determinante.

6 UMA HISTÓRIA DAS RELATIVAS DO PB

Este capítulo é fruto da reflexão teórica sobre os fatos observados no capítulo anterior e busca interpretá-los à luz dos pressupostos lançados nos capítulos 1 e 2. Trata-se de contar uma história, com base em dados da atualidade e uma perspectiva teórica formal sobre a mudança.

6.1 O PORTUGUÊS CLÁSSICO E AS RELATIVAS NÃO PADRÃO

Sabemos que a língua portuguesa chegou ao Brasil em 1500, em plena transição do português arcaico para o português clássico (cf. Galves, 2007). Considerando que levas de portugueses continuaram a desembarcar no país nos séculos seguintes, a base para a formação do português brasileiro foi o português clássico (Lucchesi, 2017; Mattos e Silva, 2004).

No que diz respeito às orações relativas, podemos atestar que, já nesse período, havia cortadoras e resumptivas, além das relativas padrão, principalmente relativas cortadoras adverbiais. Andrade (2025) traz dados do *Tycho Brahe* que atestam essa afirmação, os quais foram apresentados no capítulo anterior e repetimos aqui:

- (204) “Porque, emfim, não posso negar que sou um daqueles, [**que**, quando o demo **os** toma uma vez, sempre lhes fica um jeito]”. (M_003,31.286)
- (205) “(...)e, se o mundo a vê para si, alegre e espalhada, bem sabe que pouco é necessário para conquistá-la, porque está como fruta sem folhas, [**que** qualquer temporal **a** derriba e seca]. (B_003,146.2020)
- (206) “Daqui desta paragem nos fomos demandar a barra de Pão, onde chegamos quase à meia noite [**que** surgimos na boca da barra] defronte de uma povoação pequena que se dizia Campalarau”, (P_001_PSD,94.694)
- (207) “eles quando nos viram, pararam um pouco, com os olhos postos em nós, como espantados de nos verem da maneira [**que** estávamos em joelhos, e com as mãos levantadas], como quem fazia oração” (P_001_PSD,102.779)

O autor argumenta que as relativas não padrão do Português Clássico (PCl) tinham uma distribuição diferente da que têm hoje, tanto no PB quanto no PE, praticamente restrita a funções adverbiais. Como o PCl é a base de formação do PB e do PE, é possível afirmar que essas características se desenvolveram de forma diferente nas duas línguas.⁴⁹.

A hipótese que será explorada neste trabalho considera que o NP nu adverbial é a posição sintática a partir da qual se dá o movimento, portanto, sem necessidade de pressupor a presença da preposição (ou de algum tipo de *matching*).

6.2 O PORTUGUÊS NO BRASIL E AS RELATIVAS ADVERBIAIS

Como propõem Almeida e Salles (2023), a relativização a partir do NP nu adverbial constitui uma das estruturas que participa da formação do *input* que levou ao aumento da estratégia cortadora na gramática da nova geração. A ideia é que um advérbio nu (nos termos de Larson, 1985) possa constituir uma posição sintática com atribuição diferenciada de caso oblíquo – isto é, sem preposição – que funciona como origem para o alçamento de um constituinte pivô (nos termos de Vries, 2002, conforme explicitado no capítulo 3).

Por hipótese, esse tipo de estrutura está disponível para as línguas em geral (portanto, é dada na GU). Nossa base apresenta esse tipo de dado em todos os períodos, desde o primeiro em (208):

⁴⁹ A hipótese adotada pelo autor, no entanto, é a de apagamento da preposição de dentro da relativa por similaridade com a preposição presente no constituinte externo. Essa análise é baseada no modelo *matching*, em que o material interno à relativa é apagado por identidade ao material externo, e entre eles há uma relação de correferência. A esse respeito, cf. Seção 2.1 deste trabalho.

- (208) “(...) e ser paga des **do dia que Bachou o decreto** que foi a 16 de Janeiro de 1821 que já fes treze mezes” (PHPB, 15 CARparticular XIX 1 pág Rio, 1822)
- (209) “enquanto acasa **que voce mora** amiassa próxima ruinha” (PHPB, CARparticular XIX 2 MG, 1855)
- (210) Foi o melhor tempo da minha vida os 35 **anos que estive** casada. (Histling, *Fundo Documental FB*, Carta 08-FB-16-09-1964)
- (211) “No **momento que eu** caí no chão, é que eu percebi o golpe com a barra de ferro na cabeça.” (CLDF, O-031325)

Larson (1985) propõe uma classe de nomes que carregam um traço adverbial – locativo [+Loc], temporal [+Temp], direcional [+Dir], ou modal/de maneira [+Man], de acordo com a semântica correspondente. Esse traço atribui caso oblíquo ao nome e permite o apagamento do núcleo preposicional em um PP do qual o nome é complemento de uma preposição que possui o mesmo traço. Segundo o autor, é essa atribuição diferenciada de Caso que torna aceitáveis relativas adverbiais em inglês sem pronome *wh* nem preposição, seja em *preposition stranding*, seja em *pied-piping*:

- (212) The month/day/year/*vacation/*occasion (that) you traveled to France *e*.

(Larson, 1985, p. 616)

A estrutura proposta pelo autor para as relativas adverbiais adota Chomsky (1982) e envolve o movimento de uma variável (um sintagma *wh* ou um operador nulo, no caso das relativas *that*) da posição relativizada para o núcleo COMP:

- (213) the week [_S [_{Comp} when_i John was in Paris *e_i*]
 (214) the week [_S [_{Comp} Op_i (that) John was in Paris *e_i*]

(Larson, 1985, p. 617)

Voltaremos à discussão da estrutura das relativas adverbiais na seções seguintes, considerando a abordagem do alçamento de Kayne (1994) e o modelo da GU, conforme

formulado no âmbito do programa minimalista (cf. Chomsky 1995). Em particular, assumimos que o Caso é um traço não interpretável no nome, sendo este eliminado no contexto da operação Agree, definida, por sua vez, como uma operação de eliminação dos traços *phi* não interpretáveis em um dado domínio sintático (a saber TP e vP), pelos traços *phi* interpretáveis do nome.

6.3 A SITUAÇÃO DE CONTATO LINGUÍSTICO E AS RELATIVAS DE TÓPICO-SUJEITO E DE TÓPICO

Uma vez em solo brasileiro, a língua portuguesa entrou em contato com línguas americanas e africanas. Avelar (2019) lembra que africanos e afrodescendentes permaneceram como maioria da população do século XVII até o século XIX, no mínimo. Além disso, aponta características sintáticas presentes atualmente no PB e ausentes do PE e das outras línguas românicas, relacionando-as a estruturas encontradas tanto em variedades africanas do português quanto nas línguas faladas pela maioria dos africanos trazidos como escravos para o Brasil – como o quimbundo.

Neste ponto, interessam ao nosso estudo aquelas construções que podem constituir posições sintáticas nas quais o uso da preposição associada ao licenciamento de Caso é dispensado. Tais posições podem servir como origem para o alçamento de um constituinte relativizado, gerando, na superfície, uma oração relativa cortadora.

Dentre as mudanças sofridas pelo PB no século XIX, apontadas na Seção 2.5 deste trabalho, destacamos o surgimento de estruturas com a presença de locativos e possuidores

em posição de sujeito com estabelecimento de concordância, representada por (215), da nossa base de dados⁵⁰:

(215) A escola já funcionava o Na Moral. (CLDF, O-031825)

O exemplo constitui o que se tem chamado na literatura de construção de tópico-sujeito. Existe grande debate em relação à posição sintática do sintagma locativo e possuidor nesse tipo de construção. Neste estudo, assumimos a análise de Andrade e Galves (2014), em que a posição ocupada pelo locativo e pelo possuidor é de fato a posição de sujeito, capaz de controlar a concordância no verbo apesar de não ser seu argumento. Trata-se de uma posição sintática onde o traço de Caso é eliminado estruturalmente no domínio da projeção estendida do verbo, no caso o TP, o que exclui a necessidade de preposição nesse contexto sintático.⁵¹

Passamos a considerar, a partir de Almeida e Salles (2023), que a posição de sujeito na construção de tópico-sujeito pode constituir o local de origem da relativização, gerando orações relativas cortadoras. No entanto, nossa base de dados não apresentou nenhuma ocorrência desse tipo. O exemplo que trazemos em (216) foi coletado no âmbito de Almeida e Salles (2023):

⁵⁰ Apesar de nossa pesquisa não apresentar locativos em posição de sujeito na diacronia, Avelar (2019) afirma ter encontrado dados desse tipo em anúncios de jornais do século XIX e traz um destaque que parece descrever o que pode acontecer no PB em exemplos como (215) e (216): “quando, por inversão o locativo acontece preceder o verbo, este concorda com ele, tomando-o como prefixo. Na inversão, o sujeito logico perde toda influencia do verbo, de modo que não importa a qual cl[asse] sing[ular] ou pl[ural] o sujeito pertença, comtanto que seja de 3ª pessoa”. (CHATELAIN, H. *Grammatica elementar do kimbundo ou língua de Angola*. Apud Avelar (2019:68)

⁵¹ A análise de Andrade e Galves (2014) se apoia em vários argumentos, para além da questão da concordância, para postular a realização do locativo na posição de sujeito. Pilati et al. (2017) também assumem essa posição para as construções de tópico-sujeito, baseando-se na concordância, aliada à hipótese de que a flexão de 3ª pessoa do verbo, no PB, perde o traço [+referencial], licenciador do sujeito nulo – diferentemente, em línguas de sujeito nulo, o morfema é dotado desse traço, o que explica a possibilidade de referir independentemente, e de realizar a posição de sujeito nula, na 3ª pessoa.

- (216) “Dispõe sobre a tramitação prioritária dos processos administrativos *que figurem* como parte ou interessada a vítima de violência doméstica.” (CLDF, Projeto de Lei nº 1.360/20. Grifo nosso)

A flexão verbal plural no verbo *figurar* revela que o sintagma relativizado *processos administrativos* foi alçado a partir da posição de sujeito. Como esse constituinte apresenta o papel semântico locativo, atípico dessa função, podemos chamá-lo de tópico-sujeito. A relativização a partir dessa posição gera uma relativa cortadora, porque a posição de extração do núcleo dispensa a preposição que seria necessária para a atribuição do caso oblíquo do adjunto adverbial: *a vítima figura no processo*.

Outro exemplo aparece em Almeida (2011), em que a análise da estrutura correspondente é baseada na teoria de alçamento de Kayne (1994)::

- (217) “E a pessoa com deficiência, ela é definida em lei, porque senão qualquer pessoa ($\emptyset$) que faltasse uma orelha iria dizer que é deficiente.”
 (218) “qualquer [CP [DP [NP pessoa]_i] [DP que t_i]]_k [CP C [IP t_k faltasse uma orelha]]]

(Almeida 2011, p. 77-78)

Dessa forma, não foi possível confirmar pela pesquisa diacrônica a hipótese aventada em Almeida e Salles (2023) e neste trabalho de que a presença de relativas de tópico-sujeito nos dados linguísticos primários teria provocado a reanálise da oração relativa no PB. No entanto, podemos considerar que a estrutura por si só é bastante restrita e específica, e sua ausência na amostra não significa que não estivesse presente nos dados do *input* daquela geração.

Outra característica que o PB adquiriu foi, segundo Pontes (1987), a proeminência de tópico e de sujeito, com uma presença de sentenças com tópico marcado, em que o tópico da sentença não é representado pela função de sujeito, na língua oral. Esse tipo de sentença é exemplificado em (219) e (220):

- (219) Essa coisa de vaga fácil, eu sou radicalmente contrário.
 (220) Essa emenda, vou ser signatária também.

(Almeida, 2011, p. 15)

Segundo Kato (1993), a mudança ocorrida no português brasileiro em direção à proeminência de tópico e de sujeito autoriza a realização do tópico, uma posição sintática não argumental, dentro das orações subordinadas, inclusive a relativa, como resultado de uma construção (discursivamente) marcada, em que o constituinte sofre deslocamento à esquerda (abreviada como LD – *left dislocation*) que expressa uma relação do tipo *sobre* (*aboutness*). Por hipótese, o elemento nessa posição é portador de um Caso *default*⁵². A autora argumenta, de forma pioneira, que a posição de LD constitui o local de origem da relativização das estratégias resumptivas e cortadoras, por se tratar de uma posição onde o uso da preposição é opcional.⁵³

Diferentemente da autora, consideramos que a relativização a partir de posição de tópico não se aplica uniformemente a todas as funções sintáticas nas relativas da sincronia, mas essa estrutura pode ter servido para ampliar o uso de relativas cortadoras no *input*, juntamente com as relativas de advérbio *nu* e as relativas de tópico-sujeito, tornando-o capaz de provocar na geração seguinte a ampliação de relativas cortadoras na gramática do PB. Voltaremos a esta questão na Seção 6.5.

Considerando-se a questão do contato na história das relativas do PB, de grande valia para a investigação têm sido as entrevistas realizados com membros de comunidades quilombolas rurais, cujo isolamento – entende-se – preservou a gramática do português falado por descendentes de escravos que aprenderam a língua portuguesa no contexto

⁵² Para uma referência mais recente, a mesma nomenclatura é utilizada em Kato e Nunes (2014, p. 580)

⁵³ A hipótese do PB como língua de tópico é discutida em Negrão e Viotti (2000), em bases formais distintas, em que questionam abordagens prévias baseadas na redução do paradigma verbal, propondo que a sintaxe inovadora do PB se deve ao seu enquadramento no tipo paramétrico de língua de tópico.

multilíngue colonial, em que o acesso à educação formal era inexistente, com o favorecimento de efeitos de substrato.

A respeito das relativas, Ribeiro (2009), colhe dados de falantes das comunidades de Cinzento, Helvécia, Rio de Contas e Sapé, todas no estado da Bahia, e não encontra relativas de *pied-piping*. A autora conclui que os falantes dessas populações reanalisaram o pronome relativo *que* como um complementador introdutor de qualquer oração subordinada. Assim, torna-se incapaz de ser regido por preposição, tornando a cortadora a principal alternativa no caso da relativização de funções preposicionadas, com raríssimas ocorrências de relativas resumptivas.

A proposta levantada neste trabalho, com base na discussão dos resultados do capítulo anterior, é que essa reanálise acabou ocorrendo também na vertente culta da língua (Lucchesi, 2017). Esse resultado teria surgido a partir da ambiguidade estrutural presente nas relativas cortadoras de advérbio nu, de tópico e de construções de tópico-sujeito.

6.4 O SÉCULO XX E A SINCRONIA

Para Tarallo (1983), conforme relatamos na Seção 4.3.1, a substituição da relativa de *pied-piping* pela relativa cortadora no PB já se inicia na segunda metade do século XIX. Seu *corpus*, composto por peças teatrais, representa um uso oral e popular da língua.

Nossa coleta apresenta um movimento muito parecido, porém retardado, representado por dados da segunda metade do século XX. A diferença pode refletir o recorte escrito e culto da nossa amostra nos períodos diacrônicos, representada por cartas pessoais trocadas entre autoridades políticas e pessoas escolarizadas.

Segundo Roberts (2007, p. 339), a Sociolinguística interage com a Teoria dos Princípios e Parâmetros para explicar como uma mudança linguística chega a se completar.

Após a mudança de uma gramática individual provocada pela reinterpretação da estrutura dos dados linguísticos primários (PLD), há um período de variação, em que uma comunidade linguística apresenta mais de uma gramática. Essa variação pode consistir em variadas formas, como por exemplo: (i) diglossia: duas gramáticas para o mesmo indivíduo; (ii) gramáticas em competição, com uma delas eventualmente suplantando a outra; (iii) opcionalidade formal: gramáticas coexistem por gerações na comunidade. Em todas elas, aspectos sociais podem estar envolvidos na escolha de uma ou outra gramática em determinada situação de uso.

Nesse sentido, podemos considerar que a periodização de Lucchesi (2017) traz subsídios para analisarmos o percurso da oração relativa ao longo do século XX como resultado do nivelamento do Português Brasileiro descrito pelo autor: ao mesmo tempo em que formas muito marcadas pelos efeitos de substrato vão sendo eliminadas a partir do grande fluxo migratório para as cidades, da escolarização massiva e da popularização das mídias digitais, formas europeizantes também vão sendo abandonadas na modalidade mais culta da língua em direção a uma gramática mais brasileira. Parece o caso do uso das orações relativas cortadoras, que passam a ser usadas em contextos formais de oralidade, em detrimento das relativas com *pied-piping*.

No entanto, não se pode afirmar que as relativas de *pied-piping* foram – ou serão – completamente abandonadas pelos falantes de PB. A gramática capaz de gerá-las continua ativa e é acionada por falantes escolarizados especialmente em contextos de escrita formal e nas orações apositivas.

Consideramos portanto, que, ao longo do século XX, as estruturas inovadoras foram se difundindo pelo idioma, nos termos da gradualidade de Roberts (2007), conforme descrevemos na Seção 2.3.2, até chegar no contexto de opcionalidade formal que

encontramos na sincronia. Nesse processo, a relativa cortadora com complementador *que* ampliou seus usos, conforme observamos nos gráficos 8, 10 e 12: de funções adverbiais para todas as funções sintáticas e de preposições funcionais para todas as preposições. Já a relativa resumptiva passou de uma realização apenas por clíticos que expressam apenas traços *phi* para uma realização por pronomes plenos, advérbios e expressões referenciais na posição relativizada.

6.5 A MUDANÇA LINGUÍSTICA

6.5.1 A estrutura das relativas

Nesta seção, discutimos a estrutura das relativas do PB e adotamos a análise de Vries (2002), baseada na tipologia de relativização nas línguas, em que as orações relativas são associadas a dois tipos de elementos relativizadores: um complementador, que realiza a função subordinativa, e um determinante introdutor de uma variável, que se move para o SpecCP, realizando a função atributiva e o licenciamento da lacuna na posição relativizada. No contexto da tipologia linguística, tais categorias podem se realizar foneticamente ou não: podem ser nulos tanto o complementador quanto o determinante relativo introdutor da variável, ou ambos podem estar expressos.

Nossa hipótese é a de que a relativização do português padrão apresenta um complementador nulo e um pronome relativo que introduz uma variável, movendo-se da posição relativizada para o SpecCP da oração subordinada. Como pronome, carrega traços *phi* e o traço de Caso, que é licenciado seja estruturalmente, no caso dos pronomes *que*, *o* *qual* e *quanto*, no domínio do TP ou do vP (caso estrutural), seja com caso inerente, na

estrutura morfossintática do pronome, no caso dos pronomes *cujo(s)/a(s)* e *onde*, ou na presença de uma preposição regente (caso oblíquo), sendo esta última estratégia obrigatória com o pronome *quem*, e também encontrada com os pronomes *que*, *o qual*, *cujo(s)/cua(s)*, *onde*, configurando-se o *pied-piping*.

Em se tratando do pronome *que*, pelo fato de ser homófono em relação ao complementador *que*, e em função da ausência de marcas de gênero e número, a presença da preposição é a única característica a evidenciar seu estatuto pronominal, capaz de introduzir uma variável, e não de complementador relativo, na linearização. De fato, em sua tipologia, que não diferencia o português brasileiro e o português europeu, Vries (2002) classifica o português como uma língua que possui tanto pronomes quanto complementadores relativos, visão que compartilhamos nesta pesquisa.

Essa classificação vai ao encontro de alguns estudos do português europeu mencionados em Brito e Duarte (2003: 662), que consideram o *que* introdutor de orações relativas restritivas não preposicionadas, de sujeito e de objeto, como complementador devido ao seu caráter insensível ao traço [+/-humano], que distingue os pronomes interrogativos *que* e *quem*.

Ainda que se queira manter a classificação do *que* introdutor de relativas estruturais como pronome relativo, há que se convir que o único traço que ele ainda carrega morfológicamente é o de Caso, quando realizado na estratégia padrão, regido por preposição na estrutura da oração subordinada e carregada em *pied-piping* para a cabeça da oração, o que também evidencia o movimento da variável. Isso quer dizer que, na estratégia estrutural, na estratégia resumptiva e na estratégia cortadora, a realização como complementador gerado na posição C, sem movimento a partir da lacuna, é considerada a operação menos onerosa (ou inversamente mais econômica). Nesse caso, é possível assumir que a variável

da relativização seja introduzida pelo DP na posição relativizada nucleado por determinante nulo, definido como o núcleo D relativo.

As duas categorizações do *que* – como introdutor da variável ou como complementador – são possíveis não só nas relativas estruturais, mas também nos contextos descritos neste capítulo, em que a posição sintática relativizada pode ter o Caso atribuído de forma diferenciada, em posição de tópico ou de tópico-sujeito, que prescindem de preposição. Dessa maneira, as possibilidades geradas pela identidade fonética entre o complementador *que* e o pronome relativo *que* trazem uma ambiguidade estrutural inerente entre relativas com pronome relativo expresso e complementador nulo e relativas com pronome relativo nulo e complementador expresso (nos termos de Vries, 2002).

Medeiros Júnior (2020) traz um argumento interessante para atestar a presença de duas posições no CP das relativas do PB: uma para o pronome relativo e outra para complementador. São orações em que os dois elementos são pronunciados, como em (221) e (222).

- (221) As pessoas [CP de quem [C (que) eu gosto nunca vêm para suas festas.
 (222) Isso está ali naquela gaveta [CP onde [C (que) eu guardo os documentos

(Medeiros Junior, 2020, p. 97)

O autor também demonstra que, no caso do pronome *que*, a posição ocupada pela forma foneticamente realizada é a do complementador. Segundo ele, a impossibilidade de uso do *que* pronome relativo com um complementador expresso, situação gramatical possível com outros pronomes relativos, indica que este elemento já ocupa a posição de complementador.⁵⁴

⁵⁴ Seria possível argumentar que a agramaticalidade do duplo *que* seja uma questão de haplogia, uma restrição fonética de uma sequência de dois elementos idênticos. No entanto, apesar do duplo *que* ser vetado em relativas, é possível em interrogativas como em: *O que que você fez?*

(223) *Conhecemos as pessoas que que vocês mencionaram.

(Medeiros Júnior, 2020, p.97)

Para o autor, esses dados indicam que, no português brasileiro, existem dois tipos de relativa: uma comparável às relativas *that* do inglês (com o elemento *que* ocupando o núcleo da projeção funcional CP) e as relativas *wh*, com os pronomes *quem*, *quando*, *o qual* e *onde* ocupando a posição de especificador por movimento *wh*. Essa descrição está disponível em Kayne (1994), com a estrutura dos dois tipos por uma regra de alçamento: do DP encabeçado por um pronome relativo na forma de determinante do NP alçado, nas relativas *wh*; do próprio NP isolado no caso das relativas de complementador (cf. Seção 3.2).

Nossa análise, ao adotar a teoria paramétrica da mudança, tem como um de seus objetivos situar o PB no contexto das línguas em geral, limitando as mudanças às possibilidades da GU e evitando soluções que funcionem apenas para essa língua. Nesse sentido, conforme detalhado na Seção 3.3, adotamos a proposta de Vries (2002), que, em seus objetivos de descrição tipológica, considera vantajoso estabelecer uma estrutura única para os dois tipos de relativa, com abrangência sobre todas as línguas pesquisadas.

Para ele, diferentemente de Kayne (1994), não há uma estrutura para cada tipo de relativa – relativa *that* e relativa *wh*. A estrutura das relativas com pronome e das relativas com complementador é idêntica, diferenciando-se apenas na realização fonética das categorias envolvidas. Para isso, postula um correspondente nulo para o pronome relativo, um Drel semelhante ao operador de Chomsky (1977) capaz de alçar consigo o NP que encabeça por causa de seu traço *wh*. Assim, é possível justificar o movimento do NP, nesse caso acompanhado de um Drel nulo, sem invocar algum outro traço (como o traço [+predicational] de Kenedy (2023 [2003])).

Utilizando-se somente de ferramentas de movimento por checagem de traços, Vries (2002) chega a uma estrutura de alçamento uniforme para todas as relativas restritivas que encontra em sua pesquisa tipológica, atribuindo as variações entre as línguas ao caráter forte ou fraco dos traços, que desencadeiam movimento aberto ou encoberto – respectivamente – para cada língua. Os detalhes da derivação podem ser conferidos na Seção 3.3, mas ficam resumidamente evidenciados na estrutura seguinte: relativa com pronome em (224); relativa com complementador em (225).

(224) Eu temo o [CP [DP-rel homem_h que t_h]_i C [IP t_i carrega uma arma]]]

(225) Eu temo o [CP [DP-rel homem_h D_{rel} t_h]_i que [IP t_i carrega uma arma]]]

Resta abordar o funcionamento da preposição na estrutura da relativização. No caso das relativas adverbiais, Vries (2002) apresenta três possibilidades de estrutura, com exemplos em inglês: (i) com um pronome relativo adverbial especializado (*the time when*); (ii) com preposição e um pronome relativo não adverbial (*the time on which*); (iii) com um complementador e um nome⁵⁵ que determina seu próprio papel (*the time that*). As três realizações de relativas adverbiais também existem no PB e podem ser encontradas na nossa base de dados, respectivamente em (226), (227) e (228), apresentados com as respectivas estruturas:

⁵⁵ A ideia se aproxima bastante do que vimos chamando neste trabalho de advérbio nu, mas o autor não faz referência ao processo de licenciamento do traço de Caso do DP nu, o que discutimos aqui considerando a proposta de Larson (1985)..

- (226) muito lhe agradaria o termo mencionado, pela facilidade de transporte a esta cidade, **onde** lhe reside a família. (CE-DOHS, *Coleção Documental Dantas Jr.* Carta 138-JSL-26-09-1949)
 a esta [CP [DP-rel cidade_h onde t_h]_i C [IP t_i lhe reside a família]]]
- (227) “Hoje recebi o seu bilhete de ontem **em que** me pede resposta.” (PHPB, *CARparticular XIX 2 MG*, 1881)
 Hoje recebi o seu [CP [PP-rel bilhete_h em que t_h]_i C [IP t_i me pede resposta]]]
- (228) “Quando eu soltei o escudo foi o momento **que** eu tomei um chute e fui jogada no chão.” (CLDF, O-031325)
 foi o [CP [DP-rel momento_h Drel t_h]_i que [IP t_i eu tomei um chute]]]

6.5.2 As relativas cortadoras

Assim, a discussão da seção anterior já fornece uma estrutura para as relativas cortadoras adverbiais do PB que vimos chamando de relativas de advérbio nu: são orações introduzidas por um complementador cujo nome relativizado denota tempo/lugar/maneira (*momento* em nosso exemplo).

No que diz respeito às relativas de outras funções preposicionadas, Vries (2002) apresenta apenas duas opções: *pied-piping* e *preposition stranding*. No caso do *pied-piping*, o constituinte PP incorpora o traço +wh do determinante nele encaixado, o que é chamado de percolação de traços, e isso causa o movimento para a cabeça da oração. No caso do *preposition stranding*, essa percolação não acontece. O determinante relativo se move para SpecCP, levando consigo o traço *wh* e deixando a preposição na oração relativa.

Essa proposta dialoga com o núcleo [P+D] proposto em Salles (1997). A percolação é um mecanismo formal capaz de descrever a formação desse núcleo sintático evidenciado morfofonologicamente na contração obrigatória entre preposição e determinante em *nos, nas, dos, das* etc. Para Kenedy (2023 [2003]), essa é a causa do *pied-piping* obrigatório em línguas que não permitem o *preposition stranding*, mas o autor não discute a possibilidade

de apagamento de preposição em relativas em que a categoria introdutora é um complementador do tipo *that*. Portanto, buscamos na literatura uma alternativa para explicar a derivação das relativas de complementador do PB sem preposição.

Para Tarallo (1983), pioneiro na discussão das relativas do PB, o que autoriza o surgimento da relativa cortadora nessa língua é o licenciamento da categoria vazia *pro* em posições de objeto e de oblíquos, o que caracterizaria o PB como uma língua *pro drop*, uma das modificações sofridas pelo PB em sua formação. O autor demonstra, em sua pesquisa com dados dos séculos XVIII e XIX, que:

A regra de apagamento pronominal, até então aplicável principalmente, e de forma variável, a sujeitos, e com menos frequência a objetos diretos, começa a afetar posições sintáticas mais baixas: os sintagmas preposicionais. Nossa principal hipótese foi que a estratégia de apagamento de sintagmas preposicionais surgiu dessa mudança específica no sistema pronominal. Em outras palavras, os resultados apresentados neste capítulo confirmam que a substituição de pronomes clíticos por anáfora zero deu origem a outro tipo de oração relativa, ou seja, uma que se assemelha exatamente a uma oração principal, exceto pelo complementador que a introduz. (Tarallo, 1983, p. 209)

Essa abordagem, anterior ao LCA de Kayne (1994), ao considerar a oração relativa como uma oração subordinada qualquer, iniciada por complementador e com um *pro* na lacuna correferente ao antecedente fixo na matriz, exclui uma análise baseada em alçamento, em que o nome é gerado dentro da oração relativa e se move para completar o determinante da matriz, a qual vimos adotando aqui por suas vantagens apresentadas no capítulo 3.

Kenedy (2023 [2003])) reformula essa hipótese adaptando-a ao LCA de Kayne (1994) e sua teoria sobre as relativas introduzidas por complementador. Apenas o nome relativizado é alçado para SpecCP em relativas desse tipo. Nesse caso, quando o NP movido faz parte de um PP, a preposição pode sofrer três processos: (i) ser pronunciada em *preposition stranding* nas línguas que o permitem; (ii) ser pronunciada juntamente com o pronome resumptivo realizando os traços *phi* do NP movido; (iii) ser apagada juntamente

com a cópia do NP movido quando a língua não permite o *preposition stranding*. As estruturas relevantes estão demonstradas em (229) a (231):

- (229) Padrão: A [_{CP} [_{PP} moça₁ [com quem [t]₁]] [_{C°} [eu falei [t]₁]]].
 (230) Cortadora: A [_{CP} [_{NP} moça₁]] [_{C°} que [eu falei ~~com~~ [ela]₁]]].
 (231) Resumptiva: A [_{CP} [_{NP} moça₁]] [_{C°} que [eu falei com [ela]₁]]].

O autor classifica o PB como uma língua sem *preposition stranding*⁵⁶ e atribui essa característica a formação do núcleo [P+D], proposto em Salles (1997). Esse núcleo gera um compartilhamento de traços entre preposição e determinante que impede que os dois elementos do núcleo sejam separados por movimento. Conforme argumentado em Salles (1997), a formação do núcleo [P+D] é evidenciada no nível morfossintático pelas formações *no (a)(s)*, *pelo (a)(s)*, *de (a)(s)*, obrigatórias em estruturas em que D é complemento de P. Curiosamente, nossa pesquisa demonstrou que estas são exatamente as preposições mais apagadas nas relativas cortadoras do PB.

Para a autora, a formação do núcleo não é restrita às preposições que evidenciam a contração com o artigo. A contração é uma evidência no nível morfofonológico para uma operação generalizada no nível sintático. Essa formação precisa ser confrontada com algumas preposições que começam a aparecer em *preposition stranding*. Consideramos que a inserção da preposição nesses contextos configura operações de último recurso, realizada em nível nanoparamétrico para casos em que a ausência da preposição torna a sentença incapaz de trazer a interpretação pretendida, como podemos observar nos exemplos (232) a (234):

- (232) A briga que não vou falar sobre./A briga que não vou falar.
 (233) O livro que não posso ficar sem./O livro que não posso ficar.

⁵⁶ Agradeço a sugestão do Prof. Dr. Paulo Medeiros Junior (c. p.) acerca da proposta de Teodoro (2024), segundo a qual o PB apresenta um fenômeno distinto do *preposition stranding*: o *preposition orphaning*.

(234) O projeto que eu votei contra./O projeto que eu votei.

Nesse sentido, no que diz respeito às cortadoras, essa proposta traz elementos de análise que são corroborados na nossa pesquisa, como a questão da derivação de relativas de complementador e as preposições que podem ser apagadas. Essas questões serão retomadas adiante, ainda neste capítulo.

Conforme detalhamos no Capítulo 4, uma proposta alternativa para as relativas não padrão do PB é apresentada em Kato e Nunes (2009) e retomada em Kato e Nunes (2014). Para os autores, essa língua não apresenta relativas *that*, apenas relativas *wh*, e o que diferencia as relativas padrão e não padrão é a posição a partir da qual se dá o alçamento do antecedente: posição argumental, dentro do IP, no caso das relativas padrão, e posição não argumental (LD), no caso das relativas não padrão, onde há um Caso *default*, dispensando a preposição. Gostaríamos de avaliar essa proposta a partir de dois aspectos da teoria paramétrica, que vimos adotando neste trabalho: a diferenciação tipológica das línguas e as restrições para a mudança diacrônica.

Em consistência com a teoria paramétrica, consideramos vantajoso propor que o PB seja um sistema linguístico com um funcionamento próximo aos demais. Assim, se as características apresentadas pela relativização no PB podem ser explicadas por mecanismos comuns a outras línguas, essa explicação terá preferência em relação a outra que lhe proponha um mecanismo particular.

A convivência entre relativas *that* e relativas *wh* parece bastante comum nas línguas. Num cálculo rápido sobre os dados tipológicos apresentados no apêndice de Vries (2002), observamos que em torno de 10% (17 de 172) das línguas de sua base de pesquisa são desse tipo, algumas delas aparentadas ao português como francês, catalão, italiano e espanhol.

Em relação às restrições paramétricas relacionadas à teoria da mudança, conforme propõe Roberts (2007; 2019), o falante em fase de aquisição de língua tem uma preferência pela simplicidade diante de um *input* ambíguo, ou seja, que admite duas estruturas (ou mais) e opta pela menos marcada. Não parece ser o caso de uma relativização a partir da posição de tópico em relação a uma relativização com a presença de um complementador. A posição de LD envolve, além do movimento *wh* a partir do tópico, mais uma operação de checagem na correferência entre a posição sintática de dentro do IP e a posição de tópico, além dos traços característicos da posição [+Top] (cf. Andrade, 2017). Um maior sincretismo de traços na mesma posição torna a derivação mais marcada, de acordo com Roberts e Roussou (2003).

Finalmente, como alerta Medeiros Júnior (2017), a posição de tópico possui especificidades informacionais como informação dada no discurso. Dessa forma, caberia indagar: Seria possível atribuir essa característica informacional a todas as funções relativizadas nas relativas cortadoras do PB? Sem essa característica informacional, como justificar a operação de relativização uniforme de todas as funções sintáticas a partir da posição de tópico? Na análise de Kato e Nunes (2009), essa possibilidade pressupõe uma mudança macroparamétrica, que teria levado o PB a se tornar uma língua de tópico. Em nosso estudo, consideramos que a posição de tópico é um dos contextos de relativização possíveis, a que se associa a interpretação marcada de informação dada, sem assumir o pressuposto da mudança macroparamétrica proposta pelos autores.

Diante disso, preferimos propor uma análise em que a estrutura de Vries (2002) possa abrigar também, além dos vários tipos de relativas encontrados em 172 línguas naturais, as relativas cortadoras do PB. Para isso, recorreremos à formação do núcleo [P+D], proposto em Salles (1997), já adotado por Kenedy (2023 [2003]), na análise de orações

relativas no PB.⁵⁷ Nossa proposta é a de que a preposição forme um núcleo complexo com o determinante relativo, por compartilhamento de traços. Esse núcleo é pronunciado e alçado juntamente com o determinante sempre que este for expresso, na forma de um pronome relativo (do tipo *em que, no qual, a quem, onde; de que, do qual, cujo; a que, ao qual*).

Já quando o elemento relativizador expresso é um complementador, diante das duas possibilidades descritas pelo autor para as línguas em geral – *preposition stranding* e *pied-piping* –, a alternativa apresentada pelo PB, de forma produtiva, é aquela em que a posição relativizada é realizada por um determinante nulo, marcado por um traço relativizador, e por uma preposição, a qual também não é pronunciada, por estarem (sintaticamente) amalgamados.

Adotando os pressupostos descritos para a relativa cortadora na seção anterior, com complementador expresso e núcleo P+Drel nulo, temos a ambiguidade estrutural que descrevemos formalizada em (235) a (237):

- (235) Da posição de advérbio nu: os 35 anos que estive casada
 a. os [CP [DPrel [NP 35 anos] Drel que t_{np}] dp-r (C) [IP estive casada t_{dp-r}]]]
 b. os [CP [DP-rel [NP 35 anos] (P+Drel) t_{np}] dp-r [C° que [IP estive casada t_{dp-r}]]]]
- (236) Da posição de tópico-sujeito: os processos que figuram a vítima
 a. os [CP [DP-rel [NP processos] (Drel que) t_{np}] dp-r (C) [IP t_{dp-r} figuram a vítima]]]
 b. os [CP [DP-rel [NP processos] (P+Drel) t_{np}] dp-r [C° que [IP figuram t_{dp-r} a vítima]]]]
- (237) Da posição de tópico: um atentado que tentaram explodir o aeroporto
 a. um [CP [DP-rel [NP atentado] (Drel que) t_{np}] dp-r (C) [LD t_{dp-r} [IP tentaram explodir o aeroporto]]]
 b. um [CP [DP-rel [NP atentado] (P+Drel) t_{np}] dp-r [C° que [IP tentaram explodir o aeroporto t_{dp-r}]]]]

⁵⁷ Na análise de Salles (1997), as formas contraídas da preposição e do artigo, como em *no(s)/na(s), do(s)/da(s)*, refletem o compartilhamento de traços pela operação Agree, evidenciada pela realização do núcleo complexo [P+D], no nível morfofonológico. A referida contração é observada na relativização com as formas ‘d/no(s)/d/na(s) qual/is’. Propomos que as formas *cujo(s)/a(s)*, também evidenciam a operação Agree, no caso pela concordância com o nome possuído na estrutura de relativização.

Em suma, os dados do *input* em (a.), em que ocorre o alçamento do DP ‘que 35 anos’, marcado com o traço *wh*, para specCP, e o subsequente alçamento do NP ‘35 anos’ para o especificador do DP, podem ter sido interpretados pela geração 2 como (b.), em que o C encaixado é realizado pelo complementador ‘que’ expresso, e o DP relativizado, introduzido por [P+Drel] nulo, é alçado para specCP.

Nesse sentido, foram essenciais as orações relativas adverbiais como (235), com NP nu adverbial, já presentes no português clássico. Essas constituem a grandíssima maioria das relativas cortadoras da nossa base de dados. Conforme demonstrado no capítulo anterior, em gráfico e tabela, a oração relativa restritiva com corte da preposição *em* e valor adverbial constitui 60% das relativas cortadoras na sincronia.

6.5.3 A reanálise: gramaticalização

A reanálise⁵⁸ de um pronome relativo como complementador pode ser enquadrada no conceito de gramaticalização definido por Roberts e Roussou (2003, cap. 5). Sabe-se que o complementador *que* das línguas românicas é derivado do pronome relativo *quod* do latim, que sofreu perda de movimento. No modelo adotado pelos autores, trata-se da substituição de uma operação do tipo Move (associada ao licenciamento do pronome relativo) por uma operação Merge (associada ao complementador, inserido diretamente em C), esta última considerada mais simples (ou inversamente, menos onerosa).

⁵⁸ Agradeço o questionamento da Prof.^a Dr.^a Charlotte Galves sobre a descrição do fenômeno como forma de reanálise, uma vez que se trata apenas de uma mudança na lexicalização dos elementos complementador e pronome relativo: o primeiro passa a ser pronunciado, enquanto o segundo passa a ser nulo. Por ora, optamos por manter a terminologia aqui adotada.

Conforme mencionado anteriormente, nesse modelo, Merge é mais econômico do que Move, o que se mostra consistente também com a situação descrita para o PB. Assumindo-se a situação em que o *input* é ambíguo, não estando disponível o gatilho para identificar o tipo de estrutura, o falante é levado a escolher a operação Merge, por ser mais simples.

Para os autores, conforme descrevemos na Seção 2.3, o fenômeno da gramaticalização envolve, de forma geral, movimento diacrônico para cima, ou seja, um núcleo gerado mais abaixo na árvore passa a ser gerado em um nóculo mais acima, na posição de uma categoria mais funcional. Ao se tornar mais funcional, a categoria perde carga semântica e pode sofrer também perda fonética e morfológica pela falta de representação das categorias funcionais nas interfaces Forma Lógica (LF) e Forma Fonética (PF).

Poletto et al. (2018)⁵⁹ resumem a distinção entre complementadores e pronomes relativos presente na literatura em três aspectos: (i) complementadores não têm marcação de Caso, mas pronomes relativos têm; (ii) complementadores não carregam traços de animacidade; pronomes relativos carregam; (iii) complementadores não são combinados com preposições, mas pronomes são. Acrescentamos que os pronomes relativos são variáveis e carregam o traço *+wh*, enquanto complementadores não carregam esse traço.

No caso em tela, já vimos que o pronome *que* perdeu o traço de animacidade, descrito em (ii) como característico de pronomes relativos, pois pode retomar sintaticamente tanto entidades inanimadas, quanto animais e seres humanos sem nenhuma alteração morfológica.

⁵⁹ A definição tradicional é contestada pelas autoras, que não veem razão para sustentá-la, argumentando, com base em dados diacrônicos de diversos dialetos italianos, que, muitas vezes, as características se misturam e nem sempre estão todas presentes no mesmo elemento definido seja como complementador, seja como pronome relativo. Essa argumentação não será adotada neste trabalho, mas constitui uma análise alternativa para os fenômenos aqui analisados.

Também já não manifesta traços de gênero, número e pessoa, mas ainda apresenta morfologicamente os traços *+wh* e o Caso, na presença das preposições que carrega em *pied-piping*.

Ora, nossa pesquisa diacrônica demonstrou a perda drástica da capacidade do *que* relativo de carregar uma preposição (*pied-piping*). Isso é representativo da perda de duas características de pronomes relativos: (i) a marcação de Caso e (iii) a possibilidade de combinação com preposições. Também revela o abandono da última evidência de movimento *wh* do pronome, que é o movimento da preposição que lhe teria sido atribuída no contexto sintático da oração subordinada.

Podemos dizer, portanto, que a nossa pesquisa diacrônica revelou que o *que* das orações relativas cortadoras sofreu a perda das últimas características que o distinguiam de um complementador e o definiam como pronome relativo. Assim, perdeu movimento juntamente com o traço *+wh* e passou então a ocupar uma posição mais alta na árvore da derivação, pela operação Merge: o núcleo C° gerado na base.

6.5.4 As relativas resumptivas

Segundo Vries (2002), a estratégia resumptiva é usada por muitas línguas, como o inglês, apenas como último recurso para salvar uma derivação que, sem a presença do resumptivo, não seria possível. É o caso da agramaticalidade provocada por restrições de ilha⁶⁰ em (238):

- (238) I am looking for those documents **which** I can never remember where I put **them**.

⁶⁰ Ilhas são definidas pela teoria gerativa como contextos sintáticos de onde não se pode extrair um constituinte. No caso do movimento *wh*, o núcleo portador desse traço não pode ultrapassar uma oração dominada por um DP ou outra oração relativa. Para uma descrição detalhada do fenômeno, cf. Roberts (1997, pp.186-192).

“Estou procurando aqueles documentos os quais eu nunca lembro onde os coloquei”

(Vries, 2002, p. 165)

O autor distingue essa estratégia de uma real estratégia resumptiva presente nas línguas como uma das possibilidades de relativização usada regularmente. Para o autor, o português não é uma língua que usa a estratégia resumptiva de forma regular – sem diferenciar o português brasileiro do português europeu.

De fato, nossa base de dados demonstra que o uso dessa estratégia é bastante raro na língua, nunca passando de 2% das orações coletadas em cada período. A partir do segundo período, há dados em que o resumptivo aparece em contexto de restrição de ilha, como (239) a (241):

- (239) “(...) couro de Onça, **que** por acha-lo muito perfeito, e obte-lo com muita dificuldade para vir com a cabeça, todos os dentes, e todas as unhas, emfim completo, e lindo para encher-se, entendi que devia tomar a liberdade de offerece-lo a VossaExcelência .” (CE-DHOS, *Cartas para vários destinatários*, Carta 65-1HAPC-13-10-1866.)
- (240) “pois íamos a lugares **que** realmente não existia turistas que ousassem ir lá.” (Histling, *Fundo Documental FB*, Carta 42-FB-09-10-1973).
- (241) “um trabalho de excelência e que me sinto muito mais responsável para dar continuidade **a esse trabalho**” (CLDF, O-031825)

No entanto, não se pode dizer que se trata, em todos os casos, de uma estratégia de último recurso, usada para resgatar derivações que seriam agramaticais sem o pronome resumptivo. Há também, ao longo de todos os períodos, resumptivos que não estão em contexto de ilha:

- (242) “(...) ao discurso do Dr. Marques, **que** não **o** ouvi.” (CE-DHOS, *Cartas para vários destinatários*, Carta 67-1JMMB-12-05-1866.)
- (243) “(...) uma outra parte da população **que**, devido ao empobrecimento e ao grande lapso temporal da informalidade, **ela** não consegue se aposentar”, (CLDF, O-031925 15h28 – 08.txt)

- (244) Estou a fazer um tratamento de amébas **que** aí ainda não **o** faz e espero que assim porei ordem no meu aparelho digestivo”. (CE-DHOS, *Fundo Documental Dantas Jr.* Carta 06-APF-06-12-1949)

Em Almeida (2011), Almeida e Salles (2021) e Almeida e Salles (2023), deixamos de adotar a proposta de Kenedy (2023 [2003]) para as relativas não padrão com base em dados que não poderiam ser descritos por sua teoria, em que a posição relativizada é realizada pela categoria pronominal com os traços *phi* do NP movido. A questão é que, nesses dados, a posição relativizada é ocupada por elementos que carregam, além dos traços *phi*, outros traços formais. São relativas resumptivas com expressões lexicais ou pronomes e advérbios com traços de dêixis na posição relativizada.

Exemplos desse tipo foram encontrados na base de dados e em trabalhos anteriores, e os repetimos aqui:

- (245) “A gente agora tem uma universidade pública distrital, assim como várias universidades estaduais no Brasil, e **que** eu não tenho dúvida que **a universidade** vai crescer, a universidade vai florescer.” (CLDF, O-031825)
- (246) “um trabalho de excelência e **que** me sinto muito mais responsável para dar continuidade **a esse trabalho**” (CLDF, O-031825)
- (247) “para mostrar a verdade **que** a esquerda insiste querer ser dona **dessa verdade**”. (CLDF, O-031925)
- (248) “fazendo um discurso **que** ele mesmo fez **o discurso**”, (CLDF, O-032525)
- (249) “(...) pois íamos a lugares **que** realmente não existia turistas que ousassem ir **lá**.” (Histling, *Fundo Documental FB*, Carta 42-FB-09-10-1973).
- (250) “Só questiono uma questão técnica, **que** evidentemente eu não vou, **com isso**, colocar nenhum óbice à aprovação do projeto aqui.” (Almeida e Salles, 2021, p. 498)
- (251) “Eu tô numa fase da vida **que** eu não posso morrer **agora**” (Almeida e Salles, 2023)

Também não podemos afirmar, como defende o autor, que as relativas resumptivas do PB sejam uma alternativa ao alto custo derivacional do *pied-piping*, uma vez que a grande maioria das relativas resumptivas da nossa base de dados –14 de um total de 20 – retomam

funções não preposicionadas – sujeito e objeto direto –, ou se utilizam do pronome *onde*. Em ambos os casos, não se aplica o *pied-piping*.

Por isso, consideramos a proposta de Kato (1993), adotada em Lessa-de-Oliveira (2009), como mais apropriada para derivar as resumptivas do PB. De fato, como demonstramos em Almeida (2011), as construções de tópico dão conta das resumptivas encontradas em PB.

Andrade (2020) define dois tipos de tópico que apresentam contextos análogos aos das relativas resumptivas encontradas neste trabalho, conforme atestam os exemplos (252) e (253), adaptados da nossa coleta:

- (252) Tópico Pendente: não apresenta relação sintática com o comentário.
 - a. O trabalho voluntário das protetoras de animais, eu queria ressaltar a importância desse trabalho delas.
 - b. O trabalho voluntário das protetoras de animais **que** eu queria ressaltar a importância **desse trabalho delas**.
- (253) Deslocamento à esquerda: possui um pronome cópia coindexado ao tópico no comentário:
 - a. O tratamento de amebas, aí ainda não **o** faz.
 - b. O tratamento de amebas **que** aí ainda não **o** faz.

Avaliamos que esta proposta não traz uma nova estrutura para a oração relativa, apenas uma nova opção de posição de extração dos constituintes, ativada pelo uso mais frequente da posição de tópico em PB (Pontes, 1987). Em outras palavras, a presença ou ausência de um elemento resumptivo constitui um fator de análise distinto, a par da descrição da estrutura que vimos fazendo.

Dessa maneira, cada resumptiva ainda se enquadra em uma das outras estratégias. Assim temos resumptivas “estruturais”, que retomam posições não preposicionadas, em (254); resumptivas “cortadoras”, que apresentam apagamento da preposição no *que* introdutor, em (255); e, muito raramente, resumptivas “padrão”, com uso de pronome relativo com caso morfológico (256):

- (254) “(...) existe mil outras coisas **que** devemos aprender e adquirir-**las** com fator de experiência” (Histling, *Fundo Documental FB*, Carta 20-FB-16-09-1971)
- (255) “Eu queria tratar muito rápido de um tema que costuma gerar muita polêmica na discussão, mas **que** existem alguns acordos e consensos mínimos **nele**” (CLDF, 0031825)
- (256) “Resolveu ir a Salvador **onde lá** deixou uma petição” (CE-DOHS, *Fundo Documental Dantas Jr.*, Carta 191-MPA-28-09-1959)

Dessa forma, o *que* introdutor de relativas resumptivas em retomada de funções estruturais ou com apagamento de preposição pode ser considerado complementador, ainda que o núcleo seja extraído do tópico.

Dos universais linguísticos confirmados na pesquisa tipológica de Vries (2002: 39), destacamos a verificação de que pronomes relativos e pronomes resumptivos se excluem mutuamente. Na nossa base de dados, das 20 resumptivas, 18 são realizadas com *que*, como (257), apenas uma com o pronome *onde* (258), e mais uma com o pronome *o qual*⁶¹ (259). As realizações com os pronomes *onde* e *o qual* não contrariam o universal porque não envolvem pronomes resumptivos, mas advérbio e expressão lexical, respectivamente. Ilustramos os casos a seguir:

- (257) “todavia é uma sociedade saudável e **que** tenho que aceitá-**la**,” (Histling, *Fundo Documental FB*, carta 20-FB-16-09-1971)
- (258) “Resolveu ir a Salvador **onde lá** deixou uma petição” (CE-DOHS, *Fundo Documental Dantas Jr.*, Carta 191-MPA-28-09-1959)
- (259) “o que com efeito fes trazendo uns restos de fazenda que tinha, cujos restos mevendeo a sincoenta por cento para sepagar emdividas por minha Conta erisco, **as quais fazendas**. emportarão em oito centos e quarenta mil e tantos reis.” (PHPB, CARparticular XIX 1 MG)⁶²

Combinando a relativização a partir do tópico com a estrutura de relativização que vimos adotando, as resumptivas “estruturais” (248) e “cortadoras” (249) do PB seriam derivadas com um complementador *que* expresso e um DP formado por um Drel nulo

⁶¹ Sobre a avaliação desse dado como relativa resumptiva, cf. nota 41.

⁶² Cf. nota 43.

selecionando um N na posição de tópico e sendo alçado para SpecCP da matriz e entrando em relação de complementação com o DP externo:

- (260) uma [CP [DP-rel [NP sociedade saudável] (D_{rel}) t_{np}]_{dp-r} [C° que [LD t_{dp-r} [IP eu tenho que aceitá-la]]]]]
 (261) um [CP [DP-rel [NP tema] (D_{rel}) t_{np}]_{dp-r} [C° que [LD t_{dp-r} [IP existem consensos mínimos nele]]]]]

No que diz respeito às relativas resumptivas com pronome relativo, a diferença entre elas e as relativas padrão se dá pela posição de extração do constituinte relativizado juntamente com o pronome: posição de LD no caso da resumptiva (262) e posição argumental (263) no caso da relativa padrão.

- (262) [CP [DP-rel [NP Salvador] [D_{rel} onde t_{np}]_{dp-r} [(C°) [LD t_{dp-r} [IP lá deixou uma petição]]]]]
 (263) [CP [DP-rel [NP Salvador] [D_{rel} onde t_{np}]_{dp-r} [(C°) [IP deixou uma petição t_{dp-r}]]]]]

Quando olhamos a diacronia das sentenças relativas resumptivas, os dados são exíguos para fazer uma análise quantitativa, mas podemos observar alguns fatos.

Primeiramente, os primeiros três períodos apresentam apenas dados com clíticos resumptivos (264) e pronomes possessivos (265).

- (264) “(...) ao discurso do Dr. Marques, **que** não **o** ouvi.” (CE-DHOS, *Cartas para vários destinatários*, Carta 67-1JMMB-12-05-1866.)
 (265) “á pessoa da minha amizade que me pede **que** muito aprecio o **seu** empenho” (CE-DOHS, *Cartas para vários destinatários*, Carta 73-1JAC-13-02-1861)

A partir do quarto período, acrescentam-se posições relativizadas preenchidas por pronomes pessoais oblíquos tônicos e advérbios dêiticos, como (266) e (267).

- (266) Falta um pouquinho de interesse, ou por minha parte, ou do meu velho amigo, **q** só **a ele** peço, e só **nele** confio. (CE-DOHS, *Fundo Documental Dantas Jr.*, Carta 142-JSL-15-07-1960)

- (267) Ela está pagando no Banco **que** eu mandei voce **lá** dar o seu nome e faser conta conjunta comigo. (Histling, Fundo Documental FB, Carta 76-FB-13-03-1978)

No período cinco, além das resumptivas descritas para períodos anteriores, temos as resumptivas com pronomes sujeito, como (268), e expressões lexicais (269):

- (268) “(...) uma outra parte da população **que**, devido ao empobrecimento e ao grande lapso temporal da informalidade, **ela** não consegue se aposentar”, (CLDF, O-031925 15h28 – 08.txt)
- (269) para mostrar a verdade **que** a esquerda insiste querer ser dona **dessa verdade**”. (CLDF, O-031925 16h36 - 25.txt)

Essa sequência é compatível com a utilização, a partir do período 4, do tópico pendente como posição de origem do alçamento do sintagma relativizado, o que corrobora a hipótese de Lessa-de-Oliveira (2009) de que a mudança das resumptivas no PB consiste na reanálise da relativização a partir de uma posição argumental para uma relativização a partir do tópico na derivação das relativas resumptivas.

Conforme demonstrado, adotar a relativização a partir da posição de tópico no caso das relativas resumptivas do PB apresenta algumas vantagens.

Em primeiro lugar, explica por que o PB se diferencia de outras línguas ao utilizar o resumptivo em contextos não configurados como restrições de ilha, mas também não utilizá-lo como uma estratégia de relativização produtiva: a marginalidade verificada na pesquisa é compatível com a extração a partir de uma posição não argumental, de uso restrito na língua.

A segunda vantagem é a possibilidade de descrever a tipologia das resumptivas como análoga à tipologia dos tópicos. Antes da mudança, havia apenas clíticos em posições resumptivas. Após a mudança temos similaridades entre as estruturas relativas e as construções de tópico, especialmente de tópico pendente.

A terceira é captar o alinhamento da presença do resumptivo com cada uma das estratégias descritas como resultado da adoção das estruturas a estas relacionadas. Dessa forma, a presença do resumptivo se torna uma questão do local de extração do sintagma relativizado: dentro do IP nas relativas sem resumptivo (sejam relativas estruturais ou cortadoras) e posição não argumental com o uso do resumptivo.

Além disso, considerar que o *que* introdutor das orações relativas como complementador também nesse caso específico nos permite manter a causa da mudança na relativização do PB como uma gramaticalização do elemento relativizador de pronome para complementador, mas sem ignorar a importância que a ativação da posição do tópico em PB teve, segundo Lessa-de-Oliveira (2009), no caso específico da mudança das orações resumptivas.

6.6 A SINCRONIA: RELATIVAS RESTRITIVAS ESTRUTURAIS E CORTADORAS *VERSUS* RELATIVAS PADRÃO E RELATIVAS APOSITIVAS

O que observamos na sincronia, em consonância com Medeiros Júnior (2020), é que predominam no PB as relativizações de diversas funções com *que* sem marcação morfológica de caso, sem traço de animacidade e sem acompanhamento de preposição, mesmo quando esta seria exigida pelo contexto sintático da oração subordinada. Essas características permitem-nos definir esse *que* como complementador. É o caso das relativas restritivas estruturais e cortadoras, com ou sem pronome resumptivo.

Do outro lado, de acordo com o alinhamento proposto por Rinke e Aßmann (2017), descrito na Seção 5.4, temos as relativas padrão de funções preposicionadas e as relativas apositivas. Nossa pesquisa evidenciou um contraste entre as estratégias possíveis em orações relativas apositivas e orações relativas restritivas. A proporção entre relativas padrão e

relativas cortadoras é distinta nos dois tipos semânticos, com as estratégias não padrão bastante favorecidas pela semântica restritiva. Ainda que seja possível o uso da relativa cortadora em apositivas, as 5 (cinco) ocorrências desse tipo da base de dados são ainda mais raras que as 7 (sete) ocorrências de relativa padrão. Nas restritivas, as ocorrências cortadoras constituem mais que o dobro das relativas padrão (cf. Gráfico 13).

É interessante notar que, em inglês, relativas apositivas têm uma distribuição distinta das restritivas: não podem ser do tipo zero, isto é, sem complementador nem pronome relativo, tampouco podem ser introduzidas apenas por complementador. Esse tipo semântico exige o uso de um pronome relativo. Os exemplos (270) e (271) contrastam com a realização gramatical de *John, which I saw, is great*.

- (270) a. The man I saw is great.
 (271) b. * John, (that) I saw, is great.

(Vries, 2002, p. 188)

Conforme apontado em De Vries (2002, p. 194), a possibilidade de alçamento de elementos de expressões idiomáticas e o comportamento da anáfora são diferentes nos dois tipos semânticos. Uma relativa restritiva pode alçar o complemento de uma expressão idiomática, mas uma apositiva não pode:

- (272) The horrible face that Harry made at Peter scared him.
 (273) * The horrible face, which Harry made at Peter, scared him.

(Vries. 2002, p. 194)

Da mesma forma, a restritiva pode conter uma anáfora ligada na matriz, enquanto a apositiva não:

- (274) The picture of himself that John likes is on the wall.

(275) * That portrait of himself, which John painted last year, is expensive.

(Vries, 2002, p. 194)

Curiosamente, essas são algumas das evidências apresentadas por Kayne (1994) para considerar a relativização em restritivas como complementação do determinante da matriz. Para este autor, o que diferencia relativas restritivas de apositivas é um movimento remanescente, em LF, do IP da oração relativa inteira para fora do escopo do determinante, o que captaria o contraste observado.

Vries (2002) considera, entre outras questões, que esse movimento é idêntico ao das línguas que se utilizam de relativas pré-nominais, mesmo quando a interpretação não é apositiva. Por isso, faz uma nova proposta. Para o autor, a oração apositiva é um aposto de uma falsa relativa livre com antecedente nulo.

Biancchi (1999) faz uma discussão detalhada das possibilidades de análise estrutural do fenômeno das relativas apositivas. Uma delas, descartada por ela própria, sugere que a apositiva seria uma coordenação. Essa análise pode ter implicações para a nossa pesquisa, no sentido de que uma coordenada não deve ser encaixada na matriz por um complementador, o que reflete os resultados da nossa pesquisa.⁶³

Lessa-de-Oliveira (2008), em análise da aquisição da oração relativa, também atesta que relativas não padrão não podem ser apositivas. Conciliando a proposta de Kayne (1994) para as apositivas com a estrutura de Kato (1993) para as relativas não padrão do PB, propõe que o movimento do IP para o Spec do determinante externo em LF não tira o vestígio do

⁶³ Essa promissora investigação foi sugerida pelo Prof. Dr. Paulo Medeiros Junior (c. p.), a quem agradeço, e pode ser devidamente explorada em pesquisa futura.

sintagma relativizado do escopo do determinante externo porque este vestígio encontra-se se em posição LD, fora do IP.

- (276) aquele é o gabinete de uma pessoa que você não precisa se preocupar com ela/Ø
 (277) *aquele é o gabinete de Joana, que você não precisa se preocupar com ela/Ø
 (278) RESTRITIVA ... [PP de [DP uma [CP [DP pessoa_k [DP que t_k]]_i [CP C° [LD t_i [IP você não precisa se preocupar com ela_i/pro_i]]]]]
 (279) APOSITIVA *... [PP de [DP [IP você não precisa se preocupar com ela_i/pro_i]]_m [DP D° [CP [DP Joana_k [DP que t_k]]_i, [CP C° [LD t_i t_m]]]]]]]

(LESSA-DE-OLIVEIRA, 2008, p. 72)

Uma explicação mais simples para o fenômeno encontra-se em Brito (2003: 672), que considera que a oração relativa apositiva tem de fato uma estrutura de adjunção, diferentemente da estrutura de complementação das relativas restritivas. É possível que um complementador relativo só possa ser concatenado em uma estrutura de complementação. Assim, a apositiva em adjunção só poderia aceitar a relativização feita por pronome, o que captaria o contraste encontrado na pesquisa. As relativas apositivas teriam então como requisito a estrutura de um pronome relativo aberto com movimento wh.

Se isso é verdade também para o PB, o contraste entre as estratégias para cada tipo semântico corrobora nossa hipótese de que o *que* introdutor das relativas não padrão é um complementador. Orações relativas apositivas raramente são cortadoras porque precisam de um pronome relativo para introduzi-las, o que não acontece nas orações relativas cortadoras de acordo com a nossa proposta. A causa exata dessa restrição e as estruturas envolvidas no contraste entre apositivas e restritivas, porém, fica em aberto no âmbito desta pesquisa.

Portanto, além das relativas com complementador – cortadoras e estruturais, com ou sem resumptivo – há também, no PB sincrônico, orações com pronomes relativos portadores de (i) traços de caso morfológico, nos pronomes *onde*, *quem* e *cujo*, e em todos os demais quando regidos de preposição (ii) traço de animacidade, no pronome *quem*, sempre

[+humano]; (iii) traços de gênero e número, no pronome *o qual* e suas variantes (iv) capacidade de carregar preposições em *pied-piping*, no caso de todos eles, inclusive um pronome *que* remanescente, usado nas relativas apositivas e em *pied-piping*, com distribuição similar ao pronome *o qual*, uma entrada lexical diferente do *que* complementador das outras orações relativas; (v) traço *wh* e consequente movimento para o especificador do CP em todos eles, caracterizando o tipo de relativa com movimento do pronome *wh* aparente e complementador nulo.

No primeiro grupo estão as relativas restritivas estruturais e cortadoras, com a possibilidade de inserção de resumptivos a partir da ativação de uma posição de tópico. No segundo grupo, encontram-se as relativas padrão com funções preposicionadas e as relativas apositivas.

6.7 CONCLUSÕES PARCIAIS

Este capítulo teve como objetivo analisar os fatos observados na pesquisa baseada em *corpora* apresentada no capítulo anterior usando como ferramenta a teoria formal da relativização formulada em Vries (2002), bem como a mudança linguística na perspectiva da teoria paramétrica formulada em Roberts (2007, 2019), e sobre as especificidades do PB nesse cenário teórico.

Buscamos localizar os fenômenos, o quanto possível, dentro do que já foi descrito como factível na variação e na mudança das línguas em geral, evitando estabelecer explicações específicas para o PB, em consonância com a perspectiva que adotamos de que as línguas mudam e variam dentro de limites estabelecidos pelos princípios e parâmetros que norteiam a aquisição da linguagem.

Decidimos, por isso, abordar a mudança encontrada na relativização do PB como uma gramaticalização do elemento relativizador, que perdeu o traço formal de Caso, dispensando, portanto, a preposição, uma vez que notamos uma diminuição drástica nas relativas com *que* e *pied-piping* ao longo dos períodos estudados. Esse tipo de gramaticalização é comum nas línguas (ocorreu na própria formação do complementador *que* das línguas românicas a partir do pronome relativo latino *quod*, conforme amplamente discutido na literatura).

Concluimos que o complementador *que* introduz relativas estruturais, cortadoras e resumptivas no PB sincrônico e coexiste com pronomes relativos capazes de ser regidos por preposições e acionados nas apositivas e nas orações que chamamos de relativas padrão, acionadas (supostamente) em situações de alta monitoração linguística.

Nos casos da relativa cortadora, um núcleo [P+Drel] nulo é gerado na posição relativizada e movido para SpecCP enquanto o núcleo C é pronunciado. Nas relativas estruturais, esse núcleo é apenas [Drel]. No caso das resumptivas, esse núcleo é gerado dentro de uma posição de tópico, que permite uma correferência – pronominal ou lexical – na posição sintática relativizada.

Acrescentamos que, de acordo com Ribeiro (2009), Corrêa (1998) e Kenedy (2007), as relativas com *pied-piping* não fazem parte do processo de aquisição da linguagem de crianças brasileiras, mas são aprendidas no processo de escolarização e acionadas em contexto de uso monitorado da linguagem.

O contraste entre apositivas e restritivas pode ser atribuído ao caráter do elemento relativizador. As relativas não padrão apositivas são muito mais raras do que as restritivas no PB porque não podem ser introduzidas por um complementador (uma restrição aparentemente determinada na GU).

Por hipótese, essa mudança observada pode ser discutida como causada no contexto da situação de formação do português brasileiro. Diversas alterações sintáticas, em relação ao PE, foram provocadas pelo intenso contato com línguas nigero-congolesas a partir da aquisição imperfeita da língua portuguesa como L2 por africanos trazidos ao país escravizados durante o período colonial e imperial. Essa língua, repleta de efeitos de substrato, sofreu uma transmissão irregular (cf. Lucchesi; Baxter; Ribeiro, 2009) aos seus descendentes, que constituíram a maioria da população sobretudo no período colonial e foram responsáveis pela disseminação do português pelo território brasileiro quando migravam de uma parte a outra para trabalhar nos diversos ciclos econômicos que o país engendrou.

A relação da mudança nas relativas com o contato com línguas africanas pode ainda ser investigada a partir da pesquisa da relativização nas línguas que serviram de substrato na formação do PB e nas variedades africanas do português, que também podem carregar marcas do mesmo tipo de contato.

Nossa hipótese é que, entre essas alterações, a ativação da posição de tópico, a possibilidade do uso de tópicos-sujeitos e perda da preposição ‘a’ na realização do argumento dativo (particularmente em predicados monotransitivos), ao adicionar ao *input* dados de relativizações com *que* não preposicionado, além das adverbiais já existentes, podem ter constituído o *input* para a reanálise da oração relativa como introduzida pelo complementador *que* (e não mais pelo pronome relativo), ao qual se vincula um determinante relativo nulo. Esse determinante, quando preposicionado, apaga também a preposição ao compartilhar com ela seus traços.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos desta pesquisa consistiram na investigação das estratégias de relativização do Português do Brasil desde sua conformação até a atualidade numa perspectiva que localizasse as características do PB no contexto das línguas em geral fornecido pela teoria paramétrica. Dessa forma, privilegiamos a descrição da mudança como uma alteração nos traços formais que caracterizam as opções expressas na língua dentro das possibilidades disponibilizadas pelos três fatores da formação da linguagem.

Os 1991 dados coletados nos *corpora* representativos, de forma geral, do português brasileiro culto – cartas pessoais dos séculos XIX e XX e de discursos parlamentares de fala espontânea do século XXI – puderam demonstrar a perda da relativização por *pied-piping*, com grande aumento da relativização de funções não preposicionadas e de funções preposicionadas com apagamento de preposição. O trabalho inova ao fazer um recorte culto e contemporâneo do fenômeno, demonstrando o alcance das estruturas.

Constitui contribuição inédita a descrição da mudança em termos da gramaticalização do elemento introdutor da oração relativa a partir da ambiguidade estrutural formalmente definida pela introdução de novas estruturas no *input*, amplamente discutidas na literatura, como a ativação da posição de tópico, de tópico-sujeito, a perda do objeto indireto em monotransitivas, por um lado, e pela relativização de funções adverbiais sem preposição, como no caso do NP adverbial nu, por outro.

O trabalho também inova ao propor uma derivação para as relativas do PB baseada na abrangente tipologia de Vries (2002) para a relativização nas línguas, que pode ser resumida no quadro seguinte:

Tabela 12. Parâmetros da relativização do PB

Wh	C	Resumptivo	Preposition stranding	Pied-piping	Chopping (cortadora)
expresso	Nulo	-	-	Sim	Não
Nulo	Expresso	Clíticos, pronomes, advérbios e NPs.	Último recurso	Não	Sim

Conforme se depreende da Tabela 12, as relativas *pied-piping* e cortadoras, no PB, se distinguem pela lexicalização do traço *wh*, que pode ser expresso como um pronome relativo, no primeiro caso, ou como D nulo, no segundo caso, assim como pela realização do núcleo C, que pode ser nulo, no primeiro caso, ou expresso pelo complementador *que*, no segundo caso. Além disso, o PB não apresenta relativas com complementador e *wh* nulos. Há, porém, casos de complementador e *wh* expresso, exemplificados por Medeiros Jr. (2020): *As pessoas de quem (que) eu gosto nunca vêm para suas festas*), que podem ser discutidos com mais detalhamento em trabalhos futuros, tendo em vista sua ocorrência restrita.

Não foi possível, porém, atestar, na base de dados, as estruturas ambíguas citadas, o que não consideramos impeditivo para descrevê-las entre os fatores que contribuíram para a mudança linguística, a saber: a ativação do uso da posição de tópico em subordinadas (Kato, 1993), o surgimento das estruturas de tópico-sujeito (Andrade e Galves, 2014).

Tendo sido este último fator já descrito como resultante de uma transmissão irregular da gramática de uma geração para outra, podemos inserir a mudança aqui descrita entre os fenômenos favorecidos pelo contato que o PB teve com línguas africanas. Para verificar esse favorecimento, podem ser feitas investigações acerca do fenômeno da relativização nas línguas africanas trazidas ao Brasil e nas variedades africanas do português atual, uma tarefa que pressupõe considerar os efeitos da interferência da L1 na aquisição de segunda língua (L2).

Também ficam para investigação futura os fenômenos estruturais que geram a interpretação apositiva das relativas e provocam o contraste entre elas e as restritivas, no que diz respeito à possibilidade de seu elemento introdutor ser um complementador ou um pronome relativo. A respeito dessa questão, são relevantes os resultados da pesquisa de Ramos (2023)⁶⁴ sobre a possibilidade de a relativa apositiva ser uma oração coordenada, não conectada à matriz por um complementador. Essa opção corrobora os nossos resultados porque explica o contraste entre apositivas e restritivas em relação às possibilidades de realização padrão e não-padrão: apositivas cortadoras são raras porque seu *que* introdutor não pode ser complementador e, como pronome, apresenta traço de Caso expresso na preposição regente.

Outro aspecto ainda pendente de uma investigação formal é o favorecimento da relativa resumptiva na função genitiva. O desuso do pronome *cujos*, alternativa padrão para esses casos, pode ser um fator relevante nesse aspecto. Ainda que a resumptiva de genitivo seja favorecida nos dados, é importante considerar o fato de a frequência dessa estratégia ser baixa e relativamente estável ao longo dos períodos.

Um desdobramento interessante da pesquisa é a possibilidade de construção de uma hierarquia paramétrica baseada nos traços e categorias definidos na Tabela 12, conforme propõe Roberts (2019b). Num nível mais alto da hierarquia, estaria a opção de lexicalização do pronome e do complementador. Mais abaixo, as possibilidades de realização de resumptivos, como estratégia regular de relativização ou como operação de último recurso, e ainda as categorias capazes de ocupar essa posição em cada língua. As alternativas a respeito da relativização de sintagmas preposicionados, com o corte da preposição ou a sua realização em *pied-piping* ou *preposition stranding/orphaning* constituiriam um novo feixe

⁶⁴ Agradeço a indicação bibliográfica do Prof. Dr. Paulo Medeiros Junior (c. p.).

de opções⁶⁵. Constituída a hierarquia, seria possível localizar o PB no contexto das línguas românicas. Essa questão será investigada em pesquisa futura.

⁶⁵ Para o Prof. Dr. Aroldo Leal de Andrade (c. p.), a opção entre a presença e ausência da preposição no pronome relativo pode ser considerada nanoparamétrica uma vez que envolve apenas um traço de um conjunto limitado de itens lexicais. Agradeço a contribuição como direcionamento de pesquisa futura.

8 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. M. **Estruturas de Relativização do Português do Brasil**. 2011. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/9240>. Acesso em: 30 set. 2020.
- ALMEIDA, J. M. P.; SALLES, H. M. L. Análise das Estruturas Relativas do Português do Brasil. **Anais do VII Congresso Internacional da ABRALIN**, Curitiba, p. 1965-1978, 2011b.
- ALMEIDA, J. M. P. e SALLES, H. M. L. Orações relativas do português brasileiro: estruturas cortadoras e resumptivas. **Estudos Linguísticos**, v. 50, n. 2, 2021, pp. 485-503.
- ALMEIDA, J. M. P. e SALLES, H. M. L.. Relativas Cortadoras do Português: Possibilidades de Reanálise. In: NAMIUTI, C. *et al.* (eds.). **Temas em fonética, fonologia, morfologia e sintaxe**. Série Constelações Diacrônicas em Homenagem a Mary Kato e Charlotte Galves, vol. 3. Campinas: Mercado das Letras, 2023, pp. 231-250.
- ANDRADE, A. L. Construções de Tópico Marcado no Português Brasileiro. **Cuadernos de la Alfal n° 12**, Novembro 2020., p. 100-125
- ANDRADE, A. L. **Non-Canonical Relative Clauses In Classical Portuguese: Distribution, Analysis, And Diachronic Implications**. Comunicação apresentada no V Encontro de Gramática Gerativa. Salvador: UFBA. 2025.
- ANDRADE, A. e GALVES, C. A Unified Analysis for Subject Topics in Brazilian **Portuguese Journal of Portuguese Linguistics**, 13-1 (2014), 117-147
- AVELAR, J. e GALVES, C. O papel das línguas africanas na emergência da gramática do português brasileiro. **Linguística**, vol. 30, n. 2, 2014, pp. 241-248.
- AVELAR, J. Sobre o papel do contato linguístico nas origens do português brasileiro. In: GALVES, C.; KATO, M. & ROBERTS, I. (orgs.) **Português Brasileiro: uma segunda viagem diacrônica**. Campinas: Editora Unicamp, 2019, p. 57-91.
- BARBOSA, A. G. (org.) Corpus Histórico do Português. **Projeto Nacional PHPB**. Disponível em: < <https://sites.google.com/site/corporaphpb/home>>. Acesso em 19 de novembro de 2025.
- BIANCHI, V. **Consequences of Antisymmetry: Headed Relative Clauses**. Berlim: Mouton de Gruyter, 1999.
- BIBERAUER, T. **Going Beyond the Input: three factors and variation, change and stability**. Workshop on the Emerging Hebrew languages. Jerusalem: [s.n.]. 2016.
- BRITO, A. M.; DUARTE, I. Orações relativas e construções aparentadas. In: ALI, M. H. M. M. E. **Gramática da Língua Portuguesa**. Lisboa: Caminho SA, 2003., p. 653-694.

CALINDRO, A. **Aquisição, variação e mudança nos sistemas dativo e oblíquo do português brasileiro**. Conferência apresentada no V Encontro de Gramática Gerativa em 19 de novembro de 2025. Salvador: [s.n.]. 2025.

CARNEIRO, Z. Cartas Brasileiras. In: CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; LACERDA, M. F. O. (org). **CE-DOHS – Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão**. URL: <http://www.uefs.br/cedohs>. Acesso em: 12 de maio de 2022.

CARNEIRO, Z. Cartas da Coleção Documental Dantas Jr. In: CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; LACERDA, Mariana Fagundes de Oliveira (org). **CE-DOHS – Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão**. URL: <http://www.uefs.br/cedohs>. Acesso em: 12 de maio de 2022.

CHIERCHIA, G. Reference to kinds across languages. **Natural Language Semantics** 6, 1998., p. 339-405

CHOMSKY, N. **Aspects of the Theory of Syntax**. 50th ed. The MIT Press, 1965. <http://www.jstor.org/stable/j.ctt17kk81z>.

CHOMSKY, N. **Knowledge of Language. Its Nature, Origin and Use**. Westport / London: Praeger, 1986.

CHOMSKY, N. **The Minimalist Program**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1995. cap. 4. CHOMSKY, N.. **Three Factors in Language Design**. Linguistic Inquiry n. 36, 2005, 1–22.

CHOMSKY, N.. Minimalist Inquiries: The Framework. In: Martin, R., Michaels, D. and Uriagereka, J., Eds., **Step by Step: Essays on Minimalist Syntax in Honor of Howard Lasnik**, MIT Press, Cambridge, 2000, pp. 89-155. ____

CHOMSKY, N.. On phases. In Freidin, R, Otero, Carlos P, Zubizarreta, M. L. Foundational Issues in Linguistic Theory: **Essays in Honor of Jean-Roger Vergnaud**. MIT Press, Mass., 2008, pp. 133-163.

CHOMSKY, N. On Wh-Movement. In: P. Culicover et al. (eds) **Formal Syntax**. Academic Press, New York, 1977, pp. 71-132.

CHOMSKY, N. **Knowledge of Language: It's Nature, Origin and Use**. Praeger, New York, 1986

CHOMSKY, N. **The Minimalist Program**. The MIT Press, Cambridge, Mass. 1995

CHOMSKY, N. **Derivation by Phase**. MIT working papers in linguistics 18, MIT, Cambridge, Mass, 1999

CHOMSKY, N. **Lectures on Government and Binding**, Foris, Dordrecht, 1981.

CHOMSKY, N. Some Concepts and Consequences of the Theory of Government and Binding, MIT Press, Cambridge, Massachusetts, 1982.

CHOMSKY, N. et al. Generative Grammar and the Faculty of Language: Insights, Questions, and Challenges. **Catalan Journal of Linguistics**, 2019, pp. 229-261.

COELHO, F. A. Os dialectos românicos ou neo-latinos na África, 1880. **Boletim da Sociedade de GEografia em Lisboa. Reproduzido em Estudos Linguísticos Crioulos.**, 1967, Lisboa., p. 129-196

CORRÊA, V. **Orações relativas: o que se sabe e o que se aprende no português do Brasil.** Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

CYRINO, S. M. L. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. **In: ROBERTS, I.; (ORGS.), M. K. Português Brasileiro: uma Viagem Diacrônica.** Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1993., p. 163-184.

DABROWSKA, E. What exactly is Universal Grammar, and has anyone seen it? **In: Frontiers in Psychology**, vol. 6, pp. 1-17, 2015.

DUARTE, M. E. L. Nondeictic accusative and dative clitics and their variant forms in European and Brazilian Portuguese. **Probus**, 10 Setembro 2024., p. 1-30

ELIA, S. **Fundamentos Histórico-Linguísticos do Português do Brasil.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

FIGUEIREDO E SILVA, M. C. “Uma história das relativas do português brasileiro.” **In: GALVES, C.; KATO, M.; ROBERTS, I. Português brasileiro. Uma segunda viagem diacrônica.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2019. p. 283-312.

FREIRE, Gílson. **A Realização do Acusativo e do Dativo Anafórico de 3^a. Pessoa na Escrita Brasileira e Lusitana** [The realization of the anaphoric accusative and dative]. Tese Doutorado. UFRJ, 2005.

GALVES, C. “A Língua das Caravelas: Periodização do Português Europeu e Origem do Português Brasileiro”. **In: CASTILHO, A. T.; MORAIS, M. A.; LOPES, R.; CYRINO, S. M. L. (orgs.). Descrição, história e Aquisição do Português Brasileiro.** São PAuo: Pontes, 2007.

GALVES, C. Competition, stability and change in the emergence of Brazilian Portuguese. **In: ANNE BREITBARTH, M. B. L. D. M. F. The Determinants of Diachronic Stability.** Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2019., p. 191-214.

GALVES, C.; ANDRADE, A. L. de; and FARIA, P. **Tycho Brahe Parsed Corpus of Historical Portuguese.**

GUASTI, M.-T. **Language Acquisition: The Growth of Grammar.** Cambridge: MIT Press, 2002.

GUY, G. **Linguistic Variation in Brazilian Portuguese: Aspects of Phonology, Syntax and Language History.** University of Pennnsylvania, PhD Dissertation. Ann Arbor: University Microfilms International, 1981.

HORNSTEIN, N.; NUNES, J.; GEOHMANN, K. K. **Understanding MInimalism.** Cambridge: Cambridge UNiversity Press, 2005.

KATO, M. **Optional Prepositions in Brazilian Portuguese**. Poster presented at the 38th Linguistic Symposium on Romance Languages (LSRL), University of Illinois at Urbana-Champaign, 4-6/4/08, 2008.

KATO, M. Recontando a História das Relativas em uma Perspectiva Paramétrica. In: ROBERTS, I. e KATO, M. (orgs.) **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: UNICAMP, 1993.

KATO, M.; NUNES J. A Uniform Raising Analysis for Standard and Nonstandard Relative Clauses in Brazilian Portuguese. In: NUNES, J. **Minimalist Essays on Brazilian Portuguese Syntax**. Amsterdam: John Benjamins, 2009. p. 93-120.

KATO, M.; NUNES, J. Uma Análise Unificada dos três tipos de relativas restritivas do português brasileiro. **Sociodialeto Volume 4 Número 12**, Maio 2014., p. 575-590

KAYNE, R. **The Antisymmetry of Syntax**. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1994.

KEGL, J.; SENGHAS, A.; COPPOLA, M. Creation through Contact: Sign Language Emergence and Sign Language Change in Nicaragua. In: (ED.), M. D. **Language Creation and Language Change: Creolization, Diachrony and Development**. Cambridge, Mass: MIT Press, 1999., p. 179-238.

KENEDY, E. **A antissimetria da sintaxe em orações relativas**. São Carlos: P&J, 2023.

KENEDY, E. **Aspectos estruturais da relativização em português: uma análise baseada no modelo raising**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

KENEDY, E. **A antinaturalidade de pied-piping nas orações relativas**. Tese de doutorado, UFRJ, 2007.

KROCH, A. Syntactic Change. In: BALTIN, M.; COLLINS, C. (.).. **Handbook of Syntax**. New York: Blackwell, 2001.

LARSON, R. K. Bare-NP adverbs. *Linguistic Inquiry*, 16, pp. 595-621, 1985. **Linguistic Inquiry**, 16, 1985., p. 595-621

LESSA-DE-OLIVEIRA, A. A relativa resumptiva em dois momentos do Português Brasileiro. **Revista do GEL**, v. 6, n. 2, 2009, pp. 61–84.

LESSA-DE-OLIVEIRA, A. **As sentenças relativas em português brasileiro: aspectos sintáticos e fatos de aquisição**. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas-SP: 2008.

LIGHTFOOT, D. **How to Set Parameters: Arguments from Language Change**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1991.

LIGHTFOOT, D. **The Development of Language**. Oxford: Blackwel, 1999.

LOPES, C. R. S.; CAVALCANTE, S. R. O.; DUARTE, M. E. L. (orgs.) **Fundo Documental FB. Histling**. Laboratório de História da Língua. UFRJ. Disponível em:

<<https://histling.letras.ufrj.br/index.php/corpus/19-corpus/familias/37-%20fundo-documental-fb-1956-1994.html>> Acesso em 19 de novembro de 2025.

LUCCHESI, D. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil (1500-2000) 17:1. **D. E. L. T. A.**, 2001., p. 97-130

LUCCHESI, D. História do contato entre línguas no Brasil. **In:** LUCCHESI, D.; RIBEIRO, I.; (ORGS.), A. B. **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009., p. 41-73.

LUCCHESI, D. A periodização da história sociolinguística do Brasil. **D.E.L.T.A.**, 33.2 2017., p. 347-382

LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; (ORGS.), I. R. **O Português Afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009., p. 185-208.

MATTOS E SILVA, R. V. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MEDEIROS JUNIOR, P. Uma análise da Relativização no PB: Questões teóricas e panorama geral. **In:** MEDEIROS JUNIOR, P.; GUESSER, S.; LUNGUINHO, M.; VICENTE, H. G. **Relativização e clivagem no PB: sintaxe, aquisição, diacronia e experimentação**, 2020, pp. 77-106.

MEDEIROS JUNIOR, P. “Um fã teu, quem realmente te admira, jamais faria esse tipo de coisa”: sobre a existência de relativas livres apositivas no português brasileiro. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**. Volume 38, 2022, pp. 202238244681. São Paulo: PUC-SP. <https://doi.org/10.1590/1678-460X202238244681>

MEDEIROS JUNIOR, S. A. **Análise de Relativas Restritivas Locativas Introduzidas por “Onde Que”, no Português Brasileiro**. Dissertação de Mestrado, UESB, Vitória da Conquista, 2017.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. **In:** DIONÍSIO, A.P; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.) **Gêneros Textuais e Ensino**. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.

MOLLICA, M. C. de M. Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro. **In:** Silva, G. M. O.; Scherre, M. M. P. (Org.) Rio de Janeiro: **Tempo Brasileiro**, 1996, p. 147-167;

MORAIS, M. A. T. e BERLINCK, R. A. **A caracterização do objeto indireto no português: aspectos sincrônicos e diacrônicos**. Anais. Salvador: EDUFBA, 2006. Disponível em:

https://biblio.fflch.usp.br/Morais_MACRT_16_1586714_ACaracterizacaoDoObjetoIndiretoNoPortuguesAspectosSincronicosEDiacronicos.pdf. Acesso em: 19 nov. 2025.

MORAIS, M. A. T. e SALLES, H. M. L. Parametric change in the grammatical encoding of IO in BP. **Probus** 22 (2), p. 181-209, 2010.

- MOURA, R. A. S. **Sintagma preposicionado topicalizado: o comportamento da preposição**. Dissertação de Mestrado. UFBA, 2007.
- NARO, Anthony.; SCHERRE, Marta. P. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2007
- NEGRÃO, E. V. & VIOTTI, E. Brazilian Portuguese as a Discourse-Oriented Language. **In:** Mary Aizawa Kato e Esmeralda Vailati Negrão (Eds.). **Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter**. Madri, Iberoamericana, 2000, p.105-125.
- NETO, S. S. **História da Língua Portuguesa**. 6. ed. Rio de Janeiro: Presença, (1992 [1957]).
- NEWMAYER, J. F. Against a parameter-setting approach to typological variation. **Linguistic Variation Yearbook** 4, 2005., p. 181-234
- NOLL, Volker. **Português Brasileiro: Formação e Contrastes** Rio de Janeiro: Globo, 2008.
- PILATI, E.; NAVES, R. e SALLES, H. **On the syntax of subjects in BP: using the 'split' pronominal system as the basis for an alternative analysis**. Diadorim, 19. Número Especial, 2017, p. 99-139.
- PINKER, S. **O Instinto da Linguagem: como a mente cria a linguagem**. São Paulo: Martis Fontes, 2002.
- PONTES, E. **O Tópico no Português do Brasil**. Campinas: Pontes, 1987.
- POLETO, C.; SANFELICI, E. On relative Complementizers and relative pronouns. **Linguistic Variation. John Benjamins Publishing Company.**, 18 fev. 2018., p. 265-298
- RAMOS, F. Uma análise de relativas apositivas no PB. Brasília, Universidade de Brasília. Dissertação de Mestrado, 2023.
- RAMOS, J. M. **Marcação Sintática e Mudança Sintática no Português**. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, Tese de Doutorado, 1992.
- RAMOS, J. M. O emprego de preposições no português do Brasil. **In:** Tarallo, F. (org.) **Fotografias sociolinguísticas**. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- RIBEIRO, I. As sentenças relativas. **In:** LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; (ORGS.), I. R. **O Português Afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009., p. 185-208.
- RINKE, E. and ABMANN, E. (2017). The Syntax of Relative Clauses in European Portuguese. Extending the Determiner Hypothesis of Relativizers to Relative que. *Journal of Portuguese Linguistics*, 16: 4, 2017, pp. 1–26, DOI: <https://doi.org/10.5334/jpl.172>
- ROBERTS, I. **Comparative Syntax**. London: Arnold, 1997.
- ROBERTS, I. **Diachronic Syntax**. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- ROBERTS, I. “Gramáticas marginais” e mudanças sintáticas “extremas”: o inglês e o português brasileiro”. **In:** GALVES, C.; KATO, M. & ROBERTS, I. (orgs.) **Português**

Brasileiro: uma segunda viagem diacrônica. Campinas: Editora Unicamp, 2019b, p. 23-56.

ROBERTS, I. **Parameter Hierarchies and Universal Grammar.** (Oxford Textbooks in Linguistics). Oxford: Oxford University Press, 2019.

ROBERTS, I. and ROUSSOU, A. **Syntactic Change: A Minimalist Approach to Grammaticalization.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SALLES, H. M. L. **Prepositions and the Syntax of Complementation.** 1997[S.P]. Tese. (Doutorado em Linguística) - University of Wales, Bangor, 1997.

SALLES, H. M.; MORAIS, M. A. Estrutura argumental in Brazilian Portuguese: perdas e alinhamentos inovadores nos sistemas pronominal e preposicional. **Cuadernos de la ALFAL**, 12 (2), 2020, p. 467-490.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. **GoldVarb X – a multivariate analysis application.** 2005. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics, 2005. Disponível em: <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.html>. Acesso em: 21 out. 2025.

SCHER, A. P. As Construções com Dois Complementos no Inglês e no Português do Brasil. **Sínteses - Revista dos Cursos de Pós-Graduação vol. 2**, Campinas, 1997., p. 347-355

SMITH, C. Determiners and Relative Clauses in a Generative Grammar of English. **Language**, Vol. 40, No. 1, Jan. - Mar. 1964., p. 37-52

SOUTO, K. **Categorias lexicais e funcionais no licenciamento de verbos de trajetória: o caso do verbo 'ir'.** 153p. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 2016.

TARALLO, F. **Relativization Strategies in Brazilian Portuguese.** Ph.D. dissertation. University of Pennsylvania, 1983.

TARALLO, F. Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias. In: ROBERTS, I. e KATO, M. (orgs.) **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica.** Campinas: UNICAMP, 1993 (p. 35-68).

TARALLO, F. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, I. e KATO, M. (orgs.) **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica.** Campinas: UNICAMP, 1993b, (p. 69-106).

TEODORO, G. M. Preposições desacompanhadas no português do Brasil. Dissertação de Mestrado, Brasília: UnB, 2024.

VERGNAUD, J. R. French Relative Clauses. Doctoral dissertation, Massachusetts Institute of Technology, 1974.

VRIES, M. de. **The Syntax of Relativization.** Amsterdam: LOT, 2002.